



**PPGH**

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA**  
**ÁREA DE HISTÓRIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**RÚBIA MICHELINE MOREIRA CAVALCANTI**

**GEOSSÍTIO BATATEIRA – MEMÓRIAS EM MOVIMENTO: TRAMAS  
TERRITORIAIS E AMBIENTAIS NO CARIRI CEARENSE**

**NITERÓI**

**2019**

**RÚBIA MICHELINE MOREIRA CAVALCANTI**

**GEOSSÍTIO BATATEIRA – MEMÓRIAS EM MOVIMENTO: TRAMAS  
TERRITORIAIS E AMBIENTAIS NO CARIRI CEARENSE**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF), como requisito para a obtenção do Grau de Doutora em História.

**Área de concentração:** História Contemporânea II

**Orientadora:** Profa. Dra. Juniele Rabêlo de Almeida

**NITERÓI**

**2019**

M835g Moreira cavalcanti, Rúbia Micheline Moreira Cavalcanti  
Geossítio Batateira - Memórias em Movimento: tramas  
territoriais e ambientais no Cariri cearense / Rúbia Micheline  
Moreira Cavalcanti Moreira cavalcanti ; Juniele Rabêlo de  
Almeida Rabelo de Almeida, orientadora. Niterói, 2019.  
235 f. : il.

Tese (doutorado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói,  
2019.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPGH.2019.d.82698759453>

1. Geossítio Batateira. 2. Patrimônio Natural/ Histórico.  
3. História Ambiental/História Oral. 4. Território /  
Territorialidades. 5. Produção intelectual. I. Rabelo de  
Almeida, Juniele Rabêlo de Almeida, orientadora. II.  
Universidade Federal Fluminense. Instituto de História. III.  
Título.

CDD -

**RÚBIA MICHELINE MOREIRA CAVALCANTI**

**GEOSSÍTIO BATATEIRA – MEMÓRIAS EM MOVIMENTO: TRAMAS  
TERRITORIAIS E AMBIENTAIS NO CARIRI CEARENSE**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF), como requisito para a obtenção do Grau de Doutora em História.

Área de concentração: História Contemporânea II

Aprovada em: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Juniele Rabêlo de Almeida  
Universidade Federal Fluminense (UFF)  
(Orientadora)

---

Prof. Dr. José Carlos Sebe Bom Meihy  
Universidade de São Paulo (USP)  
(Arguidor externo)

---

Prof. Dr. José Otávio Aguiar  
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)  
(Arguidor externo)

---

Prof. Dr. Carlos Augusto Addor  
Universidade Federal Fluminense (UFF)  
(Arguidor interno)

---

Prof. Dr. Rodrigo de Almeida Ferreira  
Universidade Federal Fluminense (UFF)

(Arguidor interno)

---

Prof. Dra. Ismênia de Lima Martins  
Universidade Federal Fluminense (UFF)  
(Suplente interno)

---

Prof. Dra. Érica Sarmiento  
Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)  
(Suplente externo)

**NITERÓI**

**2019**

## AGRADECIMENTOS

Minha fortaleza: Antonio Vicente; João Antonio e Ingrid Rafaela. Esta tese dedico a vocês que sobreviveram aos transtornos que minha ausência causou, fosse física ou psicológica. O que importa é que em todos os desafios da vida, estaremos sempre lado a lado.

O estudo se estabeleceu em um campo de inquietudes, desafios e conflitos. Resultado das minhas vivências pessoais e, principalmente, profissionais, durante a trajetória do Curso de Doutorado. Foram experiências que me acompanharam desde a escolha do tema, passando pela seleção das fontes de pesquisa, pela escrita dos capítulos, enfim, experiências que desafiaram diariamente as minhas limitações, fossem elas acadêmicas, pessoais ou relacionadas à minha saúde, e, ainda, a perda de um grande parceiro do Departamento de História da URCA, José Bendimar, amigo inseparável com quem dividia vitórias e, também, os fracassos. Um grande incentivador para que mais uma etapa da minha jornada acadêmica fosse exitosa. Por tudo, eu te agradeço, meu querido amigo! Queria muito ter podido compartilhar este momento com você.

Não foi fácil chegar a este momento. Contudo, acreditem! Foi justamente dos momentos mais difíceis que estas experiências imprimiram um sentido para que esta tese fosse concluída. Num dos momentos mais desafiadores do Curso de Doutorado, no qual me encontrei imersa num turbilhão de desafios, deparei-me com a postagem de uma amiga que dizia: *“A gente não encontra ninguém nessa vida por acaso. Cada pessoa é um teste, uma lição ou um presente”*<sup>1</sup>. Encontrava nessa frase tudo aquilo que resumia o sentimento de poder ter sido acolhida por uma das pessoas mais generosas, mais gentil, compreensiva, e acima de tudo, bastante dedicada ao trabalho de orientação. Falo da orientadora dos sonhos de qualquer doutorando, Juniele Rabêlo. Obrigada, minha flor linda!

Também encontrei aconchego, acolhimento e estímulo nos argutos comentários realizados pelos colegas de Departamento: Paula Cristiane, Maria Telvira, Antonio José, Darlan Reis, já na escrita do Projeto de Pesquisa.

À José Bendimar, (*in memoriam*), amigo com quem podia sempre contar. Queria muito ter podido compartilhar este momento com você! Sônia, companheira de Departamento e coordenadora do Dinter, lembrar-me-ei de você com carinho quando

---

<sup>1</sup> Postagem de Cristina Holanda (texto de um desconhecido) em: 08/09/2017 às 22:16hs.

sempre procurou me tranquilizar diante dos desafios, o primeiro deles, na entrevista. Obrigada, sempre!

Estendo meus agradecimentos aos amigos do Curso Dinter: Fátima Pinho, Carlos Rafael, Sandra Nancy, Simone, Jucieldo, Priscila, Daniele Medina, Airton de Farias, Raimundo, Viviane, Fagno, Helonis Brandão, Marcos e Jaqueline pela boa companhia, pelos maravilhosos momentos que vivemos juntos. É chegada a hora de agradecer imensamente ao seletivo grupo de professores do Curso Dinter, pelas excelentes aulas que tivemos: À Giselle Venâncio, pela leveza dos seus comentários; Ana Mauad, com suas reflexões, uma delas ressoou bastante para as minhas reflexões: “*Não produzimos conhecimento sem que esteja em conexão com a realidade*”. Insistia, ainda, que pensássemos como a prática social dos sujeitos, como as nossas questões respondem as demandas contemporâneas, diretamente relacionadas as nossas culturas políticas, no Tempo Presente.

Agradeço a Mário Grynszpan, que nos fez refletir a partir do que disse Geertz, ou seja, que a cultura regula a nossa relação com o mundo e que, a partir do que enxergamos nas práticas, poderíamos fazer uma leitura da cultura e, com isso, perceber o sentido das práticas. Ajudando-nos a compreender as práticas culturais do cariense na sua relação com a natureza, sendo mostrada como um canal de comunicações, de sentidos.

À Ismênia Martins, que nos contagiava com sua energia, alegria, descontração para conduzir às aulas que iriam nos fornecer elementos teóricos substancialmente necessários a maioria das propostas de estudo ali apresentadas. Especialmente às propostas, cuja metodologia se voltava para o uso da memória e dos pressupostos metodológicos que tratam com a História Oral, campo de discussões e diálogos frequentes nas aulas.

À Carlos Addor, que nos apresentou o Anarquismo, mostrando a trajetória e militância política de Edgar Rodrigues – discutindo as dimensões do trabalho de memória. O professor Addor nos estimulava a insistir na pesquisa, independente de quaisquer que fossem os momentos difíceis que iríamos atravessar ao longo de toda esta jornada do doutorado.

À Samantha Quadrat, quando tratou sobre os *lugares de memória*, fazendo-nos compreender o Sítio Fundão. À Rodrigo Bentes, que nos proporcionou o encontro com autores até então desconhecidos para nós, a exemplo de Maurizio Viroli, Savonarola,

Bignot, Federico Chabod, Skinner. À Georgina Santos, que nos encantou com sua afinidade e tratamento com as fontes de pesquisa, procurando sempre que possível, mostrar-nos a sua experiência de pesquisa em arquivos dos mais variados tipos, da sua experiência na leitura dos documentos.

À Verónica Secreto, meus agradecimentos por ampliar a minha compreensão sobre a História Ambiental, especialmente quando procurou esboçar algumas questões de caráter conceitual e, como a História Ambiental foi criada pelos norte-americanos e, sua recepção e divulgação nos estudos aqui no Brasil desde a década de 1970. Janaína Cordeiro, quando ampliou a nossa leitura sobre História, cotidiana e memória;

Agradeço à professora Maria Regina Celestino, uma musa como profissional da área de História por sua capacidade arrebatadora na clareza e na transmissão dos conhecimentos históricos. E, sobretudo, por sua humildade profissional que nos deixou maravilhada. Registro minha gratidão a Coordenação do Curso, por ter nos apresentado essa diva da historiografia brasileira. A professora Regina procurou fazer uma “Abordagem histórico-antropológica para o estudo de índios e negros na América”, tratando dos estudos etnográficos e suas leituras dentro de um contexto historiográfico, especialmente, na condução de trabalhos dessa natureza, onde as contribuições da antropologia e da etnografia ajudam na compreensão das fontes utilizadas para esse tipo de análise, sendo ela mesma, uma precursora nesse tipo de leituras com as fontes que se dedicam a tratar sobre o tema. Elisa Garcia, que nos convidou a pensar a partir dos nossos objetos de pesquisa, como surge uma narrativa que interfere que corta e, mesmo, fraciona a história. Levando-nos a ficarmos sempre de prontidão e atentos para as várias camadas de leitura que possam ter uma determinada fonte de investigação.

Ao professor José Carlos Sebe Bom Mehy, que nos agradeceu com uma aula sobre “História, Oralidade e Comunidade de Destino”. Tendo debatido as questões que comumente aparecem para os pesquisadores que mobilizam a história da memória: Como fazer e como pensar a História Oral?

E, finalmente, agradeço ao professor Rogério Haesbaert, cujas aulas sobre território e territorialidades, na sua dimensão mais conceitual e metodológica nos permitiram fazer uso desses conceitos. Estendo minha gratidão à professora Luitigarde Cavalcanti e seu esposo Jorge, por tanta generosidade, pelo carinho e pelas calorosas acolhidas em sua residência durante a nossa estadia no Rio de Janeiro. Luitigarde, guardarei aquela receita da ambrosia com muito carinho. Obrigada, mesmo! Agora



estou entendendo por que chama Jorge (seu marido) de São Jorge. Peço-lhes permissão, para chamar Antonio (meu marido) de Santo Antonio, depois desse exercício, é justo!

Agradeço também às pessoas que não se esquivaram em me ajudar quando solicitadas. Foram elas: José Humberto Tavares, vulgo, Bebeto (ex-diretor do ICC), Heitor Feitosa (ICC), Idalécio de Freitas (ex-coordenador e colaborador do Geopark Araripe), Nivaldo Soares (Coordenador Executivo do Geopark Araripe); Pedrina e Angélica (Geopark Araripe); Rose Mary, Suzete e Jorge (Secretaria do Meio Ambiente); Jurandy Timóteo (Revista Itaytera); Armando Rafael (Historiador); Dêdê (Secretário de Cultura-Crato); Eldinho Pereira (Historiador e pesquisador), a este último, agradeço imensamente por compartilhar o seu acervo pessoal.

Minha gratidão à Dona Angelita Leão de Alencar (filha de Sr. Jefferson da Franca Alencar); Edmundo da Franca Alencar Sousa (neto do Sr. Jefferson da Franca Alencar); ao Sr. Francisco Xavier Rodrigues (agricultor, morador do Sítio Lameiro); Inácio José Tavares (agricultor, morador da Comunidade Sítio Luanda).

Como esquecer a generosidade e o carinho do querido professor Carlos Addor, quando leu e comentou cuidadosamente o texto apresentado durante a qualificação. Obrigada, sempre! Mais uma vez, fazendo parte da minha trajetória acadêmica, sempre disponível, agradeço muito o meu querido amigo professor José Otávio Aguiar, especialista nas discussões sobre história ambiental. Agradeço também o professor Rodrigo de Almeida Ferreira, atento as questões da circularidade do conhecimento e da interface “história pública/educação”, obrigada pela prontidão para participar da avaliação do trabalho. Finalmente, agradeço imensamente a presença do professor José Carlos Sebe na composição da banca, é uma honra e uma alegria.

Como esquecer uma das professoras mais geniais do Dinter, Ismênia Martins, com um currículo extenso de generosidade, de amor ao próximo. Não tenho como dimensionar a gratidão por esse ser de Luz. Obrigada Professora!

Aos meus pais: Maria Helena, Altamiro Cavalcanti e Maria de Lourdes.

À Deus, sempre.

## RESUMO

Este estudo problematiza o território e as territorialidades no Cariri Cearense, em suas tramas sociais e ambientais, por meio das narrativas históricas e memorialísticas que entrecruzam homem, natureza e paisagem. São discutidas as construções narrativas que, em grande medida, fizeram uso do patrimônio natural e histórico como elementos centrais para forjar sentidos identitários ao Cariri cearense. Imagens e representações em torno do patrimônio são interpretadas a partir da análise do Geossítio Batateira, espaço envolto num processo de (re)configuração identitária - onde se processa a materialidade do Território Geopark Araripe. O território é explicado a partir das discussões sobre “territorialização” desse espaço, referente aos processos de “apropriação”, concretos ou simbólicos. Tal compreensão permitiu analisar as tramas sociais e ambientais referentes aos usos socialmente construídos do patrimônio natural e histórico encontrado nesse Geossítio – denominado pela UNESCO como Geossítio Batateira – localizado na Chapada do Araripe, um dos símbolos da territorialidade do povo carirense. A *imaterialidade identitária caririense*, conforme as problemáticas deste estudo, perfazem as escritas diarísticas do séc. XVIII e XIX, registros das expedições que atravessaram o sul do Ceará; produções de textos clássicos e historiográficos que envolveram a temática ambiental no Cariri. Para discutir a relação território-paisagem foi possível selecionar e analisar as narrativas históricas e memorialísticas que catalisam os debates públicos sobre esse espaço social - o Geossítio Batateira. Essas narrativas apresentaram os conflitos/dissensos que aparecem na posse e propriedade desse espaço: os tipos de patrimônio existente na rede de tramas que envolvem o Sítio Fundão – para a criação do Parque Estadual Sítio do Fundão (PESF). A incursão em análises sobre temas relacionados à História Ambiental e procedimentos teóricos e metodológicos caros a análise historiográfica, especialmente as abordagens da História Oral e da História do Tempo Presente, propiciaram a mobilização de conceitos como identidades, representação, cultura, memória, territorialidade, patrimônio natural e patrimônio histórico. O estudo parte das questões socialmente vivas do tempo presente, atento ao debate público contemporâneo referente às discussões sobre patrimônio dentro da nova configuração espacial do Geossítio Batateira. Um “novo espaço”, que dialoga com as narrativas históricas e memorialísticas do Cariri Cearense, a partir das novas experiências e novos olhares em relação a esse território construído socialmente. Na interface Patrimônio e Educação Ambiental são analisados os itinerários dos projetos atualmente implementados no Geossítio Batateira. Tais projetos estão alinhados a problemática ambiental, de modo mais particular ao Parque Estadual Sítio do Fundão, de acordo com as proposições e definições da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 795/97, de 1999), por sua vez, amparada na Política Nacional do Meio Ambiente que incluiu a Educação Ambiental nos currículos escolares da educação básica. Esses projetos são compreendidos nesse estudo, como respostas as demandas sociais contemporâneas sobre a Educação Ambiental: Da Carta de Belgrado (1975), que propôs um programa mundial de Educação Ambiental a “Carta Brasileira de Educação Ambiental” (produzida na Conferência do Rio 92). Os debates públicos sobre Patrimônio e Educação Ambiental são analisados na tese para problematizar o pedido de Tombamento do Sítio Fundão, e criação do Plano de Manejo que define aspectos da ocupação da área protegida por lei (unidade de conservação que possui 93,52 mil hectares e ocupa área no município de Crato) a partir das discussões sobre usos políticos e sociais do passado – em uma história participativa que reúne conselheiros, autoridades locais, estudantes, pesquisadores e instituições parceiras.

**PALAVRAS-CHAVE:** Geossítio Batateira; Cariri Cearense; Patrimônio Natural; Patrimônio Histórico; Territorialidade; Narrativa; Memória; Educação Ambiental.

## ABSTRACT

In this research we discuss territory and territorialities in the Cariri Cearense, in its social and environmental plots, through memory and historical narratives that interlaces men, nature and landscape. We also discuss narrative constructions which, in big scale, used natural and historical heritage as central elements to forge identity meanings to the Cariri cearense. Images and representation around the heritage are interpreted through the analysis of the Geosite Batateira, a space wrapped around a (re)setting identity process – where it's processed the materiality of the Geopark Araripe Territory. The territory is explained through discussions about the “territorialization” of this space, referring to the processes of “appropriation”, either concrete or symbolical, and its due representations. Such comprehension allowed us to analyze the social and environmental plots referring to the social constructed uses of the natural and historical heritage found in this Geosite – named by UNESCO, as Geosite Batateira, as exemplified by Chapada do Araripe – one of the symbols of the territoriality of the cariri people, built through one of its elements, the natural landscape. The *caririense identity's immateriality*, according to the problematics in this study make the diary writings of the XVIII and XIX centuries, entries of the expeditions that crossed Ceará's south; productions of classical and historiographic texts that involved the environmental theme in Cariri. In order to discuss the relation territory-landscape it was possible to relate and analyze the historical and memory narratives that catalyze the public debates about this social space – the Batateira Geosite. Such narratives present the conflicts/dissents that show up in this space: the types of heritage existent in this space; a net of social and environmental plots involving the Fundão Site. The raid in analysis about the themes related to the Environmental History and theoretical and methodology procedures expensive to the historiographic analysis and the Oral History and Present Time History approaches provided the mobilization of concepts such as identities, representation, culture, memory, territory and territoriality, natural heritage and historical heritage. This study goes from living social questions of the present time, attentive to the contemporary public debates related to the discussions about heritage inside the new spatial setting of the Batateira Gesite. A “new space” which dialogues with the memory and historical narratives of the Cariri Cearense through new experiences and new looks in relation to this socially built territory. In the interface Heritage and Environmental Education we analyze the itineraries of projects that are currently being implemented in the Batateira Geosite. Such projects are aligned with the environmental problematic, more specifically to the Fundão Site State's Park (PESF), according to the propositions and definitions of the National Politics of Environmental Education (Law nº 795/97, since 1999), and finally, supported by the National Politics of Environment which included the Environmental Education in the school curriculum of basic education. Those projects are brought up in this study as answers to contemporary social demands about the Environmental Educations: The Letter of Belgrade (1975), which offered a worldwide program of Environmental Education to “The Brazilian Letter of Environmental Education” (made in the Rio Conference 92). The public debates about Heritage and Environmental Education are analyzed in thesis to problematize the request for Heritage Listing of the Fundão Site, the creation of the Management Plan which defines the aspects of occupation of the protected by law area (conservation unit that possesses 93,52 thousand acres and occupies area in the Crato county) through discussions about the political and social uses of the past – in a

participative history that reunites advisors, local authorities, students, researchers and partner institutions.

**KEYWORDS:** Batateira Geosite; Cariri Cearense; Natural Heritage; Historical Heritage; Territoriality; Narrative; Memory; Environmental Education.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Quadro 1</b> -	Mudança de nomenclaturas.....	40
<b>Figura 1</b> -	Mapa com a localização do Geopark.....	40
<b>Figura 2</b> -	Mapa da localização dos municípios onde se situam os Geossítios.....	41
<b>Figura 3</b> -	Mapa de localização dos Geossítios.....	41
<b>Figura 4</b> -	Bacia Sedimentar do Araripe.....	51
<b>Figura 5</b> -	Localização geográfica do município Crato/CE.....	55
<b>Figura 6</b> -	Proposta de território da nova província.....	58
<b>Figura 7</b> -	Mapa do estado do Cariri (1957) .....	59
<b>Figura 8</b> -	Comitê central pró estado do Cariri.....	60
<b>Figura 9</b> -	Pedra da Batateira.....	75
<b>Figura 10</b> -	Água jorrando na fonte da Pedra da Batateira.....	84
<b>Figura 11</b> -	Sistema de divisão por “telhas” utilizado na fonte Batateira.....	89
<b>Figura 12</b> -	Telhas d’água.....	90
<b>Figura 13</b> -	Telhas d’água.....	90
<b>Figura 14</b> -	Selo de outorga cedido à SAEEC.....	95
<b>Figura 15</b> -	Relação dos outorgados da Nascente da Batateira.....	97
<b>Figura 16</b> -	Um macho do Soldadinho-do-Araripe.....	99
<b>Figura 17</b> -	Equipamentos das instalações da antiga Usina Hidroelétrica.....	108
<b>Figura 18</b> -	Aldeamento Missão do Miranda.....	115
<b>Figura 19</b> -	Ruínas do Engenho do Pau.....	128
<b>Figura 20</b> -	Incêndio em Santuário Ecológico do Crato - CE.....	128
<b>Figura 21</b> -	Incêndio em Santuário Ecológico do Crato - CE.....	129
<b>Figura 22</b> -	Incêndio em Santuário Ecológico do Crato - CE.....	129
<b>Figura 23</b> -	Ambientalistas temes fim do Sítio Fundão.....	143
<b>Figura 24</b> -	Destruição no Sítio Fundão.....	143
<b>Figura 25</b> -	Destruição no Sítio Fundão.....	144
<b>Figura 26</b> -	Colônia de férias em comemoração aos 10 anos da criação do Parque Estadual Sítio Fundão.....	152
<b>Figura 27</b> -	Colônia de férias em comemoração aos 10 anos da criação do Parque Estadual Sítio Fundão.....	153

<b>Figura 28 -</b>	Aula de campo realizada com alunos do 6º ano do Ensino Fundamental Tia Joana, no Parque do Sítio Fundão.....	154
<b>Figura 29 -</b>	Aula de campo realizada com alunos do 6º ano do Ensino Fundamental Tia Joana, no Parque do Sítio Fundão.....	154
<b>Figura 30 -</b>	Visita guiada a Unidade de Conservação do Parque Estadual do Sítio Fundão.....	155
<b>Figura 31 -</b>	Expedição Científica no Parque Estadual do Sítio Fundão.....	155
<b>Figura 32 -</b>	I Gincana Corrida de Orientação realizada no Parque Estadual do Sítio Fundão.....	156
<b>Figura 33 -</b>	I Gincana Corrida de Orientação realizada no Parque Estadual do Sítio Fundão.....	157
<b>Figura 34 -</b>	I Gincana Corrida de Orientação realizada no Parque Estadual do Sítio Fundão.....	157
<b>Figura 35 -</b>	Projeto Trilha dos Sentidos: acessibilidade e interação, realizada no Parque Estadual Sítio Fundão.....	158
<b>Figura 36 -</b>	Projeto Trilha dos Sentidos: acessibilidade e interação, realizada no Parque Estadual Sítio Fundão.....	160
<b>Figura 37 -</b>	Projeto ECOMAPSS, realizado no Parque Estadual Sítio Fundão.....	160
<b>Figura 38 -</b>	Mapa de localização do PESF .....	177
<b>Figura 39 -</b>	Mapa de vegetação do Parque Estadual Sítio Fundão, Município de Crato, Estado do Ceará.....	184
<b>Figura 40 -</b>	Zona Amortecimento do Parque Estadual Sítio Fundão, Estado do Ceará.....	196
<b>Figura 41 -</b>	Zoneamento proposto pela Ecosistema Consultoria Ambiental do Parque Estadual Sítio Fundão, Estado do Ceará .....	198
<b>Figura 42 -</b>	Zoneamento final proposto e aprovado pelo Comissão Técnica do Plano de Manejo Parque Estadual Sítio Fundão, Estado do Ceará.....	198

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

<b>APA</b>	Área de Proteção do Araripe
<b>Aquasis</b>	Associação de Pesquisa e Preservação de Sistemas Aquáticos
<b>BPMA</b>	Batalhão da Polícia Militar Ambiental
<b>CE</b>	Ceará
<b>CF</b>	Constituição Federal
<b>CG</b>	Companhia de Gestão
<b>COGERH</b>	Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos
<b>CONABIO</b>	Conselho Nacional da Biodiversidade
<b>CONAMA</b>	Conselho Nacional do Meio Ambiente
<b>CONERH</b>	Conselho Estadual de Recursos Hídricos
<b>CONPAM</b>	Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente
<b>CONSUNI</b>	Conselho Universitário
<b>COPAHC</b>	Coordenadoria de Patrimônio Histórico Cultural
<b>CSBH</b>	Comitê da Sub-bacia Hidrográfica Do Rio Salgado
<b>DAAD</b>	Serviço Acadêmico de Intercâmbio Alemão
<b>DNPM</b>	Departamento Nacional de Produção Natural
<b>EA</b>	Educação Ambiental
<b>EGN</b>	<i>European Geoparks Network</i>
<b>FLONA</b>	Floresta Nacional do Araripe
<b>GGN</b>	Rede Global de Geoparks <i>Networks</i>
<b>IBAMA</b>	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
<b>ICC</b>	Instituto Cultural do Cariri
<b>ICMBio</b>	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
<b>IFCE</b>	Instituto Federal do Ceará
<b>IGCP</b>	<i>International Geoscience Programme</i>
<b>IGU</b>	<i>International Geographical Union</i>
<b>IHGP</b>	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
<b>IMOPEC</b>	Instituto da Memória do Povo Cearense
<b>IPHAN</b>	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
<b>IUCN</b>	<i>International Union of Conservation of Nature</i>
<b>IUGS</b>	<i>International Union of Geological Sciences</i>



<b>MMA</b>	Ministério do Meio Ambiente
<b>ONG</b>	Organização Não Governamental
<b>PAN</b>	Plano de Ação Nacional
<b>PIBID</b>	Programa de Iniciação à Docência
<b>PRU</b>	Plano de Requalificação Urbana
<b>SAEEC</b>	Serviço de Água e Esgoto do Estado do Ceará
<b>SEAD</b>	Secretaria de Administração
<b>SEBRAE</b>	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
<b>SECULT</b>	Secretaria da Cultura
<b>SECULTMA</b>	Secretaria da Cultura e Meio Ambiente
<b>SEMA</b>	Secretaria Estadual do Meio Ambiente
<b>SEMACE</b>	Superintendência do Meio Ambiente do Ceará
<b>SESC</b>	Serviço Social do Comércio
<b>SNUC</b>	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
<b>SRH</b>	Secretaria dos Recursos Hídricos
<b>SPU</b>	Sistema de Protocolo Único
<b>UC</b>	Unidade de Conservação
<b>UFF</b>	Universidade Federal Fluminense
<b>UICN</b>	Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais
<b>UIPN</b>	Proteção da Natureza
<b>UNESCO</b>	Organização das Nações Unidas
<b>UFCA</b>	Universidade Federal do Cariri
<b>URCA</b>	Universidade Regional do Cariri
<b>TAC</b>	Termo de Ajuste de Conduta

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>20</b>
<b>1</b>	<b>TERRA, TERRITORIALIDADE E IDENTIDADE NO CARIRI CEARENSE: DA NATUREZA AS NARRATIVAS.....</b>	<b>35</b>
1.1	GEOSSÍTIO BATATEIRA: TERRITÓRIO, CONSTRUÇÕES NARRATIVAS E HISTÓRIA.....	55
1.2	NARRATIVAS MÍTICAS: LENDA DA PEDRA DA BATATEIRA.....	72
1.3	PATRIMÔNIO NATURAL.....	84
1.3.1	<b>Fonte da Batateira: dos usos aos abusos culturais desse patrimônio natural.....</b>	<b>84</b>
1.3.2	<b>Localização geo-histórica.....</b>	<b>85</b>
1.3.3	<b>A Nascente da Batateira e a sua importância como habitat e sobrevivência do Soldadinho do Araripe.....</b>	<b>99</b>
1.3.4	<b>Usina hidroelétrica.....</b>	<b>105</b>
<b>2</b>	<b>SÍTIO FUNDÃO: LUGAR DE PRÁTICAS SOCIAIS E AMBIENTAIS NUM ESPAÇO TERRITORIAL PROTEGIDO.....</b>	<b>109</b>
2.1	JEFERSON DA FRANCA ALENCAR E SUAS PRÁTICAS SOCIAIS E AMBIENTAIS NO SÍTIO FUNDÃO.....	117
2.2	QUEM FOI O SENHOR JEFERSON DA FRANCA ALENCAR? .....	122
2.3	SÍTIO FUNDÃO: ESPAÇO DE DISPUTAS.....	130
2.4	SÍTIO FUNDÃO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL....	146
<b>3</b>	<b>PATRIMÔNIO NATURAL E OS USOS SOCIAIS NO GEOSSÍTIO BATATEIRA: UMA INTERPRETAÇÃO DA NATUREZA, DA PAISAGEM E DO ESPAÇO .....</b>	<b>162</b>
3.1	PONTOS DE (RE)VISÃO SOBRE PATRIMÔNIO NATURAL.....	162
3.1.1	<b>Tombamento do Sítio Fundão - Um instrumento à serviço da preservação do patrimônio natural e histórico e na produção espacial do Geossítio Batateira .....</b>	<b>171</b>
3.1.2	<b>PLANO DE MANEJO DO PESF - Uma “nova condição” na defesa do Patrimônio Natural, histórico e Cultural .....</b>	<b>176</b>
3.2	ELEMENTOS PARA A CRIAÇÃO DO PLANO DE MANEJO DO PESF.....	179

<b>3.2.1</b>	<b>Naturais, históricos, ambientais e culturais .....</b>	<b>179</b>
<b>3.2.2</b>	<b>Turismo: Uma “<i>nova condição</i>” na construção da cartografia social do Geossítio Batateira .....</b>	<b>203</b>
	<b>CONCLUSÕES .....</b>	<b>207</b>
	<b>BIBLIOGRAFIAS E REFERÊNCIAS.....</b>	<b>215</b>

## INTRODUÇÃO

[...] la tesis marca a la vez el fin de una etapa en la carrera de estudiante en la enseñanza superior y el comienzo de una nueva fase, con frecuencia aquella de investigador o de profesor-investigador. [...] La tesis doctoral depende de una experiencia de investigación y de vida en la cual entran en juego numerosos criterios [...]. En suma, la tesis es con frecuencia vivida como una experiencia muy individual, propia de situaciones por completa heterogéneas. El acercamiento a través del relato de experiencias por parte de investigadores, así como los consejos de orden general que se pueden desprender a partir de esos relatos, son con frecuencia limitados por la singularidad de los casos personales (HUNSMANN; KAPP, 2013, p. 2-5).

O trabalho doutoral expressa a “arte do fazer”, pois envolve os desafios encontrados ao longo dessa trajetória. Dúvidas, medos, angústias, solidão, tudo isso foi entrecruzado com a responsabilidade assumida.

Percorri as memórias<sup>2</sup> referentes às minhas experiências acadêmico-educacionais, buscando novamente a sensação de ser aluna, e dessa vez, num Curso de Doutorado. Logo, essas lembranças suscitam em mim algumas questões e sentimentos que envolvem o ponto de partida, isto é, a sala de aula, lugar onde tudo foi gestado. Explico: Ao ministrar a disciplina Projeto de Pesquisa em História, ofertada no Curso de História da Universidade Regional do Cariri (URCA), procuro conhecer as intenções de pesquisa dos alunos. Entre as questões iniciais que são colocadas em pauta nessa disciplina, está o “recorte temático” e suas motivações sociais – o interesse do pesquisador; a relevância do tema; a viabilidade da investigação; a originalidade envolvida. Em um desses momentos, onde procurava cumprir os objetivos dessa disciplina, minhas inquietações acerca do que seria o meu desejado “recorte temático” foram catalisadas: “Sempre escreveremos a partir dos olhares possíveis em nossa época, e necessariamente escreveremos não só aquilo que de nossa parte consideramos ser relevante, mas também sobre aquilo que tem relevância para os nossos contemporâneos” (BARROS, 2012, p. 44).

Logo, tratei de tirar da gaveta os resultados do projeto que havia coordenado junto ao Programa de Iniciação à Docência (PIBID)<sup>3</sup>. Não tinha dúvidas: dali sairia a

---

<sup>2</sup> Cf. (HALBAWCS, 1990, [1950]); (LE GOFF, 1996); (POLLACK, 1992).

<sup>3</sup> Nesse Programa, é desenvolvido o Projeto intitulado História e Meio Ambiente: Geossítios, ensino e desenvolvimento local.

tão desejada Tese de Doutorado<sup>4</sup>. O que eu não sabia, era o caminho que devia seguir. Aquele conjunto de fontes catalogadas, resultado de todo um esforço empenhado, indicava que esse estudo se voltaria para a História Ambiental, afinal, a observação do Cariri cearense<sup>5</sup> segue dois motes: religião e natureza. Várias versões de projetos foram escritas, até que uma delas finalmente me levou a ingressar no Curso de Doutorado Interinstitucional UFF/URCA, no ano de 2016. Nas primeiras leituras foram formuladas novas questões que, até então, não haviam sequer sido ventiladas.

O contato com essas novas leituras me permitiu entender que a minha proposta inicial era muita pretensiosa, uma vez que objetivava realizar uma “Análise do processo identitário e cultural das comunidades rurais no entorno dos Geossítios no Cariri cearense nas décadas de 1990 a 2000”. Com tal proposta, iria analisar nove Geossítios inventariados. Contudo, foi necessário selecionar um Geossítio.

---

<sup>4</sup> Cumpre explicar que, ao relatar minha experiência mostrando o encontro com o tema e o objeto de pesquisa deste estudo, amparei-me nas afirmações de Gilson Porto Jr. e Auberg Lopes Neves (2007, p. 61) quando disseram: “A pesquisa que se desenvolve no âmbito do trabalho do historiador/professor, refere-se, antes de qualquer coisa, a uma atitude cotidiana da busca de compreensão dos processos historiográficos e ao desenvolvimento de uma autonomia na interpretação da realidade e dos conhecimentos que constituem seus objetos de pesquisa/ensino. Essa autonomia-própria da maturidade de pesquisa-habilita o historiador/pesquisador a “ver” o sentido dos acontecimentos por seu próprio olhar, evitando de se embasarna bibliografia, repetir indefinidamente e sem nenhum avanço no pensar histórico”. Encontrei, também, respaldo nos argumentos de Helena Isabel Muller (2007, p. 21) expostos no texto ‘História do tempo presente: algumas reflexões’, quando a autora discute a prática da história do tempo presente mostrando que revela a boa prática do profissional e que, dessa forma permite ao historiador ser um historiador – participe, contemporâneo e elo de ligação entre o período descrito e a escrita da história propriamente dita.

<sup>5</sup> Ao fazer uma abordagem regional do Cariri cearense, refletindo sobre os sentidos da região explorando e exercitando o quadro referencial do estudo regional no desenrolar da história e do chamado Cariri cearense, a geógrafa Maria Soares da Cunha (2012) mostra como o Cariri cearense, enquanto espaço, foi identificado como região. Aspectos que, segundo essa pesquisadora, foram levados em consideração em vários momentos da historiografia do Cariri cearense, fazendo surgir discursos que forjaram uma identidade regional para este espaço, Cariri cearense, no qual a expressividade da natureza nessa região, marcada por uma paisagem diferenciada, a torna diferente das demais áreas do sertão nordestino, graças às inúmeras fontes d’água que jorram o ano inteiro. Aspecto este que serviu para formalizar várias construções discursivas, a mais famosa e, talvez a mais antiga que relaciona essa região a um “oásis”, expressão que já se encontra registrada no livro de Thomaz Pompeo de Sousa Brasil conhecido como Pompeu Sobrinho (1864). Nesse estudo, a natureza na região já é destacada pelo autor que escreveu: “Aspecto physico e natureza no sólo. A comarca do Crato fica no valle formado pela serra do Araripe, que se chama Carirys, nome derivado da tribu indigena que n'ella habitava. O terreno é baixo, entrecortado de ribeiros e oiteiros, como todo o sopé de serra, circumdado pelo Araripe, de cujas faldas emanam rios abundantes a gua, que em vários corregos banham, fartamente a quelle solo fertilissim o - e rico de produção. A canna, legumes, mandioca, algodão, e nas faldas da serra o café, dão como eia parte alguma. A agricultura é a industria principal do paiz, e para alli correm não só a prover-se de mantimentos, como a refrigerar-se das seccas os habitantes dos sertões visinhos da Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Parahyba e Piahy. O valle é sem exageração de uma riqueza e vastidão, que faz lembrar o Oasis da Èybia para onde correm os arabes do deserto” (BRASIL, 1864, p. 102). O Cariri cearense continuará sendo apresentado ao leitor já no primeiro capítulo.

Aos poucos, tudo foi sendo acomodado em seus lugares. Incertezas, angústias e decepções aos poucos se esvaziaram, dando lugar a outros sentimentos que foram se fortalecendo cada vez mais. Li um conjunto de textos que tratavam sobre os caminhos que conduzem o cientista social para a escrita da sua tese doutoral, em um deles, escrito por Jean-Pierre Olivier de Sardan e intitulado, *El Proyecto de tesis: Um proceso interactivo*, é possível ler:

[...] Para el doctorando constituye un documento de referencia, es la trama de su propia tesis que somete a su propia lectura y a su propia crítica y que le permite a él mismo evaluar la pertinencia y la coherencia del dispositivo. [...] A este respecto la escritura de su proyecto tiene el valor de un *test* que exige del doctorando tanto rigor argumentativo como claridad de exposición. Si el uno y/o la otra son deficientes, se pueden alimentar serias inquietudes en cuanto al futuro de la tesis [...]. Respecto de esto uno no puede más que apelar a las capacidades tácticas del doctorando y desearle un uso eficaz del más o menos margen de maniobra de que dispone frente a eso que puede a veces aparecer como “mandatos contradictorios”... **En definitiva, es el doctorando quien “habita” su tesis y es el “patrón de su obra”**. En esas circunstancias, corresponde a él tomar ciertos riesgos y aceptar o no ciertos compromisos. El proyecto no escapa a esas circunstancias (SARDAN, 2013, p. 14, grifo nosso).

A compreensão que tive desse texto abriu “um novo rumo” a este estudo. O trabalho se voltou para análise específica do Geossítio Batateira – Memórias em movimento: tramas territoriais e ambientais no Cariri cearense (localizado no atual Geopark Araripe<sup>6</sup>). Parti do entendimento de que o referido espaço, Geossítio Batateira, é uma “construção social” em um processo de (re)configuração identitária, que implica, sobretudo, numa reflexão sobre como se processa a materialidade desse território, Geopark Araripe, tal como pensou Saquet (2015, p. 23) ao problematizar a discussão sobre a relação território-paisagem e elucidar “[...] diferentes perspectivas de compreensão da identidade, elemento central na constituição do território e da

---

<sup>6</sup> Criado em 03 de julho de 2006, o Geopark Araripe foi o primeiro Geopark no Brasil, e até pouco tempo atrás o único das Américas e do hemisfério sul. Está sediado na cidade do Crato, sul do Ceará, tendo como referência ambiental a Chapada do Araripe, espaço que serviu de justificativa para que viesse a ser reconhecido pela UNESCO, por se tratar de uma Bacia Sedimentar aonde se tem registrado um importante acervo fossilífero da era do cretáceo. Característica que o torna relevante aos interesses da UNESCO em promover, nesse tipo de Território, projetos voltados a Geoconservação, Geoeducação e o Geoturismo. Uma vez que estes espaços, no contexto da UNESCO, protagonizam lugares de enorme importância científica, ambiental e cultural, tendo em vista que cada tipo de patrimônio encontrado nesses lugares, que conforme princípios determinados pela UNESCO constitui importante requisito para referenciar estes lugares como Geossítios, ou seja, lugares que passam a integrar o Território Geopark, sendo um deles, o Geossítio Batateira, um desses espaços. Informo que outras considerações sobre o Geopark Araripe, ainda, constarão no primeiro capítulo deste estudo.

territorialidade”. Assim, a tese problematiza as narrativas<sup>7</sup> históricas produzidas sobre a natureza na região, compreendendo que elas são construídas socialmente por diferentes sujeitos históricos, enunciadores que constroem a ideia de território e territorialidade – a natureza e a paisagem na região são tomadas substancialmente por estas narrativas, implicando sentidos e significações ao Cariri cearense.

Constatações que fiz durante as atividades de pesquisa, quando um expressivo apanhado de fontes históricas, documentando a historiografia do Cariri cearense, foram sendo reveladas através de importantes temas e abordagens que procuram transitar em torno de questões relacionadas ao Cariri cearense, as quais produziram importantes estudos que contribuíram para promover um circuito de discursos e saberes sobre a região, com os quais se fizeram construir várias narrativas históricas relacionadas a esta região<sup>8</sup>, Cariri cearense. Nesse cenário, a natureza tornou-se um dos temas mais recorrentes. Havia, portanto, compreendido que as questões que surgiram a partir da minha prática docente envolvendo problemáticas do tempo presente acerca da relação do Caririense e o patrimônio natural dessa região estavam diretamente enviesadas nas tramas sociais e ambientais reelaboradas pelos usos dessas narrativas históricas, representadas por diferentes estilos e construídas em diversos momentos sobre a natureza no Cariri cearense.

Isso implica, sobretudo, na necessidade de interpretá-las de acordo com o “lugar social” em que essas impressões e registros sobre a natureza foram elaboradas, desde os cronistas e viajantes<sup>9</sup> que chegaram a esta parte do país, passando pela relação da memória de sujeitos históricos, e, ainda, pelos debates historiográficos que ajudaram a forjar a imaterialidade identitária do caririense, demonstradas a partir da relação que estes mantêm com o seu patrimônio natural e histórico.

---

<sup>7</sup> Por Narrativas históricas, segui as orientações de Paul Ricoeur no livro *Tempo e Narrativa*, obra onde o autor apresenta as narrativas históricas como sendo produto de “variações interpretativas”, nas quais encontram-se relacionadas autor-leitor-mundo, relação estabelecida através da narrativa, que conforme ele explica, “A configuração narrativa não é uma teoria, isto é, uma abordagem direta do tempo, mas uma construção poética que reconhece e dar sentido a experiência vivida”. Afinal, de acordo com Paul Ricoeur, “[...] a única maneira de abordar o tempo seria pela sua “imitação narrativa”, levando a concluir que a “A narrativa é significativa na medida em que ela desenha os traços da experiência temporal”. Esta tese apresenta um caráter circular “[...] a circularidade entre temporalidade e narratividade não é viciada, mas duas metades que se reforçam reciprocamente” (RICOEUR, 1983, p. 83-85).

<sup>8</sup> Torna-se oportuno informar que foi considerando o conjunto de narrativas históricas que apresentam a região do Cariri cearense como “artefato”, que procurei seguir o entendimento dado pelo Geógrafo, Haesbaert (2014, p. 40-41), ao tratar o conceito de região como categoria de análise.

<sup>9</sup> João da Silva Feijó (1800), George Gardner (1838-1839) e Francisco Freire Alemão (1859-60) são alguns desses intelectuais que deixaram registro das suas impressões sobre essa região.

O espaço denominado de Geossítio Batateira já fazia parte da paisagem cultural da Chapada do Araripe, bem antes da criação do Geopark Araripe, onde a culinária, os costumes, o artesanato e os mitos associados com outros elementos culturais se somavam imprimindo nesta um caráter identitário, que Figueiredo Filho (2010) denomina uma “ilha de histórias”. A percepção do território Cariri, com o seu patrimônio natural e histórico, fundamentou a proposta de criação do Geopark Araripe. Essa abordagem territorial se apresenta especialmente pelos atributos naturais e os usos sociais do patrimônio natural e histórico que dispõe o Território Cariri e, também, pelas disputas do espaço, especialmente da maior riqueza daquele Geossítio: a água, objeto de disputa desde os primeiros sesmeiros, que no período de ocupação das terras dos índios Kariri eram proprietários do referido espaço, hoje, denominado Geossítio Batateira. Assim, procurei analisar o território e as territorialidades em suas dimensões identitárias, apresentando este Geossítio como um espaço produzido socialmente por meio de diversas narrativas. Uma delas, e mais contemporânea, refere-se aos requisitos propostos pela UNESCO ao reconhecer determinados espaços como patrimônios naturais e históricos, como fonte de desenvolvimento.

Esta tese está dividida em três capítulos, apresentados da seguinte maneira: Cap. 1 – Terra, territorialidade e identidade no Cariri cearense: da natureza a narrativas; Cap. 2 – Sítio Fundão: lugar de práticas sociais e ambientais num espaço territorial protegido; Cap. 3 – Patrimônio Natural e os Usos Sociais no Geossítio Batateira: Uma interpretação da Natureza, da paisagem e do espaço.

O **primeiro capítulo** tem como objetivo problematizar as territorialidades que conferem identidade ao povo carirense que tem a sua constituição como um atributo impresso por narrativas históricas, que em grande medida, fizeram uso desse patrimônio natural a partir de marcadores carregados de significados sociais e culturais. Foram discutidas algumas obras sobre o Cariri cearense, por meio das quais procurei perceber, sobretudo, como os estudos contemporâneos procuraram interpretar os relatos dos cronistas e naturalistas que estiveram nessa parte do país nos séculos XVIII e XIX – deixando suas impressões sobre a natureza no Cariri cearense.

Para a escrita deste capítulo, foram cotejadas as narrativas (memorialísticas e historiográficas acerca da natureza no Cariri cearense). Por ser plural, o circuito de fontes escolhidas possibilitou articular, cruzar e, ainda, historicizar cada uma das enunciações discursivas – a análise das fontes favoreceu a compreensão da teia de



tramas territoriais que envolvem a natureza na região - projetando identificações territoriais pelas representações acerca do patrimônio natural e histórico da região do Cariri, a exemplo da Chapada do Araripe, espaço que se materializa enquanto um dos símbolos da territorialidade<sup>10</sup> do povo carirense. São diversas as narrativas produzidas acerca do espaço que a Chapada do Araripe ocupa no imaginário do povo carirense, com destaque para a força simbólica dessa paisagem natural, que de acordo com o pensamento desse representante da história ambiental, Warren Dean (2000, p. 24), “[...] paisagens são espaços naturais transformados, ou seja, entornos domesticados, aparados e moldados para se adequarem a algum uso prática ou estética convencional”.

No que se refere às narrativas orais, observei que elas “[...] têm a potencialidade de fazer viajar o ouvinte através da viagem narrada” (DELGADO, 2006, p. 43). A narrativa oral pode expressar a relação entre “identidade” e “representação”. Nesse sentido, os conceitos de identidade, representação e memória foram fundamentais para a leitura das narrativas orais nesta tese:

Identidade, representação e memória encontram-se inter-relacionadas. Por meio da memória, as comunidades e os indivíduos podem, por exemplo, construir representações sobre sua inserção social e sobre sua cultura. (...) As identidades culturais não são rígidas, são identificações sempre em curso. Em outras palavras, as identidades podem ser renováveis. (...) As identidades são representações coletivas contextualizadas e relativas a povos, comunidades, pessoas (...). Não há identidade sem alteridade (DELGADO, 2006, p. 62).

No primeiro capítulo quatro entrevistas<sup>11</sup> me permitiram mergulhar nas narrativas que tecem uma rede de tramas territoriais que conferem e dão sentido a identidade territorial do carirense, especialmente no que diz respeito aos usos sociais, diretamente relacionados aos patrimônios natural e histórico que se apresentam no espaço estudado, Geossítio Batateira. De acordo com José Carlos Sebe Bom Meihy

<sup>10</sup> Procuro conduzir o uso e reflexão sobre o conceito de territorialidade neste estudo, tomando como referencial teórico as definições de Haesbaert (2014, p. 64) sobre o referido conceito, Territorialidade que o define da seguinte maneira: “a territorialidade é também uma dimensão imaterial, no sentido de que enquanto “imagem” ou símbolo de um território existe e pode inserir-se eficazmente como estratégia político-cultural”.

<sup>11</sup> **José Humberto Tavares**. Entrevista concedida pelo ex-diretor do ICC. Crato, 05 abr. 2017; - **Francisco Xavier Rodrigues**. Mais conhecido como Sr. Chico Lino. Entrevista concedida pelo agricultor, morador do Sítio Lameiro. Crato, 18 abril, 2017; **Idalécio de Freitas**. Entrevista concedida pelo geólogo e coordenador do Geopark Araripe. Crato - CE, 17 maio 2017; **Nivaldo Soares de Almeida**. Entrevista concedida pelo coordenador executivo do Geopark Araripe. Crato - CE, 26 maio, 2017; **Angelita Leão De Alencar**. Entrevista concedida pela professora aposentada e agricultora. Crato - CE, 18 ago. 2018; **Edmundo da Franca Alencar Souza**. Entrevista concedida pelo radialista e ambientalista. Crato, 26 jul. 2018; **Inácio José Tavares Oliveira**. Entrevista concedida pelo agricultor, morador da Comunidade Sítio Luanda. Crato, 20 abr. 2014.

(2002, p. 168), “[...] não podemos confundir o ato da entrevista com a própria história oral”, pois, o encontro para a entrevista configura uma das etapas do projeto.

Seguindo os sentidos da história oral proposta por José Carlos Sebe Bom Meihy (2002) busquei a construção da rede de entrevistados a partir das condições de integração da identidade do grupo (colônia) a ser estudado: moradores do Cariri Cearense (do Geopark Araripe) que participam ativamente dos debates públicos sobre patrimônio e história ambiental na região. Os sujeitos sociais (colaboradores da pesquisa) por meio das suas memórias sobre o lugar, o espaço e o território construíram suas narrativas em uma rede de sociabilidade. As narrativas orais, trazidas para esse texto, estão inseridas num espaço em que tanto a relação social como afetiva do entrevistado com a temática em questão foi considerada, respeitando a plasticidade de tempo e espaços na elaboração da fala de cada interlocutor.

Faz-se necessário dizer, que todos os entrevistados vivem no Cariri cearense, alguns deles, habitam no espaço recortado para esse estudo, é o caso, do senhor Chico Lino<sup>12</sup> e do senhor Inácio<sup>13</sup> que moram no Sítio Lameiro. Os demais entrevistados, também, têm suas origens geográficas no mesmo espaço, ou seja, território Geopark Araripe. Acentuando, sobremaneira, a importância que assume cada um desses sujeitos históricos e, respectivamente, as suas narrativas sociais e ambientais representadas pela experiência, representação e memória, que foram mobilizadas nesse texto. O agendamento das entrevistas (local, horário) foi organizado de acordo com a disponibilidade de cada colaborador, de maneira, que isso implicasse em uma situação de confiabilidade e respeito, uma vez, que como pesquisadora entendo que os momentos que marcam o encontro do entrevistado com seu entrevistador durante as etapas em que são realizadas as entrevistas, sejam momentos marcados pelo respeito e compromisso - dimensões éticas da história oral.

---

<sup>12</sup> O primeiro contato com o senhor Chico Lino, foi mediado pelo pesquisador Heitor Feitosa Macêdo que, se encarregou de nos apresentar. Encontro, que aconteceu no antigo casarão do Sítio Lameiro, ainda de propriedade da família do ex prefeito Ossian Araripe, onde mora o senhor Chico Lino, que ainda vive sob a condição de rendeiro da propriedade. Não demorou para que novamente nos encontrássemos. Fui levada pelo senhor Chico Lino até a varanda, onde nos sentamos de frente para a Chapada do Araripe, e, onde parecia ter sido o lugar previamente pensado por ele, para que a entrevista transcorresse da melhor maneira.

<sup>13</sup> Trata-se da primeira entrevista que realizei, ainda durante a fase em que mapeava as fontes de pesquisa para a escrita do Projeto. A narrativa do senhor Inácio Tavares traz reflexões sobre usos sociais da comunidade do Sítio Luanda em relação a fonte da Batateira, já que este entrevistado é morador do Sítio Luanda, lugar onde fica a Nascente da Fonte da Batateira.

Tudo isso, só foi possível graças a uma rede de entrevistados que têm na sua trajetória as marcas das experiências do tempo vivido no espaço estudado e que alinhavam-se diretamente às problemáticas desse estudo.

Minhas inquietações em torno de como iria proceder para agrupar em eixos as narrativas históricas e as narrativas memorialísticas, de certa maneira ora funcionava, ora não. É o que tentarei explicar, por meio de uma situação experienciada durante a entrevista com José Humberto Tavares,<sup>14</sup> (ex-diretor do Instituto Cultural do Cariri – ICC)<sup>15</sup>. Como já informei, a pesquisa sobre o tema foi iniciada a partir de um projeto que desenvolvi quando coordenei o primeiro projeto do Programa PIBID no Curso de História da URCA, de maneira que alguns dos entrevistados já eram velhos colaboradores, é o caso do Professor Bebeto (ICC); do geólogo Idalécio de Freitas (Geopark Araripe), Nivaldo Soares (atual Coordenador Geral do Geopark). Foi, portanto, a partir dessa experiência no PIBID, que encontrei a rede de colaboradores, cujas narrativas orais aqueceram o debate público da região - catalisando sentidos para as tramas sociais e ambientais discutidas na presente tese.

Minhas intenções inicialmente eram permitir que os narradores fizessem uma incursão por meio de suas memórias que envolviam o homem, a natureza e a sociedade no Cariri cearense. Assim, cheguei ao meu primeiro entrevistado, Bebeto. E, com ele, o meu primeiro desafio, no que se refere propriamente ao ato da entrevista. Isso porque, no início procurei direcionar perguntas, acreditando que de certa maneira, seria uma boa estratégia para a conversa fluir. Que nada! A circularidade de suas memórias levava suas narrativas para outras questões. Exemplo disso, foi a entrevista com Bebeto, que mobilizou memórias projetadas em narrativas orais que ouvia no tempo de criança sobre a lenda da Pedra da Batateira. Como na época em que fiz a entrevista, Bebeto ocupava a função de diretor do ICC, o plano era sair dali, com um bom acervo oral sobre os intelectuais<sup>16</sup> do Instituto. Não demorou para que eu fosse surpreendida e, também,

---

<sup>14</sup> Conhecido como professor Bebeto, cedeu entrevista para esse estudo em, 05 de abril 2017 (Sede do ICC), quando ocupava a função de Diretor do ICC.

<sup>15</sup> Instituto Cultural do Cariri (ICC) - “fundado em 1953, tornou-se uma das principais instituições a dar suporte a escritas desses e de outros intelectuais caririenses, principalmente por meio da Revista Itaytera. Neste sentido, seu processo de institucionalização, bem como os discursos que emergiram do seu interior se tornaram imprescindíveis para a efetivação de algumas representações identitárias”, conforme nos esclarece estudo de doutoramento da pesquisadora Cícera Patrícia Alcântara Bezerra (2017).

<sup>16</sup> Composição da primeira diretoria do ICC para o biênio 1953-1954. Foi assim definida, conforme o historiador Ítalo José Bezerra Viana (2011, p. 44): Irineu Pinheiro, vice-presidente; Antonio Gomes de Araújo, secretário-geral; José de Figueiredo Filho, secretário; Antonio Levi Epitácio Pereira. O cargo de

presentada com as narrativas orais do seu tempo de criança, onde a lenda da Pedra da Batateira passou a ter um sentido enorme para o entrevistado, uma vez que as lembranças do tempo de criança, era remetida em várias situações. É o exemplo das reflexões realizadas sobre a usina hidroelétrica, com as suas memórias da época em que seu pai era o responsável pela casa de máquinas, e, portanto, uma função importante: ele era o responsável pelo controle dos horários em que a energia chegava até as casas no Crato e, também, quando era desligado o botão na “casa de força”, deixando todos no escuro, não restando outra alternativa, senão, ouvir as histórias contadas pelos mais velhos. Na tradição oral a contação preferida era a lenda da Pedra da Batateira. Restou me, claro, ouvir atentamente e respeitosamente, afinal, estavam ali diante de representações que dariam sentido às questões desse estudo.

Bebeto, Idalécio e Nivaldo<sup>17</sup>, me apresentaram outros nomes para a rede de entrevistados que eles próprios se encarregaram de estabelecer o contato. Por meio deles, cheguei a Edmundo Alencar, neto do senhor Jefferson, que prontamente aceitou um convite para tomar um café da tarde em minha residência. Por sua vez, naquela mesma ocasião, em que nos conhecíamos, já estabeleci o contato com dona Angelita, sua tia, e filha do senhor Jefferson para que me recebesse em sua residência para uma entrevista. Em um encontro agradável, fui recebida no fim de tarde e levada para seu lugar preferido da casa, o quintal, onde fui apresentada a suas roseiras floridas.

O conjunto dessas memórias, expressas em narrativas orais, ao mesmo tempo que serviu para mediar o olhar dos nossos entrevistados aos objetivos traçados para este estudo, também serviu para evidenciar a relação e cumplicidade que existe entre os procedimentos da história oral<sup>18</sup> e a história do tempo presente<sup>19</sup>. A opção pela história oral estimulou entrevistas que permitiram aos colaboradores o relacionamento das suas

---

tesoureiro foi destinado a Amaro José da Costa. Comissões permanentes foram formadas, tendo a Comissão de Sindicância e Finanças nomes como Raimundo de Oliveira Borges, Antonio Teodorico Barbosa e Joaquim Pinheiro. Para Comissão de Organização da Revista do Instituto, foram nomeados José de Figueiredo Filho, Pedro Norões e Francisco Souza Nascimento. Sob a responsabilidade de Décio Teles Cartaxo (então prefeito do Crato), Alúcio Cavalcante e João Ranulfo Pequeno, estava a Comissão de Ciências, Letras e Artes. Um ano após a fundação, o ICC contava com a participação feminina de Violeta Arraes e da professora Maria Edméia Arraes de Alencar (escritora e jornalista).

<sup>17</sup> Por se tratar de pessoas que fazem parte do ambiente de pesquisa da Urca, sempre mantive uma relação amizade desde a época em que coordenei o setor de História Ambiental do Geopark Ararape, de modo, que isso se constituiu como um elemento facilitador no trânsito com as entrevistas e na constituição de da rede de entrevistados.

<sup>18</sup> Cf. (ALBERTI, 2004); (FERREIRA, 1996); (MEIHY, 1990; 1996); (NEVES, 2006); (PORTELLI, 2010); (THOMPSON, 1992).

<sup>19</sup> Cf. (FERREIRA, 1996); (DELGADO; FERREIRA, 2013); (PORTO, 2007); (LAGROU, 2007).

vivências aos eixos selecionados para catalisar as narrativas (a partir do tema da tese). A análise das narrativas orais potencializou a discussão que envolve o homem e natureza no espaço estudado, sistematizadas e orientadas pelos pressupostos da História Ambiental. Como explica Martins (2007, p. 31. Aspas no original):

A história ambiental rejeita a suposição de que a experiência humana seja isenta de restrições naturais, de que a humanidade constitui uma espécie única e isolada, mas que “em qualquer sociedade, a natureza é fonte de valores e representações intrincadas, complexos, contraditórios, que nutrem as artes, as religiões, os mitos, os saberes”.

Para além das entrevistas, as diferentes narrativas sociais e ambientais foram discutidas, de modo a me fazer dimensionar formas distintas de percepção e sensibilidade do caririense em relação ao patrimônio natural e histórico do espaço estudado. Sobre a relação que mantém o caririense com a paisagem natural da região, procurei seguir as indicações de Simon Shama (1945), por apresentar indícios de uma história do debate público na região; a partir daí foi possível compreender que aspectos significativos da tese apontavam para as questões socialmente vivas do tempo presente – o debate contemporâneo a partir dos últimos acontecimentos que envolveram o patrimônio natural e cultural do Geossítio Batateira, para explicar como se processa a construção de uma rede de tramas sociais e ambientais que, orientam e dão encaminhamento a construção da imaterialidade identitária do caririense. Para tanto, a pesquisa é sensível aos debates sobre narrativas orais na história do tempo presente para dimensionar os sentidos da construção de uma memória social (com as suas tradições inventadas<sup>20</sup>).

Neste estudo, a relação do caririense com a natureza, marca um repertório de tradições inventadas, especialmente, no tocante ao patrimônio natural encontrado no espaço estudado, caracterizado principalmente pelos novos sentidos que são informados através do conjunto de práticas sociais e ambientais que se ligam “[...] através de instrumentos que asseguram ou expressam identidade e coesão social”, conforme nos ajuda a pensar Eric Hobsbawm e Terence Ranger (1984, p. 271).

Segui com a proposta de analisar os conflitos que aparecem na posse e propriedade desse espaço a partir de elenco de textos, que incluem títulos clássicos e

---

<sup>20</sup> Cf. (HOBSBAWM; RANGER, 2008).

uma extensa produção de textos historiográficos<sup>21</sup>. Para isto, inicialmente, fiz uso de estudos e documentos que nos apresentaram aos primeiros conflitos pela posse da terra dos índios Kariri, pertencentes à família tronco-linguística Kariri. Esses estudos são apresentados como instigantes fontes de pesquisa por se caracterizarem pelo que estes documentos informam sobre a historiografia do Cariri cearense, abordando através dos mais variados temas, inclusive, versando sobre os índios Kariri. Estas obras mostram desde a chegada dos índios Kariri no vale do sul cearense da Chapada do Araripe até a instalação destes em 1740 na aldeia do Miranda, espécie de aldeamento artificial formado por índios aldeados, fundada e administrada pelo frade capuchinho, o frei italiano Carlos Maria de Ferrara<sup>22</sup>. Abordam e analisam também, o evento que marca a expulsão e transferência desses índios aldeados de suas terras para os aldeamentos do litoral, em 1780, por ordem do então Governador Geral de Pernambuco, José Cesar de Menezes. De acordo com a historiografia local<sup>23</sup>, antes de serem transferidos, os índios viram as terras que havia lhes sido doadas passar a qualidade de terras foreiras, ou seja, foram cedidas a terceiros pela Câmara do Crato.

Desse episódio, parte dos índios da aldeia se transfere para o Sítio Lameiro, espaço que de acordo com as fontes, durante o século XVIII, fez parte do território da Missão do Miranda. Pouco antes desses acontecimentos, a antiga aldeia do Miranda havia sido elevada à vila (Real Vila do Crato em 1764)<sup>24</sup>.

---

<sup>21</sup> Compõem o circuito de recentes produções que tratam sobre os Índios Kariri, os seguintes títulos: **Os Kariri -resistências à ocupação dos sertões dos cariris novos no século XVIII**- Tese (Doutorado em História) de Antonio José de Oliveira (2017). **Índios Cariri, identidade e Direitos no século XXI** - Tese (Doutorado em Direito Econômico e Socioambiental) de José Patrício Pereira Melo (2017).

<sup>22</sup> Na missão do Miranda, “Além dos exercícios religiosos, para que eram chamados, os índios ocupavam-se da caça e plantavam em um brejo que ficava em frente ao arraial, o qual está hoje aterrado e nenhum vestígio apresenta de seus antigos pântanos nem d’uma lagoa, ora convertida em plano e duro chão. Além da capella e de uma cabana de palha no fundo desta, servindo de aposento do missionário, algumas escolas havia em torno da lagoa e, mais ou menos no lugar onde foi a antiga ribeira, havia uma longa casa igualmente coberta de palha, com aviamentos de fazer farinha. Ahí, os índios, homens e mulheres, trabalhavam por tarefa, debaixo da foz de um feitor índio e de um diretor branco. Ora fiavão para se vestirem, ora manipulavão a mandioca para se sustentarem; tudo em perfeita comunhão” (SANTOS, 1888, p. 76).

<sup>23</sup> **A Cidade de Frei Carlos** (1971); **Efeméridos do Cariri** (Edições UFC, 2010); **Ensaio Ensaístico da Província do Ceará**. (Tomo I, Ed.Fac-símile da de 1863, Fortaleza, Fundação Waldemar Alcântara, 1997, p.235), **Os Kariri-resistências à ocupação dos sertões dos cariris novos no século XVIII** (2017) juntamente com outros títulos compõem alguns estudos exponenciais que tratam sobre estratégias utilizadas pelos índios Kariris, uma delas a Lenda da Batateira, criada pelos índios, após uma parcela destes índios terem se refugiado no Sítio Lameiro, quando foram obrigados a deixar as terras que havia sido doadas em 1743 pelo capitão-mor Domingos Álvares de Mattos e sua esposa, Maria Ferreira da Silva, ao Frei Carlos Maria de Ferrara, que daria origem a Missão do Miranda.

<sup>24</sup> De acordo com o pesquisador Heitor Macedo, “[...] os historiadores são praticamente unânimes em apontar o dia 21 de junho de 1764 como sendo a data oficial em que a Vila do Crato foi criada/e ou

A leitura dos clássicos da literatura regional<sup>25</sup> que abordam questões referentes à expulsão dos índios Kariri foi acessada de maneira a estabelecer uma relação dessas narrativas históricas que tratam de apresentar a lenda em torno da Pedra da Batateira<sup>26</sup>, com os usos do passado, confirmando, assim, a chegada dos índios no espaço, hoje denominado Geossítio Batateira.

---

inaugurada por ato do então ouvidor-geral do Ceará, dr. Vitorino Soares Barbosa”. Data que para este pesquisador, faz estabelecer certa confusão entre os dois atos públicos: criar e inaugurar, já que a Capitania do Ceará seguia o programa político e econômico de reestruturação do Estado português idealizado pelo Marquês de Pombal. De modo que a Missão do Miranda, assim como outras aldeias indígenas seguiram a orientação pombalina, através a Carta Régia de 14 de setembro de 1758. Motivando divergências em relação a data de criação da Vila Real do Crato, apontada por alguns como data provável, 06 de agosto de 1763. Para outros, 14 de junho de 1764; ou ainda, 21 de julho de 1964, data aceita por Pedro Théberge” (MACEDO, 2015, p. 257-288).

<sup>25</sup> No livro: ‘O fato e a fábula: o Ceará na escrita da História’ (2012), o historiador Francisco Régis Lopes, procura como ele próprio diz, “seguir as sugestões de Foucault na sua “arqueologia”, para estudar autores de História do Ceará. Isso porque de acordo com Ramos (2012, p. 180), “A primeira História do Ceará foi, a rigor, uma História do Cariri”. Ou seja, de acordo com este pesquisador, “o campo da História do Cariri” só viria se tornar relativamente autônomo, a partir do momento em João Brígido e outros autores viriam chamar o Cariri de “Sul do Ceará”. Questão que se firma, segundo ele, quando “Em meados do século XX, Irineu Pinheiro publicaria O Cariri: seu descobrimento e, povoamento e costumes. Dava-se a entender, portanto, que a região tinha mesmo uma particularidade de no tempo e no espaço”, escreveu Ramos (2012, p.184).

Baseada nos argumentos de Ramos (2012), esta análise foi apoiada nos Textos Clássicos, que nas suas temáticas procuraram tratar sobre o Cariri cearense, estando entre eles, os textos de: Thomaz Pompeu Sobrinho. Edição fac. símile, 1997 (edição original:1864); João Brígido (2007 (1ed. 1888, edição produzida do Diário de Pernambuco de 1861-fac-similar)); Pedro Théberge (1973 (1 ed. de 1869)); Irineu Pinheiro (1950); Padre Antonio Gomes de Araújo (1973); José de Figueiredo Filho (2010 [1963]): Efeméridos do Cariri, obra publicada postumamente.

<sup>26</sup> Antonio Gomes de Araújo ‘A Cidade de Frei Carlos’ (1971, p. 102). Nesta obra, Padre Antonio Gomes de Araújo mostra a Lenda da Pedra da Batateira como parte da astúcia dos índios Kariri, para enfrentar a invasão dos colonizadores, fazendo-se recorrer ao “mito da escatologia da submersão do vale nas águas do Lago Encantado”, origem dos Kariri; LIMA VERDE, Roseane (2015, p. 108 -142), por sua vez, procura mostrar como “A Lenda da Pedra da Batateira, se apresenta numa primeira análise, essencialmente uma “lenda” compreendida como uma narrativa transmitida oralmente pelas pessoas com o objetivo de explicar acontecimentos misteriosos ou sobrenaturais”. Para tanto, essa pesquisadora faz um excelente exercício mostrando que: “Por volta de 1779, os Cariris atribuíram essa profecia ao Frei Vital Frescarolo, Missionário Capuchinho. Em um momento de crise de dissolução da cultura e do sentido de “comunidade”, os caboclos Cariris buscaram assim, uma autoridade exterior para dar à lenda foros de verdade sagrada e manter a coesão do grupo. (...) Esse “caldo mítico” original foi propício à fecundação e eclosão dos futuros movimentos religiosos. Os “expulsos do Paraíso” sonhavam e ainda sonham com o seu retorno (GUIMARÃES; DUMOULIN, 2009, p. 12-13). Procurou tratar também, como a tradição oral concorreu no sentido de divulgar o mito em torno da pedrada da batateira, inclusive, mostrando a partir de autores lidos a diferença que existe entre lenda e mito. Nas suas andanças pelo Cariri, na época em que negociava com cachaça, Antônio Conselheiro escutou de caboclos da região a lenda da “pedra da Batateira”, a partir da qual fundamentaria a profecia que pregava nos sertões da Bahia: “O Sertão vai virar mare e o mar vai virar sertão”. A lenda, com o tempo passou por modificações ao sabor das necessidades históricas. Para os romeiros que chegavam a Juazeiro, a profecia da grande enchente era inquietante, pois significava que Juazeiro ia também ser inundado. Surgiu então, a “boa nova” de que o Padre Cícero amarrara a “pedra da Batateira” com grossas correntes de ferro e teria pedido a proteção da Mãe do Belo Amor. A pedra só iria rolar no final dos tempos e Juazeiro seria suspenso no céu para que as águas passassem devorando as iniquidades do mundo. Baixadas as águas, teria início a era do “Espírito Santo”, e os pobres e deserdados da terra, herdariam o “paraíso”.

O Sítio Lameiro fica no entorno da Chapada do Araripe, a fonte d'água com maior vazão de todo o vale carirense: A fonte do Rio Itaytera ou, atualmente, Batateira. Lugar sobre o qual ainda hoje pairam tradições indígenas e resquícios da possível existência de um quilombo formado por gente de ascendência africana.

No mesmo capítulo, procurei dedicar maior atenção a este espaço, Geossítio Batateira. Nele, apresento sua configuração atual, especialmente pela particularidade que torna este Geossítio, diferente dos demais, isto porque seu espaço se caracteriza por ser rural e urbano. Rural porque no seu entorno estão localizados vários sítios a exemplo do Sítio Lameiro, Sítio Luanda, local de existência da fonte da Batateira e aonde os documentos atestam ser lá o provável lugar para onde inicialmente foram os índios Kariri, após serem expulsos.

No segundo capítulo, intitulado **Sítio Fundão: lugar de práticas sociais e ambientais num espaço territorial protegido**, segui analisando essa rede de tramas territoriais, sociais e ambientais a partir das práticas sociais e dos usos sociais que são verificados em torno do patrimônio natural e histórico que dispõe o Sítio Fundão. Foi levado em consideração o debate em torno da posse e propriedade do referido espaço, Sítio Fundão, envolvendo os agentes sociais: os herdeiros do Sr. Jefferson Alencar e o Governo do Estado do Ceará. Nas recentes querelas<sup>27</sup> envolvendo os herdeiros do Senhor Jefferson Alencar, ex-proprietário do Sítio Fundão e Governo do Estado do Ceará, em torno do Processo de Tombamento daquele espaço, atualmente uma Unidade de Conservação que faz parte do Geossítio Batateira, foi possível observar a construção de novas narrativas envolvendo a natureza e o patrimônio histórico-natural.

Nesse capítulo, procuro mostrar também que o Tombamento do Sítio Fundão partiu de iniciativas isoladas de alguns jovens artistas e intelectuais da região, já nos anos de 1970, de maneira que as práticas sociais desses sujeitos históricos – fortalecidos por um sentimento de afetividade e consciência preservacionista – serviu a intencionalidade destes, que somadas ao caráter de excepcionalidade (estético/cênico) da natureza e dos tipos de patrimônio encontrados naquele lugar, Sítio Fundão, serviu como referência para embasar as primeiras narrativas sociais e ambientais em defesa e proteção desse espaço e, ainda, como argumentos utilizados para legitimar a

---

<sup>27</sup> Muito embora, mais de uma década tenha se passado desde o tombamento do Sítio Fundão pelo Governo do Estado do Ceará, o ressentimento por parte de alguns herdeiros do Senhor Jefferson Alencar, ainda se faz sentir, traduzido por práticas que denotam a insatisfação destes, frente à decisão judicial de tomar o lugar que para eles tem o valor de um espaço de memória, em Parque Estadual.



reivindicação destes, no tocante ao reconhecimento do Sítio Fundão como espaço de relevância histórica, científica e sócio ambiental.

Os conceitos de patrimônio natural e histórico, desde o início desta investigação, instigaram uma imersão em estudos para a proposta de redação do terceiro capítulo que tem como título: **Patrimônio Natural e os Usos Sociais no Geossítio Batateira: Uma interpretação da natureza, da paisagem e do espaço**. Nesse capítulo, procurei revisitar obras que perpassam os estudos sobre patrimônio a partir dos debates públicos nacionais e internacionais expressos em textos acadêmicos.

Em Simone Scifoni (2008), foi possível encontrar análises que colaboraram para a redação do referido capítulo. Ao refletir sobre o conceito de patrimônio natural, Simone Scifoni (2008) apresenta questões que imprimem “uma nova condição” para se pensar a natureza. Ao realizar uma análise sobre tombamento e sua relação com produção do espaço, ela mostrou-me as novas condições sociais, econômicas, culturais e políticas que aos poucos se tornam visíveis e, principalmente, necessárias no processo histórico. Especialmente, quando o assunto se volta para a proteção da natureza e envolve o processo de produção espacial. Proposta esta que, além de me levar a um envolvimento maior com este tema, patrimônio, ainda me alertou para a importância de tratá-lo neste estudo, guiando-me para a reflexão de outras questões.

Outro elenco de estudos permitiu-me seguir refletindo sobre o tema, Patrimônio. Um exemplo é o estudo de José Ítalo Bezerra Viana, intitulado: ‘As muitas artes do Cariri: relações entre turismo e patrimônio no século XXI’, na qual esse pesquisador procurou mostrar a relação entre o turismo que se desenvolve na região do Cariri e a natureza. Para além da questão regional, estudos como o de Françoise Choayay (2006), Canclini (2011), Candau (2014), Márcia Chuva (2012), Cezar Karpinski (2018) orientaram as leituras que envolvem o conceito de patrimônio na presente tese.

O Plano de Manejo do Parque Estadual Sítio do Fundão (2019) constituiu-se como fonte principal para este último capítulo. Documento que expressa os sentidos do “ser caririense” marcados pela interpretação que este tem registrado da Natureza, da Paisagem e do Espaço. Traços importantes que devem ser identificados em qualquer investigação que abraça a História Ambiental como um campo de estudos, já que no “[...] processo de apropriação da natureza pelos homens, estes constroem e reconstroem permanentemente espaços” (FUNES, 2002, p. 3).

Por outro lado, o Plano de Manejo também é lido neste texto, contemplando algumas das propostas que são apresentadas pela História Ambiental. Ou seja, entendi que no Plano de Manejo do PESF estão ali celebradas novas consciências críticas que permitirão construir novas identidades do caririense com o tipo de patrimônio natural e histórico identificado naquele espaço, Geossítio Sítio Fundão e, claro, novas narrativas sociais e ambientais envolvendo a natureza no espaço estudado.

O Plano de Manejo do PESF, além de ser interpretado como uma das principais fontes para este estudo, é compreendido, também, como “prática política”, uma vez que as questões que formalizaram a redação desse Documento foram construídas a partir de uma escrita que pensa um passado problematizado por questões vividas no presente, ou seja, esse documento foi elaborado levando em consideração demandas sociais e ambientais do tempo presente<sup>28</sup> que apontam para o debate público. Novos sentidos são elaborados para nortear e orientar as práticas sociais e ambientais desta agenda que marca a relação entre homem, natureza, patrimônio, preservação, educação ambiental. Enfim, narrativas sociais e ambientais que se estreitam através dos usos do passado que traçam a história do Sítio Fundão e do seu antigo proprietário, Jefferson da Franca Alencar, apresentado nos debates públicos atuais que compreende espaço estudado, Cariri cearense, como o primeiro grande ecologista dessa região, uma vez que suas práticas ambientais em defesa do patrimônio natural e histórico daquele lugar ressoam nos debates do tempo presente, através da criação desse documento, Plano de Manejo.

Assim, o esforço na escrita desta tese se faz em apresentar, através de narrativas históricas, memorialísticas e ambientais, os discursos que se cruzam envolvendo o homem e a natureza no espaço analisado, Geossítio Batateira e sua importância na constituição da imaterialidade identitária caririense.

---

<sup>28</sup> Henry Rousso, no texto: ‘A História do Tempo Presente, vinte anos depois’, fazendo referência a Pieter Lagrou registrou que: “A História do Tempo Presente é, efetivamente e estritamente, dependente de seu tempo” (2007, p. 281).

## 1 TERRA, TERRITORIALIDADE E IDENTIDADE NO CARIRI CEARENSE: DA NATUREZA AS NARRATIVAS

“Mainha, essa Chapada do Araripe<sup>29</sup> é aquela que a gente vê da janela da nossa sala!”<sup>30</sup>.

Tendo compreendido e, em boa hora, que “a natureza constitui um dos valores da identidade”, seja de um povo, de um grupo, ou mesmo de uma comunidade, foi criado o Geopark Araripe pela Rede Global de Geoparks *Networks* - *GGN*, conforme nos esclarece Boas (2012). Em junho de 2000, quatro regiões de países europeus (França, Alemanha, Espanha e Grécia) com características naturais e socioeconômicas semelhantes passaram a integrar a Rede Europeia de Geoparques (*European Geoparks Network*, *EGN*). Isto porque tinham a pretensão de fomentar o desenvolvimento socioeconômico e sustentável dos seus territórios, através da proteção do patrimônio geológico e da promoção do geoturismo. Crescendo rapidamente em importância, esta Rede Europeia de Geoparks logo passou a partilhar informações e conhecimentos entre os diferentes geoparques, no sentido de alcançar os objetivos acima referidos.

O reconhecimento e o sucesso dessa Rede se deram em 2001 quando ocorreu a assinatura de um acordo oficial de colaboração com a Divisão de Ciências da Terra da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que colocou a rede sob os auspícios dessa organização. Desde então, com base em

<sup>29</sup> Segundo consta no livro Geoparques do Brasil de Schobbenhaus e Silva (2012), a Chapada do Araripe cobre uma superfície com aproximadamente 180 km de comprimentos (na direção leste, oeste) e largura variável entre 30 e 50km. Compreendendo o extremo sul Ceará, noroeste de Pernambuco e leste do Estado do Piauí. No geral, o topo encontra-se entre as altitudes de 850 e 1.000 m, sendo que o desnível médio do topo da sua base pode chegar a 300m. É constituída por um maciço arenoso denominado Formação Exu e, mais abaixo, por uma formação rochosa impermeável denominada formação Santana. O fluxo de água corre sobre a formação rochosa até o sopé da Chapada, onde, segundo estudo do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM, 1996), surgem 344 fontes de água, sendo 293, no estado do Ceará, 43, em Pernambuco, e 8, no Piauí, conforme informa-nos o artigo Estudo Comparativo de Hidromedicação na Fonte Batateira, apresentado no IX Simpósio de Recursos Hídricos do Nordeste. Constitui um dos elementos que compõem a paisagem natural da Região do Cariri, e, portanto, emblemática na formação identitária dos pequenos caririenses que, aliados ao sentimento de pertencimento ao lugar, têm despertado as apropriações que estes realizam do território através dessas possibilidades que lhes são apresentadas (PINHEIRO, 1950 *apud* LIMA VERDE, 2015). Em nota explicativa, Heitor Feitosa Macêdo, In: O Tenente José Pereira Aço: a guerra entre ferro e aço, (2015) vai dizer que somente no século XX o relevo do Araripe passou a ser chamado de Chapada (Chapada do Araripe) por força de mudanças conceituais da ciência geográfica. No entanto, antes disso, conhecia-se esta elevação pelo nome de Serra do Araripe, o que ainda é usual entre os habitantes da região do Cariri.

<sup>30</sup> A epígrafe em destaque trata-se de um momento vivido com um desses pequenos caririenses, João Antonio, um pequeno ator social que, na ocasião, tinha apenas dez anos de idade e ao deparar-se com a gravura da Chapada do Araripe num de seus livros didáticos expressou muito bem como se reverbera essa apropriação simbólica entre os caririenses.

Schobbenhaus e Silva (2012), a UNESCO tem desempenhado um papel importante no desenvolvimento da Rede Europeia de Geoparques e tem usado o modelo europeu como o único a seguir para o lançamento dos geoparques, em nível mundial incluídos na Rede Global de Geoparques Nacionais (MCKEEVER *et al.*, 2010), habitualmente chamada de Rede Global de Geoparques ou *Global Geoparks Network* (GGN).

Essa rede foi aprovada em 2004, durante uma reunião realizada na sede da UNESCO em Paris, com representantes da comunidade científica de várias instituições, *International Geoscience Programme* (IGCP), *International Geographical Union* (IGU) e *International Union of Geological Sciences* (IUGS), juntamente com especialistas internacionais sobre patrimônio geológico e conservação. Os geoparques globais, até recentemente, têm-se concentrado na Europa e na China. Contudo, nos últimos anos existe uma grande iniciativa de expansão de geoparques no mundo inteiro. Em outubro de 2012, a GGN compreende 91 Geoparques globais, distribuídos por 27 países (SCHOBHENHAUS; SILVA, 2012).

O Geopark Araripe foi o primeiro, no Brasil, e, até bem pouco tempo atrás, o único da América Latina, constituindo:

[...] um território com limites definidos, onde se conjuga a geoconservação com um desenvolvimento econômico sustentável das populações que o habitam, sem esquecer as ligações com o restante do patrimônio natural (fauna e flora) e cultural (arqueológico, arquitetônico, etnográfico, gastronômico). Nestes territórios, procura-se estimular a criação de atividades econômicas suportadas na geodiversidade da região, em particular de caráter turístico, com o desenvolvimento empenhado das comunidades locais (SCHOBHENHAUS; SILVA, 2012, p. 32).

Sobre a ideia de criação do Geopark Araripe, o então secretário de Ciência, Tecnologia e Educação Superior do Ceará, Hélio Barros, informou que essa iniciativa teria partido do então diretor do Serviço Acadêmico de Intercâmbio Alemão (DAAD), Friedhelm Schwamborn, tendo o mesmo indicado o Geólogo Gero Hillmer, da Universidade de Hamburgo, como consultor no Brasil para que este pesquisador viesse desenvolver um estudo acerca da paleontologia da região do Araripe, no Cariri cearense, durante um ano, cujo apoio financeiro a referida investigação científica contou com o apoio de recursos e fundos oriundos do Ministério Alemão para Cooperação e Desenvolvimento (BMZ).

Dessa mesma Instituição Alemã, partiram, também, as contrapartidas financeiras para pagamento de despesas referentes às viagens e estágios na Universidade de Hamburgo para o então Reitor da URCA, André Herzog, bem como para o Diretor do Museu de Paleontologia da Universidade, Alexandre Feitosa (CASTRO; LINHARES, 2006, p. 322).

Tinha-se, portanto, no ano de 2003, ‘O nascimento da proposta’ de criação do Geopark Araripe, ideia esta fomentada e fortalecida graças ao apoio dado pela Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior do Ceará e sob a coordenação da Universidade Regional do Cariri (URCA), além de instituições<sup>31</sup> que se tornariam parceiras nessa proposta, cujo apoio a esta iniciativa foi assegurado pelo diretor-geral adjunto da UNESCO, Márcio Barbosa.

Assim, em dezembro de 2005, o Governo do Estado do Ceará apresentou postulação, junto à Divisão de Ciências da Terra, órgão vinculado à UNESCO, para o reconhecimento e aceitação do Geopark Araripe como membro efetivo da rede mundial de Geopark, sob a direção da UNESCO. Neste mesmo ano, através da Resolução/CONSUNI 013/2005<sup>32</sup> era instituída a criação do Geopark Araripe pela Universidade Regional do Cariri, no trecho da Caracterização Fundiária<sup>33</sup>, é possível observar que a maioria das pesquisas para a criação do Geopark está ligada a URCA:

[...] professores e estudantes da Universidade Regional do Cariri – URCA – que direcionou sua vocação regional para o desenvolvimento deste complexo populacional e geográfico da bacia do Araripe. Dentre as iniciativas nascidas na URCA destaca-se a elaboração dos primeiros estudos e projetos de reconhecimento da riqueza institucional e potencial desenvolvimentista que resultaram na escolha dos sítios de interesse social, econômico, arqueológico,

<sup>31</sup> À exemplo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM); Serviço Geológico do Brasil (CPRM); Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); Centro de Tecnologia Mineral (CETEM); Fundação Casa Grande Nova Olinda; prefeituras dos municípios que integram o Geopark; e Universidade da Califórnia, em Berkeley.

<sup>32</sup> Algumas fontes, a exemplo de matérias de jornais, na época, veiculavam a informação de haver um Decreto, o que não foi constatado, segundo apurei através de informação cedida pelo atual Reitor, Patrício Melo, e também presidente executivo do Geopark Araripe.

<sup>33</sup> Este documento constituiu como parte integrante dos relatórios da UNESCO “que validaram a proposição de suficiência do “*Application Dossier for Nomination ARARIPE GEOPARK, State of Ceará, Brazil*” através de uma missão de verificação de adequabilidade, sugerem que se concretizem novos passos em direção à CARACTERIZAÇÃO FUNDIÁRIA CADASTRAL DOS GEOSSÍTIOS e ESTUDO DE DESAPROPRIAÇÃO E REASSENTAMENTO EM ÁREAS DOS GEOSSÍTIOS para que o sistema de parques se consolidasse [...] [De modo a] identificar a situação patrimonial das áreas de geossítios e dar ciência aos gestores do programa, das espécies normativas e da identificação fundiária, potencializar as vocações locais e indicar, quando for o caso, a melhor solução jurídica para regulamentar os usos e conservação do patrimônio e, com isto, permitir de forma ordenada a visita e estudo dessa riqueza da humanidade” (MELO; BANDEIRA; QUEIROZ, 2008, p. 5-6, grifo nosso).

geológico e histórico, cultural e paisagístico, denominados *Geossítios*, dos quais, nove foram eleitos como representativos (MELO; BANDEIRA; QUEIROZ, 2008, p. 4).

Em 2006, a UNESCO reconhecia, portanto, a criação do Geopark Araripe, muito embora, conforme acrescenta o documento supracitado, “[...] já houvesse se incorporado aos programas permanentes de ensino, pesquisa e extensão da URCA através da Resolução/CONSUNI 013/2005 - ao mesmo tempo em que ao GEOPARK incorporou o Museu de Paleontologia de Santana do Cariri - ligado à URCA” (MELO; BANDEIRA; QUEIROZ, 2008, p. 5).

A preocupação com o patrimônio natural e cultural em acordo com a Geoconservação, enquanto ideia holística, modelo adotado pelos Geoparks europeus, foi fundamental para a criação do Geopark Araripe. Isto porque Ecologia, cultura e patrimônio natural deveriam estar presentes num mesmo planejamento estratégico. De modo a considerar os elementos de referência de natureza histórica e antropológica dos Geotopes<sup>34</sup>, bem como dos municípios em seu entorno, localizados no Cariri cearense e, especialmente, uma produção científica específica de análise da geodiversidade e geoconservação sob o olhar específico da História, Pré-História e das Ciências Sociais, contemplando os aspectos de preservação patrimonial, tanto de bens materiais como imateriais associados.

Onde a ideia de que a dimensão cultural – incluindo nela os conhecimentos locais (*knowledges*), artesanato, manifestações populares e festas, bem como aspectos específicos tais como culinária, tecnologias tradicionais e expressões de fé religiosa se apresentassem enquanto algumas das mais atraentes facetas e alguns dos maiores potenciais de atração de visitantes em relação ao Geopark Araripe. Exigências necessárias para a criação de um Geopark e, portanto, assumidas através de compromisso firmado junto a Rede Mundial de Geoparks, cujo acompanhamento se dá a cada quatro anos com o acompanhamento da UNESCO com a certificação do Selo

---

<sup>34</sup> A documentação consultada, “Caracterização Fundiária Cadastral dos Geossítios” informa que os Geossítios antes eram denominados GEOTOPES. Porém, com as sucessivas visitas ao Geopark do Naturtejo em Portugal por coordenadores de áreas, além e outros nomes que representam o Geopark Araripe, como o seu diretor executivo, representado pela pessoa do Reitor em exercício, foi compreendido que a melhor denominação para os sítios do Araripe seria GEOSSÍTIOS, denominação aceita pelos atuais estudiosos do tema. Visto que, passou-se a defender o termo Geossítio (de língua portuguesa), em detrimento de Geotope (termo alemão) (MELO; BANDEIRA; QUEIROZ, 2008, p. 5).

Verde<sup>35</sup>, cuja natureza se explica no reconhecimento do cumprimento de propostas concretas desenvolvidas em consonância com ações de preservação patrimonial e ambiental, nesses espaços, junto às comunidades que habitam no seu entorno para a promoção e divulgação de geo-produtos que em sua natureza de criação. Para isso, é necessário que sua natureza criativa implique em condições socioculturais e ambientais que envolvam um turismo sustentável lúdico e criativo de grande significado para o desenvolvimento dessas comunidades locais e que se tornam parceiras nessa proposta de Geopark. Conforme é demonstrado no trecho que segue, retirado da Revista do Instituto do Ceará escrito por Castro e Linhares (2006), intitulado “Geopark Araripe A história do passado escrevendo o futuro” que define e conceitua a proposta de um Geopark segundo a UNESCO como:

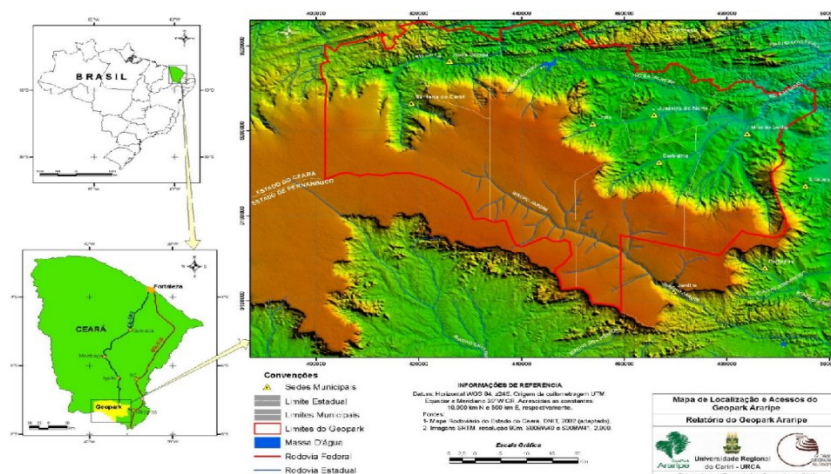
[...] uma proposta da divisão de ciências da terra da Unesco, voltada principalmente à promoção e proteção de territórios especiais com relevantes valores de patrimônio geológico-paleontológico, educacional, cultural e recreativo em nosso planeta, sua criação garante a proposta de desenvolvimento auto-sustentável, proporcionando melhoria de vida para a população da área, mas preservando a valorização do meio ambiente (2006, p. 321).

Conforme mapa abaixo, o Geopark Araripe abrange os municípios do Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri, numa área de 3.796km<sup>2</sup>.

---

<sup>35</sup> Diz matéria do Geopark Araripe [2012, não paginado], ‘Geopark Araripe conquista Selo Verde da Unesco’: “O tão esperado reconhecimento do trabalho realizado pelo Geopark Araripe chegou em 2012 com a revalidação do Selo Verde, chancela dada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), durante a 5ª Conferência Internacional de Geoparks no Japão em 2012. O Selo Verde, obtido pelo Geopark Araripe representa a provação de projetos desenvolvidos pelo Geopark durante os primeiros quatro anos de criação”. Disponível em: <<https://mail-attachment.googleusercontent.com/att>>. Acesso em: 22 out. 2012. Recentemente, no ano de 2016, o Geopark Araripe obteve Nova certificação da Unesco com o Selo Verde. A solenidade de certificação aconteceu durante a 7ª Conferência Internacional da Rede Global de Geoparks da Unesco, na English Riviera UNESCO global Geoparks, na cidade de Torquay.

**Figura 1 - Mapa com a localização do Geopark Araripe**



Fonte: Relatório do Geopark Araripe (2010)<sup>36</sup>.

Inicialmente, foram inventariados nove Geossítios<sup>37</sup>, entre os quais o Geossítio Pedra da Batateira, com o qual seguirei analisando esse Geossítio como um “Espaço simplificado”, configurado por uma cadeia de teias que conferem e dão sentido as tramas territoriais que contornam e reelaboram a identidade territorial, bem como as territorialidades do povo caririense.

**Quadro 1 - Mudança de nomenclaturas**

Nomenclatura antiga	Nomenclatura atual
Geotope Batateiras	Geossítio Batateiras
Geotope Granito	Geossítio Colina do Horto
Geotope Arajara	Geossítio Riacho do Meio
Geotope Devoniano	Geossítio Cachoeira de Missão Velha
Geotope Missão Velha	Geossítio Floresta Petrificada do Cariri
Geotope Nova Olinda	Geossítio Pedra Cariri
Geotope Santana	Geossítio Parque dos Pterossauros
Geotope Exu	Geossítio Pontal de Santa Cruz
Geotope Ipubi	Geossítio Ponte de Pedra

Fonte: baseado no site da Geopark Araripe (2010)<sup>38</sup>.

<sup>36</sup> Disponível em: <http://geoparkarripe.org.br/localizacao/>. Acesso em: 21 jan. 2019.

<sup>37</sup> Schobbenhaus e Silva (2012, p. 14) definem Geossítios como “lugares de interesse geológico, cujo valor destaca-os do meio circundante por seu interesse geológico científico e/ou educativo e/ou turísticos e/ ou cultural”. Compõem a lista dos nove Geossítios: Pontal da Santa Cruz (Santana do Cariri), Parque dos Pterossauros (Santana do Cariri), Colina do Horto (Juazeiro do Norte), Cachoeira de Missão Velha (Missão Velha), Floresta Petrificada do Cariri (Missão Velha), Batateira (Crato), Riacho do Meio ( Missão Velha), Pontal de Santa Cruz (Nova Olinda), Pedra Cariri (Nova Olinda).

<sup>38</sup> Disponível em: <http://geoparkarripe.org.br/geossitios/>. Acesso em: 21 ago. 2018.

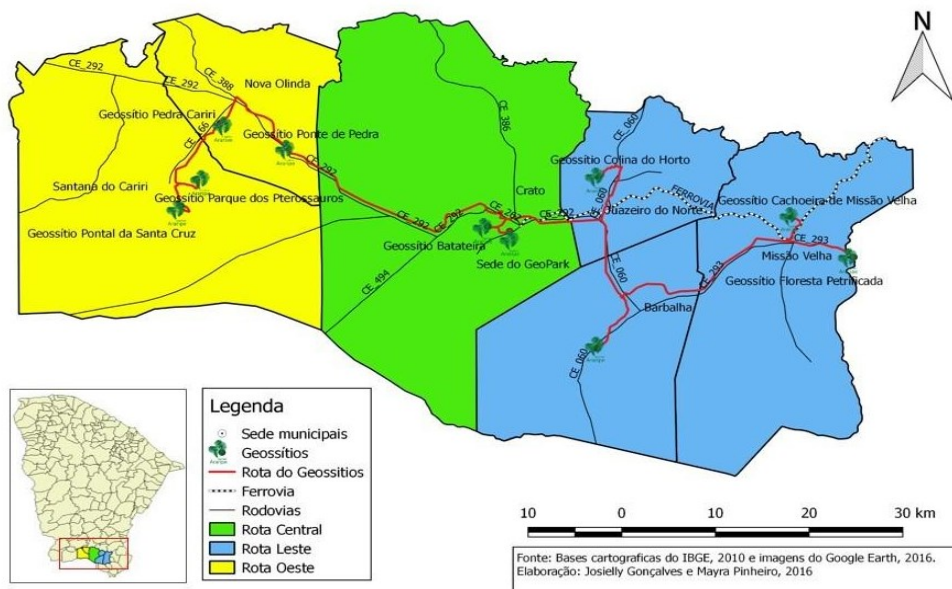


**Figura 2 - Mapa da localização dos municípios onde se situam os Geossítios**



Fonte: Melo, Bandeira e Queiroz (2008).

**Figura 3 - Mapa de localização dos Geossítios**



Fonte: Brasil, Soares e Bantim (2018).

O texto informa de maneira consistente a situação fundiária do espaço analisado, Geossítio Batateira. A intenção do referido documento era:

[...] realizar levantamento de dados de natureza jurídica dos nove Geossítios do Geopark Araripe (Exu, Arajara, Santana, Nova Olinda, Batateiras, Missão Velha, Devoniano e Granito – localizados nos Municípios de Santana do Cariri, Nova Olinda, Barbalha, Crato e Juazeiro do Norte), para constituição de um Diagnóstico do Geopark Araripe, com vistas a fornecer instrumentação legal de proteção e preservação ambiental dessas áreas e com isso consolidar as diretrizes propostas à UNESCO para o ingresso do Geopark na Rede Global de Geoparks (MELO; BANDEIRA; QUEIROZ, 2008, p. 7).

O subitem desse documento que trata sobre “Regime Jurídico de Proteção ao Meio Ambiente”, especialmente no item que aborda os “Espaços Territoriais Protegidos” dos autores Melo, Bandeira e Queiroz, (2008, p. 8). Fica esclarecido que:

Constituição Federal de 1988, artigo 225, recomenda-se às Unidades da Federação: União, Estados, Distrito Federal e Municípios a instituição de espaços territoriais a serem especialmente protegidos pelo poder público. Espaços Territoriais Protegidos são gêneros que albergam espécies várias de espaços protegidos, dentre eles: unidades de conservação, áreas tombadas, áreas de reserva legal dentre outros. São reconhecidos como sítios com significativos aspectos naturais ou artificiais que possam justificar sua proteção para as presentes e futuras gerações. O Poder público tutela especialmente estas áreas nos termos da legislação vigente, dentre elas: Decreto-Lei 25, de 1937 – que instituiu as áreas Tombadas – instituto que teve acolhida na constituição federal de 88; Lei 4.771, de 1965 – que instituiu o Código Florestal com áreas de reserva legal, áreas de preservação permanente, entre outras; e mais recentemente a Lei 9.985 de 2000 – que instituiu o sistema nacional de unidades de conservação – SNUC.

Interpretando, portanto, o que determina a legislação brasileira, através do Art. 225 da Constituição Federal, bem como a Lei 9.985/2000, o Geopark Araripe não pode ser interpretado enquanto um território protegido, conforme é previsto em legislação quando se trata das Unidades de Conservação, sendo esse o caso do Sítio Fundão que, como bem escreveu a pesquisadora portuguesa Mariana Pinheiro Vilas Boas quando esta dissertava acerca do Patrimônio Geológico do Geopark Araripe:

[...] existem áreas protegidas, dentro dos Geossítios do Geopark Araripe, cujo regime jurídico se enquadra segundo a legislação brasileira, fato que muitas vezes constitui a melhor forma de conservar um. Esta realidade vai de encontro com as diretrizes emanadas pela GGN (Rede Global de Geoparks), que sugerem a criação de áreas protegidas em parte do patrimônio inventariado (BOAS, 2012, p. 48).

Em que pesem as denominações “Território Cariri, Território Araripe, Território Geopark Araripe” considero o que escreveu Costa (2004, p. 95-96. Aspas no original) sobre o território, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espaço, “[...] desdobra-se ao longo de um continuum que vai da dominação político-econômica mais 'concreta' e 'funcional' à apropriação mais subjetiva e/ou 'cultural-simbólica”.

Compreender o Território Araripe, hoje também conhecido como Território Geopark Araripe, sob uma “perspectiva simbólica” onde os indivíduos têm as manifestações de sua existência intimamente ligadas ao território, se inscreve perfeitamente no pensamento de Raffestin (1993 *apud* MARIANI; ARRUDA, 2010, p. 5. Aspas no original) ao afirmar que “[...] ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator “territorializa” o espaço”.

Outro estudioso que vai pensar essa apropriação simbólica do território será Lefebvre (1986, p. 50), uma vez que esse autor vai afirmar que o espaço concebido, percebido e vivido é sempre socialmente produzido, portanto, um espaço-processo. Ou seja, uma vez apropriado pelos indivíduos, esses espaços passam a ser dotados de significados. De acordo com Costa (2014) “O poder de apropriação representa um processo muito mais subjetivo, carregado de marcas do “vivido” e do valor de uso dos territórios e suas manifestações culturais peculiares” (LEFEBVRE, 1986 *apud* MARIANI; ARRUDA, 2010, p. 5. Aspas no original).

O Geossítio Batateira incide, enquanto espaço recortado para tratar as questões propostas, a entender o Natural e Histórico; Patrimonial e Cultural; Político e Econômico, forjando, assim, novas identidades, novas territorialidades com o Território Cariri, afinal, “são as interações efetivas com o território que determinam as territorialidades”. Visto assim, entendo que, nesse Geossítio, as questões se tornam mais visíveis, materializando, assim, às intenções pautadas para esta análise. Isso porque, entendo ser um “espaço de significados” e de atributos que envolvem em sua própria história uma relação mítica com o Território Cariri, contada especialmente pelo mito fundador em torno da Lenda da Pedra da Batateira<sup>39</sup>, que se relaciona, principalmente,

---

<sup>39</sup> ‘Lenda da Pedra da Batateira’, um dos mitos fundantes da cidade, que remonta a presença indígena. Diz uma versão que a Chapada do Araripe era entrada para um lago encantado, cujo único acesso esta va guardado pela Pedra da Batateira. Assim que este lugar fosse profanado, a água, jorrando, iria inundar todo o Vale do Cariri e matara sua população inteira. Nesse tipo de narrativa, há elementos indígenas que constam da existência de “serpentes” e “mães d’água” e de forças encantadas, e elementos de

com a expulsão dos índios Kariri de suas terras, quando estes em resistência a empreitada de ocupação dos colonizadores em suas terras tampam a vazão d'água da Fonte da Batateira, conforme encontra-se registrada em texto de Padre Antonio Gomes, mais precisamente em seu livro, 'A cidade de Frei Carlos' (1971), uma de minhas fontes históricas. Constituindo, portanto, uma das questões que me permite sustentar a tese da existência de uma rede de Tramas Territoriais e as Territorialidades que conferem identidade ao caririense desde seu povoamento, conforme entendimento e importância dado ao patrimônio natural e histórico identificado naquele espaço, motivo pelo qual a agência da UNESCO lhe conferiu uma nova identidade espacial, identificando-o como um Geossítio, conforme dito anteriormente.

O Geossítio Batateira compreende um espaço inserido dentro do Parque Estadual do Sítio Fundão<sup>40</sup>, onde o rio Batateira cai formando a cascata do Lameiro e deixa ver as rochas claras e escuras formadas há cerca de 113 milhões de anos atrás e cujas águas em abundância fizeram funcionar as instalações da antiga casa de máquinas da segunda usina hidroelétrica do nordeste<sup>41</sup>, que constitui um dos equipamentos que agregam valor ao patrimônio material encontrado naquele espaço.

No livro, Geopark Araripe: História da Terra do Meio Ambiente e da Cultura está registrado que:

Nas margens do rio Batateira aflora uma intercalação de arenitos com uma rocha argilosa de cor escura (folhelho), ambos da formação do rio Batateira. Seu perfil geológico apresenta uma sequência de rochas sedimentares que registra o momento em que a região era caracterizada por ambientes fluvial /lacustre, onde os rios corriam formando eventuais ocorrências de planícies de inundação (níveis argilosos), sob um clima quente e semiárido, há aproximadamente 115 milhões de anos (Período Cretáceo). Nesta formação destacam-se os fósseis de conchas de microcrustáceos (ostracodes), fragmentos de vegetais e pequenos peixes. Estes fósseis são extremamente frágeis devido à composição e estrutura das rochas argilosas (folhelho) (CEARÁ, 2012, p. 107).

Ao me referir ao Geossítio Batateira como espaço de representações atribuo a ele um sentido cultural, social, subjetivo e, portanto, um espaço de significados onde estas representações, sejam elas históricas, naturais e, mesmo sociais, se projetam e se

---

narrativas cristãs como a ideia do Dilúvio e do Apocalipse. Disponível em: <http://geoparkararipe.org.br/geossitio-batateira/>. Acesso em: 15 mar. 2015.

<sup>40</sup> Unidade de Conservação que agrega no seu espaço um grande valor natural e histórico, sobre o qual nos debruçaremos a escrever no segundo capítulo desta Tese.

<sup>41</sup> Sobre a primeira usina hidroelétrica do Ceará, e sendo a segunda do Nordeste, me proporei a tratar ainda num dos itens desse capítulo.

estabelecem no processo de configuração do Território Geopark Araripe, de modo que se entende, serem os valores explicitados e atribuídos a este lugar, Geossítio Batateira, que o particulariza, ligando este lugar ao território Geopark Araripe como explica Cunha (2008, p. 186):

O lugar se torna território quando se explicitam os valores e dispositivos de poder de quem atribui os significados [...] [contudo] os lugares – constituem-se na medida em que os interlocutores os nomeiam e expressam os significados da experiência de formação que vivenciaram, nos espaços mencionados. [Considerando que] para se constituir em lugar é preciso que fique evidente a legitimidade dessa proposição formativa, que será percebida através de reconhecimento de sua pertinência e validade.

Refletindo sobre a noção de lugar proposta por Tuan<sup>42</sup> e tomando como ponto de partida a experiência intelectual moderna, problematizando a partir da contribuição do geógrafo Paul Vidal de La Blache (1845-1918), o historiador, José Otávio Aguiar, num de seus escritos<sup>43</sup>, diz que:

La Blache advogava que o ambiente e a sociedade se interfluenciavam, sendo desaconselhável abordar um domínio da geografia física separadamente das influências antrópicas. Com essa abordagem, o conceito de lugar ficou marcado por uma polissemia regular na evolução do estudo das relações entre história e cultura. Para La Blache, relações humanas específicas em contato com um dado meio natural geravam uma determinada paisagem, um determinado lugar. Esse lugar de acordo com ele seria objeto privilegiado da geografia (AGUIAR, 2017, p. 211).

Ao fazer um estudo sobre os vestígios arqueológicos do “homem pretérito”, que habitou o vale da Chapada do Araripe, Roseane Lima Verde (2015), se referindo a esse espaço, Chapada Araripe, como espaço vivido, informa-me que seu embasamento e compreensão devem-se, principalmente, pelo que confere a Geografia Humanista<sup>44</sup>,

---

<sup>42</sup> No seu texto, ‘Espaço e lugar: a perspectiva da experiência’ (1983, p. 6), este geógrafo diz que “As ideias de espaço e lugar não podem ser definidas uma sem a outra. Utilizando a categoria de experiência, diz, ainda, que “se pensamos no espaço como algo que permite movimento, então lugar é pausa; cada pausa no movimento torna possível que localização se transforme em lugar”. Assim, para Tuan (1983, p 4-6), a experiência que se adquire com o espaço pode gerar um valor, que por sua vez, pode fazer do espaço um lugar. De modo, que para ele, espaço representa liberdade e, lugar, ele associa a segurança.

<sup>43</sup> HISTÓRIA AMBIENTAL URBANA E AS MOBILIZAÇÕES DE ONGS EM DEFESA DO MEIO AMBIENTE E CONTAR A VERTICALIZAÇÃO: o caso de Campina Grande, PB (1996-2015). In: **Projeto História**, São Paulo, v. 58, p. 210-239, jan-mar. 2017.

<sup>44</sup> “[...] surgiu na década de 1970, sob a influência da fenomenologia, geógrafos discutiram intensamente as representações que os homens fazem do mundo. A percepção humana do espaço adquiriu centralidade na reflexão dessa Geografia Humanista. O espaço vivido e interpretado pelos indivíduos,

citando Tuan (1979), quando este diz que “[...] espaço e lugar definem a natureza da Geografia Humana, pois, se para as técnicas de análise espacial, o lugar se comporta como um nó funcional, para o humanista ele significa um conjunto complexo e simbólico” (LIMA VERDE, 2015, p. 55).

Para analisar esse conceito, espaço, Costa (2014), fazendo menção a Deleuze e Guattari (1992) quando estes tratam o conceito de região mergulhado na relação com outros conceitos, passaram a denominar estes como “constelação” de conceitos, o autor por sua vez vai dizer que:

Por trás de conceitos como região e território, não podemos esquecer, entretanto, encontra-se nosso “conceito-mestre” ou, como preferimos, “categoria-chave”, o espaço [...] A princípio, é importante lembrar que o caráter fundamental dos conceitos não se encontra, não se encontra numa posição estereotipada da lógica formal positivista, em sua distinção, na ênfase a sua separação frente a outros conceitos. A “identidade” de um conceito, um pouco como na própria construção de uma identidade social, não se define simplesmente pela concepção clara de um “outro” frente ao qual ele se impõe, mas pela própria definição que esse outro lhe concede, portanto, por sua imbricação. Isso significa que as “identidades” conceituais devem ser trabalhadas também através das fronteiras, no interior dessas delimitações que aparentemente separam, ou seja, também nos limiares, nas intersecções, sem às vezes obsessivo estabelecimento de um recorte de delimitação estanque e bem definido (COSTA, 2014, p. 158).

Costa (2014) ainda ressalta a importância de atentar para não utilizar os termos “espaço” e “território” como sinônimos. Embora isto seja muito comum, esses conceitos devem ser tratados como concepções distintas, sobretudo quando da referência à dimensão geográfica dos fenômenos sociais por outras disciplinas que não a Geografia. Posto assim, esse estudioso chama a atenção, no seu texto, para o que pensou Raffestin (1993) para quem o espaço está mais próximo de uma “noção” e o território de um conceito. Este segundo autor, Raffestin (1993, p. 143) ainda alerta para que não se faça uma leitura equivocada sobre espaço e território, isto porque, para ele, “[...] não são conceitos equivalentes, e o primeiro antecede o segundo”. Entendendo esse autor que o território resulta de “[...] uma ação conduzida por ato sintagmático (que realiza um programa) em qualquer nível” e (não somente o estatal). Por outro lado, Costa (2014, p. 165) vai mostrar que Raffestin (1993, p. 144), ao afirmar que “o território se apoia no espaço, mas não é o espaço; é uma produção, a partir do espaço” e acaba se

---

construído socialmente a partir da percepção das pessoas trouxe à tona o conceito de “lugar” (MARTINS, 2005, p. 42).

confundindo na própria alusão que faz a Lefebvre (1986). Esclarecendo-me, Costa (2014, p. 165), em seus argumentos que:

Ao contrário, para Lefebvre (1996) o espaço também, e, sobretudo, é produzido socialmente, não se tratando em hipótese alguma de um *a priori* (neste caso, numa leitura materialista, uma espécie de “primeira natureza”) sobre o qual reproduzimos nosso trabalho e exercemos poder. O território, contudo, tal como fica implícito em certas passagens do autor, e aí estamos de acordo, privilegiaria a dimensão política (sobretudo estatal) desse espaço socialmente reproduzido.

Assim, Costa (2014, p. 65) esclarece que a “territorialização” do espaço ocorre pelos processos de “apropriação”, seja ela concreta ou simbólica (pela representação), por exemplo. Dito dessa forma, é que me sinto convidada a fazer uso desse conceito, territorialidade, a partir da compreensão desse autor. Uma vez que a aplicabilidade do mesmo permite-me refletir como as demandas territoriais acionam uma identidade territorial dos sujeitos históricos no espaço referenciado como Geossítio Batateira, observadas através de suas experiências e, também, das práticas identitárias visivelmente relacionadas a nova configuração espacial desse “novo espaço” Geossítio Batateiras.

Nesse sentido, é que a partir do engajamento e de novas condutas que os sujeitos históricos passam a manter com a nova configuração espacial, surgem novas experiências, novos olhares em relação ao espaço, resultando, finalmente, numa rede de tramas sociais e ambientais observadas, sobretudo, no sentimento de pertença e no reconhecimento destes, promovendo uma afirmação identitária com esse novo espaço, Geossítio Batateira, determinando, assim, o que Costa chama de territorialização simbólica, ou seja, essa relação de poder do homem com a natureza, no Cariri cearense. E, que Costa (2007, p. 25) vai chamar “eficazmente numa estratégia político-cultural”, ou como Lefebvre (1974) leu, ocorre uma apropriação e dominação concreta do espaço.

Ao fazer uma revisão teórica sobre as diversas formas de tratar sobre territorialidade, Costa (2014, p. 64-65) apresenta um elenco de posições, entre elas a “Territorialidade num sentido mais efetivo, seja ele material ou imaterial”. Pontuando, dessa maneira:

- a) Como materialidade (p.ex.: controle físico do acesso através do espaço material, como indica Robert Sack).
- b) Como imaterialidade (p.ex.: controle simbólico, através de uma identidade territorial ou “comunidade territorial imaginada”).
- c) Como “espaço vivido” (frente aos espaços-nesse caso, territórios formais-institucionais), conjugando materialidade e imaterialidade.

Além disso, vale destacar uma preocupação sobre a natureza dos conceitos, que segundo ele:

[...] não é de simplesmente traduzir “o que é” o território, a região, trata-se também de discutir seu uso como “categoria da prática” e seu devir, isto é, em que problemáticas nos envolvemos e que efetivamente fazemos ao acionar e/ ou ao reproduzir nossas concepções de território, e região, sempre em aberto, portanto, para sua própria reavaliação/renovação (COSTA, 2014, p. 167. Aspas no original).

Na compreensão e uso dos conceitos de território, territorialidade e espaço, considera-se também para esta análise as proposições de Bonnemaïson (2012, p. 289, aspas no original), especialmente porque, segundo ele, “o território é, ao mesmo tempo, “espaço social” e “espaço cultural”: ele está associado à função social quanto simbólica”. Assim, “[...] espaço e território não podem ser dissociados: o espaço é errância, o território é enraizamento. O território tem necessidade de espaço para adquirir o peso e extensão, sem os quais ele não pode existir; o espaço tem necessidade de território para se tornar humano” (BONNEMAISON, 2012, p. 301). Explicação, que me permite compreender o papel do Geopark Araripe e sua relação com os espaços denominados por Geossítios.

Considero também, a contribuição de recentes análises historiográficas que procuram de algum modo, corrigir a ausência de debates em torno do Espaço, ou, por outro lado, como escreveu Albuquerque Júnior (2008, p. 102), quando esta leitura era feita pelos historiadores:

O espaço era normalmente tomado como mera referência de localização de acontecimentos e personagem, era um mero cenário onde a história se desenrolava, era mera situação, referência geográfica ou topográfica. O espaço não era tomado como elemento partícipe de toda e qualquer ação humana, como uma das dimensões de toda atividade de qualquer sujeito histórico. O espaço parecia anteceder e sobreviver intacto a todos os acontecimentos históricos. O olhar do historiador estava treinado para perceber todos os signos da temporalidade, do passar do tempo, da mudança, da transformação, do desenvolvimento, do progresso, mas bem menos treinado para tratar estes fenômenos temporais que também atingem, constroem e modificam espacialidades. A narrativa histórica, quase sempre



centrada nas atividades humanas e nas suas dimensões temporais, tendeu a não ter a atenção devida para as diversas manifestações históricas que constituem dimensões espaciais distintas nas sociedades humanas, como: paisagens, territórios, domínios, lugares, horizontes, etc. Mesmos espaços mais tradicionais no trabalho dos historiadores, como nação, a região ou campo e a cidade, quase sempre eram tomados como ponto de partida da narrativa histórica, como uma realidade prévia à história que ali desenrolar, quando não como recortes que serviam para legitimar o próprio trabalho historiográfico que se fazia. Fazia-se a história do que acontecia na cidade ou no campo, mas nunca destas próprias espacialidades, menos ainda destes próprios conceitos.

Albuquerque Júnior (2008, p. 104), em seu texto, dirá também que não podemos pensar os espaços separados de suas dimensões imaginárias e simbólicas, como também de suas dimensões naturais, econômicas e sensíveis. Desse modo, esse historiador recorre às aventuras de Marcovaldo, narradas nos contos escritos por Ítalo Calvino, entre 1952 e 1963, este, Marcovaldo, um cidadão que sonhava encontrar na velha Natureza, aquela natureza que só existe nas fantasias dos cidadãos, acrescentando ainda, que:

Como Marcovaldo, um historiador dos espaços deve ter um olhar diferente daquele que foi comum durante muito tempo na historiografia. Um olhar marcado por certa negligência em relação às dimensões espaciais dos acontecimentos, um olhar que transformava as dimensões espaciais de todas as práticas humanas, de todas as relações sociais, numa espécie de não dito, de algo dado, de algo já sabido, evidente, naturalizado (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008, p. 104).

Nesses termos, trato de analisar as questões que são apresentadas ao longo deste estudo, fazendo uso do quadro referencial discutido por esses autores, no que tange a tais termos, para alguns, conceitos e/ou categorias, para outros, Espaço; Território e territorialidade.

Retomando a proposta de investigação desta tese, é importante dizer que o Geossítio Batateira mostra o contato entre a formação do Rio Batateira e a formação da cidade do Crato, cidade conhecida por ter abrigado a etnia dos índios Kariri, assim descrita, o indígena cariri:

Tribo tapuia, rolhos, refeitos do corpo, de cabelos negros, vivia da caça e das fructas das arvores, especialmente de cocos. No descobrimento do 107 Brasil habitava a cordilheira da Borborema, que reúne a Parahyba a Pernambuco. Os colonos depois lhe deram o nome de cariris velhos em contraposição à parte, que mais tarde viéra a habitar o valle do Araripe, por isso chamados cariris novos (NOGUEIRA 1988 *apud* CORDEIRO; BUSSENS, 2010, p. 6).

Esse Geossítio ainda é reconhecido por ser um santuário e berço do Soldadinho do Araripe, ave endêmica, somente encontrada nas levas das fontes d'água que jorram na Chapada do Araripe. Cumpre esclarecer também, que o Geopark Araripe, e evidentemente, os Geossítios referenciados para compor o Território Geopark Araripe, com especial destaque para o Geossítio Batateira, estão localizados na Bacia do Araripe<sup>45</sup> que, em sua extensão, constitui uma expressiva área de grande valor geológico e paleontológico, segundo constatações da comunidade científica que logra interesse nesse tipo de pesquisa, motivo pelo qual essa área foi certificada por esses estudiosos como um dos melhores espaços de investigação de um dos períodos da história do nosso planeta, a Era Cretácea, uma vez que lá é encontrado um enorme acervo de exemplares de rochas das eras pré-cambrianas, paleozoicas e mesozoicas que se destacam, especialmente, por suas características de preservação, datadas desse período. Motivo pelo qual, segundo informa site oficial do Geopark<sup>46</sup>:

A região da Bacia Sedimentar do Araripe é o berço da Paleontologia do Brasil, local onde foi encontrado o primeiro fóssil brasileiro, refere-se a um peixe Rhacolepis em uma concreção carbonática, encontrado na região de Barra do Jardim, atual cidade de Jardim. O peixe foi descrito na publicação do livro Viagem pelo Brasil (Reise in Brasilien), publicado entre 1823 e 1831, por Spix e Martius, dois naturalistas alemães. A região do Cariri tem um dos mais importantes sítios paleontológicos do mundo, com fósseis em destaque pela sua excelente preservação. O Museu de Paleontologia de Santana do Cariri foi fundado em 1985, pelo professor Plácido Cidade Nuvens (Época em que foi prefeito municipal de Santana). Em 1991, o Museu passou a pertencer à Universidade Regional do Cariri – URCA, integrando a estrutura da universidade como núcleo de pesquisa e extensão (GEOPARK, 2001, não paginado).

---

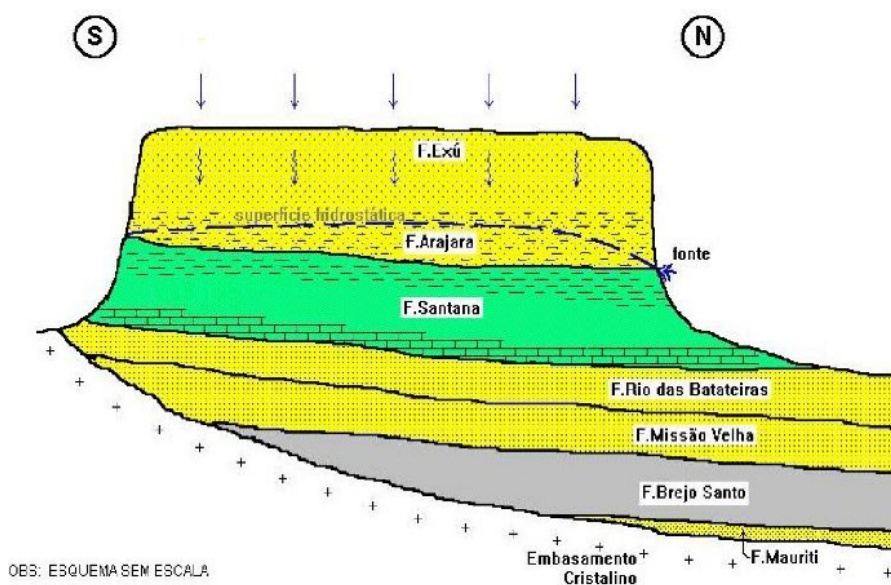
<sup>45</sup> Bacia envolve uma área de 10 mil km<sup>2</sup>, sem equivalente no mundo na presença da fauna e da flora, com fósseis de 70 a 120 milhões de anos em abundância, diversidade e estado de preservação. Há similares das espécies na África, indício de quando os continentes foram um só. O Geopark Araripe envolve seis municípios da região do Cariri, no sul do Ceará: Crato, Juazeiro do Norte, Missão Velha, Nova Olinda, Barbalha e Santana do Cariri. Disponível em: <http://desimbloglio.blogspot.com/2011/09/unesco-reconhece-geopark-araripe-como.html>. Acesso em: 26 abr. 2014. Pode-se dizer que, historicamente, a região da Bacia Sedimentar do Araripe é o berço da Paleontologia do Brasil, local onde foi encontrado o primeiro fóssil brasileiro, refere-se a um peixe Rhacolepis em uma concreção carbonática, encontrado na região de Barra do Jardim, atual cidade de Jardim. O peixe foi descrito na publicação do livro Viagem pelo Brasil (Reise in Brasilien), publicado entre 1823 e 1831, por Spix e Martius, dois naturalistas alemães. A região do Cariri tem um dos mais importantes sítios paleontológicos do mundo, com fósseis em destaque pela sua excelente preservação. O Museu de Paleontologia de Santana do Cariri foi fundado em 1985, pelo professor Plácido Cidade Nuvens (Época em que foi prefeito municipal de Santana). Em 1991, o Museu passou a pertencer à Universidade Regional do Cariri (URCA), integrando a estrutura da universidade como núcleo de pesquisa e extensão. Disponível em: <http://geoparkararipe.org.br/museu-de-paleontologia-da-urca/>. Acesso em: 26 abr. 2014.

<sup>46</sup> Disponível em: <http://geoparkararipe.org.br/museu-de-paleontologia-da-urca/>. Acesso em: 03 abr. 2018.

O pesquisador Idalécio de Freitas (2013, p. 2), no seu estudo Etnologia no Geopark Araripe, escrevendo sobre a Bacia do Araripe explica que:

A Bacia do Araripe está situada na região de fronteira dos estados do Ceará, Pernambuco, Piauí e Paraíba, interior do nordeste, em área delimitada pelas coordenadas geográficas 07° 00 e 08°00 de latitude sul e 38° 30 e 41°00 de longitude oeste [...] A maior parte desta bacia sedimentar é composta por unidades cretáceas que recobrem unidades de sequência mais antigas (paleozoicas e jurássicas) ou repousam diretamente sobre o cristalino. A sequência cretácea é composta por rochas das formações Abaiara, Barbalha, Santana, Araripina e Exu.

**Figura 4 - Bacia Sedimentar do Araripe<sup>47</sup>**



Fonte: DNPM (1996).

Nessa mesma proposta de pesquisa, ao fazer levantamento de estudos que dessem conta das descrições em detalhe sobre a coluna estratigráfica e as nomenclaturas litoestratigráficas do Araripe (LIMA; PERINOTTO 1984 *apud* FREITAS, 2013, p. 5) irão mostrar que as camadas de folhelhos betuminosos, até então incluídos na Formação Missão Velha, as quais denominaram de “Camadas Batateiras” em virtude das mesmas terem sido encontradas no rio Batateiras. Levando os autores a concluírem que tais camadas apresentam o final de um evento de redução de energia do ambiente fluvial, constituindo o primeiro registro de ambiente lacustre na Bacia do Araripe. Ou, seja,

<sup>47</sup> Esquema da estrutura geológica da Bacia Sedimentar do Araripe, mostrando os processos de infiltração e ressurgência que originam as fontes formadoras dos cursos d’água da região.

segundo estas constatações é possível afirmar que teria sido, dentro do espaço estudado, ou seja, Geossítio Batateira, que ter-se-ia a formação dos rios dessa região, inclusive, do rio Batateira<sup>48</sup>.

Conforme dito anteriormente, as narrativas acerca do objeto de estudo aqui analisado, em meu entendimento, constituem por excelência “novos espaços sociais”, especialmente as narrativas em torno do Geopark Araripe, e com particularidade para o Geossítio Batateira, isto porque entendo que essas narrativas estão carregadas de significados e se constroem dentro de um “chão social”, ainda em movimento, que, neste caso, podemos fazer referência à temática aqui discutida.

Nesse sentido, tomarei como exemplo a narrativa de Idalécio de Freitas (2017)<sup>49</sup>, resultante do trabalho com a história oral<sup>50</sup>, quando este se reportava à importância que assumia o Geopark Araripe, no sentido de este agente social promover várias mudanças, no que se refere ao turismo, a economia e, principalmente, ao envolvimento das comunidades que vivem no entorno dos Geossítios com o Patrimônio Natural e Histórico que cada um desses espaços, Geossítios, dispõem. E, sobre estas questões, este pesquisador em entrevista diz: “Essa rede busca o que? É... a popularização da geociência, através de quê? da geoeducação, geoconservação, geoturismo do território”. Quando você pensa em criar um Geopark:

Os geossítios além desse conteúdo geológico têm também, tem que ver o conteúdo econômico, arqueológico, histórico e cultural. Tem que agregar todos esses valores em um geossítio, além das comunidades que estão no entorno dos geossítios, essas comunidades a gente tem que fazer um trabalho, que é o Geopark nas comunidades, que vai buscar o que? Criar identidade daquelas comunidades com o território, com o próprio Geopark. E, também, fazer com que as pessoas criem aquela ideia da pertença: isso é nosso, isso nós temos também que cuidar! Não só o a administração do Geopark tem que tá olhando os geossítios. Isso é muito importante para que a gente possa ter essa parceria com as comunidades... com o povo que habita, que está no Território Geopark Araripe. Porque Geopark não é só construído por rochas, como se diz é, só pedra. Geopark é gente, e gente nós temos desafios do dia a dia. Porque Geopark é um Programa Social! Quando a gente diz que Geopark

<sup>48</sup> “Rio da Batateira ou Itaytera é um nome indígena que significa **águas que correm entre pedras**. O seu curso fluvial resulta da junção da surgência de duas fontes principais: a Batateira, que lhe dá o nome, e a Luanda, no extremo sul do sítio Luanda, ambas localizadas no município do Crato” (MAGALHÃES, 2006, p. 38, grifo nosso).

<sup>49</sup> Idalécio de Freitas, Mestre em Geologia pela UFC, 60 anos de idade. Foi convidado no ano de 2008 por Plácido Cidade Nuvens, na época Reitor da URCA para compor a equipe gestora do Geopark Araripe, tomando coordenador e colaborador do Geopark Araripe, dados coletados da entrevista realizada pela autora em, 17 de maio de 2017 (Sede do Geopark Araripe).

<sup>50</sup> “Sobre os cuidados necessários no trabalho de História Oral”, Cf. (THOMPSON, 1992; BOSI, 1979; ALBERTI, 2005; FERREIRA, 2006; MEIHY, 2002; NEVES, 2006).

é um Programa Social, muitas pessoas ficam admiradas. Porque pensa que Geopark é só Geologia. Não! Geopark não se cria num território de Geologia, só com diversidade, sem gente! Nós temos que ter gente no território, nós precisamos ter cultura, ter história. E o coração do Geopark é a geodiversidade? É. Mas, a espinha dorsal do Geopark o que é? O Programa de Desenvolvimento Sustentável Regional Local. Esse projeto tem que estar inserido dentro do Geopark. É por aí que a gente pode andar, é por aí que nós somos realmente Geopark. Então, o Geopark Araripe no início, ele foi criado assim e, ficou! Foi criado? Foi. Ficou e a partir disso, nós começamos realmente um trabalho de que? De território. É a gente dizer que: Existimos de fato e de direito (FREITAS, 2017, Entrevista/História Oral).

Escrevendo também sobre a ‘formação cariri’, a pesquisadora Boas (2012, p. 20) vai explicar que:

A Sequência Paleozoica é constituída por uma unidade litoestratigráfica, a Formação Cariri, que aflora apenas na porção leste da bacia rodeando o Vale Cariri; e ocorre também em sub-superfície na sub-bacia de Feira Nova (Assine, 2007). Esta formação, apesar de não apresentar fósseis, é atribuída ao Paleozoico, intervalo Ordovícico Superior/ Devónico Inferior, mais precisamente idade neo-ordoviciano/siluriana, aventada por Assine (1992) e Ponte & Ponte Filho (1996 *apud* Assine, 2007). É constituída por arenitos de granulometria média a muito grossa sugerindo sistemas fluviais intercalados. Na base desta sequência são comuns arenitos feldspáticos com coloração branca a rosa. Também ocorrem níveis de ortoconglomerados com fragmentos líticos do soco Pré-Câmbrico e clastos de feldspatos róseos.

As fontes escritas e as narrativas orais, nesse capítulo, ampliaram a compreensão sobre a natureza no Cariri cearense possibilitando-me, ainda, a leitura dessa teia de Tramas Territoriais que envolvem a natureza na região, forjada tanto pelas imagens quanto pelas representações acerca do Patrimônio Natural e Histórico da Região do Cariri, a exemplo da Chapada do Araripe, espaço que se materializa enquanto um dos símbolos da territorialidade do povo caririense, graças às diversas narrativas produzidas, especialmente, acerca do espaço que estas ocupam no imaginário do povo caririense, com destaque para a sua paisagem natural. Conforme bem afirmou a pesquisadora Lima Verde (2015), no Cariri, a paisagem do Araripe é que mantém o diferencial, pois é fruto de uma história comum e interligada: a história humana e natural. De modo geral, as fontes escritas e as narrativas orais estarão caracterizadas por seu comprometimento com o tema no sentido de fornecer elementos que permitirão conduzir com clareza o entendimento que se espera com a análise pensada em torno das problemáticas que se projetam no desenvolvimento dos capítulos e que envolvem o tema.

Objetiva-se, portanto, neste capítulo, mostrar como a terra, o território e as territorialidades, que conferem identidade ao povo caririense, têm a sua constituição

como um atributo impresso por narrativas históricas<sup>51</sup> que, em grande medida, fizeram uso desse patrimônio natural e histórico representado por esse marcador carregado de significados sociais e culturais, que é a natureza na região.

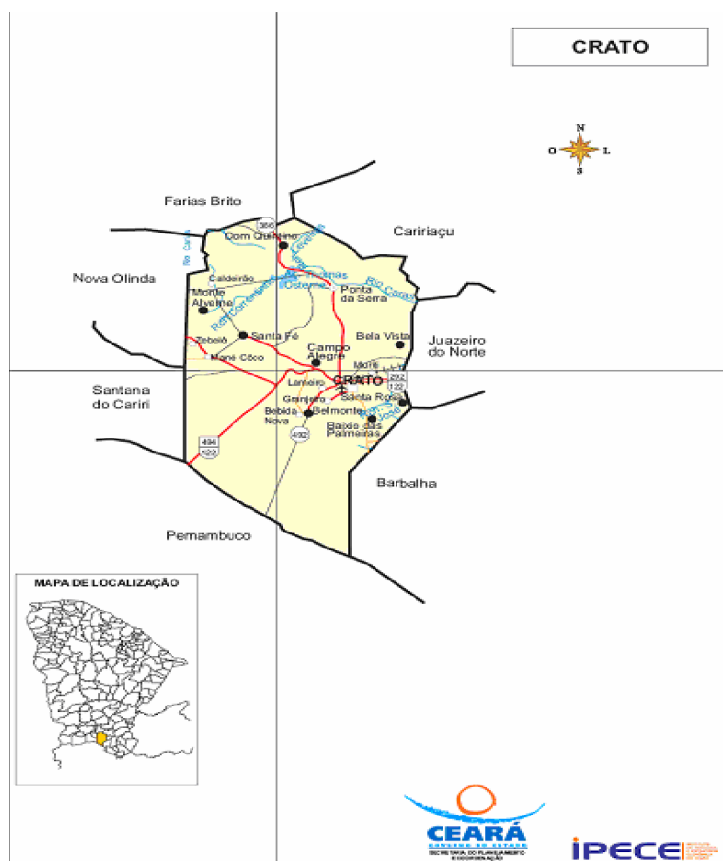
Nesse sentido, múltiplas narrativas sobre região (imprensa, cronistas, memorialistas, viajantes) são observadas enquanto “variações interpretativas”, uma vez que inferi que as mesmas, em seu conteúdo, estão carregadas de significados resultantes da imersão de olhares e subjetividades comuns a qualquer produção discursiva. Inclusive, procurando relacionar aqui os discursos enunciadores que subsidiaram a proposta da UNESCO em reconhecer, referenciar e enquadrar determinados espaços geográficos enquanto Geossítios, um desses espaços o Geossítio Batateira, objeto de estudo, nesta análise. Para tanto, penso conforme Duarte (2005, p. 78), que o mundo natural não se constitui em uma mera invenção humana, mas os sentidos dados a ele são criações culturais elaboradas pelas várias sociedades ao longo do tempo e nas diversas partes do mundo.

---

<sup>51</sup> Vale dizer que, ao conjunto destas narrativas históricas reunidas para o estudo e compreensão desta proposta, além dos registros orais, considero também, a importância e, igual valor, da consulta que realizei nos jornais, na imprensa, nos textos de cronistas e viajantes, memorialistas e, também, na produção historiográfica recente, a citar: Monografias Teses, Dissertações Artigos, dentre outras. O acesso a estes tipos de fontes permitiu que eu realizasse e refletisse a partir da leitura dessas narrativas históricas e, ainda, perceber o contexto social em que essas foram pensadas, constituindo, assim, um grau de legitimidade às questões ventiladas nesta proposta. Como exemplo, basta citar aqui os textos de base científica escritos pelos naturalistas e os relatos de cronistas que estiveram nessa região e que registram detalhes como a paisagem, o ambiente e, até mesmo, a cultura do povo dessa região. Onde os mesmos permitiram endossar futuras interpretações sobre a paisagem, a natureza e a cultura no Cariri cearense, dialogando, inclusive, com a história ambiental, conforme escreveu Drummond (1991, p. 183). Esses tipos de fontes “Os relatos de exploradores, viajantes e naturalistas europeus, também muito usados, que percorreram quase todo o globo a partir do século XV, são outra fonte fundamental da história ambiental”. Nesse sentido, basta lembrar o uso que fizeram os intelectuais do ICC dos textos desses naturalistas e viajantes para legitimar certa predominância natural dessa região em relação às demais do Ceará. Os jornais, por sua vez, constituíram para esta investigação, outra importante fonte de registro dessas narrativas históricas, isso porque além de proporcionarem valiosas informações sobre o objeto estudado, trouxeram consigo uma valiosa carga de leitura, uma vez que, através destes, o pesquisador pode, inclusive, ler o contexto histórico onde os mesmos foram escritos, revelando por vezes a própria intenção de quem o escreveu, conforme escreveu Luca (2005).

## 1.1 GEOSSÍTIO BATATEIRA: TERRITÓRIO, CONSTRUÇÕES NARRATIVAS E HISTÓRIA

**Figura 5** - Localização geográfica do município do Crato/CE



Fonte: Silva (2008).

Este Geossítio localiza-se na cidade do Crato, município que dispõe de duas Unidades de Conservação Federal, a Floresta Nacional do Araripe (FLONA-Araripe), primeira unidade de proteção do país com uma área de 500 km<sup>2</sup>, tida como “Uma ilha de biodiversidade no semiárido nordestino que atende ao interesse da Unesco em promover a proteção ao meio ambiente”. E, a Área de Proteção do Araripe (APA)<sup>52</sup>, sendo esta última Estadual, responsável pelo Sítio Fundão.

<sup>52</sup> “A APA da chapada do Araripe foi criada em 04 de agosto de 1997, e suas terras localizam-se nos municípios de Barbalha, Crato, Jardim, Santana do Cariri e Jardim no estado do Ceará, e nos municípios de Exu e Araripina em Pernambuco”. A FLONA-Araripe, foi criada em 02 de maio de 1946, está inserida no interior da APA da chapada do Araripe e suas terras localizam-se nos municípios de Barbalha, Jardim, Crato e Santana do Cariri, no Ceará. A parte plana do terreno da APA que fica ao redor da FLONA é designada localmente como “Cariri”. A encosta da serra da FLONA é designada na região como “pé-de-serra” e o platô da serra da FLONA é designado como “serra” (SILVA, 2013).

A cidade do Crato é agraciada por sua posição geográfica, ou seja, encravada no sopé da Chapada do Araripe que lhe permite usufruir das fontes d'água que jorram das nascentes, sendo a Nascente da Batateira, localizada dentro do referido Geossítio que recebe o mesmo nome, a mais expressiva entre as demais nascentes. Afinal, além de beneficiar a cidade com um clima mais ameno em relação às demais cidades que compõem o Cariri Cearense, suas águas são responsáveis por abastecer a população e fertilizar o Vale do Cariri, além de servirem a vários balneários públicos e privados, voltados principalmente para o lazer.

Reconhecida pela Lei Complementar Estadual do Ceará nº 78, sancionada em 29 de junho de 2009, juntamente com Juazeiro do Norte e Barbalha, que juntas passaram a constituir a mais recente Região Metropolitana do Cariri, a segunda criada pelo estado, sob a denominação de Microrregião do Cariri, localmente reconhecida pela alcunha de Crajubar. Isso se deve, principalmente, em função do processo de conurbação que tem se processado nas duas últimas décadas, de forma que este adensamento demográfico, visivelmente demonstrado pela concentração populacional, favorece uma paisagem urbana movimentada, de acordo com Cunha (2012, p. 15).

O reconhecimento do Crato como uma cidade que ocupa um enorme destaque no extremo-sul do estado do Ceará remonta às épocas anteriores. Apresentada pela historiografia local como a cidade que, em grande medida na Região do Cariri<sup>53</sup>, se fizera repercutir na primeira metade do século XIX, como a interlocutora de movimentos políticos emancipatórios de cunho liberal e republicanos eclodidos primeiramente em Pernambuco, tal como, a Revolução de 1817 e ainda a Confederação do Equador, de 1824. Acresce-se, ainda, o fato de ter sido uma das poucas cidades que, em 1828, postulou junto ao governo uma representação, onde se pleiteava a criação da Província dos Kariris Novos, cuja capital seria a Vila do Crato sede administrativa, cuja iniciativa partira do Presidente da Câmara de vereadores do Crato, Nunes Berford. Essa

---

<sup>53</sup> Segundo informa Figueiredo (2002), o cariri cearense é uma área geográfica encravada nos limites do sul do Ceará com parte norte de Pernambuco, também chamado inicialmente de Cariris Novos em oposição aos Cariris Velhos paraibanos. Atualmente, compreende os municípios de Abaiara, Aurora, Barbalha, Brejo Santo, Campos Sales, Caririaçu, Crato, Farias Brito, Jardim, Jati, Juazeiro do Norte, Mauriti, Milagres, Missão Velha, Nova Olinda, Pena Forte, Porteiras e Santana do Cariri. Sobre a denominação Cariri, onde ele escreveu que o topônimo Cariri e os atributos naturais dessa “estreita faixa de terreno sertanejo”, foram dos finais do século XIX em diante os principais elementos a serem apropriados pela elite cariense para conceituar como região, uma dádiva, um oásis em meio ao sertão” (FIGUEIREDO FILHO, 2010 *apud* OLIVEIRA 2017, p. 23). Tal como e explica Lima Verde (2015, p. 8) ao referirmos no texto, a grafia da Cariri região com “C”, e Kariri indígena com “K” segundo convenção etnográfica.



seria a primeira de várias iniciativas visando tornar o Cariri uma unidade política autônoma. Como se pode observar em trecho do parecer expedido pelo Governo a Comissão de Constituição do Senado. Segue trecho:

A Comissão de Constituição examinou o projeto apresentado pelo nobre Senador Alencar, no qual propõe desmembrar da extensa Província do Ceará uma outra Província, com o título de Cariris Novos cuja Capital será a Vila do Crato. Não encontra a medida, mas antes, no Art.2, título 1, é expressa a faculdade para semelhante subdivisão, quando assim o peça o bem do Estado (RORIZ, 1957, p. 19).

Neste mesmo documento, o Deputado Wilson Roriz faz menção ao jornal “O Araripe” e aparece endossando a criação de uma nova unidade da federação, utilizando a natureza na região para respaldar tal intento:

Criada a Província do Cariri melhor se aplicaria a justiça a uma população de mais de 300 mil almas, mais eficiente a repressão do crime em consequência dela (justiça). [...] A cultura se expandia e com ela a educação do Povo (sic), intensificava-se a indústria animando-se o impulso ao cultivo dos mais férteis terrenos que a natureza legou à agricultura e mesmo à criação nas imensas campinas que cercam a grande montanha do Araripe (RORIZ, 1957, p. 20).

Sobre essa mesma questão, em seu texto “Rio acima, rio abaixo”, Lima (2016) escreveu:

Intenção que naquele momento não encontrou espaço, talvez de ordem política, para sua efetivação. O desejo dessa proposta parece ter permanecido nos ideários e pretensões de intelectuais da região, tanto que, em 1839, ressurgiu através do então Senador da província do Ceará, José Martiniano de Alencar. O projeto ainda chegou a ser aprovado na Comissão de Estatística, mas se encerrou ali, como diz Raimundo Girão [...] em 1853, é elevada à categoria de cidade, sendo a quinta mais antiga do Ceará, precedida de Fortaleza, Sobral, Icó e Aracati (p. 21 e 40).

Assim, desde o seu povoamento, a cidade do Crato já acenava entre as demais ocupando um papel de destaque, especialmente na representação política local, conforme ainda é demonstrado em trecho que segue:

[...] Em virtude da Carta Regia de 6 de maio de 1758 foi a povoação dos Cariris elevada, em 1764, a categoria de Villa com denominação portuguesa de Crato, com que se celebrou D. Antonio, Prior do Crato, candidato a coroa de Portugal. Em 1580, por morte do rei, Cardeal D. Henrique O Crato é hoje cidade importante, e sempre foi um dos terrenos mais férteis da Província. Por duas vezes, em 1834 e 1846, a deputação cearense tentou

debalde, fazê-la capital de uma nova província, desmembrando desta e da de Pernambuco (NOGUEIRA, 1887, p. 257).

**Figura 6 - Proposta de território da nova província**



Fonte: Reis Júnior (2014).

A ideia de criar o “Estado do Cariri” é retomada no século seguinte quando, em 1956, o Deputado Wilson Roriz (1957), retomando a narrativa elaborada por Freire Alemão, ao apresentar esta região como “celeiro da economia”, mostrava “[...] esta região como verdadeiro polo cívico de todo o Nordeste, em todas as suas lutas da Independência e República” (RORIZ, 1957, p. 21), fazendo alusão à mística republicana com a participação de Martiniano de Alencar na Revolução Pernambucana, em 1817, ou ainda, quando “Pereira Filgueiras e Pinto Madeira, em palco de tragédia, no atropelo dos combates, libertavam o Ceará, o Piauí e o Maranhão do jugo Lusitano” (RORIZ, 1957, p. 20). Este deputado apresentava, portanto, um novo Projeto de Criação do Estado do Cariri, no qual requeria:

Autorização à Mesa da Assembleia Legislativa do Estado plebiscito a constituir a JUNTA PLEBISCITÁRIA a fim de que fosse realizado o Plebiscito na região compreendida pelos Municípios de Acopiara, Icó, Iguatu, Saboeiro, Jucás, Cariús, Assaré, Farias Brito, Campos Sales Araripe, Santana do Cariri, Crato, Juazeiro do Norte, Jardim, Caririassú, Milagres, Missão Velha, Barro, Aurora, Brejo Santo, Mauriti, Lavras da Mangabeira, Cedro, Jati, Porteiras, Ipaumirim, Barbalha (RORIZ, 1957, p. 27).

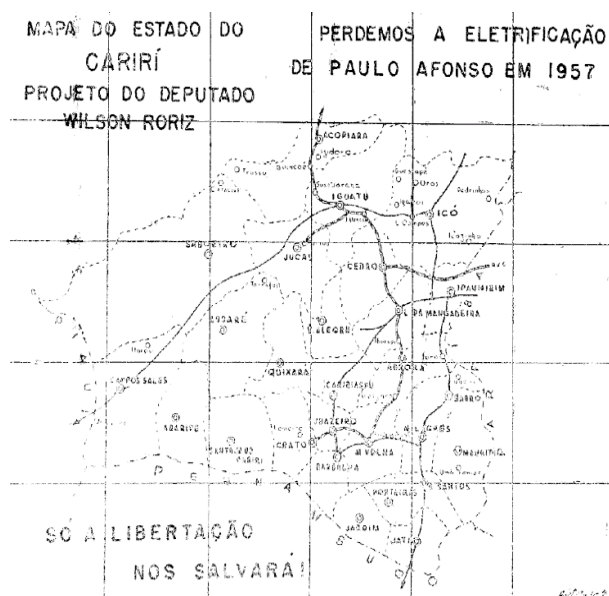
Tendo a referida Mesa da Assembleia Legislativa autorizado “[...] a constituir Junta Plebiscitária para a Consulta à Região Sul do Estado do Ceará, sobre a formação do Estado do Cariri e dá outras providências” (RORIZ, 1957, p. 27). Como mostra trecho do Projeto de Criação do Estado do Cariri:

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

Art.1º- Fica a Mesa da Assembleia Legislativa do Ceará autorizada a constituir, de acordo com a legislação em vigor, a Junta Plebiscitária para a consulta de que trata o Art.2º da CONSTITUIÇÃO FEDERAL, a ser realizada na Região Sul do Estado do Ceará nos municípios de Icó, Acopiara, Saboeiro, Campos Sales, Ipaumirim, Lavras da Mangabeira, Cedro, Jucás, Cariús, Assaré, Farias Brito, Várzea Alegre, Cariús, Jucás, Assaré, Farias Brito, Santana do Cariri, Caririassú, Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha, Aurora, Barro, Milagres, Brejo Santo, Jati, Mauriti, Jardim, Caririassú, Milagres, Missão Velha, Barro, Aurora, Brejo Santo, Mauriti, Missão Velha, Araripe, Iguatú, a fim de ser em referida região formado o ESTADO DO CARIRI de acordo com o Art. 17, nº 16 da CONSTITUIÇÃO DO ESTADO.

Art. 2º- A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário (RORIZ, 1957, p. 27).

**Figura 7 - Mapa do estado do Cariri (1957)**



Fonte: Roriz (1957).

**Figura 8 - Comitê central pró estado do Cariri**

**COMITÊ CENTRAL PRÓ  
ESTADO DO CARIRI**

Presidente	— Ernani Silva
Vice-Pres.	— Cap. Otacilio Anselmo e Silva
1.º Secretário	— José Jeser de Oliveira
2.º Secretário	— Joaquim de Alencar Bezerra
Tesoureiro	— Pedro Gonçalves de Norões
Adj. Tesoureiro	— Unias Gonçalves de Norões
Orador	— Dr. Raimundo de Oliveira Borges
Diretores	— José de Figueiredo Brito
	Antônio Machado
	José Leandro Correia
	Antônio Alves de Moraes Júnior
	Waldir Duarte
	José Alencar Albuquerque
	João Lindemberg de Aquino

Reivindicar os Direitos de Liberdade, eis a Grande  
Liberdade do Direito.

Fonte: Roriz (1957).

O sentido<sup>54</sup> histórico em torno desse patrimônio natural ajudou a construir uma identidade própria para essa região, com particularidade para a cidade do Crato, razão pela qual é considerada um “oásis no sertão”, e em função disso, o latente orgulho dos caririenses, que incutiram entre eles, a ideia de não pertencerem as demais áreas do sertão nordestino, região, por sinal, particularizada por ter seus domínios físicos naturais como relevo, vegetação, clima e hidrografia comumente descritos como uma ambiência que em sua paisagem predomina uma terra ressequida, estéril, de sol e temperaturas causticantes. Quadro de uma percepção múltipla de sentidos que caracteriza a natureza nessa região, nordeste, e por isso mesmo, compreendida como um espaço de miséria, pobreza e sofrimento, logo traduzido em um espaço de vantagens políticas, visto que foi

<sup>54</sup> “O historiador William Cronon esboçou alguns sentidos mobilizados quando o assunto é natureza”. Para William Cronon, essa perspectiva de evocar a natureza como fonte de autoridade para o que se diz é, em larga medida, um produto do Iluminismo” (DUARTE, 2005, p. 78-79).

desse cenário que as chamadas Oligarquias da Seca<sup>55</sup> perpetuaram seu poder por longos e duradouros anos.

Padre Antonio Gomes de Araújo (2010), escrevendo sobre essa condição de clima seco no Ceará, vai dizer que:

Parece até que a Natureza quis julgar o cearense a terra, como Prometeu amarrado a dura penedia das suas amuradas, como abrupta a mastigar-lhe com esse sol quente e carrasco. Até o destino, quis aprisionar-lhe a vocação andeja e migratória. Predestinação ou fatalidade! Não sei eu (ARAÚJO, 2010, p. 60).

Nada semelhante às condições geoclimáticas que concorreram para promover uma natureza exuberante em torno da paisagem natural encontrada no Cariri cearense, destoante, inclusive, até das demais áreas do seu entorno. Esse fato condicionou o carirense a não se reconhecer meramente como um sertanejo, visto ter a sua identidade territorial atrelada a seu patrimônio natural e histórico, cuja natureza tem servido como referência por vários agentes enunciadores de discursos, e em torno dos quais se projetaram as bases para uma construção imagética do caririense, em relação ao seu território, a natureza:

Por ser localizada, ao sopé da Chapada do Araripe, suas temperaturas são relativamente baixas no inverno, embora elevadas no verão, diferente de outras áreas do Nordeste. Faz divisa com o estado de Pernambuco, tem também um entroncamento rodoviário que a interliga ao Piauí, Paraíba e Pernambuco e a capital do Ceará, Fortaleza. Também é conhecida por muitos como o "*Oásis do Sertão*" pelas características climáticas mais úmidas e favoráveis à agropecuária. Daí o filho do Cariri, apesar de bem interiorano, sentir-se que sua região é inteiramente fora do sertão propriamente dito. Não fica satisfeito o carirense quando alguém o chama de sertanejo, e seu Cariri de sertão. Não toma a palavra sertão no seu sentido mais amplo, na acepção de zona do interior, afastada da faixa litorânea. O Cariri, do Ceará, é uma espécie de zona da mata pernambucana, ou dos brejos da Paraíba (FIGUEREDO FILHO, 2010, p. 5).

Desse modo, isso justifica o entendimento e esforço, neste estudo, de mostrar essa "Territorialidade como Imaterialidade", fruto, obviamente, do que tem se registrado por meio do que estou chamando de rede de tramas e narrativas históricas

---

<sup>55</sup> Oligarquias da Seca: Trata-se de uma questão problematizada a partir leitura de estudos que passaram a abordar o tema da seca na região nordeste, especialmente, a partir dos anos de 1950, dando conta dessa particularidade que institucionaliza o poder de mando de grupos familiares, que torna esse elemento natural, a seca, numa indústria, conforme se ler no estudo realizado pela historiadora Maria Lúcia Ferreira (1993, onde mostra como a oligarquia se serviu desse fenômeno natural, para continuar dando sustentação à estrutura coronelística já fragilizada).

construídas acerca da natureza no Cariri Cearense, dando, assim, sentido as marcas simbólicas e culturais destes, com a natureza e, claro, com território, formalizando, enfim, a territorialidade do caririense.

É, portanto, a partir de Bonnemaïson (2012) que compreendo como se opera essa simetria do povo caririense com a natureza da região, especialmente, no que diz respeito à identidade territorial desse povo com a paisagem natural em torno da Chapada do Araripe. Conforme entende este autor:

[...] a construção social, a função simbólica e a organização do território de um grupo humano, existe uma inter-relação constate e uma espécie de simetria. A paisagem é um primeiro reflexo visual disso, mas toda uma parte permanece invisível porque está ligada ao mundo subjacente da afetividade, das atitudes mentais e das representações culturais [...] o território toma aí todo o sentido que lhe foi atribuído por séculos de civilização campesina: ele é ao mesmo tempo, raiz e cultura (BONNEIMASON, 2012, p. 290-291).

Ainda de acordo com Bonnemaïson (2012, p. 280), “[...] uma paisagem é uma estrutura visual na qual se leem, ao mesmo tempo, o dinamismo e as relações entre uma série de fatos físicos, sociais e econômicos”.

Foi, sem dúvida, o povo cratense que melhor acolheu e introjetou essa vaidade frente à natureza versada prodigiosamente nas várias narrativas sobre a região do Cariri cearense, sobre as quais os intelectuais locais, representados por memorialistas, cronistas e, também, historiadores, registraram as suas impressões sobre a natureza, em sua maioria, agenciando seus textos a partir dos registros e impressões acerca da natureza que legaram de viajantes e naturalistas quando estes estiveram nesta parte do país.

Muitas vezes, nas análises historiográficas, os relatos dos cronistas e dos viajantes são reduzidos a uma relação mecanicista entre os discursos e os contextos em que esses documentos históricos foram produzidos, existindo uma clara simplificação, através de modelos fechados e incapazes de dar conta das particularidades discursivas e da multiplicidade das práticas culturais (RODRIGUES; AGUIAR; SILVA, 2013, p. 9).

A quantidade de textos que aparecem em jornais e relatos de viagem de cronistas e viajantes que atravessaram a região do Cariri, especialmente nos séculos XVIII e XIX, é bastante expressiva. A esse respeito, lembro que esse tipo de fonte informa bastante ao historiador ambiental, conforme diz Woster (1991, p. 210). Assim, por boas razões, a história ambiental deve incluir no seu programa o estudo de aspectos de estética, mito,

folclore, literatura e paisagismo, ciência e religião, deve ir a toda parte onde a mente humana esteve às voltas com o significado da natureza.

Desse modo, muitas outras narrativas foram sendo construídas a partir dos registros deixados por esses cronistas e viajantes formando, portanto, outro *corpus documental* que informa bastante às novas análises, a maioria delas escritas por historiadores, geógrafos, biólogos além de outras disciplinas.

Dentre estas recentes produções acadêmicas que procuraram respaldar suas análises com base nos registros desses cronistas e viajantes, posso citar também como referência, o texto de Cunha (2012). Embora se trate de um uma análise realizada nos termos da Geografia, essa pesquisa informa bastante ao historiador, isso porque, no seu texto, Cunha (2012) procurou trabalhar a ideia de região e suas relações com a constituição e reinvenção do Cariri cearense que, segundo ela, procurou conduzir a sua proposta, refletindo sobre os sentidos da região a partir dos praticantes que os produziram, os justificaram e até o negaram.

Essa pesquisadora, ao operar com o conceito de região no seu texto, alerta para a necessidade de (re)trabalhar o conceito de região no mundo global-fragmentado. Segundo Costa (2002, p. 18), não só é necessária uma renovação em termos de conteúdo conceitual do termo ‘região’, mas também a proposição de novos termos mais híbridos, como o de ‘rede regional’.

Será na terceira parte do seu texto de doutoramento que Maria Soares da Cunha (2012) irá se cercar da produção de estudos regionais produzidos para o Cariri cearense tanto nos oitocentos como no século XX e que, segundo ela, esses documentos figuram “como pontos de (re)visão, como produtos político-culturais de arranjos espaciais que denotam tanto regularidades quanto particularidades das práticas científicas e da formação regional Cunha (2012, p. 8) explorando, como ela informa os desdobramentos dentro do processo de revisão da historiografia da ciência.

É oportuno, nesse momento da redação, informar que no estudo em tela, também se fará uso das reflexões do grande geógrafo brasileiro, Rogério Haesbaert, no sentido da aplicabilidade e uso dos conceitos de “Espaço, Território e Territorialidade”. Empreitada muito ardilosa para um historiador, porém, necessária à compreensão e análise das fontes que desenham este estudo.

Cunha (2012) se valerá de textos e biografias de dois desses naturalistas, Feijó e George Gardner, visto que estes procuraram conhecer, relatar e sistematizar saberes

sobre o que atualmente é conhecido como Cariri cearense, pois como bem escreveu Melquíades Pinto Paiva (2002, p. 23), foram recrutados por instituições científicas, militares, mas também pelo Estado, por associações comerciais, entre outras. Contudo, para esta proposta, incursionarei também, através dos registros do botânico Freire Alemão.

Tido como um dos seguidores de Vandelli, João da Silva Feijó teria chegado ao Ceará em 24 de outubro de 1799, vindo de Pernambuco e sendo designado, por Carta Patente de 25 de fevereiro de 1799, com o mesmo ordenado de quatrocentos mil réis que já recebia, para ocupar o posto de sargento-mor das milícias, incumbido de vários objetos de História Natural (PAIVA, 2002, p. 24).

Esse mesmo autor, no texto “Os Naturalistas e o Ceará I-João da Silva Feijó (1760-1824)”, dirá que teria sido ao lado de outro brasileiro, Alexandre Rodrigues Ferreira, que exercia a função de demonstrador no laboratório de História Natural da Universidade de Coimbra, a oportunidade em que João da Silva Feijó se tornaria um grande naturalista, visto que teria auxiliado Alexandre Rodrigues em trabalhos nas minas de carvão de pedra em Buarcos, no ano 1778. Acrescenta, também, nesse mesmo texto, que após concluir os seus estudos em Coimbra, Feijó foi nomeado para compor a comissão no arquipélago de Cabo Verde, onde chegou a exercer a função de Secretário do Governo.

Permanecendo naquele lugar, teria escrito pelo menos quatro trabalhos, todos relacionados às ciências naturais. Trabalhos esses, que o projetaram dentro da importante Academia Real de Ciências, e que teriam concorrido para que seu nome tivesse sido indicado para proceder com estudos mineralógicos e botânicos na Capitania do Ceará, visto que o então Ouvidor dessa Capitania, representado nas pessoas de Manuel de Magalhães e Avelar de Barros teriam recebidos tal incumbência, ou seja, de investigar a flora cearense e remeter amostras para corte de Lisboa.

Para isso teriam recorrido a Academia Real das Ciências de Lisboa, onde o italiano Domingos Vandelli (1730-1815) era um dos grandes colaboradores nos trabalhos dessa natureza e que, prontamente, indica João da Silva Feijó para essa missão.

Sobre essa tarefa, Paiva explica que ela foi cumprida através de decreto da Rainha Dona Maria, e assinado pelo Príncipe Regente Dom João de Bragança, datado de 01 de fevereiro de 1799.



Geraldo Nobre<sup>56</sup>, também reconhecido por seu pioneirismo na investigação das obras e biografia do naturalista, João da Silva Feijó, acresce que Feijó teria chegado à capitania do Ceará com 39 anos de idade, onde teria permanecido até o ano de 1816.

No Ceará, sua missão era o estudo das minas de salitre, mas nada que o impedisse, segundo o primeiro Governador da Capitania do Ceará, Dom Bernardo Manuel de Vasconcelos, em carta no dia 01 de janeiro de 1800 e endereçada ao secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, que ele, Feijó, explorasse os três reinos da natureza. Contudo, Nobre (1997 *apud* CUNHA, 2012, p. 76) vai dizer que:

[...] na época em que João da Silva Feijó escreveu seus trabalhos sobre a Capitania do Ceará Grande (sobretudo entre 1800 e 1814), [...] as ciências da natureza física recebiam o rótulo de Filosofia Natural, rótulo [...] abandonando tão logo o positivismo de August Comte [1798-1857] proclamou a superioridade do conhecimento científico sobre o filosófico e o deste sobre o religioso [...]<sup>57</sup>.

Paiva (2002 *apud* CUNHA, 2012, p. 77) escreveu que “Durante a sua permanência na capitania do Ceará, o naturalista João da Silva Feijó sofreu a limitação do modelo iluminista imposto aos cientistas-funcionários do império português, tendo como maior encargo a localização e exploração das nitreiras naturais e outras minas”.

Sobre essa mesma questão, Lopes e Silva (2002), em artigo intitulado de “Investigações em História Natural no Ceará: estudos do naturalista João da Silva Feijó (1760-1824)”, escrito como parte integrante do projeto de pesquisa “Emergência e consolidação das ciências naturais no Brasil (1770-1870)”<sup>58</sup>, coordenado pela primeira pesquisadora, Maria Margaret Lopes, frisando que o tema discutido nesse mesmo artigo será retomado na pesquisa de doutoramento de Clarete Paranhos da Silva. No texto, as autoras informam que ao longo de sua permanência no Ceará, o naturalista Feijó redigiu diversas memórias, resultantes de suas investigações sobre salitre, ouro, ferro, gado, além de seus trabalhos botânicos<sup>59</sup>.

<sup>56</sup> Em 1997, escreveu a Apresentação do livro fac-símile ‘Memória sobre a Capitania do Ceará e outros trabalhos’.

<sup>57</sup> Mais informações Cf. páginas 76 e 77 de Cunha (2012).

<sup>58</sup> Projeto de pesquisa com apoio da CNPq e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP/Brasil, nº. 00/04751-0).

<sup>59</sup> Preâmbulo ao ensaio filosófico e político sobre a Capitania do Ceará para servir para a sua história geral. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1810. Memória econômica sobre a raça do gado lanígero da Capitania do Ceará, com os meios de organizar os seus rebanhos por princípios rurais, aperfeiçoar a

Nesse artigo, as pesquisadoras informam também que:

Seus trabalhos abrangeram de fato o amplo espectro da História atual da época. Alguns de seus registros se situam entre o que podemos considerar as primeiras observações sobre as características paleontológicas marcantes da região. Tratando das “Raras Petrificações” em sua *Memória sobre a Capitania do Ceará*, Feijó aponta que na serra dos Cariris, em Milagres—distante cerca de mais de 80 léguas do mar— encontram-se “as mais raras e curiosas petrificações vagas de peixes e de muitos gêneros de anfíbios, e alguns de grandeza de 4 palmos, incluídos como em uma espécie de *Etites*, de substância calcárea, em cujo âmago se observa o animal totalmente perfeito e reduzido interiormente a uma cristalização spatosa”. Ressalta também a presença de grande quantidade de ossadas fósseis de “grandioso tamanho, como vértebras, costelas, fêmures” próximas à serra dos Cariris, na região de Cronzó, na lagoa da Catarina. Discutindo não somente as ideias comuns entre os naturalistas de então, de que jamais se poderiam petrificar as partes moles e musculares dos animais, mas também tomando partido nas controvérsias sobre a alegada inferioridade da América, iniciadas desde a publicação, a partir de 1749, da *História Natural* de Buffon (LOPES; SILVA, 2002, p. 4).

Os trabalhos de Feijó nessas minas teriam sido dificultados em função da escassez de água, em decorrência da seca, então, registrada. Assim, no segundo semestre de 1800, é o que nos informa o texto de Cunha, este prosseguiu viagem para o sul da capitania, onde se dizia ser mais fácil suprir-se de água e onde deveria fazer estudos nas antigas lavras de ouro da Mangabeira, chegando à vila do Crato, mas “Não se descurando o naturalista de proceder a observações, diz Paiva, que o achado surpreendente das petrificações de peixes e anfíbios, as mais raras e curiosas que, a seu ver, haviam sido encontradas, até então em toda a Terra”, Cunha (2012, p. 80).

---

espécie atual das suas ovelhas e conduzir-se-ão tratamento delas e das suas lãs em utilidade geral do comércio do Brasil e prosperidade da mesma capitania; escrita e oferecida ao príncipe regente. Rio de Janeiro, 1811. Publicada no *Auxiliador da Indústria Nacional*, em 1842 e na Edição fac-similar de Separatas de artigos da Revista do Instituto do Ceará, tomo 3. Fortaleza: Biblioteca básica cearense/Fundação Waldemar Alcântara, 1997, p. 368-397. *Memória sobre a Capitania do Ceará, 1814*. Publicada no *Patriota*, tomo 3, n. 1, p. 46-62 e na edição fac-similar de Separatas de artigos da Revista do Instituto de Ceará, tomo 3. Fortaleza: Biblioteca básica cearense/Fundação Waldemar Alcântara, 1997, p. 4-27. *Memória sobre as minas de ferro do Cangati do Choró na Capitania do Ceará*, escrita em 1814. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Obras raras, 39, 5,9. *Memória sobre as antigas lavras de ouro da Mangabeira da Capitania do Ceará*, (1814). Publicada na Edição fac-similar de Separatas de artigos da Revista do Instituto do Ceará, tomo 3. Fortaleza: Biblioteca básica cearense/Fundação Waldemar Alcântara, 1997, p. 367-370. *Carta topográfica do Ceará à mina Salpetra, descoberta no sítio da Tatumuba na distância de 55 léguas da villa da Fortaleza*, 1800. Autógrafo na BNRJ. *Carta topográfica da Capitania do Ceará para servir à sua história geral*, 1809. Autógrafo no Arquivo Militar. *Planta demonstrativa da Capitania do Ceará para servir de plano à sua carta topográfica, delineada pelo sargento mor naturalista, etc.*, 1810. Cópia no Arquivo Militar. *Coleção descritiva das plantas da Capitania do Ceará, 1818*. In: Estudos sobre a coleção descritiva das plantas do Ceará (com o original inédito do naturalista Feijó). Fortaleza: Gráfica editorial Cearense Ltda, 1984 (coleção Estudos Cearenses) *apud* Silva e Lopes [201-], não paginado, grifo do autor).

Em publicação do Instituto do Ceará (1889, p. 3-27), consta o texto escrito por Feijó intitulado “Memória sobre a Capitania do Ceará” (1814). Sobre esse documento, Cunha (2012, p. 78) esclarece que ele é dividido em três artigos, respectivamente, “Da corografia do Ceará” (p. 4-7), “Do físico” (p. 7-21) e “Do político do Ceará” (p. 21-27). Fazendo um exercício cuidadoso dos trabalhos de Feijó, essa pesquisadora mostra que é:

No item intitulado do político do Ceará (1814) João da Silva Feijó elenca informações sobre Sua População; Distribuição da população; Costumes em geral dos habitantes, seus trabalhos; Deve-se proteger a arte pastoril; O mesmo da arte pescatória; Aproveitamento das salinas; Proteção da agricultura em geral e Introdução da cultura de muitos vegetais exóticos (CUNHA, 2012, p. 79, grifo do autor).

É também, nesse segundo artigo, em “Memória sobre a Capitania do Ceará”, que Feijó (1889-1997), segundo a pesquisadora Maria Soares da Cunha, (2012, p. 80) vai dizer que:

Há referências de Feijó ao que atualmente é reconhecido como região do Cariri em assuntos ligados aos recursos naturais, especialmente petrificações de peixes, mas também sobre as possibilidades dessa área montanhosa (serra dos Cariris) em abastecer de produtos agrícolas a zona de mineração das lavras da Mangabeira, colocando sua importância no plano de reino das atividades de extração de ouro das referidas minas.

As anotações de Feijó, indicando a riqueza fossilífera encontrada em terras da “Serra dos Cariris Novos”, constituem uma de suas maiores contribuições acerca do patrimônio natural e histórico largamente encontrado na região e que, sem dúvida, ajudou a promover algumas dessas narrativas contemporâneas acerca desse tipo de patrimônio natural do qual dispõe a região, e, por conseguinte, entendido como um símbolo da identidade regional.

Ao colocar Cariri cearense, ou como ele registra em seu texto “País dos Cariris”, como espaço em potencial para se promover em conjunto a atividade extrativa e a atividade mineradora, desde que esta primeira atividade se voltasse, principalmente, para gerar mantimentos para os mineiros. Essa narrativa logo levou à interpretações, ocupando espaço privilegiado na memória e identidade do Cariri Cearense, largamente reproduzida em outras tantas narrativas históricas que passaram a projetar essa região como “celeiro da economia” no sul do Ceará. Sobre essa narrativa histórica,

problematiza o historiador, Reis Júnior (2014), dizendo: se a natureza era tão prodigiosa, como explicar uma série de problemas com os quais seus habitantes tinham que conviver?

Pelo menos, foi esta a narrativa construída por Francisco Freire Alemão médico fluminense e também naturalista, considerado o maior botânico brasileiro do século XIX, integrante da Imperial Comissão Científica de Exploração, a primeira oficialmente promovida pelo Estado brasileiro, através do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, IHGB, Entidade fundada em 1.838 e que tinha como pauta principal de sua agenda analisar as questões nacionais, e conforme disse Silva Filho (2006, p. 9), “[...] conhecer em detalhe a geografia, os recursos naturais e as populações espargidas nas fímbrias do território brasileiro”. Esta Comissão, que, conforme indica Pádua (2002, p. 197), foi mais tarde denominada de Comissão das Borboletas, termo que ficou conhecido porque Alexandre de Melo Moraes lamentou que se gastasse tanto dinheiro apanhando borboletas, nesta Comissão acompanhavam Freire Alemão, o geólogo, Barão Guilherme Schuch de Capanema, Manuel Ferreira Lagos, Giacomo Raja Gabaglia, o poeta Antônio Gonçalves Dias e o pintor José dos Reis Carvalho. Com a permanência por mais de um ano no Ceará, os seus principais promotores, sobretudo Freire Alemão e Guilherme Capanema, tiveram consequências relevantes para o futuro da crítica ambiental (PÁDUA, 2002 *apud* LIMA, 2016).

Freire Alemão ([1859-1860], 2006, p. 234) registrou em seu diário que:

Quando chegamos ao alto dum morro sobranceiro à cidade, nos ofereceu um bonito panorama, por diante fechava o quadro a serra do Araripe, que não é mais que uma vasta chapada rasa e igual, como a do Apodí, adiante da qual fica a bacia do Crato, toda vestida de vigorosa vegetação e formando contraste com o aspecto do sertão [...] Tudo isto era aprazível e agradável.

Considerando que a passagem da Comissão Científica pelo Ceará foi mutuamente positiva, a exemplo das publicações de Tomás Pompeo de Sousa Brasil, que resultaram numa série de artigos sobre a destruição das matas onde as secas periódicas produziram uma situação potencialmente favorável à emergência de uma crítica ambiental, onde as primeiras análises técnicas, sobre o fenômeno das secas, surgiram no final da década de 1850, através de um artigo cujo autor, Viriato Medeiros, apresenta, de forma mais sistematizada e técnica, o enfretamento do problema. A partir

de então, vários outros trabalhos contemplando o debate ambiental no Brasil oitocentista se seguiram.

É pujante a produção historiográfica que versa sobre a natureza no Cariri Cearense, a exemplo das publicações de Tomás Pompeo Sobrinho (1860), Estatístico da Província do Ceará (1863-1877) - “Memória sobre o clima e as seccas do Ceará”, obras que o tornam conhecido por seus estudos históricos sobre o Ceará, fazendo desse, um reconhecido historiador cujos títulos constituem, até hoje, um cabedal de fontes para novas análises, além de outros textos de referência como o de Henrique de Beaurepaire Rohan - Considerações acerca dos melhoramentos, de que em relação às secas são suscetíveis algumas províncias do Norte do Brasil (1860); Giacomo Raja Gabaglia - Ensaio, parte II: a questão das secas na província do Ceará; Rio de Janeiro (1861), Antonio Marco de Macedo - Observações sobre as secas do Ceará (1871); André Rebouças - A Seca nas Províncias do Norte (1877) e Guilherme Capanema - As secas do Ceará (1878).

Oliveira Cortez (2000, p. 9), ao dissertar sobre a cidade do Crato como “cidade da cultura”, entendeu que “As representações do mundo social, [...] são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam”. Segundo essa pesquisadora, isso serviu para justificar as representações e práticas sociais e, sobretudo, as estratégias herdadas, por um grupo, cuja identidade residia nas partilhas sociais e culturais dos seus membros, oriundo de “boas famílias”, engendraram “[...] o movimento de construção do Crato como “cidade da cultura”, baseado na valorização da cultura letrada, da civilidade [...] de que ela era a própria representação” (CORTEZ, 2000, p. 5-6).

O estudo de Cortez (2000) procura mostrar o esforço que herdara um grupo de intelectuais engajados numa proposta cujo direcionamento era apresentar o Crato enquanto “cidade da cultura”, que para ela, baseava-se:

[...] numa lógica de continuidade em relação a um projeto civilizador, estruturado a partir, pelo menos da segunda metade do século XIX e uma lógica de contraste com o Juazeiro, aquele grupo foi, aos poucos, dotando o Crato de importantes instituições de suporte da cultura letrada e da civilidade: a sede de um bispado (1914), toda uma rede de escolas, imprensa, cinemas, teatro, bibliotecas, entidades filantrópicas, associações religiosas, academias literárias, museu, rádios, faculdades e uma universidade. Foi ainda como resultado dos seus esforços que a cidade ganhou feições modernas com o advento da estação ferroviária (1923), praças ajardinadas, hospitais, ruas calçadas, energia de Paulo Afonso, etc. Nesse particular emprestaram os seus saberes nas obras de modernização, embelezamento e de higienização da cidade. Deram continuidade ao processo de construção da identidade

cratense, iniciada desde o século XIX. Nesse sentido, participaram ativamente das comemorações cívicas, elaborando inclusive o calendário cívico da cidade. Ofereceram aos poderes públicos municipais sugestões para as denominações das ruas e praças da cidade, bem como para a edificação de monumentos em memória de “heróis” e “benfeitores” cratenses. A partir da década de cinquenta iniciaram o esforço de elaboração da historiografia da região do Cariri, lendo-a e escrevendo-a a partir do Crato. Ganhava, assim, inteligibilidade, para nós, o movimento de construção do Crato enquanto “cidade da cultura” (p. 7-8. Aspas no original).

Cortez (2000) ao ter mostrado os discursos elaborados por “especialistas da produção cultural”, como ela mesma nomeia em seu texto as pessoas imbuídas num esforço de recuperar a historicidade do movimento de construção do Crato como “cidade da cultura” em oposição à cidade vizinha, Juazeiro, que tem a sua história ligada ao Padre Cícero Romão Batista, e obviamente, ao misticismo em torno do suposto milagre da hóstia<sup>60</sup>, esta pesquisadora consegue mostrar como esses “especialistas da produção cultural” de que ela fala, internalizaram uma identidade territorial, acalentados por narrativas que anunciavam a natureza no Cariri cearense como o grande referencial, a exemplo dos intelectuais do ICC que ao procurar “reinventar as tradições” acabaram por elaborar um discurso identitário para a Região do Cariri.

Ao analisar o papel dos intelectuais e fundadores do Instituto Cultural do Cariri (ICC), na década de 1950, Dias (2014) escreveu ainda, que estes:

[...] proporam um novo projeto identitário regional e elencaram esses elementos imagético-discursivos, dizendo inicialmente que a preocupação deles era a de afirmar a existência de estreitas afinidades entre os pioneiros da colonização do Cariri e a geração de intelectuais que, na década de 1950,

<sup>60</sup> Milagre da Hóstia: Episódio acontecido em março de 1889, sexta feira da quaresma, envolvendo a lavadeira de 28 anos de idade, Maria Madalena do Espírito Santo de Araújo (1862-1914), quando esta recebia das mãos do Padre Cícero (1844-1934) a comunhão, tendo a hóstia se transformado em sangue na sua boca, “[...] fenômeno que reproduziu-se durante todo o tempo quaresmal daquele ano”, escreve Nobre (2011, p. 19). Esse fenômeno foi investigado por duas comissões, a pedido da Igreja, especialmente do Bispo dom Joaquim, que em relatório de 1890, este concluía que “*tudo não passava de fanatismo*”, *um embuste*. Decorre, portanto, do suposto milagre da hóstia, a suspensão das ordens do Padre Cícero, em 5 de agosto de 1892, quando a igreja não só resolve suspender as ordens do Padre Cícero, mas resolveu também submeter o caso ao Santo Ofício. Finalmente, no dia 31 de julho de 1894, foi tornado público o veredicto do Santo Ofício de Roma. A Santa Sé reprovava todos os fatos de Juazeiro como “[...] gravíssima irreverência e ímpio abuso à Santíssima Trindade. Segundo informa artigo escrito por Irmã Anette Dumoulin (2014, p. 19-20). “Em 1914, o Papa Bento XV criou a Diocese de Crato. Dois anos depois, Dom Quintino recebeu de Roma um decreto de excomunhão do Padre Cícero, mas o engavetou e nunca aplicou”. Contudo, recentemente foram devolvidas as ordens pela Igreja de Roma devolvendo as ordens eclesiais ao Padre Cícero. Apenas para constar, informo que durante o anúncio da Igreja, feito pelo Bispo Dom Fernando Panico, no dia que presenciei esta cena, para minha compreensão, naquele momento histórica, recordo bem a euforia que tomou conta do povo que assistia à celebração na Praça da Sé, naquela manhã.

formularam um projeto civilizador para a região. O ponto em comum entre os dois projetos era a ideia de pioneirismo e hegemonia centrada em valores de civilização. De um lado, os desbravadores da natureza selvagem e “domadores” dos “gentios” cariris; e, do outro, os formuladores “de um discurso capaz de revelar as origens legitimadoras de uma dominação intelectual sobre a região” [...] dentre esses signos, que se configuram como elementos discursivos e imagéticos da pretensa identidade regional, destacam-se o território natural, tendo como um dos ícones a Chapada do Araripe (p. 91-92).

Em sua dissertação, esse estudioso e amante das questões regionais, visto ser ele também um caririense, registra muito bem essa apropriação, ao dizer:

Seria, pois, a chapada uma espécie de marco inaugural do Cariri, ícone principal do projeto civilizatório para a região, um monumento natural que confere identidades e significados aos caririenses. Percebe-se, assim, o uso de uma simbologia para manifestar o telurismo que caracteriza a *caririensidade* de seus habitantes, imbuídos de valores e predicados naturais de pureza e imponência, que, por sua vez, estão relacionados, de certa forma, à presença da “majestosa chapada” e suas “perenes fontes de águas cristalinas”, promovedores de “solos ubertosos” e “clima ameno” (DIAS, 2014, p. 103).

Conforme observa-se na citação acima, temos o registro de olhar bem contemporâneo de um caririense, impressão nada distante da que tivera o médico e botânico George Gardner, quando esteve no Crato, entre 1836 e 1841, ao registrar em seu livro “Viagem ao Interior do Brasil”, que é:

Impossível descrever o deleite que senti ao entrar neste distrito comparativamente rica e risonha, depois de uma marcha de mais de trezentas milhas através de uma região que naquela estação era pouco melhor que um deserto [...] A tarde era das mais belas que me lembra ter visto, com o sol a sumir-se em grande esplendor por trás da Serra do Araripe, longa cadeia de montanhas a cerca de uma légua para o oeste da Villa, e o frescor da região parece tirar aos seus raios o ardor que pouco antes do poente é tão opressivo ao viajante das terras baixas. A beleza da noite, a doçura revigorante da atmosfera, a riqueza da paisagem, tão diferente de quanto, havia pouco, houvera visto, tudo tendia a gerar uma exultação de espírito, que só experimenta o amante da natureza, e que em vão eu desejava fosse duradoura, porque me sentia não só em harmonia comigo mesmo, mas “em paz com tudo em torno” [...] Desta serra, que dista de légua e meia do Crato, brotam numerosas fontes a que se diversificam em mil direções para os fins da irrigação [...] A junção de vários fios de água que descem da Serra do Araripe forma um regato que passa perto da Villa do Crato e provê aos habitantes a água abundante e límpida em todas as estações do ano. Também formam tanques profundos para banho, coisa com que os moradores se deliciam, principalmente no esteio (1976, p. 92).

Outra excelente impressão da Chapada do Araripe encontra-se registrada na Revista Itaytera, quando o Marechal Fernando Távora deixou registrado o seu texto, no

qual diz “Se não é o maior (Furnas e Três Marias, em Minas Gerais), foi a Chapada do Araripe o primeiro açude do Brasil, cujo descobrimento já o encontrou sangrando e que assim prossegue até hoje, chova ou faça sol [...]” (TÁVORA, 1963 [1964], p. 31).

## 1.2 NARRATIVAS MÍTICAS: LENDA DA PEDRA DA BATATEIRA

A Lenda da Pedra da Batateira, um dos mitos fundantes da cidade, margeia e povoa a imaginação mítica do caririense, que remonta a fundação da cidade a presença da nação dos índios Kariri, indicados pela historiografia como sendo os primeiros ocupantes do território, já que estes índios “teriam chegado nesta região por volta dos séculos IX e X da era cristã, possivelmente descendo o rio Amazonas e Tocantins, e se estabelecendo no rio São Francisco, já por volta dos séculos IV ou V”, conforme indica estudo de Thomaz Pompeu Sobrinho (1869 *apud* MAGALHÃES, 2006). Escreveu Figueiredo Filho (2010, p. 6-7) que:

Provavelmente, estes teriam sido empurrados pelos conflitos nessa região com os tupinambás e Tupiniquins, adentraram aos sertões, onde houvesse “*pouso felizes*”, vales fartos e frescos. Nas andanças, vieram abrigar-se à sombra das matas da Borborema, dos cariris velhos e novos. Supõe-se terem-se fixados junto ao leito de alguns rios como Assú, Apodi e Jaguaribe. Já estabelecidos às margens do São Francisco [...] tiveram que se expandir, ao que tudo indica premidos pela necessidade de espaços, já que as tribos haviam crescido. Assim uns acabaram indo para o norte, seguindo o caminho da serra da Borborema até o rio Salgado, afluente do rio Jaguaribe, no Ceará. Ali ocuparam o vale entre a “serra do Araripe” e a de S. Pedro, local de abundante d’água, além do vale do Salgado, por sinal de águas perenes (SOBRINHO, 1986 *apud* LIMA, 2016, p. 73).

A esse respeito, uma interpretação é recorrente na imprensa nordestina:

A Chapada do Araripe era a entrada para um lago encantado, cujo único acesso estava segurado pela Pedra da Batateira. Assim que este lugar fosse profanado, a água, jorrando, iria inundar todo o Vale do Cariri e matar a população inteira. Neste tipo de narrativa há elementos indígenas que constam da existência de “serpentes” e “mães d’água” e de forças encantadas, e também elementos de narrativas e também elementos de narrativas cristãs como a ideia do dilúvio e do Apocalipse<sup>61</sup>.

<sup>61</sup> Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/regional/pedra-da-batateira-seria-represa-do-mar-do-vale-do-cariri-1624803>. Acesso em: 15 mar. 2018.



Padre Antonio Gomes<sup>62</sup> “[...] em sua época, foi o maior especialista no que diz respeito à colonização e ao povoamento do Cariri, dedicando-se ao assunto herculeamente, devassando velhos documentos em busca de aclarar as origens coloniais no sul do Ceará” (MACÊDO, 2018, não paginado). É, assim, que Macêdo (2018), em artigo intitulado “A participação dos d’Ávila e da Casa da Torre na invasão a Capitania do Ceará”, refere-se ao Padre Antonio Gomes. No texto Mito e Realidade<sup>63</sup>, o Padre Antonio Gomes (1971, p. 104), escrevendo sobre a Lenda da Batateira, vai dizer que:

1. Mito da Submersão

Na Missão do Miranda, os índios localizavam a morada da Iara ‘Mãe d’água, para o vulgo, num lago subterrâneo ao altar de N.S da Penha. Acompanhavam a lenda com outras: um dia a povoação submergindo-se no lago.

2. Mito da Inundação

Descontentes com a invasão dos brancos, a Iara resolvera destruir a povoação do Miranda, retirando a pedra que controlaria o escape das águas da nascente da Batateira. Deveu-se o adiamento do cataclisma, primeiro, à intervenção de S. Fidelis, depois, à alma de Frei Carlos, o dito o qual às vezes, é visível aos olhos dos mortais, rondando a fonte. Coincidência: no inverno deste ano a erosão descobriu uma grande pedra na citada fonte, certamente coberta outrora pelo mesmo processo erosivo. Enfim, tudo, muitos, que, se não resistires ao mínimo teste da ciência histórica, valem para a literatura folclórica local, sobretudo pelo saber das origens.

No estudo realizado pela antropóloga Lima Verde (2015), que resultou na sua Tese de doutoramento, intitulado “Arqueologia Social Inclusiva a Fundação Casa Grande e a Gestão do Patrimônio Cultural da Chapada do Araripe Nova Olinda, CE, Brasil”, essa pesquisadora, fazendo menção ao tempo de criança e cercada por suas lembranças e pelas memórias narradas pelos mais velhos, reportou-se a Lenda da Pedra da Batateira de forma poética, levando-a a escrever que:

Nunca vou esquecer as férias que passei no sítio Fábrica, a visão dourada e majestosa do Vale do Cariri ao amanhecer do dia, os frios banhos de levada na água da nascente, o cheiro forte do tempero da comida feita com óleo de coco babaçu e os bolos de chapéu de couro no café da manhã. Naquele tempo

<sup>62</sup> Padre Antonio Gomes de Araújo: autor do livro “Temas Históricos Regionais” (1991). Foi membro correspondente do Instituto do Ceará, da Academia Cearense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Um dos fundadores do Instituto Cultural do Cariri, pesquisador e historiador, publicou: “Concurso da Bahia na Formação da Gens Caririense”; “Naturalidade de Bárbara de Alencar”; “Um civilizador do Cariri”; “Apostolado do embuste”; “Padre Pedro Ribeiro da Silva e primeiro capelão de Juazeiro do Norte”; “1817 no Cariri”; “Reitor Martins Filho”, “Traços biográficos e genealógicos” (em parceria com J. d Figueiredo Filho); “Aldeamento da Missão do Miranda e revelação de sua Arqueologia”; “Alvorada da Glória”; “A cidade de Frei Carlos”; e “Povoamento do Cariri”, informações de Joaryvar Macedo (1981).

<sup>63</sup> Texto publicado inicialmente na Revista Ytayera, ano IV, n. 4, Crato - CE.

já ouvia dos mais velhos as histórias da princesa Encantada que morava numa gruta no talhado da Serra do Araripe, na Bebida Nova, e dos cacos de panela dos índios que eram encontrados pelas veredas do caminho e que procurávamos durante as brincadeiras. Nesses tempos de inverno rigoroso, com muitas chuvas, era comum, na população local, o contar e recontar da Lenda da Pedra da Batateira, que, se chegasse a rolar com a fúria das águas, a Mãe d'Água destaparia a nascente e toda a água do lago encantado da Chapada do Araripe, inundaria a cidade do Crato. Quando a enchente do Rio Granjeiro descia, que a chuva acalmava, a diversão das crianças e dos adultos era ir ver o resultado do estrago causado por a mesma num misto de alegria, admiração, temor e alívio. Cresci com essas referências, que integram minha identidade até hoje, pois, quem nasce no Cariri, tem o privilégio de viver à sombra da Chapada do Araripe, e tem a imensidão de um verde vale para vislumbrar e alcançar o infinito (LIMA VERDE, 2015, p. 4).

Contemporaneamente, tenta-se recuperar o pensamento mitológico que durante tanto tempo ficou reduzido à margem, considerado "mentiroso" e "irreal". Relegado ao plano ficcional e, portanto, literário, o pensamento mitológico foi rechaçado pelo racionalismo, um lugar evocativo de um rito, escreveu Lima Verde (2015). Diante de tal perspectiva sobre o mito em torno da Pedra da Batateira, podemos citar Malinowski (1926 *apud* ELIADE, 2004, p. 13), quando este dirá que:

O mito é um ingrediente vital na civilização humana; longe de ser uma fabulação vã, ele é, ao contrário, uma realidade viva, à qual se recorre incessantemente; não é absolutamente uma teoria abstrata ou uma fantasia artística, mas uma verdadeira codificação da religião primitiva e da sabedoria prática.

Ou ainda, Bonneimaison (2002, p. 102) que discutindo sobre mito, escreveu:

A soma de valores religiosos e morais que funda uma cultura se apoia geralmente sobre um discurso e, nas sociedades tradicionais sobre um corpus de mitos e de tradições que, por sua vez, explica a organização simbólica dos rituais. É muitas vezes pelo rito que uma sociedade exprime seus valores profundos e revela sua organização social.

Na tradição oral, é observada a permanência dos mitos, as interpretações das comunidades que significam suas práticas e imaginários a partir dessas referências míticas, que se manifestam por meio da transmissão geracional (MEIHY, 1996). Como observado no trecho de entrevista oral que realizei (em 05 de abril de 2017) com José Humberto Tavares de Oliveira (Bebeto):

Meu pai tinha uma sabedoria popular muito grande, assim, uma visão extraordinária, e a noite, como não tinha televisão, essas coisas [...], a gente sentava na calçada e,

enquanto tinha energia a meninada brincava, mas quem era mais curioso ia ouvir as conversas dele. Então, ele falava das lendas do Crato antigo, alguns prefeitos do passado, ele falava até da Pedra da Batateira que a gente tinha muito medo quando era os meses de janeiro e fevereiro quando começava a chover, aí começava aqueles relâmpagos trovão, relâmpago de estalo, a gente tinha muito medo da Pedra da Batateira sair do lugar e inundar o Crato. Tem até uma lenda, completando, né? que essa água inundaria o Crato passaria na Igreja da Sé e debaixo do altar-mor tinha uma baleia hibernada, então, essa baleia sai em cima com a estátua de Nossa Senhora da Penha, e quando passasse no horto os romeiros apanhava essa estátua. [...] Mas, a gente tinha um medo enorme dessa história da Pedra da Batateira sair do lugar! Aí, eu fui crescendo, ouvindo essa história e quando, mas, mas, (sic) uns tempos depois eu conversando lá na Batateira com a população, eles tinham e, ainda tem, hoje, gente que acredita que essa pedra vai sair. Ele contava que a última tribo de índios quando foram expulsos daqui da Praça da Sé, o pajé quando chegou na nascente ele com o restante da tribo que ia fugindo, ele aproveitou um tronco de uma aroeira e entupiu a nascente e pra não vazarem, ele colocou cera de abelha ao redor, e um dia, voltaria e puxava essa madeira e essa água saíria com velocidade. Era outra lenda, completando, a da Batateira e ia invadir tudo aqui no Cariri. Então, era essas as histórias que meu pai contava pra gente antes de desligar as luzes às dez horas da noite.

**Figura 9 - Pedra da Batateira**



Fonte: Pontes (2015)<sup>64</sup>.

Sobre os índios Kariri, responsáveis pela criação em torno do mito da Lenda da Pedra da Batateira, aparece o estudo de Oliveira (2017), dentre as análises historiográficas mais recentes que “procuram compreender a historicidade dos povos Kariri em seus deslocamentos pelos sertões semiáridos ermos” onde este pesquisador, para sua investigação, recorta como espaço os Cariris Novos<sup>65</sup>, nas quais o autor em

<sup>64</sup> Foto tirada por Angélica Patrícia Pontes em 2015, bolsista do Geopark Araripe.

<sup>65</sup> Na introdução do livro ‘Efeméridos do Cariri’ Irineu Pinheiro (2010) escreveu que o denominaram, a princípio, de Cariri Novo, para diferenciá-lo do Cariri paraibano, apelidado Cariri Velho, por ter sido descoberto anteriormente. Veio-lhe o nome dos índios Kariri que na época da colonização do Ceará ocuparam extenso trato do território nacional, de Itapicuru, no Maranhão, ao Paraguaçu, na Bahia.

resumo vai escrever como se dera a chegada dos índios a estas terras. Sobre esse acontecimento, o autor diz que houve:

Uma dispersão que se acentua a partir do médio São Francisco, em especial em fins do século XVI, em razão do avanço da expansão da fronteira colonialista. Adentrando pelos sertões semiáridos do Norte foram ocupando aqueles espaços até os Cariris Novos, na capitania do Ceará e porções limítrofes das de Pernambuco, Paraíba e Piauí. Um espaço vivenciado por outras nações indígenas e mesmo de Kariri, gerando disputas interétnicas por territórios. O contexto tornou-se mais conflituoso quando ali chegam os não índios, muitos deles vitoriosos da guerra contra os nativos que habitavam as ribeiras do Jaguaribe. Coadjuvados pelas ações missionárias, especialmente da Ordem Capuchinho italiana, os Kariri foram aldeados, em especial em Miranda, no sentido de promover sua adequação ao mundo do trabalho, conversão à fé cristã católica e uma educação aos moldes das sociedades ditas civilizadas, forjando o apagamento dos elementos e práticas culturais identitárias. Em 1780, Miranda toma-se vila do Crato, momento em se inicia um discurso sobre a invisibilidade Kariri, no entanto em 1867 ocorre o massacre dos Kariri/Xocó da Aldeia da Cachorra Morta, o último embate de uma guerra secular (OLIVEIRA, 2017, p. 9).

Em seu texto, Oliveira (2017, p. 207) ainda esclarece que:

O Cariri, enquanto definição espacial-física pode ser compreendida na primeira sesmaria registrada em 12 de janeiro de 1703, quando os Capitães mores Manoel Carneiro da Cunha e Manoel Roiz Arioza pediram ali três léguas, cujas dimensões iam da cachoeira dos Kariri (hoje Missão Velha) até a lagoa (Quichesi) dos Kariri (atualmente, Distrito do Muriti-Crato).

Conforme procura ilustrar com trechos da referida Carta de Sesmaria:

Senhor Capitão Mor, dizem o Capitão Mor Manoel Carneiro da Cunha e o Capitão Manoel Rodrigues Arioza q. nas cabiceiras do Rio Salgado adonde abita hua nação de gentio por nome Cariris há terras capazes de criar gado a s quais estão devolutas e desaproveitadas e porque eles suplicantes tem seu gado nesta Capitania e lhes faltam terras emq. Os pode criar e com eles querem povoar as referida portanto P. Vm. lhe faça merse conceder por data dexismaria em nome de sua Magestade de q. deos goarde três légoas de terra para cada hum na dita parte dos Cariris comesando da caxoeira dos Cariris da parte didentro pello Riacho asima athe entestar com o fim da logoa dos Cariris e receber Merse dep. O Escrivão da fazenda Real me informe do conteúdo dessa petição, Fortaleza dez de Janeiro de mil setecentos e três (OLIVEIRA, 2017, p. 207, grifo do autor).

Os índios Kariri constituíram, portanto, uma grande ameaça aos planos de conquista e povoamento dos baianos. Isso porque, na mesma ordem de interesse dos desbravadores que avançam em direção ao interior do Nordeste, também era considerado como pauta para o sucesso de seus planos, a sujeição dos indígenas. Sobre

isso, escreveu Macêdo (2015, p. 205) que “[...] frequentemente, aproveitando-se tribos nativas, os desbravadores aliciavam uma das partes, fazendo convite aos índios para que se tornassem seus aliados na guerra contra o chamado gentio bravo (índio não civilizado)”.

Embora o contato com a tribo de índios Kariri tenha sido menos conflituoso, graças a um episódio largamente descrito nas fontes de pesquisa que atestam o motivo que fizera do encontro desses desbravadores baianos e índios Kariri um acontecimento sem muitos sobressaltos, como costumemente acontecia quando os lusos brasileiros se encontravam com algumas tribos nativas.

Muitos títulos que tratam das questões regionais, indicados como obras clássicas, tal como a obra de João Brígido<sup>66</sup> que, no seu texto ‘Apontamentos para a história do Cariri’, registra como se dera esse primeiro contato entre os colonizadores e a tribo de índios Kariri. Escreveu ele:

Achava-se esta tribo, possuidora do Cariri, em guerra com outras três tribos vizinhas, as quais lhe disputavam a posse das férteis regiões que cercavam a serra; estas tribos vizinhas eram os Cariús que ocupavam as nascentes do rio deste nome e as bastiões, com que se reúne; os Inhamuns que vagueavam nas nascentes do Jaguaribe...e os Calabaças, finalmente que eram senhores das margens do rio Salgado, das imediações da sua foz até perto do local onde se acha hoje a vila de Lavras. Se não fosse um negro, escravo da casa da Torre, que “cahindo em poder dos Cariris, em uma das suas excursões, fora trazido para aqui, onde os recursos de sua inteligência lhes ganharam a afeição d’esses selvagens, sobre quem tinha o ascendente dos hábitos contrahido no commercio de brancos, e levava vantagem no conhecimento de algumas das artes mais necessárias à vida.” [...] o próprio negro foi encarregado de solicitar este auxílio, e partiu conduzindo em sua companhia cinco índios do seu partido ou menos (Apontamentos para a História do Cariri.10). Chegado a fazenda Várzea, onde foram bem recebidos, mandou o Senhor da Torre uma bandeira de 200 homens. Esta força commandada por João Corrêa Arnaud da família de Diogo Corrêa o Caramuru, chegando aqui, acampou na caxoeira Missão Velha, onde nada fez em consequência de nessa época encontrara tribo em anarchia. Seguiu, porém, rio Salgado abaixo até Icó e na lagoa que hoje se denomina da Torre, acampou e esteve pelo correr do anno de 1590, pouco mais ou menos (THÉBERGE, 2007, p. 104).

Ou ainda, o autor do livro “Esboço histórico sobre a província do Ceará”, ou seja, Théberge (1973, p. 103-107), sobre esse mesmo episódio escreveu:

---

<sup>66</sup> Dedicou-se a atividade jornalística, onde iniciou escrevendo para o Jornal O Araripe, 1º periódico do Cariri, cujo primeiro número circulou em 07 de julho de 1855, foi eleito deputado provincial em 1864. *In: Fatos e Documentos do Ceará Provincial*, 1970, p. 84.

Tendo sido furtado, no estado de rapaz, pelos índios da tribo Cariri (entre 1660 a 1670), foi conduzido para este lugar, onde constituiu-se um forte capitão dessa tribo. Estando está em guerra com os Cariús em ataque reconheceu que os Cariús tinham vantagens sobre os Cariris, posto que estes ganhassem afinal a acção. Terminado o combate fez o negro conselho dos índios chefes, e declarando que em outro ataque seriam vencidos, propôs que se recorresse ao auxílio dos brancos, mediante a descoberta do paiz [...] Foi este escravo, que ensinou a os portuguezes o caminho do Cariri, quando fez entrar os primeiros invasores vindos do Rio São Francisco.

Escrevendo ainda sobre os primeiros colonizadores da Região do Cariri, Théberge (1973, p. 104-105) relata que:

[...] mensurando a astúcia do escravo, este juntamente com tal Medrado, intendente das fazendas da Casa da Torre tomado alguns soldados da bandeira e uma porção de índios Cariris”, que deram expansão à seu gênio feroz, no Brejo da Missão Velha [...] onde encontraram uma tribo inimiga, a qual foi imediatamente acometida e vencida. Os índios de arco que a compunham foram exterminados. Depois de matarem a gente de armas, pegaram nas crianças pelos pés, quebraram –lhes as cabeças nos paus e com os miolos untaram o corpo. As mulheres foram presas e levadas para a cachoeira, onde as precipitaram amarradas umas às outras. No Brejo da Salamanca, hoje da Barbalha, foi encontrada outra tribo que teve igual sorte.

Théberge (1973, p. 105) descreve, também em seu texto, o momento em que:

Em meio a luta encarniçada, um sujeito deitado numa rede observa impassivo a tudo. Tratava-se, de um sujeito de nome Ariosa, que logo foi identificado pela gente da bandeira como um criminoso refugiado da Bahia e que para evadir-se da justiça, se refugiara entre os índios desta região. Não bastasse, teria esse criminoso se valido do capelão que seguia a bandeira, tendo o mesmo não só lhe dado o perdão por seus crimes, como ainda, facilitado sua fuga.

Concluindo, pois, falando da audácia que tivera esse sujeito, Ariosa, que viaja até Portugal, onde propõe ação ao senhorio da Torre, sobre precedência da descoberta do Cariri, conseguiu com a doação de parte das terras de “sua descoberta”. Théberge (1973) diz que, em 1610, veio o coronel João Mendes Lobato e um filho, o padre Antonio Mendes Lobato, com uma força de 100 homens os quais foram ter ao Icó, onde se identificaram com a tribo Calabaça, conseguindo que Ella recebesse o baptismo, e estabeleceram relações com os Kariris. Subiram o Rio Salgado, acima em companhia dos Calabaças, e, chegando à Missão Velha, fizeram junção com os Kariris que igualmente receberam o baptismo e se fizeram comunicáveis. O padre Lobato mandou a Pernambuco uma comissão composta da sua gente e dos indígenas, pedindo um

missionário ao bispo, que era D. Estevão Brioso e que, nesse tempo, ocupava a cadeira episcopal de Olinda. O autor ainda diz que o:

[...] Bispo D. Estevão Brioso de Figueiredo, que mandou *Frei Carlos*, do convento da Penha, para aldear e doutrinar estes índios. Está provado, diz o autor, que este fato se deu de (1678-1683) período de tempo durante o qual este Bispo esteve regendo a Diocese [de Olinda]. Estabeleceram-se diversas aldeias no Cariri; só temos notícias das da Missão Velha, da Missão Nova da Salamanca, do Miranda, de onde se passou para o Crato, e de Milagres” (THÉBERGE, 1973, p. 106).

Segundo informa-me esses autores, “em 1677 já eram povoadas as margens do San’Francisco e a serra do Araripe, motivo que levou o primeiro Arcebispo da Bahia, D. Gaspar Barreto de Mendes a criar novas freguesias” (THÉBERGE, 1973, p. 103, grifo nosso). Deste foco de população interior, partiram exploradores, que mais ou menos nessa mesma época, atravessaram a Chapada do Araripe, desceram para os Kariris, no vale do rio Salgado, onde encontraram excelentes terras de agricultura, que convidavam a uma residência permanente nestas, é o que nos assevera Pedro Théberge (1973) que, em seu texto, afirma “os primeiros moradores se fixaram aí no tempo da exploração dos Lobatos”.

Oito ou dez anos depois da primeira exploração do Cariri por Medrada, por conseguinte em 1680 pouco mais pouco menos uma outra bandeira de 100 homens, conduzida pelo coronel *João Mendes Lobato* e seus filhos, entre os quais vinha um padre, por nome *Antonio Mendes Lobato*, todos moradores na Contiguiba, atravessou o rio San’Francisco, entrou pelos sertões da Paraíba, ao poente da serra da Burburema, explorou os sertões de Piancó, Pombal, Rio do Peixe; esteve na Formiga onde encontrou com outra bandeira do Cariri que também ia explorar estas regiões; e daí passou para o vale do rio Salgado onde esteve dias no lugar em que se levantou o arraial do Icó. Daí subiu pelas margens do rio Salgado até o Cariri, onde escolheu para seu estabelecimento as margens do riacho dos Porcos, nos sertões situado ao nascente da extremidade da serra do Araripe (THÉBERG, 1973, p. 106, grifo do autor).

Dentre os vários registros historiográficos, foi no livro ‘A cidade de Frei Carlos’ que Padre Antônio Gomes (1973, p. 104) escreveu que:

De 1703 a 1800, século XVIII [...] os titulares que obtiveram, em datas de sesmarias, terras no Vale do Cariri não se fixaram e radicaram em seus sesmos. Nêles não constituíram família nem pessoalmente valorizaram a terra. Agiram à distância, de seus domínios longíquos. Alguns por meio de prepostos temporários. Todos venderam suas terras sesmeiras a retalho, a prepostos, a rendeiros, a colonos espontâneos que iam chegando no Vale.

No entanto, é do estudo de Oliveira (2017) que vem a contribuição no sentido de procurar compreender a representação espacial da Região do Cariri, configurada mediante o seu processo de despovoamento tapuio, em função dos confrontos dos Kariri em defesa de suas terras contra os sesmeiros e a expulsão de muitos daqueles nativos no decorrer do século XVIII. Isso porque, segundo ele:

Na medida em que os interesses hegemônicos avançam sobre as fronteiras territoriais dos nativos, forçando-os a se deslocarem cada vez mais para os sertões, os colonos tinham a oportunidade de atribuir novos feitiços, valores e significados à natureza e aos territórios tomados aos nativos (2017, p. 206).

De modo que, conforme informa o texto de Nogueira (1887 p. 256) da Revista do Instituto do Ceará, fazendo menção ao que escreveu Melo Moraes, Théberge e Pompeu sobre os índios Kariri:

- a) Mello Moraes: “Foi aldêada pelos Carmelitas em Missão Velha e Nova, na Salamanca, hoje Barbalha, e no Miranda, actualmente Crato”;
- b) Théberge: “Em 1780 foram d’ahi expulsos pelo corregedor José da Costa Dias e Barros, por ordem do Capitão General de Pernambuco, José Cesar de Menezes, porque causavam depredações aos novos colonos”;
- c) Pompeu: “Com effeito esses indios eram extraordinariamente rapinas e tão péssimo conceito conquistaram que os colonos converteram-lhes o nome de cariri em caro e ruim”.

Ao percorrer as narrativas que primeiramente demonstram ter sido o rico Patrimônio Natural dessa região como sendo um dos principais aspectos a determinarem o desbravamento e colonização das Terras das tribos Kariri, mensuro como se forja essa constituição identitária e, evidentemente, as territorialidades apropriadas dentro do Território Cariri, hoje também lido e interpretado por novos agentes sociais<sup>67</sup>, como Território Geopark Araripe, que de acordo, com as definições de Saquet (2015) compreende o que ele analisa como território de referência:

O território de referência é material e imaterial, histórico e imaginário subjetivo. Refere-se ao lugar anteriormente habitado ou que se conhece através de leituras, gerando imagens presentes na identidade dos grupos sociais. Pode ser entendido, também, como um lugar de memória (p. 102).

---

<sup>67</sup> Configura entre esses agentes sociais a UNESCO.



Dessa maneira, o projeto de empreendimento de colonização e povoamento da Região do Cariri em nada se deve a estas determinações da Corte Portuguesa, onde os mesmos, quase sempre, se orientavam pelas pretensões do governo português e por todos os modos lícitos descobrir todas as minas, assim, de ouro como de prata e pedras, conforme percebemos no excerto do texto, retirado do jornal O Araripe (1919)<sup>68</sup> :

Aqui não foi o brilho do precioso metal e nem as scintilações do carbunculo que fizeram deter a *bandeira* enviada pela Casa da Torre a estas paragens. Os audaciosos agentes da poderosa família, depois de galgarem os últimos outeiros que lhes barravam ao sul, alongando a vista para além do fértil Valle aonde os *cariry*s tinham sua taba, descobriram um disco azul, se estendendo, em bizarras curvas, á direita, e á esquerda, e, embevecidos [ilegível] ante a majestade altiva do Araripe, se impondo aqui em atitude resoluta de rainha, lançaram-lhe aos pés os fundos da cidade do Crato. E a velha serra, impassível e serena, mas augusta e soberba na opulência de seus fructos, na fecundidade espantosa do seu chapadão, chato como os campos holadeses, aonde a famosa tubera da farinha nasce e se cria quase sem chuva, presidiu com seus cuidados de mãe carinhosa e boa, o desenvolvimento da bela cidade, que por muitos títulos, ocupa hoje o segundo lugar (sic) no Estado. Para seu dorso é que nessas epochas de calamidade com que o destino compraz em castigar o Ceará, seguem, ininterruptamente, as grandes romarias, não como para Meca ou Lourdes – atraz da salvação da alma, mas atraz do pão que é a salvação. É do seu ventre que irrompe para os acidentados flancos, as fontes perenes reavivadoras dos cannaviais e das lavouras que a chuva despresou e sol tentou matar. É bem provável que existisse o Araripe, não existiria o Cariry e, portanto, o Crato; e, como “Egipto é um presente do Nilo”, o Crato é um presente do Araripe.

A história que envolve a posse da Terra, e elabora uma das narrativas históricas sobre o patrimônio natural das terras onde vivia a tribo de índios Kariri é marcada, portanto, pela disputa dos primeiros colonizadores e povoadores. Isso porque, na Região do Cariri, os escassos veios de ouro<sup>69</sup> encontrados, de modo nenhum podem pautar como explicação para se refletir acerca da chegada dos primeiros desbravadores nessa região, conforme a assertiva de Padre Antonio Gomes, que escreveu, “A colonização do interior de fato teve pouca relação com essas ocupações ao longo do litoral, elas foi principalmente o resultado de incursões sertão adentro, de criações de gado oriundos da

<sup>68</sup> O ARARIPE, Crato, ano I, maio 1919. O jornal “O Araripe” circulou entre os anos de 1855-1865, de cunho liberal, teve a sua frente João Brígido dos Santos, reconhecido pela historiografia cearense como cronista, historiador e também político.

<sup>69</sup> Sobre as incursões de explorações ensaios de mineração na região do Cariri, o médico francês, Pedro Theberge (1973, p. 181) registrou em seu texto que após explorar as minas em Arraial de São José da Missão Velha dos Cariris, na Fortuna, nos Barreiros, nos Morros Dourados, e nas Minas da Mangabeira, teria Luís Quaresma Dourado reiterado o Governador- Geral de Pernambuco que “as ditas minas do Cariri não serem bastante ricas de metal precioso, para fazer conta a S. Majestade de explorar às suas expensas”.

Bahia e Pernambuco”. Motivo pelo qual se confirma o pouco ou quase nenhum interesse dos Portugueses por essas terras. Afinal de contas, as terras que seus olhos alcançavam tratavam-se nada menos que o “Oásis do Cariri”<sup>70</sup>, um vale de terras férteis propícias à criação do gado vacum, fase esta, que mais tarde seria tratada por Capistrano de Abreu como um novo ciclo econômico, denominado por ele como “Civilização do Couro”, fazendo referência às iniciativas das primeiras levas de baianos que procuraram ocupar o interior do nordeste, promovendo a empresa criatória “[...] do gado vacum, que representava pouca inversão de capital e trabalho, dispensava especialização, movia-se por si e multiplicava-se ao infinito, além de fornecer alimentação abundante, e couro” como bem escreveu Padre Antonio Gomes de Araújo (1973, p. 14).

Constituiria, imagino, uma grande fratura para construção desse capítulo senão eu fizesse uma ligeira incursão acerca dessa primeira narrativa que toma a natureza na Região como veículo para se processar a posse da terra das tribos de índios Kariri por desbravadores e sesmeiros que chegaram à esta região. Embora, isto conduza a conjecturas e, portanto, um mal-entendido de que ao acessar estas narrativas que versam sobre a colonização e povoamento do Cariri, eu estaria tomando para este estudo um recorte que se inicia no século XVII, o que não é possível. Isso porque, tais narrativas (imprensa, viajantes, cronistas e memorialistas) são pensadas, neste capítulo, como enunciadores de três importantes eixos de compreensão para esta análise, à saber: a terra, o território e as territorialidades. A análise de tais narrativas catalisa reflexões para os argumentos e escrita do segundo capítulo deste estudo, que será encaminhado no sentido de analisar e compreender os conflitos que aparecem na posse e propriedade desse território. A expulsão dos índios Kariri de suas terras pelos prepostos, e rendeiros que, conforme registra Padre Antonio Gomes de Araújo na sua obra (1971), ‘A cidade de Frei Carlos’, compraram em retalhos as terras sesmeiras dos titulares. Segundo informa, estes “[...] sesmeiros não se fixaram e radicaram em seus sesmos, nem tampouco, constituíram família nem pessoalmente valorizaram a terra” (ARAÚJO, 1971, p. 104). Essa constitui-se uma dessas narrativas históricas e, portanto, compreende-se como um dos primeiros conflitos que aparecem na leitura sobre a posse e propriedade desse território, e ainda, por onde circula a origem da Lenda da Pedra da

---

<sup>70</sup> “Oásis do Cariri”: Segundo consta no texto de Oliveira (2017), essa “estreita faixa de terreno sertanejo” denominada de oásis, cujo topônimo Cariri se deve em função das tribos Kariri, foram do século XIX em diante, quando a elite cariense teria se apropriado de seus principais elementos, a exemplo dos recursos naturais, para a conceituar como região, uma dádiva, um oásis.

Batateira. E, ainda, os conflitos mais contemporâneos pela posse e propriedade de terras, neste espaço estudado, Geossítio Batateira que, neste caso, se seguirá com a proposta de análise do Sítio Fundão.

Seguindo ainda a mesma perspectiva de analisar as produções narrativas que mais tarde irão servir como produtora e constituinte dessa possibilidade de atribuir significados a terra, território e as territorialidades no Cariri cearense, endossadas pelas várias interpretações acerca desse patrimônio natural e histórico que versam sobre a natureza na Região do Cariri Cearense, aparecem, ainda, os clássicos da historiografia cearense, cujas análises revelam-se como textos onde a temática ambiental já transitava dentre as preocupações desses autores cearenses, visto que neles já se evidencia certa preocupação com a natureza e a degradação ambiental. Tal questão é fortemente ventilada nos debates atuais, sobretudo nas análises que privilegiam em sua abordagem teórico-metodológico esse campo de interesse, cujas questões estão inseridas na chamada História Ambiental<sup>71</sup>, que tem cruzado fronteira e ganhado projeção entre os debates historiográficos, tornando-se atualmente, uma das questões mais frequente nos estudos que procuram realçar o entendimento no bojo das relações entre o mundo natural e cultural que marca o tripé: homem/ sociedade e natureza no tempo presente.

Vale resultar o engajamento de estudiosos norte-americanos que, na década dos anos de 1970, lançaram seus debates na Revista *American Society for Environmental History* (1977), espaço onde a História Ambiental se projetou. Parafraseando Buriti (2008), em artigo com base em Duarte (2005), onde ela cita estudos de historiadores brasileiros como Capistrano de Abreu, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior que, procurarem, segundo ela, em sua análise privilegiar a construção cultural e histórica do meio natural contribuíram para transformar a nossa perspectiva sobre a história, mas que não devem ser encarados como precursores de uma história ambiental no Brasil, acrescenta ela, afinal, como historiadores, estavam atentos à vida e ao cotidiano dos homens no tempo. Tal como pensou Buriti (2008) em relação à contribuição desses autores, também, colocamos nesse mesmo patamar as obras desses

---

<sup>71</sup> Drummond (1991, p. 180) nos diz que “A História Ambiental, conforme praticada hoje em dia em alguns países como os EUA, França e Inglaterra, resulta de um projeto “reformista” de alguns historiadores. É uma reação a essa pressão de ajustar os ponteiros dos relógios de dois tempos, o geológico (ou natural) e o social. Como diz Richard Cronon, ela trata de “colocar a sociedade na natureza” termo empregado por Woster *et al.* (1991).

historiadores cearenses, ou não, que em seus estudos procuraram considerar essa relação do homem com a natureza no Cariri cearense.

Sobre essas produções que, por um motivo ou outro, tecem considerações acerca da natureza no Ceará, e mesmo, especialmente no espaço estudado, Cariri cearense, Lima (2016, p. 63) vai dizer que tais:

Estudos que se destacam pela consistência e pelo teor profundamente político, preocupados com os destinos da província, tentavam chamar a atenção dos poderes públicos e dos habitantes da Província do Ceará sobre os terríveis efeitos da devastação das florestas. O clamor às câmaras municipais, no sentido de evitar ou pelo menos dificultar os estragos, reproduz a ineficiência do poder público em cuidar do meio ambiente, mas, ao mesmo tempo revela a preocupação de pessoas do meio intelectual com a degradação ambiental, em período bem anterior ao século XX. No entanto, essa preocupação nem sempre pode ser entendida como uma consciência ambiental, a ideia de preservação parece estar ligada ao desejo de usufruto de um grupo, obviamente das elites locais.

### 1.3 PATRIMÔNIO NATURAL

#### 1.3.1 Fonte da Batateira: dos usos aos abusos culturais desse patrimônio natural

**Figura 10** - Água jorrando na fonte da Pedra da Batateira



Fonte: Pontes (2015).

‘A lenda da água’, de Francisco Correia Lima, mais conhecido como Correinha. “Quem beber da água do Crato, volta” (dito popular) (PIERRE, 2013, p. 84-85):

I  
 Quem beber da sua água  
 Nunca se esquecerá  
 É uma lenda bonita  
 Que agora vou contar  
 Quem beber da sua água jamais se esquecerá  
 É uma lenda bonita  
 Do meu Crato – Ceará

II  
 No sopé do Araripe,  
 Na serra que dá piquis,  
 À margem do Bata teiras,  
 Moravam os Cariris,  
 Uma tribo destemida,  
 Índios fortes, de valor,  
 As índias se destacavam  
 Com meiguice e com amor!

III  
 (Estribilho)  
 Quem beber da sua água  
 Nunca se esquecerá!  
 É uma lenda bonita  
 Que agora vou contar  
 Quem beber da sua água jamais se esquecerá  
 É uma lenda bonita  
 Do meu Crato – Ceará

IV  
 Um dia, um índio forte,  
 Por nome de Arari, abandonou sua tribo,  
 Desprezando Juraci.  
 A índia, beijando a fonte,  
 Chorava prantos de dor,  
 Adoçava toda a água  
 Arari bebeu e voltou.

### 1.3.2 Localização geo-histórica

A fonte da Batateira está localizada no contato entre as Formações Exu e Arajara, no Sistema Superior de Aquíferos da Bacia Sedimentar do Araripe, em litologia de arenito (DNPM, 1996). Entre as cotas de 650 e 780 metros de altitude da Chapada do Araripe, jorram 254 fontes que perfazem um conjunto de nascentes da Bacia Hidrográfica do rio Salgado. Dentre elas, a mais importante é a Fonte da Batateira com uma vazão máxima de 398,0 m<sup>3</sup>/h, sendo que, no Sítio Luanda, município do Crato, esta possui uma vazão de 300 m<sup>3</sup>/h e atende 150 famílias, sendo a mais expressiva da região, como menciona a Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (COGERH, 2002).

Encontra-se no alto da Bacia Hidrográfica do Rio Batateiras, afluente do rio Salgado; posiciona-se a 720 metros de altitude, em área parcialmente urbanizada (coordenadas: 39°28'23''W e 07°15'30''S).

Resulta da infiltração das águas pluviais no topo da Chapada do Araripe que, no passado, irrigavam cana de açúcar para a produção da rapadura, produto final após a solidificação do melaço em forma de pequenos tijolos. Brito (2001) registra que com o aumento da procura pela rapadura, as áreas de plantio de cana-de-açúcar foram sendo ampliadas, aumentando o consumo de água e iniciando-se, então, os conflitos para utilização das águas das fontes naturais da Chapada do Araripe.

Em função desses conflitos pelo uso da água, envolvendo os plantadores de cana, estando estes mais próximos da nascente e os proprietários de sítios, aonde a água não chegava as suas propriedade, estes agricultores formalizaram queixa junto ao presidente da província, Dr. Joaquim Villela de Castro Tavares, tendo este editado resolução provincial (Lei Provincial n.º 645 de 17 de janeiro de 1854). Para isso, tomou como base em um documento elaborado por um Juiz de Paz baseado no levantamento das demandas de água dos agricultores relacionados com a área plantada (1645-1854). Esse modelo de gerenciamento dos recursos hídricos no Cariri, em seu conteúdo, garantia eficiência na alocação e ao uso desse recurso natural, além de estabelecer o direito de uso, inclusive, permitindo a realocação voluntária de direitos de uso da água por usuários, como podemos perceber em seu Artigo 58, que determinava o seguinte: as águas de todas as nascentes do patrimônio desta Câmara serão repartidas por todos os foreiros com igualdade de direito, pelo Juiz Municipal Presidente da Câmara, ou Juiz de Paz, se os mesmos foreiros assim concordarem: os foreiros às margens do rio Batateira, e desta cidade serão obrigados a soltarem todas as águas das 6 horas da tarde do dia sexta-feira de cada semana até 6 horas da manhã da segunda-feira seguinte, para serem divididas pelos foreiros e proprietários dos 71 brejos do Engenho do Meio, inclusive para baixo. Os contraventores serão multados em 30\$000 (HISSA, 20015, p. 70-71).

Essa Lei Provincial (1854) ainda criou canais possíveis para fiscalizar e aplicar sanção, em caso de possíveis infortúnios, reestruturando e instruindo através de meios mais eficientes o gerenciamento, destinação e uso da água, inclusive, no que tangia à forma de seu uso nas plantações de cana de açúcar, conforme determinava o Artigo 65 que dizia, “Fica proibido o uso de se distrahir parte das aguas deste municipio com outras plantações que não sejam cannas, cafeseiros, arroz e fruteiras dos brejos da

Batateira para baixo; não se proibindo, porém a plantação de milho, feijão, etc, pelo meio das cannas, que tem de serem regadas: os contraventores pagarão a multa de 20\$000 réis” (HISSA, 2005, p. 72-73). As sanções não paravam por aí, conforme se ler nos Artigos 60, 61 e 62 dessa Lei Provincial que determinava:

- a) Art. 60: “Ficão proibidas as tinguijadas, assim como outras quaesquer baldeações nos poços deste município: os infractores pagarão a multa de 20\$000 réis, mesmo quando o fação nas águas que passem por suas terras”;
- b) Artigo 61: “Quem deixar entulho nas levadas, ou qualquer modo obstruir a correnteza das águas regadias, pagará a multa de 2\$000 réis”;
- c) Artigo 62: “Os proprietários, foreiros, ou rendeiros das terras banhadas pelo Rio Batateira, e desta cidade desde as nascencias até o Carité, conservarão em suas testadas toda a limpeza afim de que não se embarace a correnteza das águas. Os contraventores pagarão a multa de 6\$000 réis”.

Tratando em seu estudo sobre essa mesma Lei nº 645 de 17 de janeiro de 1854, Brito (2001) nos acrescenta que, “[...] este direito de uso ser transferido para terceiros através de venda, 3 telhas d’água (preço em torno de 2.000 cargas de rapadura)”.

No ano seguinte, mais precisamente, em 21 de junho de 1855, o juiz municipal substituto Afonso de Albuquerque e Melo, na presença do escrivão Antonio Duarte Uiacinto Moura e alguns partidores nomeados - entre eles o Major Miguel Xavier Henrique de Oliveira e o Alferes Childerico Cicero de Alencar Araripe - instituía, através do Auto de Partilha das Águas do rio Batateira e observando a igualdade e regularidade de direito recomendado no artigo 58 da Resolução Provincial nº 645 de 17 de janeiro de 1854, que com toda consciência fizessem a partilha das águas do rio Batateira com todos os foreiros dos sítios mencionados nos termos de avaliação constantes destes autos, e recebido por eles ditos juramentos afirmaram e prometeram cumprir, e logo passaram a fazer a referida partilha nos termos de avaliação constantes desses autos. Esse documento recebeu deferimento do referido juiz em ato simbólico, cuja cerimônia foi acompanhada por juramento dos Santos Evangelhos em um livro deles em que cada um pôs de *per si* a sua mão direita. Após terem proclamado os ditos juramentos, afirmaram e prometeram cumprir e logo passaram a fazer a referida partilha de modo abaixo declarado:

[...] para constar mando o juiz lavrar este termo que assina afinal com os partidores e. Auto: Acharam o juiz e partidores, presidente de Câmara Municipal que o Sítio Luanda tendo duzentas tarefas de terras regadias, e que as águas com que ele era regado hoje pertencem ao Major Vicente Amancio de Lima, por compra ao finado Joaquim Ferreira Pinheiro, lhe dão duas telhas das águas do Rio Batateira, contendo cada uma das ditas telhas vinte polegadas de circunferência e para constar mandou o juiz lavrar este termo que assina com os partidores e o presidente da Câmara, comigo Antonio Duarte Uiacinto Moura, escrivão, que o escrevi. Albuquerque e Melo. Pontes Simões. Miguel Xavier Henrique de Oliveira. Childerico Cicero de Alencar Araripe, - Acharam mais juiz e presidente da Câmara e partidores que o sítio S. João Preguiça, Boa Vista, Mindoia, Corujas e mais três partes uma de Luis Martins da Silva, outra do Joaquim Ferreira Lima Seca e a terceira de João Moreira da Costa, contendo mais de trezentas tarefas lhe davam três telhas d'água para todos quantos tiverem parte nestes sítios, atendendo, que tem um olho d'água particular, independente da nascente do rio, cujas águas molham uma não pequena parte destes sítios no lado do poente, cujas telhas conterão cada uma vinte polegadas de circunferência, e para constar mandou o juiz lavrar este termo que assina com o presidente da Câmara Municipal, partidores e comigo Antonio Duarte Uiacinto Moura, escrivão que o escrevi. Albuquerque e Melo. Pontes Simões. Miguel Xavier Henrique de Oliveira. Childerico Cicero de Alencar Araripe. Acharam mais - que o Sítio Lameiro de José do Monte Furtado, contendo duzentas tarefas de terras regadias e já tendo um outro olho d'água que ajuda a regar as plantas do dito sítio lhe dão mais das Viana, Celme Torres Ferreira da Costa a guas do rio Batateira duas telhas d'água de vinte polegadas cada uma; e para constar, mandou o juiz lavrar este termo que assinou com o Presidente da Câmara Municipal, os partidores e comigo Antonio Duarte Uiacinto Moura, escrivão que o escrevi. Albuquerque e Melo. Pontes Simões. Miguel Xavier Henrique de Oliveira. Childerico Cicero de Alencar Araripe. Acharam mais: - o juiz, Presidente da Câmara e partidores que havendo no mesmo sítio Lameiro duas partes de terra, uma de Vicente Saveiro dos Santos e outra de Inácio Caetano de Alencar, de terras regadias, dão a estas duas partes uma telha d'água que contem dez polegadas de circunferência do que para constar, mandou o juiz lavrar este termo que assina o Presidente da Câmara Municipal, partidores e comigo, Antonio Duarte Uiacinto Moura escrivão que o escrevi. Albuquerque e Melo. Ponte Simões. Miguel Xavier Henrique de Oliveira, Childerico Cicero de Alencar Araripe. Acharam Mais: - o juiz presidente da Câmara e partidores, que o sítio Mizeria, de João Evangelista Cavalcante, Joaquim Lopes Raimundo do Bilhar e a chapada do Major Antonio Luiz Pequeno Junior tendo duzentas tarefas de terras regadias, lhe dão duas telhas d'águas de vinte polegadas cada uma, que assinou com o presidente da Câmara, partidores e comigo Antonio Duarte Uiacinto Moura, escrivão que o escrevi. Albuquerque e Melo. Ponte Simões. Miguel Xavier Henrique de Oliveira. Childerico Cicero de Alencar Araripe. A partir do ano de 1855 e nos termos do Auto de Partilha das Águas da Fonte Batateira, acima transcrito, o direito de uso da água passou a ser partilhado entre os 14 sítios (HISSA, 2005, p. 72-73).

No que se refere à explicação sobre as telhas d'água, conforme sugeria a Lei de 1855:

Da partilha de 1885 a fonte tinha uma estrutura composta de 23 telhas o que equivalia a 1.490 m<sup>3</sup>/h. Nesta partilha ficou acordado, entre os agricultores, que seria feito a divisão de 22 telhas entre eles e 1 telha correria no leito do



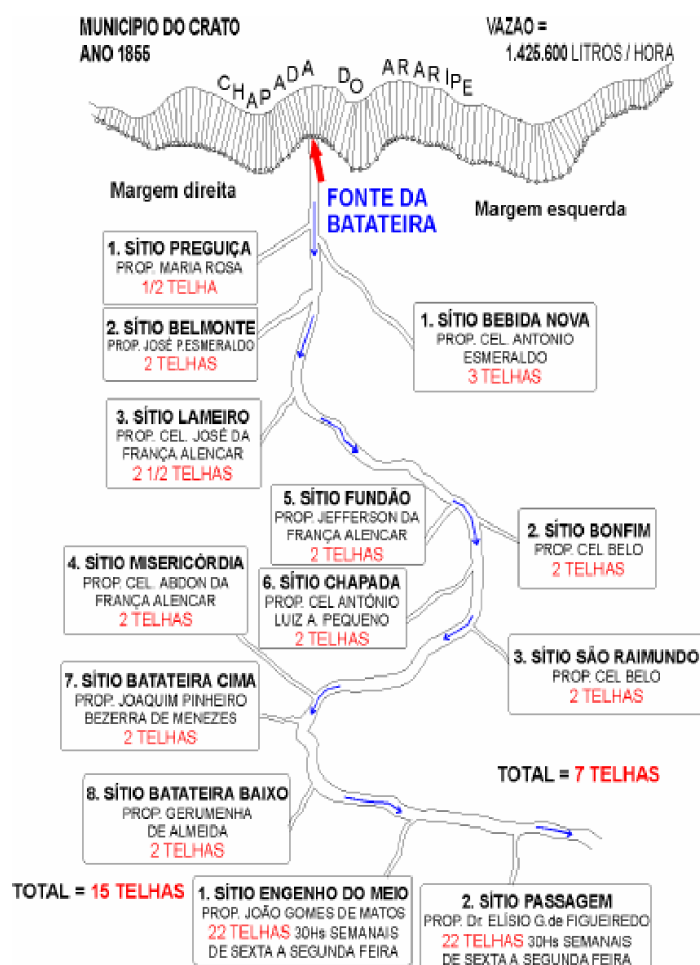
rio, onde seria usado o *Método de medição de vazão por “Telhas”*, cujo sistema de medição aplicado é uma antiga medida de vazão portuguesa que consiste em um tubo de 18cm de diâmetro com inclinação de 1:1000. A água deve verter por este tubo é equivalente, segundo informações dos usuários, a 64,80 m<sup>3</sup>/h., ficando assim distribuídas:

Margem direita do rio: Sítio Preguiça ½ telha, Sítio Belmonte: 2 telhas, Sítio Lameiro – 2 ½;

Sítio Misericórdia 2 telhas, Sítio Fundão 2 telhas, Sítio Chapada 2 telhas e Sítio Bateiras de cima 2 telhas, totalizando 15 telhas;

Margem esquerda do rio: Sítio Bebida Nova 3 telhas, Sítio Bonfim 2 telhas, Sítio São Raimundo 2 telhas, totalizando 7 telhas (HISSA, 2005, p. 72-73).

**Figura 11** - Sistema de divisão por “telhas” utilizada na fonte Batateira



Fonte: Sousa Filho (2017).

Dessa maneira, foram partilhadas 22 telhas equivalentes a uma vazão de 1.425m<sup>3</sup>/h correndo na calha do rio para mantê-lo com umidade. Após a divisão em telhas a água era transportada por canais abertos chamados localmente de levadas. No Clube das Nascentes acontecia a maior divisão, entre as águas do Sítio Bebida Nova e Sítio Lameiro.

**Figura 12 - Telhas d'água**



Fonte: Pontes (2015).

**Figura 13 - Telhas d'água**



Fonte: Pontes (2015).

De acordo com Brito (2001), no caso das fontes Batateira, os proprietários dispuseram, em primeiro momento, dos arranjos institucionais formais, já que existem documentos legais para a divisão das águas. Num segundo momento, os descendentes seguiram a Resolução Provincial, fundamentados em arranjos institucionais informais.

Esse debate é retomado em artigo intitulado “Estudo Comparativo de Hidromedicação na Fonte da Batateira”<sup>72</sup>, por Silva (2008, p. 3-4), onde esse autor cita Kemper *et al.* (1997, não paginado) ao explicar que:

[...] os modelos de gerenciamento são baseados ou fundamentados em arranjos institucionais formais e informais. Os arranjos institucionais formais são aqueles ditados pela União. A autora cita exemplo a Constituição Federal, Lei Nacional dos Recursos Hídricos, Código de Águas, dentre outros. Os arranjos institucionais informais são aquelas em que um conjunto de pessoas resolve adotar para melhoramento e eficiência de um sistema, como por exemplo, as normas culturais, costumes e a percepção do direito.

Dentre os recursos naturais que mais têm causado debates acirrados, a água potável ocupa lugar de destaque entre as preocupações ambientais, visto tratar-se de um patrimônio natural não renovável e que, em razão da sua importância para a sobrevivência da espécie humana e, evidentemente do planeta Terra, esse recurso natural tem motivado inúmeros e sucessivos debates envolvendo os mais diferentes segmentos sociais, políticos e religiosos com vista a construir uma pauta comum a todos para que esse recurso hídrico seja melhor aproveitado, num esforço integrado de planejamento, gestão e uso desse bem.

Esta preocupação com o uso e qualidade da água que jorra da nascente da Batateira, é observada por um dos entrevistados, já conhecido neste texto, José Humberto Tavares<sup>73</sup>, vulgo Bebeto. Em um trecho da sua narrativa, Bebeto afirmou que a água sempre esteve na pauta de estudos e pesquisas científicas, recordando que:

Na época em que era vice-diretor do Centro de Estudos Supletivos, foi chamado pela então Delegada de Ensino, Isa Barreto, para que ele tirasse quinze dias de folga das suas atividades docentes, para ficar à disposição de uma equipe de professores da Universidade Federal do Ceará, e mais dois alemães, mas que ele não deveria interferir de modo algum na pesquisa [...] Foi muito interessante, porque nós andamos os poços, eles colhiam a água dos poços profundos e das nascentes. Assim que a água saía em cima das nascentes eles iam até a boca da nascente, aí mediam a pressão, media a velocidade, a qualidade da água né? O teor vitaminas, como a gente pode dizer né? sais minerais. Então, teve uma passagem muito interessante numa das nascentes, isto é, de poço profundo na Batateira, é o poço São Raimundo, em frente aquele antigo posto fiscal. Ele botou uma escada, subiu, na saída da

<sup>72</sup> Artigo apresentado no IX Simpósio de Recursos Hídricos do Nordeste.

<sup>73</sup> José Humberto Tavares, mais conhecido como Bebeto, nasceu em 23 de outubro de 1945. Formado em Geografia pela antiga Faculdade de Filosofia do Crato, atualmente, URCA. Na época em que concedeu a entrevista, ocupava a função de Diretor do Instituto Cultural do Cariri. Atualmente, ano de 2018, ocupa na instituição de pesquisa a Cadeira de nº 10, Seção Letras, que tem como Patrono Pe. Emílio Leite Cabral. Entrevista realizada pela autora em, 05 de abril 2017 (Sede do ICC).

água ele captou a água, desceu trazendo essa água colocou em dois tubos de ensaio, colocou umas gotas de um produto que eu não conheço e não conhecia na época também, e colocou em tubo de ensaio e balançou. Aí a água mudou um pouco de cor, do mesmo jeito ele fez no outro e rodou de novo a água, aí começou a achar graça, começou a rir. Aí falou em alemão, eu não sei alemão, aí eu olhei para a tradutora e perguntei por que ele tava achando graça. Ele achou graça, porque disse que essa água desse poço foi a pior água que ele já examinou. Não tem cloro, não tem sais minerais... É água de chuvas, de chuvas antigas que caíram lá em cima da serra e estourou nesse poço. Mas o que mais é interessante é que anos depois um deputado, um deputado do Estado de Pernambuco chegou aqui no Crato, cavou um poço vendeu a água e vende dizendo que é água mineral. Essa pesquisa foi uma pesquisa científica, uma pesquisa muito boa, que por sinal eu até reclamei uma vez que eles não mandaram essa pesquisa, não divulgaram o resultado dessa pesquisa pra gente. Se mandaram para a SAEEC, a SAEEC não divulgou. Completando essa história, o mais engraçado ainda é que ele disse, que quando a professora da Universidade perguntou: Por que ele tá achando graça? Ele tá dizendo que a água daqui não tem nada! Não tem ferro, não tem sais minerais, não tem nada, é por isso que os moradores daqui são banguelas, aí foi que eu achei graça (TAVARES, 2017, Entrevista/História Oral).

Conforme se observa nesta narrativa oral, o uso e a qualidade das águas que jorram das nascentes que abastecem a cidade do Crato, de modo particular, a fonte da Nascente da Batateira, estiveram sempre sobre o olhar atento de alguns segmentos, inclusive, no âmbito científico.

Fazendo uma análise sobre a finalidade e sentido do domínio hídrico, Hissa (2005, p. 21) diz que:

Atualmente a expressão “domínio público” não significa apenas o conjunto de bens públicos, ou seja, os que “pertencem às pessoas jurídicas de direito público interno”, e “estão sujeitos a regime especial oriundos das normas de direito público”. Vai mais além. “Significa, também, a responsabilidade pela condução do gerenciamento das águas”.

Sobre algumas dessas questões, especialmente no que se refere ao uso e gestão da água da Fonte da Batateira, reportou-se Nivaldo Soares de Almeida<sup>74</sup>, um de nossos entrevistados que, para este estudo diz que:

---

<sup>74</sup> Nivaldo Soares de Almeida. Nasceu na Paraíba em 02 de fevereiro de 1950. Graduado em Agronomia pela antiga UFPB, atualmente UFCG. É Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional do Cariri-URCA. Atualmente, ano de 2018, ocupa a função de Diretor Executivo do Geopark Araripe, foi membro da COGER, organizou durante vinte e dois anos a Feira Agropecuária do Crato, Expocrato. Trabalhou na Secretaria de Agricultura do Estado do Ceará, foi cedido para a URCA na gestão da Reitora Violeta Arraes, atendendo ao seu convite. Em seguida, foi cedido à COGER (Companhia de Recursos Hídricos do Estado do Ceará) entidade vinculada à Secretaria de Recursos Hídricos do Estado que trabalha com a gestão dos recursos hídricos do Estado que trabalha com a gestão dos recursos hídricos do Estado do Ceará, que por sua vez trabalha por Bacia Hidrográfica. Entrevista realizada em: 09 de maio de 2017 (Sede do Geopark Araripe).

Com o surgimento de captação mais direta nas nascentes é... começaram a acontecer interferências danosas as nascentes: com desmoronamentos, é, enfim, jogar o tubo bem dentro para captar a água mais limpa possível, mas is pura possível é ..., enfim, essa coisa ficou por alguns anos até que o governo do Estado, aí nos anos, final dos anos 80, 90, 1980, 1990 implantou a política de Recursos Hídricos do Estado. Existem várias etapas de implantação dessas leis, são leis que definem o processo de gestão ou de, ou que legalizam o uso das águas do Estado do Ceará, culminando posteriormente com a criação de Secretarias. Acho que ainda no Governo de Tarso Ribeiro de Jereissat e, depois, a COGER que é a Companhia de Gestão que faz toda a parte de gestão de Recursos Hídricos no Estado do Ceará. Como eu falei anteriormente, águas superficiais armazenadas nos açudes e, também, águas subterrâneas. Então, é... quando foi é, instalado a chefia ou representação da COGER aqui na Sub Bacia do Salgado, e teve como primeiro gerente, Iarley de Brito Gonçalves, Geólogo, filho mesmo daqui do Crato e que já tinha uma vivência em relação a perfuração de poços, e que conhecia da geologia e, enfim, e ele passou a ser o gestor de todo um processo começando do zero. Todo um trabalho, do zero! É, é com dois, três anos depois eu fui cedido para também participar desse trabalho. E, é... fiquei por cerca de três anos [...]. Hoje, já não se usa mais certo? A medida de telha d'água, certo. O que, o que a água é captada hoje mais diretamente através de tubos plásticos com diversas dimensões. É captada nas proximidades das surgências dela na, na nascente e, assim, a SAAEC ela, a COGER para começar ela é responsável para poder oficializar o uso dessas águas, ela, por exemplo, oficializou para a SAAEC (Sociedade Anônima de Água e Esgoto do Crato) a liberação de um volume X de água, que oficialmente pelo que eu sei é cerca de 60 metros cúbicos por hora pra o abastecimento da cidade do Crato. E, existe uma adutora que traz essa água e abastece parte do município, a sede do município, e na nascente tem também, a chamada autorização que o nome que é usado tecnicamente é OUTORGA D'ÁGUA. A outorga feita pela COGER pra SAAEC ok. E, a SAAEC, ela paga um valor X a COGER pelo uso da água bruta. Esses preços são definidos através do Conselho Estadual de Recursos Hídricos com tabelas que são atualizadas e que são recolhidos para um processo de gestão é... é... da COGER, no Estado. E é, as comunidades de um modo geral, se qualquer pessoa for hoje na Fonte da Batateira, existe uma estrutura que é, recebe ou capta cerca de uns 70%, 80 % dessa água que surge nascente e faz a distribuição parte pra COGER, pra SAAEC! Tou trocando as bolas! Distribui para pra SAAEC e outra parte e, diversos pequenos tubos distribui pra diversas comunidades nas proximidades da Batateira, e até nem bem próximas, essa água alguns lugares que são mais distantes, que essa água vai nessa tubulação e atende a grupos familiares e pequenas comunidades pra abastecimento humano e abastecimento animal, e até a produção de alguma cultura. Então, hoje a nascente tem um número grande através dessa peça de distribuição que tecnicamente, que chamamos de barriletes. Onde diversos pontos de saída desses barriletes, e, é atende as demandas dessas comunidades que estão, quer dizer, no entorno das nascente, nas proximidades da nascente [...] Então, hoje o processo avançou com essa gestão da COGER, e existe hoje, uma comissão gestora na nascente, formada por membros da comunidade, ou seja, pessoas que hoje recebe água tanto para o consumo direto como pra pequena produção, até para lazer também. Tem alguns pequenos clubes que usam essa água para o lazer e depois reutilizam essa água para alguma atividade [...] Esse pessoal hoje tem já um nível de conhecimento que foi socializado pela COGER, mostrando a importância de se economizar água, de se cuidar da água, de se envolver com a questão, manutenção e a preservação da Fonte da Batateira, e o ambiente Como um todo: Sua estrutura de, geológica que está lá, que muitas vezes sofre agressão por visitantes, assim, é que deprezam de

alguma forma um pouco da estrutura do ambiente, né? Com quebra de árvores ou coisa parecida, e que deixam muito lixo. Esse processo tem melhorado, mas acontece alguma coisa desagradável (ALMEIDA, 2017, Entrevista/História Oral).

Sendo assim, Sousa, Costa e Gonçalves (2013, p. 5-7) esclarecem que é:

[...] um conjunto de medidas técnicas, administrativas e legais foram definidos critérios e normas para a utilização da água com controle social da questão de uso, e conservação deste bem tão precioso de forma a garantir o direito de acesso à água em quantidade e qualidade suficiente a todos, bem como garantir as futuras gerações o acesso a este recurso natural.

Ainda segundo os autores supracitados, outras medidas também foram tomadas para esse mesmo fim, ou seja, de continuar garantindo com qualidade o acesso as águas que jorram das fontes subterrâneas no Cariri cearense, entre elas a Fonte da Nascente da Batateira, onde foi criada uma Comissão Gestora dessa fonte através do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Salgado por meio da Deliberação nº 001/2009 cujas atribuições, eram sobretudo:

[...] de propor critérios de uso racional dos sistemas hídricos, respeitando os múltiplos usos; promover debates sobre a preservação ambiental e o uso sustentável da água junto aos usuários, e apoiar os órgãos gestores de recursos hídricos na atualização do cadastro dos usuários [...] Essa prática contribuiu para adoção de uma nova percepção no que diz respeito aos recursos hídricos subterrâneos, já que muitos possuíam a visão de que este recurso era um bem inesgotável no município do Crato. Passou-se a discutir a melhor forma de utilização racional [...] (SOUSA; COSTA; GONÇALVES, 2013, p. 7).

Na cidade do Crato, lugar onde se localiza a Fonte da Batateira, por muitos anos experimentou o mercado de águas na cidade no Cariri, tendo esse mercado de águas sido alimentado até a instalação da Gerência Regional do Salgado, isso nos idos dos anos 2000. Em Julho de 2002, mediante decreto do Governo do Estado do Ceará, com uma composição de 50 representantes de pessoas jurídicas dentre usuários (30%), sociedade civil (30%), poderes públicos municipais (20%), poderes públicos estaduais e federal (20%), tendo assentos natos àquelas instituições dos poderes públicos que atuam na gestão local dos recursos hídricos e/ou proteção do meio ambiente: Instituto Brasileiro dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA, Superintendência do Meio Ambiente do Ceará (SEMACE) e Secretaria dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará (SRH)).

**Figura 14 - Selo de outorga cedida à SAEEC**



Fonte: Pontes (2015).

Em 28 de maio de 2008, com o objetivo de tratar assuntos relativos ao manejo, uso e conservação das fontes de água e, ainda promover a regularização dos usuários da Bacia, foi instituído o Termo de Ajuste de Conduta (TAC). Cujo teor mais expressivo dessa proposta era reafirmar, através de uma nova ordem jurídica, quesito como disciplinamento do uso da água das fontes pelos usuários, e preservação ambiental dessa bacia.

1ª Cláusula - Prefeitura, APA Araripe, CBH Salgado, SEMACE e Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará (COGERH) reuniram-se, no prazo de 15 dias, para estabelecerem uma lista de prioridades para desapropriação das áreas circulares das fontes.

2ª Cláusula - A COGERH, no prazo de 30 dias retirou os canos da fonte da Bataeira e construiu “Barrilete” para proceder com a partilha das águas.

Parágrafo 1º - A prefeitura do Crato e COGERH procederá com a mesma ação, apresentando orçamento para instalação nas demais fontes do município.

Contudo, um grande passo foi dado no tocante à gestão das fontes, foi quando o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CONERH), fazendo uso da resolução de 20 de novembro de 2007, aprova a Criação das Comissões Gestoras. No ano seguinte, 13 de junho de 2008 essa comissão é aprovada pela CSBH Salgado que, em reunião ordinária, submete à Câmara Técnica de Águas Subterrâneas o estudo sobre a composição da CG, em 12 de setembro de 2008. Dentre as atribuições desta CSBH (2009, não paginado) estão:

Acompanhar as atividades exercidas pela COGERH na microbacia na qual está inserido esse sistema hídrico, fiscalizar o seu uso sustentável e encaminhar as ocorrências identificadas ao CSBH do Salgado;

I. Propor ao órgão Gestor, juntamente com o CSBH do Salgado, critérios e normas gerais para uso dos recursos hídricos e de execução de obras ou serviços de oferta hídrica, na área de influência do sistema hídrico;

II. Estimular a proteção, preservação, conservação e recuperação dos recursos hídricos e do meio ambiente contra as ações que possam comprometer o uso múltiplo atual e futuro;

III. Propor ao CSBH do Salgado, em períodos críticos, a elaboração e implementação de planos emergenciais, possibilitando uma melhor convivência com a situação de escassez ou enchentes - Estimular e orientar os usuários desse sistema hídrico no sentido de adotar os instrumentos legais necessários ao cumprimento da Política de Recursos Hídricos do Estado, com vistas à obtenção da outorga de direito de uso da água e de construção de obras de oferta hídrica;

IV. Colaborar juntamente com o órgão gestor e o CSBH do Salgado na elaboração e implementação do Plano de Ordenamento Hidro ambiental do Sistema Hídrico de forma participativa, envolvendo os interesses da população usuária;

V. Promover ações e desenvolver campanhas de caráter educativo com as famílias envolvidas, enfocando a utilização, conservação, proteção da fonte com relação ao uso de agrotóxicos, agroquímicos, recuperação das obras e recursos hídricos da microbacia a que pertence, manifestando-se sobre as medidas a serem implementadas;

VI. Incentivar junto com o CSBH do Salgado entendimentos, cooperação e eventual conciliação entre os usuários dos Recursos Hídricos;

VII. Discutir e aprovar calendários anuais de demandas juntamente com o órgão Gestor e enviar ao CSBH do Salgado para reconhecimento e anuência;

VIII. Solicitar através do CSBH apoio técnico à COGERH quando necessário;

IX. Discutir, reformular e aprovar anualmente o plano de alocação das águas do sistema hídrico, elaborado conjuntamente com o órgão Gestor e o CSBH do Salgado;

X. Manter acompanhamento sistemático em ação conjunta com o órgão gestor e o CSBH do Salgado sobre as ocupações irregulares nas áreas de Preservação Permanente dando o devido encaminhamento para providências aos órgãos competentes.


Segundo informa documentação consultada, a CG foi composta por 13 membros, assim dispostos: 08 usuários: 05 representantes da irrigação; 01 Lameiro; 01 Belmonte e 03 Bebida Nova; 02 representantes do abastecimento humano; 01 lazer; 03 representantes do Termo de Ajuste de Conduta (Ministério Público, Prefeitura, SEMACE, ICMBio e IBAMA); 02 representantes do CSBH Salgado: 01 representante da CT de Águas Subterrâneas; 01 representante da diretoria do CSBH do Salgado.

Sobre o uso social desse principal recurso natural, a água, que jorra da Nascente da Batateira, podemos pensar em conformidade com Drummond (1991, p. 182), quando esse, ao refletir sobre os principais aspectos que permitem levar o historiador ambiental a entrar em conformidade com a História Ambiental, deixou claro que:



Um terceiro traço da história ambiental é explorar as interações entre o quadro de recursos naturais úteis e inúteis e os diferentes estilos civilizatórios das sociedades humanas. As ciências naturais contribuem na identificação do conjunto de recursos naturais disponíveis no território de uma sociedade... Os historiadores ambientais encontram conceitos e enfoques úteis para estudar o papel da cultura nos usos dos recursos. Afinal, os recursos só se tornam recursos quando culturalmente identificados e avaliados. Não existem recursos naturais per se. Atualização do cadastro dos usuários.

**Figura 15 - Relação dos outorgados da Nascente da Batateira**



Nº	Outorgados	Finalidade de Uso	Nº	Outorgados	Finalidade de Uso
1	Ana Denize Primo de Moraes	Irrigação	22	Vicente Pereira de Freitas	Irrigação
2	Antônio Luiz Barbosa Filho	Irrigação	23	Rita de Cássia Domingos Crawford	Irrigação
3	Assoc. Atlético dos Becistas do Cariri	Turismo e Laz.	24	Maria Felipe dos Santos Bitu	Abas. Humano
4	Carlos Alberto Fernandes Lôbo	Irrigação	25	Associação dos Moradores do Sítio B. Nova e Corujas	Abas. Humano
5	Cicera Fernandes de Lima	Irrigação	26	Expedito Barreto Américo	Animal
6	Egberto Elson Moreira	Irrigação	27	Expedito Barreto Américo	Irrigação
7	Flávio Mendonça Bezerra	Irrigação	28	Luiz Carlos Lemos Pinheiro	Irrigação
8	Francisco de Figueiredo. Araes	Irrigação	29	Maria Pedro da Silva	Irrigação
9	ATB-EMPREENHIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA-EPP	Irrigação	30	Edilania Lima Santos	Irrigação
10	Gucio Carvalho Coelho	Irrigação	31	Sergio Barreto de Moraes	Irrigação
11	João Oliveira Brito	Irrigação	32	Macario José de Brito Bezerra	Abas. Humano
12	José Amando Silvestre	Irrigação	33	Maria Sebastiana Silva	Irrigação
13	José Allon Medeiros Siebra	Irrigação	34	Raimundo Feitosa Junior	Irrigação
14	Francisco Gonçalves de Brito	Irrigação	35	SAAEC - Soc. Anonima de Água e Esgoto do Crato-CE	Abas. Humano
15	Luiz Francisco da Silva	Turismo e Laz.	36	Cicera Fernandes de Lima	Industrial
16	Maria Aglaeda Maia Serra e Silva	Irrigação	37	Itaytera Clube	Turismo e Laz.
17	Maria Hilda da Costa	Irrigação	38	Aristóteles de Souza Freitas	Irrigação
18	Mary Stella Luna Esmeraldo	Irrigação	39	Luiz Jairo Sampaio Pinto	Irrigação
19	Raimunda Gomes Braga	Irrigação	40	Maria Eulina Teles	Irrigação
20	Raimundo Nonato Sampaio	Irrigação	41	Maria do Ceo Vilar de Alencar Araripe	Irrigação
21	Rosângela Maria Bezerra da Silva	Turismo e Laz.			

Fonte: COGERH (2015).

Nesse sentido, entendo a importância da prática “outorga”, que se constitui num instrumento de gestão de recursos hídricos, cujo objetivo se faz em assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água, superficiais e subterrâneas contribuindo para adoção de uma nova percepção no que diz respeito aos recursos hídricos subterrâneos. Essa ação foi entendida como uma importante medida, em se tratando do uso social que se faz da água que jorra da Nascente da Batateira e abastece toda a população do Crato. Haja vista que muitos possuíam a visão de que esse recurso era um bem inesgotável no município do Crato.

Esse instrumento, a outorga dos direitos de uso de recursos hídricos, resulta da Lei de Águas de 1997, cujos fundamentos dessa Lei propõem através dessa uma Política Nacional de Recursos Hídricos, sendo, portanto, a outorga um desses instrumentos que legitima que o usuário solicite do Estado à permissão de uso, e segundo essa mesma determinação que aquele que usa a água em quantidades consideradas significativas deve solicitar a outorga ao órgão gestor de recursos hídricos.

Assim como a outorga, a alocação e realocação de águas na Chapada do Araripe, como explica Hissa (2005), tornou-se um instrumento e uma melhor forma de utilização racional com parcimônia, adequando gradativamente esse recurso natural. Essa mesma pesquisadora ainda esclarece que:

No caso da alocação e realocação de águas na Chapada do Araripe, empréstimos e venda de água entre os donos de sítios com títulos de propriedade de direito de uso da água e demais usuários é comum, posto que vendem a titularidade do direito em caráter permanente ou vendem por tempo determinado e por volume determinado o direito de uso do recurso hídrico (HISSA, 2005, p. 50).

Cabe-me esclarecer ou mesmo lembrar que o tema “ÁGUA” e a sustentabilidade dos recursos naturais foram um dos assuntos que mais ocuparam espaço durante a realização da Conferência sobre o Meio Ambiente, mais conhecida como Eco 92, promovida pela UNESCO e realizada no Rio de Janeiro, motivando vários outros debates, a exemplo da Educação Ambiental, que ganhou projeção durante a Semana de Educação para Todos, acontecida em abril de 2004, fazendo parte da programação da IV cúpula Mundial de Mídia para Crianças e Adolescentes, onde o objetivo maior era promover entre seus participantes a troca de experiências acerca dos recursos naturais, entre eles, a água.

### 1.3.3 A Nascente da Batateira e a sua importância como habitat e sobrevivência do Soldadinho do Araripe

**Figura 16** - Um macho do Soldadinho-do-Araripe



Fonte: Fabíola Ortiz e Marcio Isensee (2012)<sup>75</sup>.

Encontrada em 1996, na nascente do Farias, fonte situada no distrito de Arajara, Barbalha – CE, o Soldadinho-do-Araripe (*Antilophia bokermanni*)<sup>76</sup>, enquadrado na lista de aves ameaçadas criticamente de extinção pela União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN da sigla de *International Union for Conservation of Nature*), tendo também no ano de 2003 entrado para a lista vermelha do ICMBio, isso porque, de acordo com as constatações de estudiosos do comportamento dessa espécie durante todo o ano, esta tem apenas dois ovos chocados por cada casal dessa ave, encontrada unicamente na região do Cariri Cearense, habitat natural dessa ave, tais estudos afirmam que existem, atualmente, apenas oitocentos exemplares da população dessa ave, de 177 casais adultos. Em torno dessas questões, especialmente do seu habitat natural e, evidentemente da preservação da espécie na natureza, muitos debates envolvendo Agências e Instituições de Pesquisas a exemplo da Associação de Pesquisas e Preservação de Ecossistemas Aquático (Aquasis), além de Instituições Públicas, como APA<sup>77</sup>, ICMBIO e UC Sítio Fundão tem

<sup>75</sup> Espécie considerada criticamente ameaçada, foto de Ciro Albano. Disponível em: <https://www.oeco.org.br/videos/26568-e-cons-a-luta-contr-a-extincao-do-soldadinho-do-araripe/>. Acesso em: 25 abr. 2018.

<sup>76</sup> Este nome é uma homenagem ao ornitólogo Wener Bokermann, pesquisador que incentivou a observação e o estudo das aves cearenses.

<sup>77</sup> Entre os vários encontros onde se discutiu a preservação dessa ave, podemos citar um desses encontros realizado pela FLONA, realizado no Parque Municipal do Riacho do Meio, outro Geossítio, no dia 12/09/2102, cuja chamada para discussão, encontra-se em jornal informativo da Floresta Nacional do Araripe, nº 34, setembro de 2012, cuja chamada é: Encontro de NEAs e COM-VIDAS do território do Soldadinho-do-Araripe.

procurado através de iniciativas, como seminários, cartilhas e demais recursos e atribuições, se fazer entender a necessidade de preservar as nascentes d'água, com particularidade, as nascentes que se situam em Barbalha, Jardim e com mais atenção para a nascente da Batateira, área onde se registra, segundo estudos, uma concentração maior de exemplares dessa ave, e, por isso mesmo, devendo este habitat ser preservado, uma vez que, segundo estudiosos dessa ave, a presença dela nas nascentes de água atesta, sobretudo, a pureza e qualidade dessa água. Qualidade que os pesquisadores dessa ave vão indicar como uma “ave bioindicadora da qualidade da água”, isso porque, “Estudos querem comprovar que sua plumagem está relacionada à qualidade da água consumida pelo animal, uma vez que sua incidência e ciclos reprodutivos estão diretamente ligados ao estado de preservação das nascentes” (SOUZA FILHO, 2017, p. 63-64).

As preocupações envolvendo o habitat dessa ave e, claro, a sua preservação, ainda apontam outro problema “a expansão urbana e agrícola e os incêndios na mata - cada vez mais frequentes em época de estiagem como a que o sertão nordestino enfrenta desde 2010”, conforme apresenta trecho extraído do artigo “Soldadinho do Araripe se transforma em ícone regional” de Calheiros (2013, p.6). Esse mesmo artigo ainda mostra a “situação paradoxal” na qual vive essa ave. Se por um lado, é ameaçada de extinção, por outro, entretanto, diz o texto:

As imagens do soldadinho-do-Araripe estão em todos os municípios do Cariri cearense. Sua imagem está na porta de todos os táxis do Crato; é a ave símbolo em Barbalha, personagem nas aulas de educação ambiental das escolas públicas; e está em biografias familiares, em mosaicos domésticos e até em propaganda de vereador. [...] O sucesso do pássaro ultrapassou a região onde vive. Chega a lugares distantes. O indiano A.J. Mithra usou o canto do passarinho, distorcido, para fazer um rap. Sir David Attenborough, uma das vozes mais influentes do Reino Unido no campo da conservação, diz ser padrinho do soldadinho-do-Araripe. A cantora mineira Fernanda Takay, da banda Pato Fu, já vestiu a camisa do passarinho. Turistas estrangeiros que fazem excursões para avistar nossas aves consideram o soldadinho-do-araripe uma das atrações principais (CALHEIROS, 2013, p. 6).

Calheiros (2013) mostra como o bem feitor e protetor do soldadinho do Araripe, apareceu o ornitólogo, Weber Girão, que integra a ONG “Associação de Pesquisa e Preservação de Ecossistemas Aquáticos” (Aquasis) e que tem se dedicado diariamente a projetos envolvendo a defesa e sobrevivência do soldadinho-do-Araripe, missão,

segundo ele, que se “transformou em projeto pessoal e profissional”<sup>78</sup> à sobrevivência do soldadinho-do-araripe. Esse zelo, conforme esse pesquisador gosta de registrar nas palestras que confere sobre o soldadinho do Araripe, se deve em função da pesquisa na qual participou em 1996, ao lado do professor Galileu Coelho, quando esses participavam juntos na identificação da espécie que dali em diante, recorda Weber, em entrevista na qual decidiu que iria fazer tudo para que aquele passarinho pudesse continuar a cantar e ser visto na natureza (CALHEIROS, 2013).

*Antilophia Bokermann* era, portanto, o nome científico dado ao macho adulto dessa ave do gênero *Antilophia*, nome sugerido por Roberto Otoch em homenagem ao pesquisador Werner Bokermann, por suas contribuições à ornitologia brasileira: *Antilophiabokermanni*, conforme escreveu (SILVA; RÊGO, 2004, p. 10). Esses pesquisadores informam, ainda, que a ave teria sido inicialmente descrita cientificamente na Ararajuba, Revista Brasileira de Ornitologia, o pássaro foi nomeado, em português, como soldadinho-do-araripe, e, em inglês, Araripe Manakin.

Pela batalha que vem travando ao longo desses anos e pelo “[...] seu empenho na defesa da causa do soldadinho-do-araripe, Weber foi escolhido pelo programa E-Cons, como empreendedor da conservação para a Caatinga” (CALHEIROS, 2013, p. 7).

Seu plano de manejo tem 5 grandes linhas: restauração da mata, educação ambiental, pesquisa, monitoria e políticas públicas. Segundo informa esse mesmo artigo consultado, das 128 nascentes da região, Weber já visitou quase todas e contabilizou cada um dos ninhos ativos do soldadinho-do-araripe.

Dentre as ações mais audaciosas para preservação e, também, aumento da população dessa espécie *Antilophia Bokermann*, apresentada no Plano de Ação Nacional (PAN) de Conservação do Soldadinho-do-Araripe<sup>79</sup>.

Esse projeto foi validado, sobretudo, na Portaria nº 92 de 29 de setembro de 2016<sup>80</sup> cuja portaria resolveu aprovar o 2º ciclo de implementação do PAN para a Conservação do Soldadinho-do-araripe, contemplando 1 táxon ameaçado de extinção, estabelecendo seu objetivo geral, objetivos específicos, prazo de execução, abrangência

---

<sup>78</sup> Disponível em: <http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/ceara/ave-do-cariri-vira-tema-de-selo-dos-correios-para-chamar-atencao-a-o-risco-de-extincao/>. Acesso em: 21 jun. 2018.

<sup>79</sup> Disponível em: <http://icmbio.gov.br/potal/imagens/stories/docs-plano-de-aacao/pan-soldadinho-do-araripe.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2018.

<sup>80</sup> Disponível em: [http://www.icmbio.gov.br/porta/imagens/stories/docs-plano-de-aacao/pan-soldadinho-araripe/1.1\\_Portaria\\_92\\_retificada-\\_PAN\\_Soldadinho\\_do\\_araripe\\_-\\_site.pdf](http://www.icmbio.gov.br/porta/imagens/stories/docs-plano-de-aacao/pan-soldadinho-araripe/1.1_Portaria_92_retificada-_PAN_Soldadinho_do_araripe_-_site.pdf). Acesso em: 03 out. 2016.

e formas de implementação e supervisão, cujo processo (nº 02070.002655/2010-02) foi também orientado por decreto (nº 7.515, de 08 de julho de 2011); portarias (nº 1.080, de 15 de junho de 2016, do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, publicada no Diário Oficial da União de 16 de junho de 2016; nº 43, de 21 de janeiro de 2014, do Ministério do Meio Ambiente, que institui o Programa Nacional de Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção (Pró-Espécies); MMA nº 444/2014, classificada na categoria CR - Criticamente em Perigo - *Antilophia bokermanni*; MMA nº 444, de 17 de dezembro de 2014, que reconhece 698 espécies da fauna brasileira como ameaçadas de extinção, de acordo com seus anexos; e, ICMBio nº 16, de 02 de março de 2015, que dispõe sobre a atualização da denominação, da localização e das atribuições dos Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação no âmbito do Instituto Chico Mendes); resoluções (CONABIO nº 4, de 25 de abril de 2007, que dispõe sobre os ecossistemas mais vulneráveis às mudanças climáticas, ações e medidas para sua proteção; e, CONABIO nº 6, de 03 de setembro de 2013, que dispõe sobre as Metas Nacionais de Biodiversidade e estabelece que, até 2020, o risco de extinção das espécies ameaçadas terá sido reduzido significativamente, tendendo a zero, e sua situação de conservação, em especial daquelas sofrendo maior declínio, terá sido melhorada); e instruções (Instrução Normativa ICMBio nº 25, de 12 de abril de 2012, que disciplina os procedimentos para a elaboração, aprovação, publicação, implementação, monitoria, avaliação e revisão de planos de ação nacionais para conservação de espécies ameaçadas de extinção ou do patrimônio paleontológico).

Ademais, devo informar que um dos maiores desafios do PAN é, sem dúvida, o que está apontado no segundo parágrafo da Portaria nº 92 de 29 de setembro de 2016, que diz:

§2º Para atingir o objetivo previsto no caput, o PAN Soldadinho-do-araripe, com prazo de vigência até 2020, estão estabelecidas 38 (trinta e oito) ações distribuídas em 4 (quatro) objetivos específicos, assim discriminados: I - Reduzir a perda de habitat decorrente da expansão agropecuária e imobiliária na área de ocorrência da espécie. II - Reduzir a perda de habitat em decorrência de incêndios florestais na área de ocorrência da espécie. III - Compatibilizar a gestão dos recursos hídricos com a conservação do soldadinho-do-araripe. IV - Ampliar o habitat do soldadinho-do-araripe (não paginado).

A proposta de preservação do habitat do Soldadinho do Araripe é apresentada, inclusive, em versos pelos cordelistas da Academia dos Cordelistas do Crato que, nos

seus textos clamam a população pelo zelo e preservação das nascentes d'água, habitat dessa ave endêmica, somente encontrada no Cariri cearense, como pode se ler em trecho extraído num desses cordéis “[...] vamos proteger tudo que é nascente, findar com as brocas, queimadas, urgente, na encosta da serra do nosso lugar”<sup>81</sup>.

Preocupação e zelo em preservar o soldadinho do Araripe têm se verificado tanto nos projetos criados para esse fim, como também já se constitui enquanto prática social entre os caririenses. Conforme podemos observar na narrativa oral do Senhor Francisco Xavier Rodrigues<sup>82</sup>, quando este, ao recordar a época de criança, falava-me sobre o Soldadinho do Araripe. Como bem disse Whitaker e Veloso (2005, p. 76-77), “[...] o sentimento é afetividade elaborado e colocado em forma graças ao discurso, a narração que o sujeito faz”. Afinal, como bem pensou Bourdieu (2007), a palavra é o símbolo da comunicação por excelência, uma vez que ela representa o pensamento. Desse modo, dizia-me, esse senhor:

E, como eu tava dizendo, no mês de junho, aí juntava aquele pessoal pra limpar a levada, se chamava tirar levada, todo dono de Sítio juntava a queles moradores, aquele pessoal todo que tinha direito d'água, aí limpava as levadas. Eu, pequenininho, pequeno, idade oito, dez, nove, dez anos acompanhava meu avô né? Aí via aqueles passarinzinho, passava, ele falava num passarinho da Serra do Araripe, mas ele num chamava Soldadinho do Araripe, era Galo Campina do pé da serra, aí ele dizia: - Ó, meu fii, esse passarinzinho ninguém num mexe não! Ninguém mata um passarinzinho desse não! porque é um passarim(sic) do pé da Serra do Araripe. Ele mora aqui é um passarim d'água. Ele dizia essa ... eu ficava olhando aquilo... é mesmo rapaz! A gente matava, caçava passarim, matava rolinha, matava juriti, matava lambu, matava forró, mas quando a gente via que era um soldadim, a gente via ele e dispensava. Desde que eu era criança, que já falava desse Passarim, é um passarim respeitado. Há vinte anos atrás, foi que batizaram como Soldadin do Araripe, parece que andou um pessoal aí e viu, porque ele é difícil, você roda esse pé de serra aí, e num vê um (RODRIGUES, 2017, Entrevista/História Oral).

Ainda em conformidade com o que escreveram essas autoras, Whitaker e Veloso (2005, p. 76) “A arte de lembrar é um ato profundamente pessoal. A memória é um processo individual que ocorre em um meio social” (EULALIO, 2005, p. 76). E, acrescenta ainda:

<sup>81</sup> “Salve o Soldadinho-do-Araripe”, autor: Willian Brito, membro da Academia dos Cordelistas do Crato, cadeira nº 1.

<sup>82</sup> Francisco Xavier Rodrigues, Mais conhecido como Sr. Chico Lino, nasceu em 03 de novembro de 1945, ao Sopé da Chapada do Araripe. É morador do antigo casarão pertencente ao ex-prefeito Ossian Araripe, situado no Sítio Lameiro. Entrevista realizada em 18 de abril de 2018 (Sítio Lameiro-Crato).

As vivências expressadas, ou narradas, ou lembradas, evidenciam o amálgama de traços individuais e coletivos presentes na elaboração social das emoções. Ou seja, fatores internos e externos, particulares e coletivos, se associam às regras culturais e consubstanciam a presença do simbólico nas representações. As representações manifestam-se como ação em linguagem de tempo vivido (EULALIO, 2005, p. 77).

O que me faz lembrar aqui, o que disse Portelli (2006, p. 108), ao procurar mostrar a importância de entender criticamente as narrativas, ou seja, de que os narradores são apoiados pelas estruturas mediadoras da linguagem, da narrativa, do ambiente social [...]. Esse motivo leva esse autor a pensar que “fontes orais são narrativas”, conforme orienta Janaina Amado e Marieta de Moraes Ferreira (2006), num dos estudos sobre História Oral.

Fazendo, pois, menção a esse meio social de que tratam as autoras, posso dizer que essa prática social e ambiental de cuidar e zelar pela preservação desse pássaro, o Soldadinho do Araripe, tem sido replicada de forma que outros agentes sociais têm entrado em defesa dessa ave, como afirmou o biólogo Weber Girão, em palestra conferida após lançamento de Selo pelos Correios. Tendo esse pesquisador, naquele momento, dito que, “à estrutura geológica da Chapada do Araripe é a única capaz de servir de habitat para a espécie”<sup>83</sup>. É um planalto, uma zona de mais de 1 milhão de hectares de chapada e essa área capta a chuva e concentra nas encostas do lado caririense, justamente nesses municípios de Barbalha, Crato e Missão Velha. Descreve Weber. E, acrescentando também que esta ave pode ser extinta completamente em 15 anos, caso “nenhuma intervenção seja feita com extrema urgência”. O biólogo destaca, ainda, a perda do habitat natural da ave, provocada pelo desmatamento e pela degradação de mananciais, como um dos principais fatores para redução da espécie (COSTA, 2017, não paginado).

Na ocasião de lançamento do Selo pelos Correios, Erico Jovino, Diretor dos Correios no Ceará, dizia que os selos foram confeccionados para alertar a população sobre “o zelo que devemos ter com todas as espécies de animais” e para o “alto índice de desmatamento que está ocorrendo no mundo”<sup>84</sup>.

---

<sup>83</sup> Disponível em: <http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/ceara/ave-do-cariri-vira-tema-de-selo-dos-correios-para-chamar-atencao-ao-risco-de-extincao/>. Acesso em: 21 jun. 2018.

<sup>84</sup> Disponível em: <http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/ceara/ave-do-cariri-vira-tema-de-selo-dos-correios-para-chamar-atencao-ao-risco-de-extincao/>. Acesso em: 21 jun. 2018.



### 1.3.4 Usina hidroelétrica

Um dos pioneirismos do Crato foi ser o primeiro município do Interior do Ceará a ter ENERGIA ELÉTRICA. Não vá pensando que trata-se de "PAULO AFONSO"! Nada disso! Estamos falando de RECURSOS NATURAIS PRÓPRIOS, energia gerada pelas águas do Rio Batateiras, que nasce das fontes do sopé da Chapada do Araripe (BRITO, 2014, não paginado).

Escrevendo sobre as comemorações dos 250 anos de história da segunda usina hidroelétrica do nordeste, inaugurada pelo prefeito do Crato na época, Alexandre Arraes, e, portanto, bisavô materno do autor do texto, a quem se refere como sendo “um prefeito que vivia 50 anos à frente do seu tempo”, visto ter sido na gestão desse onde teria sido protocolado junto à Caixa Econômica do Rio de Janeiro, solicitação de recursos a serem direcionados a execução do projeto, onde, aproveitando as águas da Fonte da Batateira, se geraria energia para a cidade do Crato, tendo sido, portanto, no ano de 1936 que se dera a aprovação de financiamentos para a realização do referido projeto, que tornaria possível a eletrificação da cidade do Crato.

Assim, em 04 de dezembro de 1938, o então prefeito Alexandre Arraes implantou a hidroelétrica movida pelas águas da Fonte da Batateira, cujas águas passaram a sustentar uma rede de abastecimento de energia para a cidade do Crato, tornando-a, portanto, um dos primeiros municípios do interior do Ceará a ter energia elétrica, diferentemente das demais cidades vizinhas, que mantinham sua iluminação pública sustentada por mecanismos movidos a gás.

A rede elétrica no Crato robustecia ainda mais a identidade do Cratense, que vaidoso pelas benesses que a natureza da região lhes permitia usufruir, podia agora contar com a energia elétrica. As visitas àquele espaço que denotava um contexto de prosperidade para a região, constituía mais um motivo de orgulho para o caririense. Como podemos comprovar em texto extraído do jornal “O Escolar” do mesmo ano, 1938, em que águas da Nascente da Batateira passaram a fornecer energia para o Crato. Vejamos trecho extraído do texto escrito por uma aluna do 5º ano primário, Maria Sara E. Cabral, quando ocorriam as comemorações do dia da criança, no ano de 1938 e cuja chamada do texto era, a excursão à casa de luz e força e a nascente do Rio Batateira:

Em um dos dias da Semana da Criança, nós alunas do 4º e 5º anos fizemos uma excursão a nascente do Rio Batateira, que nos proporcionou momentos

bem agradáveis [...] Pela manhã, saímos de caminhão em companhia da nossa diretora e das professoras desses dois cursos em caminho podemos ver os alegres gorgoros da passurada que, voando pelo espaço nos estimulava a viver contentes [...] Deste modo alcançamos a Casa de Luz e Força onde procuramos algumas explicações [...] Antes, porém, fomos a nascente. Por algum tempo andamos de pés pois o caminhão não podia chegar até lá, porque não havia estrada. Nessa travessia vimos a cara d'água de onde está sae filtrada e daí encana para a casa de forças [...] Chegámos a nascente. Belos panoramas descortina a nossa vista. Os extensos canaviais os vários sítios, situados ao sopé da magestosa Araripe são índices das riquezas do Cariri [...] O que mais prendia a atenção das alunas era a fonte. Daí parte uma levada que vae ter ao reservatório de que já falei. Mais ao longe, avista-se uma linda piscina, que tem o nome de Piscina Rústica, onde algumas das nossas colegas tomaram banho [...] voltando para a Casa de Luz e Força tivemos a desejada aula sobre, o aproveitamento da força hidráulica. O Snr. Alvaro Sampaio explicou-nos o modo como a água passa da comporta para a turbina indo a sua pressão atuar sobre o dínamo. Vimos, igualmente, duas plantas, uma da montagem das turbinas e do dínamo, a outra, a da instalação da rede elétrica que virá muito breve, iluminar a nossa cidade [...] Recebida esta aula, ficou assim terminado o nosso passeio. Tomamos então o caminhão e embora, com muitas saudades, voltamos para as nossas casas (CABRAL, 1938, p. 2-3).

A literalidade da narrativa e da memória constitui, nesta análise, um artefato social e, claro, um recurso extraído da metodologia da História Oral a ser usado enquanto material empírico uma vez que em seu conteúdo está uma valiosa carga de representações sociais acerca do tema estudado. Nesse sentido, trago para esta compreensão o que escreveu Pollack (1992, p. 204) sobre a memória ser um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua construção de si. Através da narrativa oral de José Humberto Tavares de Oliveira, quando esse recorria às suas memórias da época em que seu pai era a pessoa encarregada pelo controle do fornecimento de energia no Crato, posso entender como a memória em interface às experiências individuais ou coletivas elaboram significados para determinados temas culturais e sociais. Compreendo na narrativa desse sujeito social:

Nunca sai de Crato, morei no Crato a vida inteira e meu pai e minha conta va muitas histórias do passado como por exemplo da eletrificação daqui da região do cariri, principalmente do Crato antigo, né? Dos famosos lampiões de gás e depois na, no dia 04 de dezembro de 1938, nós tivemos um prefeito chamado Alexandre Arraes que era um homem também de uma visão futurista que governou o Crato de 1937 a 1943. Então, o Alexandre Arraes, logo depois que ele assumiu a prefeitura do Crato, já em 38, ele assumiu em 37, 38 ele inaugurou uma usina hidroelétrica aqui na região do Cariri, um fato extraordinário, ele aproveitando a nascente, a velocidade da água trouxe essa turbina adquirida na Alemanha. Meu pai contava que devido a

precariedade das estradas, o caminhão trouxe esse motor, essas peças pesada, chegou aqui no Crato com uma dificuldade imensa, e pra chegar na nascente, como não tinha estrada, ia de carro de boi, por aí você tira a dificuldade de implantar essa usina, mas o Alexandre Arraes era um homem de valor, um homem que tinha uma visão futurista e inaugurou essa usina hidroelétrica que até hoje ainda resta lá o maquinário. É claro, que passa um prefeito e outro, não liga né? Aí a gente, os jornalistas reclamam e há uma pequena benfeitoria, mas aquilo deveria ser preservado e divulgado para as novas gerações. Então, essa eletricidade vinha para o Crato, passava no Lameiro e chegava até o Pimenta e, pra completar o restante da cidade ele adquiriu máquinas a óleo diesel. Era interessante porque eu morava perto, chamava subestação, e o meu pai era o chefe do almoxarifado, então, meu pai quando era seis horas ele ia e lá se encontrava com outro empregado chamado Janoca, outro funcionário da prefeitura. Então, meu pai e Janoca, ele iam botar para funcionar essa turbina, esse motor aliás, motor a óleo, então era ligado às seis e quando era perto de dez horas meu pai ia e dava o primeiro sinal, diminuía a luz, aumentava, isso avisando a população que mais dois toques apagava, né? Era pra gente se preparar, ir para a rede né? Então era essa a eletrificação do Crato, funcionou assim, com a eletrificação da energia hidráulica e, também, do motor a óleo. O restante da cidade, então, às dez horas ficava tudo escuro (OLIVEIRA, 2017, Entrevista/História Oral).

Portanto, é fato que em 22 de março de 1939, o Crato já possuía energia elétrica própria, contudo, em função da crescente demanda pela energia, em 1950 foi necessário ampliar o sistema, levando o então prefeito, Dr. Ossian de Alencar Araripe a adquirir uma segunda turbina para complementar o sistema de distribuição de energia elétrica.

Conforme Brito (2014, não paginado, aspas no original), embora a energia de Paulo Afonso tenha chegado ao Ceará em 1961, “O Crato, por muito tempo, mesmo com a chegada “energia nova”, manteve a sua Hidrelétrica funcionando, abastecendo o Lameiro, Guaribas e Belmonte”. Além de continuar servindo outras cidades do Cariri cearense, como Juazeiro e Barbalha com a sua rede elétrica.

Foram instalados novos equipamentos com maior capacidade. Após a instalação, a água não foi suficiente para o funcionamento da mesma. Portanto, foi necessário buscar alternativas, sendo assim, a melhor foi acumular em um grande tanque a água da fonte e posteriormente liberá-la no volume e gravidade necessária para acionar a turbina [...] As obras foram realizadas e para obter altura suficiente para ter gravidade, na construção mudaram o local da fonte. Escavou-se em uma (garganta) próxima a fonte natural e armazenaram a água em condições melhores de altura (BRITO, 2014, não paginado).

**Figura 17** - Equipamentos das instalações da Antiga Usina hidroelétrica - Crato/CE



Fonte: Brito (2014).

## 2 SÍTIO FUNDÃO: LUGAR DE PRÁTICAS SOCIAIS E AMBIENTAIS NUM ESPAÇO TERRITORIAL PROTEGIDO

A redação deste capítulo também será orientada pela problematização das memórias orais e pelas fontes escritas, tal como se fez no primeiro capítulo desta Tese. Entendo que ao fazer um estudo sobre diferentes narrativas (referentes à memória social e a historiografia) será possível questionar as diversas temporalidades que envolvem o estudo das tramas sociais e ambientais do Geossítio Batateira. Isto porque, a discussão sobre estas narrativas implica, sobretudo, no sentido de que elas permitem ampliar o entendimento das narrativas orais e escritas<sup>85</sup> por onde circulam uma rede de tramas,

---

<sup>85</sup> Recupero o entendimento de Paul Thompson (1992, p. 137) acerca da operacionalidade da História Oral, uma vez que para ele A História Oral funciona a partir do interesse social do historiador, ou seja, surge como maneira de dar voz aos que por algum motivo não tem uma história contada”. Embora comungando com a afirmação desse autor, procuro alinhar este entendimento ao que acrescenta Janaina Amado e Marieta Ferreira de Moraes sobre História Oral, ou melhor, dessa metodologia que para elas, não deve ser entendida como uma simples técnica usada em favor de conveniência particulares, e principalmente desprovidas de um apoio teórico. Escreveram estas pesquisadoras: Pensar a história oral dissociada da teoria é o mesmo que conceber qualquer tipo de história como um conjunto de técnicas, incapaz de refletir sobre si mesma elevando, portanto, a credibilidade da narrativa oral, abandonando assim, o status de uma simples transcrição. Posto assim, entendo as narrativas orais socialmente construídas acerca do patrimônio natural encontrado no Geossítio Batateira como “um corpus teórico distinto”. Para tanto, sirvo-me das narrativas orais de dois herdeiros do senhor Jefferson Alencar: Angelita Leão Alencar e Éder Alencar. Com relação às fontes escritas faremos uso do texto de Tombamento da Mata do Fundão enviado ao Instituto Histórico e Artístico Nacional, seguido do próprio Processo de Tombamento do referido espaço, que o torna uma Unidade de Conservação. Estas, as fontes escritas, assumem nesse estudo uma categoria funcional de interpenetrar e interagir na reflexão das narrativas construídas sobre o tema estudado no tempo presente. De modo que estes tipos de fontes, escritas, estejam filiadas à compreensão e análise do nosso objeto de estudo. Assim, percorreremos Revistas, Jornais e Blogs de notícias. Tais como: Revista Acontece de Nº 55, Ano 6 de 24 de fevereiro a 10 de março de 2015; Revista Acontece nº 57, Ano 6 datada de 29 de abril de 2015. Nº 69 de Ano 11, de 28 de abril de 2017; Artigos da Revista Propostas Alternativas: Memória dos Movimentos Ambientais do Ceará. Também listarão o elenco dessas fontes escritas os debates surgidos em torno do tema, encontrado no Blog do Crato (25 de setembro de 2009). Os Jornais: O Povo, Diário do Nordeste e Jornal do Cariri. Pois, as narrativas encontradas nesses jornais serão lidas, também, a partir do que pensou Ítalo Calvino sobre a utilização de jornais, dizendo ele: sei que nos jornais só encontrarei uma leitura do mundo feita por terceiros, ou então por uma máquina anônima especializada em selecionar, entre a poeira infinita de eventos, aqueles que podem cair na malha da notícia (FERREIRA; AMADO, 2006, p. 143). Além de alguns recursos midiáticos, a citar: Documentário e Roteiro “Memórias do Fundão neo. Doc”; Vídeo Institucional desenvolvido pela Secretaria de Meio Ambiente (2018) retratando os dez anos de criação da Unidade de Conservação Sítio Fundão, no qual é mostrado 10 atividades sócio educativas, envolvendo, inclusive, a comunidade científica, além, das comunidades no entorno do Sítio Fundão. Desse modo, vale lembrar o que escreveram os Historiadores Ana Mauad e Paulo Knauss o historiador deve lidar com várias narrativas do mesmo fato, numa só história (In. Memória em movimento: a experiência videográfica do LABHOI/UFF, 2006, p. 143-158). Vale lembrar, ainda, o uso que faremos neste capítulo de algumas fontes primárias. Para constar, citemos alguns desses documentos, entre eles está a cópia original de um manuscrito de Freire Alemão que trata do “Sítio Loanda”, estando o mesmo disponível no site da Biblioteca Nacional. Além, de outras fontes, como cópia de processo movido pelo senhor Jefferson, acerca do uso das telhas d’água. Estando o mesmo disponível no CEDOC (Centro de Documentação do Cariri); Parecer do Governo do Estado do Ceará sobre Tombamento do Sítio Fundão, e outros.

envolvendo o homem e a natureza no Cariri cearense. Importando, pois, conectá-las de tal modo que essas narrativas possam ajudar a fundamentar e, também, explicar as questões ventiladas ao debate, sobretudo, as que apresentam a natureza como mote central e endereçam a esta à responsabilidade de orientar e dá sentido à ideia de territorialidade enquanto imaterialidade, resultando, por fim, na própria identidade territorial do carirense.

O Sítio Fundão é o espaço recortado para este capítulo, visto que além de ser um lugar integrante do Geossítio Batateira, é em torno dele que se reúnem narrativas sobre a história da relação do antigo proprietário desse lugar, Sr. Jeferson da Franca Alencar, com o patrimônio natural e histórico ali registrado.

Para isto, trato de mostrar um dos conflitos mais recentes envolvendo a posse e a propriedade do Geossítio Fundão. Para que essa possibilidade se desenhe conforme as intenções apresentadas, as tomarei para esta finalidade o Processo de Tombamento do Sítio Fundão, cujo processo teve como principal requerente o Governo do Estado do Ceará, objetivando transformar o Sítio Fundão em uma Unidade de Conservação.

Ocupando uma área de 93.520 hectares de mata nativa, o Sítio Fundão foi enquadrado como um Parque Estadual através da Lei 9.985/2000, por meio do Decreto nº 29.179/2008, de maneira que toda área correspondente ao Sítio Fundão passou a constituir um espaço que, por suas características, foi formalizado como um dos lugares que está dentro da espacialidade do Território Geopark Araripe, e, que precisamente, se apresenta também como Geossítio Fundão. Isso deve-se ao fato de que esse lugar, ou seja, Sítio Fundão, se destaca principalmente porque nele encontra-se reunido um preservado elenco de patrimônio histórico e, também, natural, “[...] inclusive com espécies remanescentes da Mata Atlântica, que mantém uma das mais ricas biodiversidades da região. A área é abastecida pela fonte da Batateira, que nasce no sopé da serra”<sup>86</sup> (MACÊDO, 2015, p. 180).

Esse acervo patrimonial e paisagístico revela um grande valor ambiental, social e histórico, como aponta o trecho que mostra as três edificações históricas encontradas naquele espaço, Sítio Fundão, sendo elas:

---

<sup>86</sup> Conforme explica Macêdo (2015, p. 180) Somente no século XX o relevo do Araripe passou a ser chamado de chapada por força de mudanças conceituais da ciência geográfica, no entanto, antes disso, conhecia-se está elevação pelo nome de Serra do Araripe, o que ainda é usual entre os habitantes da região do Cariri.

Uma barragem de pedra construída em 1877 pelos escravos, as margens do Rio Batateiras, autorização de D. Pedro II como frente de serviço. [...] Outra relíquia histórica é o velho engenho de pau, com mais de um século, tração animal, único na região. [...] Outro é a casa de taipa de 1º andar, construída nos anos 50 pelo ecologista Jefferson Franca Alencar, antigo proprietário do Sítio Fundão (BLOG CARIRI, 2013, não paginado).

Foi, portanto, esse patrimônio natural e histórico, um dos requisitos considerados pelos Coordenadores do Geopark Araripe, guiados pelos princípios que norteiam os critérios adotados pela agência da UNESCO, no sentido de não somente apontar, mas, principalmente, reconhecer a importância do patrimônio natural, histórico, e, também cultural. Requisitos necessários para que esse pudesse integrar o território de um Geopark, nesse caso, do Território Geopark Araripe.

Outra condição que permitiu que esse lugar, Sítio Fundão, viesse a fazer parte do Território Geopark Araripe, foi o fato de esse ter passado a categoria de Parque Estadual, e, em seguida, se tornado uma Unidade de Conservação. Condições estas alinhadas as exigências indicadas por órgãos responsáveis para este fim. Tal como informa o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), uma unidade de conservação, é um:

[...] espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2011, p. 5).

Ainda conforme o SNUC:

- a) Proteção Integral é a manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais (BRASIL, op. cit., p. 5);
- b) Uso indireto é aquele que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais (BRASIL, op. cit., p. 6);
- c) Parque Nacional visa a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de Turismo ecológico (BRASIL, op. cit., p. 10);

- d) A visitação pública está sujeita às normas e administração, [...] e àquelas previstas em regulamento (BRASIL, op. cit., p. 10);
- e) A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por estarem estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento (BRASIL, op. cit., p. 9).

Apresentando todas essas características, o Sítio Fundão tornara-se, segundo a Legislação Brasileira, um espaço territorial protegido, sendo essa uma das singularidades que se reserva a esse lugar em relação aos demais espaços que fazem parte do Geossítio Batateira. Isto porque, embora componha parte do Geossítio Batateira no Território do Geopark Araripe, este último não é reconhecido pela Legislação do Brasil como um espaço protegido. Conforme analisou Boas (2012, p. 48):

Um geoparque é uma nova forma de gestão do território que permite a articulação entre as diversas unidades de proteção e os projetos envolvidos. O facto de não estar associado a nenhuma legislação específica, permite uma ampla gama de formas de gestão. Qualquer pessoa, qualquer instituição, entidade ou empresa, se tiver interesse, é sempre bem-vinda num geoparque e nunca será excluída do processo. Contudo, a área de um geoparque deve englobar políticas de conservação suportadas pela legislação do país, por exemplo: unidades de conservação, previstas no SNUC; APP e áreas tombadas. Igualmente, áreas classificadas pela UNESCO, como Património da Humanidade e Reservas da Biosfera. [...] O Geopark Araripe não corresponde a nenhum dos espaços territoriais protegidos pela legislação brasileira (Artigo. 225, VI da Constituição Federal e Lei 9.985/2000, que instituiu o SNUC). Contudo, existem geossítios do Geopark Araripe que estão incluídos em Unidades de Conservação, cujo regime jurídico se enquadra segundo a legislação brasileira, facto que muitas vezes constitui a melhor forma de conservar um.

Outros lugares também foram integrados a espacialidade do Geossítio Batateira, em função do valor histórico e natural que particularizam cada um deles. Esse é o caso do Sítio Lameiro, lugar lido pela historiografia local como sendo um espaço onde se formou uma *aldeia artificial*, por ter sido o local para onde acorreram parte dos índios aldeados na Missão do Miranda<sup>87</sup>, ou seja, os índios da tribo Kariri que passaram a viver sob o comando do Frei italiano Carlos Maria Ferrara de Bolonha em 1736<sup>88</sup>.

---

<sup>87</sup> Conforme Oliveira Filho e Abreu (2010, p. 248), “A origem do nome Miranda não foi esclarecida até hoje. Mas, Antônio Bezerra, através de estudos e pesquisas, deduziu que se tratava de um chefe Cariri, que por seus feitos de valentia e por sua fidelidade para com os primeiros colonizadores, tornou-se célebre. Merecendo a homenagem de seu nome para o aldeamento (GIRÃO, 1985). Contudo, Oliveira



Araújo (1971) informa sobre o Frei Maria Ferrara ao acrescentar que, ao tempo em que a Junta das Missões de Pernambuco incumbiu a este religioso o propósito de não se fazer apenas em reunir os Índios Tapujas das Nações Cariris, Affosin, Calabaças Affas da Capitania do Seará Grande, dispersa e desunidas, mas também a sua catequização. Como sigo demonstrando, através do trecho extraído da obra desse autor, Padre Antonio Gomes de Araújo, onde, escrevendo sobre o Frei Carlos Maria Ferrara, comentou que o dito religioso:

Começou a zelar no ensino dos índios e a unir as ditas onde fes a Igreja de pedra e cal em o Anno de 1742. [...] Frei Carlos Maria Ferrara consumiu os anos de 1738 -39 em reunir os índios das citadas nações e situar a Aldeja(sic) doutriná-los simultaneamente, numa ação que cobriu o sul do Ceará, rios Salgado, Cariús e Bastiões. Do Mesmo Passo, encaminhava-os, em levadas sucessivas para a margem direita do riacho do Miranda (Crato, é ocioso dizê-lo) onde os concentrou provisoriamente. Em 1740 os situou definitivamente no chão da atual Cidade de Crato, à margem direita do rio Grangeiro, onde encontra-se atualmente a Praça da Sé (ARAÚJO, 1971, p. 79).

Escrevendo sobre as terras que foram doadas aos índios Kariri pelo Capitão Mor Domingos Álvares de Matos e sua esposa Maria Ferreira da Silva, o historiador Antonio José de Oliveira (2017, p. 169), em sua tese de doutoramento vai dizer que isto “[...] assinalou o marco da construção do Aldeamento”. No entanto, para ele:

[...] [o que] chama atenção [são] os termos finais do documento, uma espécie de cláusula, ficando estabelecido que se os índios abandonassem a missão, as terras voltariam para os antigos proprietários e seus herdeiros. Como veremos adiante, isso acarretará um grande problema aos Kariri a partir dos finais do século XVIII (OLIVEIRA, 2017, p. 169).

Foi considerando o próprio teor desta fonte documental, escritura de doação<sup>89</sup> que este pesquisador formulou suas considerações acerca dos termos que definiam a posse das terras doadas aos índios Kariri especialmente o destino que deveria ser dado às mesmas, no caso destes virem a abandoná-las, como podemos ler em trecho extraído

---

(2017, p. 170) em seu texto escreveu que “A missão foi, então, estabelecida nas cabeceiras das terras antes pertencentes à família Gil de Miranda, de onde vem sua denominação.

<sup>88</sup> Quando este Missionário Capuchinho instruído pela Junta das Missões, de Pernambuco, foi destinado por ordens do Bispo de Módena em 23 de agosto de 1736 a situar a aldeia de Frei Carlos Maria Ferrara, levando este Frei Capuchinho a fundar a aldeia dos Kariri aonde permaneceu até 1750, conforme é apresentado no documento da Compendiosa Notícia Histórica do Hospício dos Religiosos Capuchinhos da Cidade do Rio de Janeiro cita do por Araújo (1971, p. 80).

<sup>89</sup> Escritura de doação de terra do Capitão mor Domingos Álvares de Matos ao Frade Capuchinho Frei Carlos Maria de Ferrara em três de dezembro de 1743.

da Escritura de Doação de terras aos índios Kariri. Porém, com declaração que largando o dito gentio a missão, tornariam as terras às antigas posses do dito doante ou de seus herdeiros e de como assim o disseram e outorgaram, estipularam e aceitaram, eu tabelião como pessoa pública, estipulante, e aceitante, estipulei e aceitei (OLIVEIRA, 2017, p, 169-170).

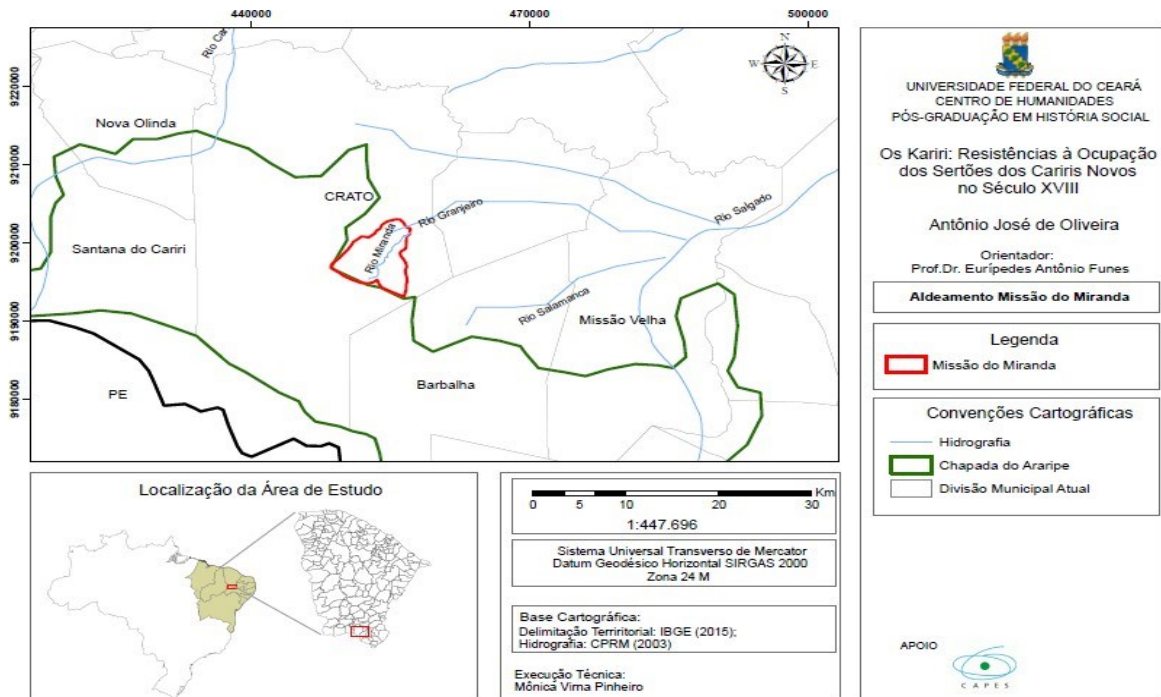
O que bem se sabe é que não teria sido o que de fato aconteceu, pelo menos é o que confirmam algumas das fontes consultadas que tratam o assunto. Vejamos.

Conforme Oliveira (2017), os índios do aldeamento do Miranda possuíam terras que foram doadas pelo capitão-mor dos índios do Cariri Novo, Domingos Álvares Matos e sua mulher Maria Ferreira da Silva. Ainda conforme o autor, essas terras ficavam nas cabeceiras do Miranda dos Cariris Novos, correndo pela barreira, rumo ao sul, até a ponta da serra do Araripe. Ocupavam todo o saco ou enseada que ficava para dentro, e para parte norte, até o lugar onde faz barra o riacho da missão, e, daí, dando as costas ao Brejo, cortando direto a uma ponta grande da serra para a parte do Rio São Francisco. Em 1780, esses índios aldeados na Missão do Miranda foram transferidos para os aldeamentos do litoral, por ordem do então Governador Geral de Pernambuco José Cesar de Menezes. O aldeamento foi uma ilha pré-histórica na paisagem histórica, apenas aflorante do vale do Batateira.

É possível refletir sobre a posse das terras doadas aos índios Kariri por foreiros ao analisar um dos primeiros conflitos que aparece na posse pelo território Kariri, envolvendo a posse das terras dos índios Kariri por sesmeiros (OLIVEIRA, 2017). Vale lembrar que os titulares das primeiras sesmarias concedidas no Cariri de 1702 a 1703 eram: Gil de Miranda, o capitão Antônio Mendes Lobato e Manuel Rodrigues Ariosa.

É, também, de Antonio José de Oliveira (2017) que lanço mão para mostrar a localização da Missão do Miranda.

**Figura 18 - Aldeamento Missão do Miranda**



Fonte: Oliveira (2017, p. 173).

Outra importante fonte de pesquisa que versa sobre esse mesmo assunto<sup>90</sup>, ou seja, a expulsão dos Índios Kariri das terras que lhes foram doadas, é o texto “A cidade de Frei Carlos” (1971), escrito pelo Padre Antônio Gomes de Araújo. Esse texto traz informações sobre os acontecimentos acerca desse episódio que marca a expulsão dos índios Kariri de suas terras e, posteriormente, o arrendamento destas pela Câmara da Villa, e, conseqüentemente, a venda delas em retalhos a foreiros.

Com base nos relatos desse autor, encontro registros de que parte das terras doadas aos índios Kariri corresponde ao espaço estudado, Geossítio Batateira, de modo mais direto, ao Sítio Lameiro, espaço que se configura como um dos lugares que faz parte do Geossítio Batateira. Segundo Araújo (1971, p. 48):

Informação em tórno(sic) da compra por Tristão Gonçalves Pereira de Alencar ( ainda não juntara Araripe ao nome) do sítio Lameiro, 27-3-1811, neste município, a Matias Ferreira de Holanda e sua mulher, Maria Teixeira de Carvalho, que o tinham adquirido de dona Rita da Luz, que, por sua vez

<sup>90</sup> À título de sugestão indica-se um ligeiro retorno a página 76 desse texto, onde se aponta a alguns trechos da leitura desse autor, acerca de como ocorreu a expulsão das tribos Kariri das terras que havia lhes sido doadas.

obtivera-lhe o domínio útil da câmara da Villa do Crato. (Livro de Notas 1810-1812, fls 48 e seguintes. Cartório citado).

O Sítio Lameiro constitui um dos lugares que se integra a espacialidade do Geossítio Batateira. Estando, portanto, inserido no Território Geopark Araripe. Esse ainda se particulariza por apresentar duas características distintas. A primeira delas é o fato deste lugar manter, ainda, características de uma paisagem tipicamente rural. Sendo também recortado por outros pequenos sítios, o mais conhecido deles é o Sítio Luanda que se destaca, principalmente, por sua relação histórica com a cidade do Crato. Especialmente, devido a sua proximidade com a Nascente da Batateira, onde teriam se refugiado alguns escravos, fazendo desse lugar um quilombo, crença que se registra por meio da oralidade da população local que habita nesse espaço (OLIVEIRA, 2014, Entrevista/História Oral)<sup>91</sup>.

E, também em fontes escritas que apontam ter havido, de fato, naquele lugar, Sítio Luanda, um quilombo. Hipótese que se pode constatar através das narrativas que se encontram em trecho dos registros originais do Diário do botânico Francisco Freire Alemão quando o mesmo estivera lá por volta de 1859 a 1860. Fonte essa que apresentamos já no primeiro capítulo deste estudo. Tecendo comentários sobre esse lugar, Sítio Luanda, Freire Alemão remete o significado do nome “Loanda” a um espaço habitado “*por muy pretos*”, visto ter esse espaço servido de refúgio e, portanto, de moradia aos negros<sup>92</sup>.

A segunda característica espacial de parte do Sítio Lameiro são os traços tipicamente urbanos, já que neles existem, inclusive, Bairros residenciais, a citar: o Bairro Zacarias Gonçalves. Outro bairro a fazer parte do entorno do Sítio Fundão é o Bairro Gisélia Pinheiro, popularmente conhecido pelo mesmo nome desse, ou seja, Batateira. Trata-se de um bairro periférico da cidade do Crato, bastante populoso.

Seguido, aparece o Bairro Seminário, apontado, segundo Soares *et al.* (2017), também como outro bairro periférico do Crato e que corresponde a um dos espaços mais próximos do Sítio Fundão, se destacando especialmente, pela enorme quantidade de

---

<sup>91</sup> Entrevista realizada com o agricultor e morador do Sítio Luanda, o Sr. Inácio José Tavares Oliveira, realizada pela autora em: 20 de abril de 2014 (Sítio Luanda).

<sup>92</sup> A transcrição paleografada do texto é de autoria do Pesquisador Heitor Feitosa Macedo, cuja fonte está disponível em: [https://bdlb.bn.gov.br/Acervo/handle/123456789/38002http://obdigital.bn.br/obdigital12/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/mss1449186/mss1449186.pdf](https://bdlb.bn.gov.br/Acervo/handle/123456789/38002http://obdigital.bn.br/obdigital12/acervo_digital/div_manuscritos/mss1449186/mss1449186.pdf). Acesso em: 3 out. 2018.

pessoas que lá habitam<sup>93</sup>. É nele que, por sinal, está localizada uma unidade de uma das maiores Empresas do setor de calçados do país, tendo sido construída, inclusive, em terreno antes pertencente a área correspondente ao Sítio Fundão<sup>94</sup>.

A chegada dessa Empresa na cidade motivou um crescente número de pessoas vindas de fora, especialmente de outras cidades do Cariri cearense, que migraram para o Crato em busca de emprego. Motivo pelo qual, segundo atesta órgão responsável por gerir o Sítio Fundão<sup>95</sup> e por denúncias mostradas pelos jornais locais, tem se verificado nos arredores do Sítio Fundão, algumas invasões, implicando, sobretudo em danos de ordem material e imaterial.

## 2.1 JEFERSON DA FRANCA ALENCAR E SUAS PRÁTICAS SOCIAIS E AMBIENTAIS NO SÍTIO FUNDÃO

Drummond (1991, p. 185), ao refletir sobre a História Ambiental, diz que “A sua originalidade está na sua disposição explícita de “colocar a sociedade na natureza” e no equilíbrio com que busca a interação, a influência mútua entre sociedade e natureza”.

Teria sido essa a compreensão que teve o Senhor Jeferson da Franca Alencar<sup>96</sup>, antigo proprietário do Sítio Fundão, ao longo de décadas quando colocou a natureza em primeiro plano? Quando optou por preservar todo o patrimônio natural, cultural e histórico ali encontrado, tornando aquele espaço, Sítio Fundão, um possível espaço idealizado a partir de suas práticas sociais e ambientais, de modo que estas lhes permitiam atribuir significados aquele lugar, ao indicar às gerações seguintes um capital

<sup>93</sup> Segundo o censo de 2010, a população do Bairro Seminário era de 12.859 habitantes. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 jan. 2019.

<sup>94</sup> A área onde foi construída uma unidade da Empresa Grendene, foi expropriada pelo Governo do Estado do Ceará, e entregue a esta, uma vez que as intenções eram instalar um parque industrial naquela área, próxima ao Parque Estadual Sítio Fundão. O nome Fundão, conforme explicou o geólogo Idalécio de Freitas, para este estudo, deve-se a morfologia local do leito do Rio Batateiras, que em função da energia das águas que tem a sua nascente a 700m de altitude, provoca a erosão do solo, abrindo fendas. Acrescentou-nos este estudioso, que morfologia é a forma do relevo desenhado pelos agentes erosivos (água, ventos...) e de intemperismo (químico, físico, biológico).

<sup>95</sup> Atualmente, o Sítio Fundão, está sob a gestão da Secretaria Estadual do Meio Ambiente.

<sup>96</sup> O senhor Jefferson Alencar descendia de Inácia, irmã de Bárbara Pereira Alencar, cujo avô paterno (Leonel de Alencar Rego-português) foi o arrendatário das terras do atual Município de Exu- PE. Nasceu em, 04 de janeiro de 1898 e faleceu em 12 de setembro de 1986. Teve 06 (seis) filhos, a maioria deles com a companheira Ana Maria da Silva, natural de Jardim-CE. Apenas um deles, Quintino Viana de Alencar, que não era filho biológico da senhora Ana Vitorino, apenas do Sr. Jefferson. Os demais nasceram da relação do casal, sendo eles: Ildezuete da Franca Alencar (mãe do radialista, Edmundo Alencar); Carlos Luís de Alencar; Jurandir Leão de Alencar; Angelita Leão de Alencar e Julieta de Alencar Nogueira.

simbólico dessas práticas? O que nos permitiria concluir com isto, considerações que levam em conta uma das principais premissas já defendidas pela História Ambiental, como expressa Martins (2007, p. 30) ao dizer que “A natureza é uma construção cultural”, isto porque, conforme ele mesmo esclarece:

A história ambiental rejeita a suposição de que a experiência humana seja isenta de restrições naturais, de que a humanidade constitui uma espécie única e isolada, mas que “em qualquer sociedade, a natureza é fonte de valores e representações intrincados, complexos, contraditórios, que nutrem as artes, as religiões, os mitos, os saberes” (MARTINS, 2007, p. 30).

Foi observando essas aproximações entre o senhor Jefferson e a natureza, que já no início dos anos de 1990, o pesquisador Dias (1990, p. 6) teria dito sobre o senhor Jefferson o seguinte:

A vida de seu Jefferson não tinha dogmas; suas convicções eram claras e, a té científicas. A sua sabedoria, porém, era também intuitiva. Do campo, da aterra, da vida simples e dos valores do homem comum, ele sabia pormenores. Por exemplo, porquê o cipó (a rama) entrelaça uma árvore sempre da direta para a esquerda. Isso seu Jefferson sabia. A sua ciência para isso era empírica, pois sua convivência integral com a natureza lhe permitia essas observações.

Devo, ainda, considerar a análise de Woster (1991, p. 199-201), quando esse autor, escrevendo sobre a História Ambiental, afirmou em seu texto que:

[...] Seu objetivo principal se tornou aprofundar o nosso entendimento de como os seres foram, através dos tempos, afetados pelo seu ambiente natural e, inversamente, como eles afetaram esse ambiente e com que resultados... Em termos bem simples, portanto, a história ambiental trata do papel e do lugar da natureza na vida humana.

É, portanto, nesses termos que confiro destaque às práticas sociais e ambientais do Senhor Jeferson Alencar, ou antes, como esse senhor aparentando um eremita recluso ao aconchego e do favorecimento daquela natureza apaziguadora da qual seus olhos se fartavam, a qual lhes retribuía zelo e proteção, atitudes com as quais ele unia a um contínuo esforço demonstrado nas decisões que tomava, no qual o assunto em evidência envolvesse aquilo que para ele era mais sagrado e bonito naquele lugar: a natureza.

De acordo com o que apurei sobre o senhor Jefferson Alencar, posso concluir que suas práticas ambientais não se dissociavam das práticas sociais, e, menos ainda,

das assertivas em relação à vida. Proteger as árvores, os pássaros, e o patrimônio edificado no Sítio Fundão constituía o alicerce de sua luta diária. E, estas iam mais além. Considerado como um sujeito de personalidade muito forte, para além da sua aparência franzina, como se reportou Carlos Rafael Dias, em artigo<sup>97</sup> escrito na década de 1990, ao fazer uma descrição do senhor Jefferson:

[...] Seu Jefferson tinha uma silhueta de um personagem bíblico: barba e cabelos longos e brancos. Sentado em frente à sua casa numa cadeira de balanço de madeira e corda, ele sempre tinha um cajado na sua mão. Ao redor a paz natural do sítio Fundão, que com seus 123 Há. De mata nativa e beleza incomum, dava áurea toda especial ao quadro. Seu exemplo de profunda identificação com a natureza e de defesa do seu reduto ecológico, o caracterizava como sendo um dos defensores nativos da ecologia regional (DIAS, 1990, p. 7).

Sr. Jefferson era conhecido por ajudar as pessoas mais pobres que moravam no entorno do Sítio Fundão. “Habilidoso no trato com as pessoas e apaziguador”, estes foram alguns dos predicados com que sua filha, Angelita Leão da Franca Alencar (2018)<sup>98</sup>, se referia a ele quando remexia suas lembranças da época de criança e recordava as investidas do seu pai na sua luta em defesa da natureza. Conforme ela mesma narrou, em entrevista de história oral<sup>99</sup>, para esta pesquisa, ao ser abordado por pessoas que desejavam adentrar ao interior do Sítio e, com isso, ter acesso aos recursos naturais que lá havia, sabiamente, ele usava aquele momento para se aproximar delas e prontamente dissertar a partir do seu enorme repertório em defesa da natureza.

<sup>97</sup> DIAS, Carlos Rafael. **O Pensamento Alternativo de Jefferson da Franca Alencar**. Crato, 1990. Não publicado.

<sup>98</sup> Entrevista realizada em 28 de abril de 2018 com Angelita Alencar.

<sup>99</sup> Caderno de campo em mãos, eixos temáticos esboçados (para catalisar estímulos, evitando perguntas fechadas), segui para entrevista com D. Angelita sobre o Sr. Jefferson, tais como: sua trajetória, desejos, relacionamentos, decepções e percepções sobre o Sítio Fundão. Gravador de voz devidamente testado, roupa escolhida para a ocasião, enfim, tudo sinalizava indicando não faltar mais nada, além de seguir para a residência de D. Angelita, que já esperava, conforme encontro agendado por seu sobrinho, Edmundo Alencar, durante a ocasião em que este cedia-me entrevista, tendo ele, gentilmente organizado este encontro com sua tia, D. Angelita Alencar. Chegando lá, fui recebida por uma de suas sobrinhas, com as quais mora dona Angelita, que logo se apresentou, demonstrando muita singeleza. Procurei não esquecer o que aprendi e, também, tenho procurado ensinar no Curso de Graduação, sobre os procedimentos éticos no trabalho de História Oral quando se está em diálogo, na escuta sensível junto ao entrevistado. Procurei apresentar-me, falar um pouco das minhas intenções na tese – mas atenta, especialmente, as demandas da entrevistada. E, não tardou para perceber que havia criado “aquele clima” de cumplicidade, da confiança que deve existir entre as partes, entrevistado e entrevistador. Não demorou, e logo fui convidada por D. Angelita a dirigir-me ao seu quintal, onde o clima parecia mais convidativo – onde nos sentamos à uma mesa toda rabiscada com desenhos que indicavam terem sido feitos por crianças. Logo, ela me surpreendeu com narrativas tão preciosas para este estudo. Logo percebi a importância do “ouvir” a narradora, sem perguntas fechadas. Não precisava exibir “conhecimentos acadêmicos” sobre a história do seu pai: busquei ouvir as suas impressões. ouvi-la.

Na ocasião em que compartilhava as suas lembranças, de modo a apresentar as suas impressões sobre a personalidade de seu pai, Jefferson Alencar, essa senhora possuía uma aparência jovial, de fala serena e lúcida diante das questões recentes, nos seus 84 anos de idade. Afinal, sua disponibilidade para narrar e assertividade permitiu-me o registro de uma narrativa com tom professoral.

Ao falar-me sobre senhor Jefferson da Franca Alencar, dona Angelita Leão Alencar, demonstrava-me que aquele momento representava bem mais que apenas um instante em que suas memórias estavam sendo ali evocadas, ou onde as suas lembranças poderiam ser registradas. Era bem mais que isso. Parecia reconhecer a história do seu pai, senhor Jefferson, superando o ato de “falar e recordar”, conforme diz Joel Candau (2014). O que para Paul Ricoeur, recai na noção de identidade narrativa, como explica Candau (2014, p. 70-71):

O ato de memória que se dá a ver nas narrativas de vida ou nas autobiografias coloca em evidência essa aptidão especificamente humana que consiste em dominar o próprio passado para inventariar não o vivido, como supunha Maget, mas o que fica do vivido. O narrador parece colocar em ordem e tornar coerente os acontecimentos de sua vida que julga significativos no momento mesmo da narrativa: restituições, ajustes invenções, modificações, simplificações, “sublimações”, esquematizações, esquecimentos, censuras, resistência, não ditos, recusas, “vida sonhada”, ancoragens, interpretações e reinterpretaciones constituem a trama desse ato de memória que é sempre um a excelente ilustração das estratégias identitárias que operam em toda narrativa.

Por outro lado, é preciso entender, como bem afirmou Jucá (2011, p. 138), que “Além de uma função complementar, as entrevistas realizadas com pessoas velhas, apresentam uma significação pessoal”. E, finaliza este mesmo autor: “A memória dos velhos consultados não significa um rompimento com a história escrita..., mas a ampliação do seu curso e a possibilidade de aprofundamento nos temas presentes”.

Dizia-me dona Angelita, “[...] meu pai não perdia tempo para colocar em prática o seu discurso em defesa da natureza, dos animais, especialmente dos pássaros há quem ele tinha uma verdadeira admiração ao canto dessas aves”. Procurado muitas vezes, principalmente por pessoas mais humildes que vinham solicitar dele a autorização para que dali retirasse madeira seca (lenha) para abastecerem os fogões a lenha de suas casas, ou mesmo para a construção de casas de taipas ou, ainda, para fazer pequenos reparos nos telhados de suas casas, ele nunca se negou a ajudar quem o procurasse. Porém, antes que fosse dada a autorização, não perdia tempo, o sujeito além de passar por uma



verdadeira sabatina onde tinha que convencê-lo da sua necessidade, ainda lhe era dada, pelo senhor Jefferson, uma “aula de educação ambiental”. Vindo, portanto, dona Angelita a confirmar o que escrevera Carlos Rafael Dias em seu texto, ao reconhecê-lo como um grande ecologista, o “Bastião da Ecologia”.

Tudo passava pelo crivo e autorização do senhor Jeferson, assim como era conhecido por alguns. Pelas pessoas mais simples, era chamado de Sr. Jefro ou Sr. Jefrin.

Dono de um temperamento muito forte fazia boas relações de amizade com todo aquele pessoal, tanto pobre como rico, recebia da mesma maneira. Muito exato suas decisões, um bom pai defendia a natureza de uma forma impressionante. Ele não queria que prendesse um animal, principalmente as aves. Ele fazia até uma forma, assim, de uma brincadeira. Quando alguém, as crianças que vinham visitar o sítio, tomar banho no rio, trazia uma baladeira, ele dizia o seguinte: “vamos fazer um negócio? Eu vou lhe dar frutas para você merendar, você vai tomar banho, tudo..., mas a baladeira vai ficar comigo. Pra não matar meus passarinhos, é o que eu vejo de mais belo aqui no sítio é os pássaros, aí você vai matar? Eu não quero isso”. Aí, os meninos ficavam satisfeitos, aí entregam as baladeiras, guardavam tudo. Mas ele era uma pessoa, assim, de um temperamento muito forte. As decisões dele, ele dava com rapidez, decidia logo, como queria e como não queria. Em várias ocasiões ele demonstrou isso com muita segurança (ALENCAR, 2018, Entrevista/História Oral).

Vasculhando suas memórias, as mais expressivas que lhe faziam recordar a figura do seu pai, e presenteá-las a este estudo com suas recordações, dona Angelita não contribui apenas ao informar-me sobre a trajetória ambiental e social desse sujeito histórico, Jefferson da Franca Alencar, para construir uma narrativa que observa o seu pai como um protagonista do seu tempo “um grande defensor do meio ambiente”, em consonância com a construção textual do pesquisador Dias (1990) que busca reconhecê-lo como um grande ecologista, o “Bastião da Ecologia”, no Cariri cearense. Ao apresentar suas considerações pessoais sobre o Senhor Jefferson, esse pesquisador diz em seu texto:

Como não pretendo levantar hipóteses, mas apenas considerações pessoais sobre alguém que profunda amizade assim o permitiu, digo, sem medo de incorrer no erro, que no seu caso particular, seu Jefferson foi maior, infinitamente maior que a causa que tanto tentamos lhe conferir – BASTIÃO DA ECOLOGIA DO CARIRI. A questão básica para essa afirmativa é ausência do termo ecologista para defini-lo. Ele não foi um ecologista na tocante semântica da palavra. O romantismo de sua vida recluso não é o bastante para provar o contrário. Tão pouco ele foi um ecólogo, nem com toda carga de cientificismo existente na sua compreensão (DIAS, 1990, p. 9).

Importante dizer que, ao conferir importância às memórias orais com as quais conto para a tessitura deste capítulo, a exemplo do registro oral de dona Angelita Leão Alencar (filha) e Edmundo Alencar (neto), estou, com isso, procurando potencializar alguns dos substratos que constituem os elementos para quem deseja fazer uso da História Oral, que, nesse caso, se faz pelas narrativas orais, onde as mesmas somam-se as narrativas escritas, buscando cotejar e confrontar construções narrativas sobre o senhor Jefferson Alencar. Essas primeiras, as fontes orais, de um modo mais particular, permitem-me pensar questões que somente seriam possíveis de serem enxergadas por meio da narrativa oral. Na compreensão de Delgado (2006, p. 48), essa “função social da memória histórica” significa muito para o historiador, uma vez que “[...] são essenciais para a produção de novas fontes históricas como para a prática de preservação da documentação já existente”. De qualquer modo, ambas as fontes me oferecem interpretações variadas que nos permitem encadear algumas reflexões em torno das práticas ambientais e sociais desse sujeito histórico.

## 2.2 QUEM FOI O SENHOR JEFERSON DA FRANCA ALENCAR?

Filho de Abdon da Franca Alencar e Ana Vitorino, Sr. Jeferson era o filho caçula entre nove irmãos, sendo 8 (oito) homens e apenas uma (1) mulher. Com a morte do Senhor Abdon da Franca Alencar, em 1927, o filho mais velho, Francisco de Leão Alencar, encarregou-se de fazer a divisão dos bens entre os irmãos, de maneira que coube como herança ao senhor Jeferson Alencar e dois dos seus irmãos, Mariano de Oliveira Alencar e Raul de Alencar, a propriedade do Sítio Fundão, partilha que teria acontecido no ano de 1928, ou seja, um ano após a morte do Senhor Abdon Alencar. Essa propriedade, Sítio Fundão, assim como tantas outras, experimentou o seu auge econômico motivado, principalmente, pela cultura canavieira e, especialmente, a economia desenvolvida pelos engenhos de rapadura da região do Cariri cearense. Essa capacidade de produção devia-se, principalmente, às condições naturais da região sul do Ceará, conforme registrou Andrade (1994, p. 115), onde esse pesquisador escreveu em seu texto que:

No Vale do Cariri, a cana pode se expandir nas porções mais baixas, nos brejos e nos pés de serra, porque ele fica situado ao norte da Chapada do Araripe, que tem a sua estratificação formada por camadas de rochas sedimentares inclinadas para o norte. A água que se infiltra na chapada desce até encontrar camadas de rochas impermeáveis e escoar em direção ao Vale até do Cariri, que corre paralelamente ao norte da chapada em direção ao Rio Salgado, afluente do Jaguaribe. Nas serras, ela se desenvolve devido à temperatura mais baixa decorrente da altitude e da forte condensação do vapor d'água em contato com o solo, além das chuvas de conversão.

Na perspectiva de Gonçalves (2011, p. 36-37):

[...] O autor citado quer, portanto, expressar que a configuração climática e geográfica observada no Vale do Cariri é privilegiada em comparação com a realidade que se apresenta nas regiões vizinhas, como o Sertão Central, onde é possível observar, durante os cíclicos períodos de seca, o flagelo da população e os consequentes processos de migração. Os primeiros colonos que se fixaram aos pés da Serra do Araripe no século XVIII encontraram um local propício à fixação depois de atravessar o sertão. O cultivo de cana foi favorecido, já que a terra era boa e chovia em abundância.

Realizando também uma pesquisa sobre os Engenhos de rapadura do Cariri: trabalho e cotidiano (1790-1850), o historiador Antonio José de Oliveira (2003) atribui à produção da cultura canavieira a responsabilidade, em parte, pela ocupação e a organização do Cariri cearense. Mostrando, inclusive, que esse tipo de economia se constituiu, em grande medida, através do engajamento do trabalho familiar. Ainda ressalta, no seu texto que:

As primeiras reduções indígenas possibilitaram a realização dos principais objetivos da empresa colonizadora. Uma vez encurralados e “doutrinados” os índios pelos Capuchinhos, ficou fácil aos colonos se apossarem das melhores terras nos Cariris Novos. Por toda a segunda metade do século XVIII, intensificou-se o processo de organização do projeto colonizador; as freguesias ganhavam aos poucos as primeiras plantações de cana e os primeiros engenhos de rapadura (OLIVEIRA, 2003, p. 26).

Anos mais tarde, senhor Jefferson viria a comprar às partes que couberam aos irmãos, iniciando, então, o processo de sitiar o Sítio Fundão, juntamente com a esposa, Ana Vitorino. Passou a comprar mudas de plantas frutíferas, distribuindo-as em todo o sítio, motivo que fez do Sítio Fundão o espaço por excelência na produção de frutas que abasteciam parte do comércio do Crato, na época. Destaque, aliás, que se deveu, principalmente, em função do colapso econômico pelo qual passavam os engenhos de

rapadura no Cariri cearense<sup>100</sup>, que atingiu também o desempenho da produção do engenho de rapadura do Sítio Fundão, por sinal, a atividade econômica que teria sido desenvolvida por muitos anos naquele lugar e, com isso, tornando-se, assim, a principal atividade lucrativa e mantenedora da família do Senhor Jefferson.

Essa importância econômica que teve o Sítio Fundão durante a sua fase mais promissora com o engenho de rapadura, é discutida no texto *Engenhos de rapadura do Cariri cearense* como uma referência cultural na perspectiva das políticas públicas do último quartel do século XX, onde Gonçalves (2011, p. 44), falando sobre o Sítio Fundão, afirma que, “Podemos citar alguns elementos que compõem este sítio e que nos auxiliam em uma busca pela compreensão dos momentos históricos em que a sociedade do Crato esteve inserida, a partir de resquícios que podem demonstrar períodos de auge ou decadência econômica”.

Sobre a produção realizada no engenho do Sítio Fundão, envolvendo a cana de açúcar, essa se manteve erguida, em grande medida, graças a mão de obra de base familiar, conforme as próprias constatações de dona Angelita para este estudo, quase todo o trabalho que era realizado no sítio envolvia, principalmente, os filhos, dizia-me ela. Sobre o trabalho e as dificuldades que tiveram que enfrentar para manter o Sítio, dona Angelita, também dizia que:

Os problemas que ele teve que enfrentar durante esse período de adaptação na propriedade era justamente água. Porque a princípio ele pegava água no rio Batateira, no final de, às vezes no fim de semana às vezes de quinze em quinze dias, duas telhas d'água ele tinha aquele direito de se apoderar para irrigar a propriedade. Depois passados alguns tempos e foi as outras pessoas que tinha propriedade mais acima da nossa, eles foram pegando essas fontes d'água, a água foi diminuindo, as fontes d'água foram diminuindo e sempre em quantidade maior. Enquanto quem tinha propriedade um pouco e baixo já não era mais beneficiado, já recebia pela metade. E era um sacrifício muito grande, que ele ia todo final de semana, de quinze em quinze dias pegar aquela água para irrigar as plantinhas que ele plantou no sítio, que ele plantou bananeiras, mangueiras, laranjeiras, abacateiros, uma série de frutas, mas que era um sacrifício para arranjar essa água para sobreviver essas plantas muito grande. [...] Foi muito grande a luta para preservar esse patrimônio, juntamente com nós filhos, fomos crescendo, eram as pessoas que ajudavam a ele. Muito pequenos ajudava, nós, cinco filhos, e, então, ajudava! Vinha sempre alguém de fora, mesmo as vezes para trabalhar alguns dias na semana, mas nós era sempre o grupo mesmo que tava junto a ele pra ajudar, pra fazer durante todo esse tempo mesmo estudando. A gente estudava na cidade, chegando em casa, tinha que voltar pra aquela luta, pra aquele

<sup>100</sup> Para conhecer mais sobre os Engenhos de rapadura, ler Gonçalves, Naudiney de Castro. ‘O fogo não está morto’: engenhos de rapadura do Cariri cearense como uma referência cultural na perspectiva das políticas públicas do último quartel do século XX.

trabalho, para ajudá-lo e, assim, sucessivamente. Foi com muito trabalho, com muito sacrifício que se permaneceu assim, durante esse tempo que eu já citei. Para defender a propriedade pra que ela também não entrasse em decadência por causa da água, porque ultimamente já estava muito difícil adquirir água para fazer a irrigação da propriedade. Motivo esse também, não só pelo falecimento dele, como também a própria família se reuniu e achou por bem vender a propriedade, porque a gente não tava com condições. Com especialidade com esse período da moagem que foi todo esse tempo, a partir de 1927 a 1948 ou 49, quando foi feita as últimas moagens (Angelita da Franca Alencar)<sup>101</sup>

Assim, entre os anos de 1949 e 1950, manter a propriedade unicamente com a atividade da moagem da cana de açúcar, teria se tornado inviável economicamente para a sobrevivência relacionada a esse tipo de atividade, visto ter que enfrentar as dificuldades relacionadas com o cultivo da cana de açúcar e, conseqüentemente, com a sua moagem. Dificuldades estas, que foram acentuadas, principalmente, em conseqüência de uma praga chamada mosaico que atingiu os canaviais de toda a região do Cariri.

A estas dificuldades somavam-se outras, como a difícil tarefa em conseguir juntas de boi para fazer a tração animal, uma vez que o engenho era todo montado artesanalmente, todo de pau, construído em 1904. Esse equipamento, constituía um dos patrimônios preservados naquele lugar. Outra grande dificuldade, conforme já me dizia dona Angelita, era em conseqüência da falta de água para continuar irrigando o pomar.

De acordo com Edmundo Alencar de Souza (2018)<sup>102</sup>, neto do senhor Jefferson Alencar, seu avô teria sido ingênuo, na verdade vacilado, fazendo uso do próprio termo usado ao lembrar que o seu avô não teria percebido em tempo estar diante de um novo quadro que se desenhava em torno da reserva, ou seja, o avanço no setor mobiliário no entorno do Sítio, a reserva, o que fazia surgir casas de veraneio e granjas que pouco a pouco passaram a fazer uso cada vez mais dessas águas.

Não tardou, porém, para que ele, senhor Jefferson, ficasse a par de uma situação que viria fazer com que ele passasse momentos de muitas dificuldades para manter a propriedade. Ao procurar um determinado Cartório na cidade do Crato, foi informado de ter havido perdido o direito que tinha sob 2 telhas e meia d'água (medida portuguesa), frisando Edmundo Alencar “[...] para ele teria sido um dos momentos mais

---

<sup>101</sup> Entrevista concedida pela professora aposentada e agricultora. Crato - CE, 18 ago. 2018. Não publicado

<sup>102</sup> Entrevista concedida pelo radialista e ambientalista. Crato, 26 jul. 2018. Não publicado.

diffíceis, de muita revolta”. Acrescentando-nos ainda, “[...] ele percebeu numa linguagem mais popular, que haviam lhe passado a perna naquilo que ele tinha direito, como era a pessoa mais afastada dentro da reserva, ele foi ludibriado” (Edmundo da Franca Alencar Souza), dizia-me Edmundo, em seu registro oral<sup>103</sup>.

Tudo isso teria levado senhor Jefferson a manter o sítio com as sobras d’água que caíam no rio Batateira, levando-o a desenvolver do seu próprio jeito, uma maneira de captação dessa sobra d’água que descia no leito do rio e, assim, poder continuar irrigando sua plantação, a maioria dela composta por árvores frutíferas, cuja produção tinha destino certo: abastecer o comércio e a feira livre do Crato. E, com isso, mantinha o sustento da família, ou seja, com a produção de tudo que continuava a ser produzido no Sítio Fundão, de modo mais particular, a produção de frutas.

Essa versão corrobora com a construção narrativa presente em Dias (1990, p. 10), quando tratou sobre o assunto:

Falando em água, me vem na memória um caso interessante de desvio de águas ocorrido por um grande proprietário cujas terras são banhadas pelo rio Batateiras, e que veio prejudicar sensivelmente seu Jefferson e o sítio Fundão. Há um século foi feita a partilha de água do rio Batateiras, ficando as propriedades, cujo Batateiras cortava, com o direito a tantas telhas (unidade de medida de água) de água. Um proprietário, de influente poder político, desrespeitou o acordo e desviou a maior parte das águas, prejudicando principalmente o sítio Fundão, localizado logo abaixo dessa propriedade. Seu Jefferson constituiu advogado, mas o caso nunca foi analisado pela promotoria pública. Certa vez seu Jefferson pediu-me para ajudá-lo na vistoria de documentos antigos que versava sobre a partilha original. Ficamos vários dias analisando os documentos, alguns de mais de um século de existência. O objetivo de seu Jefferson era retomar mais uma vez o caso, porém logo após adoeceu e morreu, ficando esse caso de roubo e injustiça até hoje sem resolução.

Sobre o engenho, se contam várias histórias, especialmente porque nem mesmo os antigos herdeiros do senhor Jefferson sabem precisar a origem das peças que foram utilizadas na montagem do engenho. Dessa forma, entende-se que disseminar qualquer informação, nesse sentido, pode comprometer a história. Segundo os relatos de Eder Alencar, esse teria crescido ouvindo dos seus familiares que as peças da composição desse engenho teriam vindo de Portugal, como se fosse um jogo de quebra-cabeça,

---

<sup>103</sup> Entrevista concedida pelo radialista e ambientalista. Crato, 26 jul. 2018. Não publicado.

diferenciando-se por apresentar características artesanais e de uma singeleza fascinante, contrário do estilo mais rústico mais comum aos demais engenhos da região.

“A partir do momento que há a interferência do historiador, há produção da história oral” (MARTINS, 2016)<sup>104</sup>. Inesperadamente, essa frase reapareceu num momento em que um grande vazio parecia querer encontrar espaço neste estudo, de modo particular, fazendo referência ao capítulo em análise. O vazio ao qual me refiro aqui se deve, principalmente, em função da perda do engenho de pau, que acabo de citar, em parágrafo anterior, destruído completamente em mais um incêndio ocorrido dentro do Parque Estadual Sítio Fundão. Digo mais um porque outro incêndio de igual proporção aconteceu em 2007, tendo sido noticiado nas páginas do Caderno Regional do Jornal Diário do Nordeste, datado de 15/09/2007, cujo noticioso reproduziu trecho de texto de e-mail encaminhado pelo historiador Eldinho Pereira à senhora Olga Paiva (IPHAN), tendo ela encaminhado cópia desse e-mail para a SECULT. Importante dizer que o mesmo constitui uma das peças anexadas ao Processo de Tombamento. Informava texto de e-mail:

Crato, Cerca de 50 hectares do Sítio Fundão, um paraíso ecológico que se encontra em processo de tombamento, foram consumidos pelo fogo. O incêndio começou na quinta-feira, ao meio dia e se prolongou até a tarde de ontem. Uma equipe do Corpo de Bombeiros esteve no local, mas não conseguiu debelar as chamas. A área acidentada, não permite o trânsito de veículos. O carro-tanque estacionou a cerca de 500 metros do fogo. Além de destruição da mata nativa, o incêndio matou animais e insetos. O publicitário Edy Alencar, um dos herdeiros da reserva florestal, informou que foi provocado por “desocupados” que frequentam o sítio. Alguns deles são, segundo Edy, “maconheiros” que se escondem dentro da reserva ecológica. Localizado na periferia do Crato, com 97 hectares, o Fundão conta com outros patrimônios importantes. Uma casa de taipa de primeiro andar, um engenho de pau e barragens construídas pelos escravos. Todo este acervo está sendo ameaçado pelos frequentes incêndios ocorridos na área. O Fundão é o pouco que sobrou da floresta nativa do Cariri (PEREIRA, 2007, não paginado).

---

<sup>104</sup> Anotações de aula da autora, durante as aulas ministradas pela professora Ismênia Martins de Lima, na disciplina História e Memória, Curso doutorado, UFF/URCA, Crato, 2016

**Figura 19 - Ruínas do Engenho do Pau**



Fonte: Secretaria de Meio Ambiente (2018).

**Figura 20 - Incêndio em Santuário Ecológico do Crato - CE**



Fonte: arquivo pessoal(2018).



**Figura 21** - Incêndio em Santuário Ecológico no Crato - CE



Fonte: arquivo pessoal(2018).

**Figura 22** - Incêndio em Santuário Ecológico no Crato - CE



Fonte: arquivo pessoal(2018).

### 2.3 SÍTIO FUNDÃO: ESPAÇO DE DISPUTAS

Foi buscando explorar a possibilidade de fazer uso das narrativas escritas, especialmente o que esse tipo de fontes poderia permitir acerca da reflexão em torno do Processo de Tombamento do Sítio Fundão, ou antes, compreender o campo de debates onde teriam se iniciado os primeiros movimentos em prol da criação do Parque Estadual Sítio Fundão, processo esse que se deu graças ao envolvimento e engajamento de vários atores sociais, entre eles historiadores, pesquisadores, ambientalistas e artistas da região que encamparam uma luta em defesa do Sítio Fundão<sup>105</sup>.

Nesse sentido, apareceu já na segunda metade da década de 1980 do século passado, um grupo de jovens artistas e ativistas da região que passaram a liderar um movimento em prol do Fundão. Eram eles: Abidoral, Salatiel, Geraldo Urano, Carlos Rafael, Jackson Bantim (Bola), Jefferson Junior, Dedê e outros.

O Blog do Crato - tido como um dos Blogs de Notícias mais visitados na região - serviu como cenário no qual se protagonizou e onde se registrou um intenso debate em torno da seguinte questão: A quem se devia a ideia de criação do Parque Sítio Fundão? Debate este que ocupou por vários dias um lugar de destaque, tendo sido nesse Blog de notícias do Crato, o espaço que acolheu esse enorme celeiro de “ vaidades”. Especialmente porque alguns dos envolvidos<sup>106</sup> nesta intensa peleja, discordavam entre eles, ter sido André Barreto o responsável por conduzir o processo de Tombamento do Sítio Fundão, desde o início. Na ocasião, não faltaram argumentos com os quais procuravam alicerçar a participação destes ao longo do período em que se desenhou o processo que culminou no pedido de Tombamento do Sítio Fundão, além, claro, da polêmica que foi travada por dias entre os envolvidos nesse debate, cuja questão era: reconhecer, ou não, o senhor André Barreto como o idealizador da proposta de

---

<sup>105</sup> Conforme registrou matéria ‘Ambientalistas temem fim do Sítio Fundão’ veiculada no jornal Diário do Nordeste, em 16 de outubro de 2008, o historiador e também ambientalista, Eldinho Pereira, coordenou um dos maiores movimentos em defesa do Sítio Fundão. Este mesmo Jornal, Diário do Nordeste, em 22 de maio de 2008, baseado em informações tiradas do Blog do Tarso, de 20 de novembro de 2007, mostrava texto que informava sobre um grupo de trabalho que ia coordenar os projetos: ‘SOS Rio Batateiras’ e ‘Parque Ecológico do Sítio Fundão’. À frente desse projeto estariam: Claire Ann Viana (COGER), Eldinho Pereira (IMOPEC), Ana Carolina Matias e Cecília Esmerado (Fundação Mussambê), Edmundo Alencar (radialista e neto do senhor Jefferson), Luiz Carlos Salatiel (Partido Verde), Basílio Silva e Carlos Rafael (URCA) e Vanda Lúcia Roseno (Secretaria do Meio Ambiente do Crato).

<sup>106</sup> Participaram desse debate: José Sales; Dihelson; Dedê; Salatiel; Eldinho Pereira.

Tombamento do Sítio Fundão. O que levou esse debate a ganhar fôlego a certa altura, entre um comentário e outro, teria um dos envolvidos no referido debate, Dedê, afirmado que “Foi dessa turma que surgiu a ideia e a primeira célula do Partido Verde no Cariri, Dihelson tem uma foto que já publicou no Blog através de Salatiel. Na época a nossa bandeira era o Fundão” (BLOG DO CRATO, 2009, não paginado). A ideia teria sido formalmente apresentada, em maio de 2005, conclui, ele.

Devemos considerar, portanto, o enorme esforço e engajamento que envolveu vários simpatizantes a causa do Sítio Fundão, um deles o professor Eldinho Pereira:

[...] que teria formulado o pedido de proteção do sítio em novembro de 2005 durante o 4º Encontro Estadual promovido pelo Instituto da Memória do Povo Cearense (IMOPEC), em Fortaleza, ocasião em que grupos de estudos e pesquisa de diferentes municípios do Estado discutiram a respeito dos patrimônios naturais e culturais existentes e, principalmente daqueles ameaçados pela inconsciência de parte da população e pelo descaso do poder público (BLOG DO CRATO, 2009, não paginado).

Por outro lado, nesse mesmo Blog de notícias, um dos envolvidos, Dedê, escreveu “[...] há de se considerar também que depois do filho bem-nascido aparece uma fila de pais” (BLOG DO CRATO, 2009, não paginado). Essa frase inaugura um dos maiores embates acerca da polêmica em que se discutiu a autoria do projeto de criação do Parque Estadual Sítio Fundão, cuja maior intenção era refutar o protagonismo de André Barreto em relação ao Processo de Tombamento do Sítio Fundão. Como nos revelam trechos da fala de José Sales, um dos envolvidos nesse acirrado debate, que dizia naquele instante:

[...] Esta história de que o Parque do Sítio Fundão partiu do Sr. André Barreto está equivocada. A ideia foi apresentada em Maio/2005. Na época o Vereador Barreto inclusive contestou o PRU CRATO (Plano de Requalificação Urbana), como uma medida autoritária do Prefeito Samuel Araripe, feito sem uma "consulta" aos ambientalistas locais. Em Abril/2007, o mesmo Sr. André Barreto, então Presidente do CONPAM, recebeu de minhas mãos um exemplar do PRU CRATO, enviado pelo Prefeito Samuel Araripe, e logo depois, pediu um melhor detalhamento da proposta do Parque do Sítio Fundão, feita também por nossa equipe, sob minha coordenação. Esta de hoje que ele passa a posar de "inventor" de uma proposição que já existia, é algo fantasioso. [...] E tem mais. Em fins de 2005, quando da elaboração do Application Dossier for nomination Araripe Geopark UNESCO, citamos o Sítio Fundão como possível parte integrante do Geotopo Batateira. Esta roteirização foi mais tarde confirmada no Plano de Ordenamento e Estruturação do Geopark Araripe/ 2006. Extávamos em 2006. O Sr. André Barreto, de fato, "nunca havia pisado no Sítio Fundão até então. Isto era coisa dos pesquisadores da URCA e outros estudiosos. E continua: tenho o protocolo de entrega do material ao então CONPAM (BLOG DO CRATO, 2009, não paginado).

Concordando, com o que dissera José Sales, aparece a fala de Eldinho Pereira, que escreveu:

Em março de 2008, divulguei neste mesmo blog, uma nota de esclarecimento que afirmava ser a criação do futuro Parque Estadual do Sítio Fundão, resultado de uma mobilização socioambiental, popular e apartidária. Na época, uns dois comentaristas não gostaram do esclarecimento! Agora, vejo que apareceu o senhor José Sales com informações que reforçam o que eu já dizia. Quanto à atuação dos agentes culturais do IMOPEC, mais uma vez subestimada por Dedê, vale lembrar que ela não se limitou ao pedido de tombamento. Não precisamos nem explicar os nomes daqueles que organizaram os dois atos públicos e o Encontro Pró-Rio Batateiras. Se alguém pesquisar no maior jornal do estado, verá um pouco do trabalho realizado no tocante ao sítio Fundão. Ah, também sobre a nossa atuação, vale citar que mais recentemente, agimos em parceria com membros das equipes de arquitetura e museografia. Não por acaso, a frágil escritura do sítio, os documentos do ecologista e as informações obtidas em um site norte-americano estão conosco. Ainda assim, não ousamos afirmar que somos os criadores do parque estadual. Para nós, o fator decisivo, foi a somatória de ideias, ações e publicidade conseguidas entre os próprios cratenses ao longo desses três anos e meio. A implantação do parque e a manutenção da área ainda depende de todos nós. Que tal envolvermos mais estudantes no movimento? Seria oportuno colocar algumas equipes de jovens nos trabalhos de restauração e construção. Isso reforçaria o respeito à memória do ecologista, à mata nativa, ao rio Batateiras e ao movimento ainda em curso. Afinal, não queremos que aconteça em Crato, o que aconteceu com o Parque das Timbaubas em Juazeiro do Norte [...] (BLOG DO CRATO, 2009, não paginado).

Esse longo debate foi sabiamente “encerrado” quando um de seus interlocutores escreveu:

[...] E quer saber de mais? Quem sempre foi o mais interessado na preservação do Sítio Fundão, nem foram vocês nem foi o Zé Sales. Foram os bichos, os animais e as árvores que já moram lá naquele parque desde que mundo é mundo. Esses aí são os verdadeiros interessados na preservação, e que se o parque não fosse preservado, iriam receber a maior carga do prejuízo (BLOG DO CRATO, 2009, não paginado).

É fato que após a morte do senhor Jefferson, a situação do sítio só piorava, em virtude da dificuldade ao acesso à água e, pelas demandas que eram muitas, envolvendo o cotidiano do sítio. Dona Angelita Leão Alencar, era a única a permanecer ocupando o sítio, ela já não podia contar com a força da sua juventude, e, menos ainda com os demais herdeiros, muitos já nem residiam no Crato. Morando sozinha no Sítio Fundão, à mercê da própria sorte, seus familiares se uniram num grande esforço para que essa

viesses a considerar a ideia de vender o Sítio Fundação<sup>107</sup>. Dizia-me ela: “[...] a família se reuniu e achou por bem vender a propriedade, porque a gente não tava com condição” (Angelita da Franca Alencar)<sup>108</sup>. Momento esse, também ressaltado por nosso entrevistado, Edmundo Alencar, quando nos dizia que:

Quando ele faleceu em 86, foi difícil, porque os filhos, os netos todos já estavam encaminhados em suas profissões. Então, veio a ideia de se vender num todo, para alguém que pudesse preservar como ele era. E, veio a ideia, então, de Estado. Aliás, o Estado foi provocado, porque já existiam pessoas interessadas de tomar o parque uma realidade. Por exemplo, na época tinha Jackson que era funcionário da APA ligado ao IBAMA, e outra pessoa que também lutou para que a ideia do parque tornasse real foi Camilo Santana, nosso atual governador. Assim foi nascendo essa ideia até que chegou no governo de Cid Gomes. O André Barreto, ele passou a ser presidente do CONPAN na época não era Secretaria do Meio Ambiente, era presidente do CONPAN, e ele é quem realizou né?, essa ideia da criação do Parque em conversa com o Governador Cid Gomes, tomando realidade o Parque em 2008 (SOUZA, 2018).<sup>109</sup>

“Para ver o sítio conservado eu venderia hoje” (DIAS, 1984, p. 4), dizia o senhor Jefferson Alencar, em conversa com o pesquisador e também seu amigo, Carlos Rafael Dias, confidência essa, revelada por esse pesquisador, no texto ‘Seu Jefferson: o Bastião da Ecologia do Cariri’.

Ao fazer essa afirmação, senhor Jefferson Alencar deixava bastante evidente que a sua visão em relação à natureza destoava completamente da forma com que os homens do século XVII concebiam o seu papel diante da natureza, como escreveu Ponting (1995, p. 243-245):

O desenvolvimento constante e rápido do pensamento secular da Europa do século dezesseis produziu muito poucas alterações nas suposições e crenças herdadas do pensamento clássico medieval sobre o relacionamento entre seres humanos e o mundo natural. Continuavam a vigorar o antropocentrismo básico do cristianismo, apesar de uma forma ligeiramente modificada. O mundo continuava a ser visto como parte de um plano divino organizado e racional... Os seres humanos continuavam sendo vistos como colocados em uma posição especial por Deus, acima das outras criaturas e capazes de utilizá-las, assim como o mundo natural, para seu próprio benefício. Um dos temas principais dos escritos do século dezessete estava na ênfase colocada

<sup>107</sup> O que implicou em muita renúncia de sua parte, conforme ela confidenciou-me, a final de contas, a maior parte da sua história de vida se passou naquele lugar.

<sup>108</sup> Entrevista concedida pela professora aposentada e agricultora. Crato - CE, 18 ago. 2018. Não publicado

<sup>109</sup> Entrevista concedida pelo radialista e ambientalista. Crato, 26 jul. 2018. Não publicado.

no domínio humano sobre a natureza e no papel que representava para a complementação das obras de Deus.

O pensamento do senhor Jefferson era, portanto, a antítese do pensamento dos homens do século XVII: “Procuro sempre defender, não só as árvores, como os animais, no entanto a gente fica magoado de ter a responsabilidade de defender e ver a onda de desocupados invadindo, queimando, destruindo, chora a gente! Não faz chorar?” (DIAS, 1990, não paginado).

Dava-se, portanto, o início do processo de venda do Sítio Fundão. Porém, há de se considerar que nos autos do Processo de Tombamento do Sítio Fundão, consta cópia de um ofício nº 236/99, datado de 12 de maio de 1999, encaminhado pela Secretaria Municipal de Cultura e Meio Ambiente (SECULTMA) pelo então Secretário de Cultura e Meio Ambiente, historiador e amigo do senhor Jefferson Alencar, onde esse solicitava ao IPHAN, esclarecimentos e uma posição acerca de um provável pedido de tombamento daquela área ecológica, feito pelo Deputado Estadual João Alfredo, cuja solicitação teria sido feita sem o devido conhecimento dos herdeiros do senhor Jefferson Alencar. Conforme podemos ler:

[...] Ilustríssimo Senhor, [...] chegou ao conhecimento desta Secretaria, por intermédio dos proprietários do Sítio Fundão, situado neste município, que o Deputado Estadual João Alfredo teria requerido deste Instituto o tombamento daquela área, tornando-a legalmente uma área de proteção ecológica. Ao mesmo tempo, fomos informados(sic) por igual fonte, que os proprietários daquele sítio emitiram correspondência solicitando a impugnação do tombamento, alegando que, não tendo sido contatados, desconhecem os reais benefícios deste ato e temem pelos possíveis prejuízos. Desta forma, solicitada pela família proprietária a intervenção desta Secretaria neste episódio e considerando ser o Sítio Fundão um patrimônio natural de grande importância para o Crato, venho requer informações deste conceituado órgão acerca do andamento do processo, se houver, e visando avançar na disposição de continuar preservando o Sítio Fundão, quais os efeitos do tombamento para os herdeiros do bem em questão (DIAS, 1999, não paginado).

Na página seguinte do referido Processo de Tombamento, consta ainda, cópia do ofício encaminhado ao Diretor do IPHAN, Romeu Duarte Júnior, pela família de Jefferson Alencar, onde cobravam a suspensão do pedido de tombamento do Sítio Fundão, isto porque, segundo eles, não estavam de acordo com a solicitação feita pelo Deputado Estadual João Alfredo, visto que não houve junto à família, uma ciência ou discussão acerca do pedido do parlamentar cearense.

Em 13 de fevereiro de 2006, Olga Gomes de Paiva, chefe da Divisão Técnica- 4ª SR / IPHAN, remetia Relatório da Visita ao Sítio Fundão, no qual apresentava a importância de se preservar aquele Patrimônio. Dizia ela, nesse documento, que:

A solicitação de tombamento é muito oportuna, considerando-se a possibilidade de desapropriação do sítio por parte do Governo do Estado para utilizá-lo como uma Unidade de Estudos Ambientais da URCA, em parceria com outros órgãos públicos, sobretudo aqueles voltados para a preservação do patrimônio natural e paisagístico, assim como instituições de ensino e pesquisa, com programas de educação ambiental em conjunto com a rede pública de ensino (PAIVA, 2006, p. 11, não publicado).

“O resultado desse Relatório foi animador, porque o pedido de tombamento ganhou certa repercussão junto à Universidade Regional do Cariri (URCA)” (SILVA, 2007, p. 11), escrevia o pesquisador Eldinho Pereira no texto ‘Em defesa do Sítio Fundão e do Rio Batateiras’.

Em 12 de abril de 2007, às 8:40hs, foi protocolado junto ao SPU (Sistema de Protocolo Único), SEAD - CE, conforme se ver no Pedido de Tombamento da Mata do Fundão ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), feito pelos integrantes do Programa de Educação Patrimonial do Instituto da Memória Popular do Ceará o professor e ambientalista, Eldinho e Pereira e Miralva Ferreira Guedes Pereira<sup>110</sup>.

Em 24 de agosto deste mesmo ano, 2007, é solicitado à Coordenadoria de Patrimônio Histórico Cultural (COPAHC) pela Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, parecer acerca da solicitação para instrução do processo de tombamento da Mata do Sítio Fundão/Crato, Ceará<sup>111</sup>.

Dois meses depois, 23 de outubro de 2007, o então Presidente do CONPAM, André Barreto Esmeraldo emite o ofício<sup>112</sup> em que solicitava à Secretária Adjunta, Delânea Azevedo Cavalcante, informações sobre o andamento do processo de Tombamento do Sítio Fundão. Com isso, confirma-se o que disse em entrevista Edmundo Alencar, ao revelar que teria sido através do presidente do CONPAM, que as negociações em torno do processo de tombamento do Sítio Fundão teriam avançado<sup>113</sup>.

---

<sup>110</sup> Através de OFÍCIO IPHAN/4 SR /GAB/ 2015/07 ao Secretário de Cultura do Estado, Francisco Auto Filho.

<sup>111</sup> Através do Processo Nº 0727722650-4.

<sup>112</sup> De nº 654 a SECULT (Secretaria de Cultura).

<sup>113</sup> Registro nesta Tese, que ao longo da minha jornada buscando apoiar os acontecimentos em torno do tombamento do Sítio Fundão, através de registros orais, abordei o senhor André Barreto, durante uma

O engajamento pela causa do Sítio Fundão por parte do pesquisador, Eldinho Pereira, representou muito bem as muitas protagonizações em que vários sujeitos históricos atuaram em defesa do Sítio Fundão. Como podemos comprovar através do texto abaixo.

Depois de 27 meses de espera e mobilização, estudantes, professores e ambientalistas de Crato, preocupados com a preservação do sítio Fundão, já contabilizam vitórias. No dia 11 de fevereiro do corrente ano, o Diário Oficial do Estado publicou um decreto governamental datado do dia 08, sobre a transformação do sítio em uma área de interesse social para desapropriação e criação do Parque Estadual Sítio Fundão. Na manhã do dia 14 de fevereiro, membros do Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente estiveram no sítio para um café, através do qual apresentaram às autoridades e ambientalistas do Crato e da região, ações que serão implementadas pelo Governo Estadual para a implantação do referido Parque [que após uma correção, terá 93,54 hectares de mata nativa e não 97, como se afirmava anteriormente] (SILVA, 2008, não paginado).

O CONPAM reafirmou a importância da preservação daquela paisagem, rica em biodiversidade e com espécies remanescentes da Mata Atlântica. Além de patrimônio natural, a área possui também valor histórico, abrigando sobrado de taipa, engenho de madeira etc. Tudo isso preservado com muito esforço, graças à consciência do ex-proprietário Jefferson Alencar e dos poucos recursos de seus herdeiros.

Escrevendo sobre Educação Ambiental e Movimentos Sociais, Loureiro (2011, p. 84) afirma que a “[...] construção de estratégias dialeticamente locais e globais, comunitárias e governamentais, instrumentais e educativas, que cumpram a mediação entre as esferas econômicas e político-cultural e apontem para um ambientalismo comprometido com as lutas sociais e populares”. No caso dos movimentos ambientalistas em defesa do Sítio Fundão, estes nos permitem pensá-los associados de acordo com as nossas intenções, no que se refere à análise que faz sobre território, como procura-se entender, na perspectiva de Lopes (2007, p. 80), que “[...] território é [...] um espaço mediado pelas representações construídas por um determinado grupo ao estabelecer seu poder frente a outro e que se apropria do espaço como forma de sua expressão e projeção”. Para Cunha (2010, p. 56):

---

missa em comemoração à Padroeira do Crato, de modo que este se mostrou solícito naquele instante, no entanto, sua gentileza parou por aí. Por duas vezes desmarcou os encontros agendados, na verdade numa dessas vezes nem isso ele fez, como diz o ditado popular mim deixou plantada à sua espera, visto ter agendado outro compromisso, que para ele “talvez fosse mais importante”.



Nessa explicitação, é possível perceber a relação entre espaço, lugar e território. O espaço se transforma em lugar quando os sujeitos que nele transitam lhe atribuem significados. O lugar se torna território quando se explicitam os valores e dispositivos de poder de quem atribui os significados.

Cabe lembrar que dentre as possibilidades metodológicas que assumi para a escrita deste texto, a História Ambiental e as ferramentas de estudo que esta permite através do uso de fontes de investigação tal como nos apresentam Drummond (1991, p. 184), onde o uso de “[...] memórias, diários, inventários de bens, escrituras de compra e venda de terras, testamentos” entre outros tantos tipos de fontes que poderão servir ao trabalho do historiador ambiental. No caso deste estudo, a opção se fez também pela leitura de outra fonte de pesquisa, mais especificamente, o Processo de Tombamento do Sítio Fundão. Essa fonte citada, Processo de Tombamento do Sítio Fundão, traz consigo vários elementos que ajudam a justificar tal pedido, a exemplo do patrimônio natural e paisagístico que aquele lugar oferece. Ou ainda, a rica biodiversidade que ainda se preserva naquele ambiente, galgando, assim, futuros estudos científicos. Mongelli (2011, p. 145), discutindo sobre os tombamentos de patrimônio natural, também, mostrou que “[...] esse novo patamar e as formulações conceituais demandaram a atualização da prática preservacionista e a criação de novos instrumentos de proteção, preservação, acautelamentos, salvaguarda, fazendo jus à Constituição Federal de 1988”.

Retomando a essa questão, tombamento do Sítio Fundão, foram feitas três negociações envolvendo o Estado e os herdeiros do senhor Jefferson Alencar, acerca dos valores a serem pagos pelo Estado sobre a propriedade do Sítio Fundão. Foi somente na terceira negociata que a família veio a concordar “em termos” com os valores apresentados, isso porque, a quantia oferecida pelo Estado não condizia, segundo nossos depoentes, com o valor real da propriedade e, menos ainda, correspondia ao valor de todo o patrimônio que se encontrava no seu interior.

Desse modo, isso acarretou numa série de transtornos, especialmente de ordem afetiva e emocional, vindo a abalar, principalmente, a saúde de Dona Angelita.

Tendo cessado as negociações entre as partes, foi lançado no Diário oficial do Governo do Estado do Ceará, o decreto de nº 29.179, de 08 de fevereiro de 2008, dispondo o mesmo sobre a desapropriação por interesse social da área do Sítio Fundão, conforme se ler parte desse decreto:

CONSIDERANDO que a área do Sítio Fundão, localizado no Município do Crato, possui rica biodiversidade e mata nativa, incluindo espécies remanescentes da Mata Atlântica e mananciais a serem protegidos; DECRETA: Art. 1º Fica declarada de interesse social, para fins de desapropriação, a área de 93,5204 [...] (CEARÁ, 2008, p. 1).

Neste mesmo ano, 05 de junho de 2008, o Governo do Ceará lançava nas páginas do Diário Oficial, o Decreto de Criação do Parque Estadual Sítio Fundão. Conforme podemos apreciar, na íntegra, este documento:

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe conferem a Constituição Federal e Constituição do Estado do Ceará, CONSIDERANDO que o imóvel denominado Sítio Fundão, situado no Município do Crato, Ceará, apresenta condições ideais para a criação de um Parque Estadual, por atender a finalidades ambientais e culturais de preservação de recursos naturais, históricos e por exibir atributos de beleza exuberante; CONSIDERANDO que a flora, constitui revestimento vegetal de valor científico e cultural, ostentando matas de características e variedades tipicamente cearenses; CONSIDERANDO a ocorrência de corpos d'água de inestimável valor para a população local e uma fauna silvestre variada, em condições ideais de vida tranquila; CONSIDERANDO ainda a ocorrência de sítios históricos de grande importância para o Município do Crato e para o Estado do Ceará, DECRETA:

Art.1º Fica criada a Unidade de Conservação de Proteção Integral denominada Parque Estadual Sítio Fundão, localizada no Município do Crato, no Estado do Ceará, com a finalidade de assegurar integral proteção à flora, à fauna, às belezas naturais e aos sítios históricos nele existentes, bem como para garantir sua utilização com objetivos educacionais, recreativos e científicos.

Art.2º O Parque Estadual Sítio Fundão é composto por 93,5204 (noventa e três vírgula cinquenta e dois, zero quatro) hectares, sob as seguintes coordenadas em UTM: p01, de coordenadas UTM e 451.343,22m e n.9.200.859,79m, situado na divisa das terras de Antonio Almino de Lima, com azimute de 145º40'42" e distância de 280,79m, até o ponto p02; deste, segue pela margem direita do Rio Batateiras, no sentido montante-jusante, com uma distância de 662,47m, até o ponto p03; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Jairo Monteiro, com azimute 149º33'55" e distância de 528,55m, até o ponto p04; deste, segue por linha seca, confrontando com terras da indústria de calçados Grendene, com os seguintes azimutes e distâncias: 248º59'42" e 742,56m, até o ponto p05; 222º57'38" e 350,69m até o ponto p06; 292º08'39" e 380,14m, até o ponto p07; deste, segue pela margem direita do Rio Batateiras, no sentido montante-jusante, com uma distância de 204,97m, até o ponto p08; este segue por linha seca, confrontando com terras do Sítio Bebida Nova, com azimute de 318º11'20" e distância de 459,79m até o ponto p09; deste segue por linha seca, confrontando com terras de Mário Muniz, com azimute de 32º37'04" e distância de 250,19m, até o ponto p10, deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Antônio Almino de Lima, com azimute de 77º51'30" e distância de 482,00m, até o ponto p01, início da descrição do perímetro com 4.342,15m.

Art.3º No Parque Estadual Sítio Fundão, criado nos termos deste Decreto, somente é admitido o uso indireto dos recursos naturais locais, ficando absolutamente proibidas todas e quaisquer atividades que importem em degradação ambiental, destruição do patrimônio histórico e cultural nela existentes.

Art.4º Competirá à SEMACE - Superintendência Estadual do Meio Ambiente a administração do Parque Estadual Sítio Fundão, que adotará as medidas necessárias à sua efetiva implantação e proteção.

Art.5º Fica criado o Conselho Gestor do Parque Estadual Sítio Fundão, constituído, paritariamente, por representantes da sociedade civil e das comunidades diretamente envolvidas na criação da Unidade de Conservação, de representante do CONPAM - Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente, da SEMACE - Superintendência Estadual do Meio Ambiente, e representantes de outros órgãos e entidades públicas definidas em Instrução Normativa da SEMACE. Parágrafo único - O representante da SEMACE será indicado pelo seu Superintendente e presidirá o Conselho Gestor do Parque.

Art.6º A SEMACE poderá firmar convênios ou acordos com órgãos e entidades públicas ou privadas, sem prejuízo de sua competência, para fiscalizar e administrar o Parque Estadual Sítio Fundão.

Art.7º A SEMACE expedirá, através de Portarias ou Instruções Normativas, os atos normativos complementares ao fiel cumprimento deste Decreto.

Art.8º A inobservância das disposições contidas neste Decreto sujeitará os infratores às penalidades previstas nas Leis Federais e Estaduais, especialmente a Lei nº11.411, de 28.12.87, alterada pela Lei nº12.274, de 05.04.94, que dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente no Estado do Ceará (CEARÁ, 2008, p. 1-2).

A observância dos recursos naturais, zelo e proteção do patrimônio histórico e cultural, conforme podemos acompanhar na leitura do Art. 3º do documento acima, deixa claro em seu conteúdo como seu texto está diretamente enviesado pelas questões ventiladas neste estudo, especialmente, no que se referem ao debate em torno do patrimônio natural e histórico encontrado nesse Geossítio.

Friso que na Ação Desapropriação com declaração de urgência e pedido de liminar de imissão de posse, datada de 27 de março de 2008, 'dá-se a causa o valor de R\$ 1.607. 283,99' (um milhão seiscientos e sete mil, duzentos e três reais e noventa e nove centavos).

Esse valor não corresponde ao valor ao qual se chegou após reavaliação do espólio do senhor Jefferson Alencar, que ficou na soma de R\$ 2.127.500,0 (dois milhões cento e vinte e sete mil e quinhentos reais), conforme é apresentado na Emenda à Petição Inicial, cujo depósito se deu na forma de Depósito Judicial Ouro.

Importa dizer que a demora do valor a ser pago pelo Estado do Ceará pela desapropriação do Sítio Fundão fosse efetuado, vindo esse valor somente a ser debitado no dia 23 de junho de 2008. Essa demora fez com que os herdeiros do senhor Jefferson vivessem momentos de muita tensão, haja vista, que durante esse intervalo de tempo passaram a sofrer ameaças de morte e sequestro. Tendo um desses herdeiros sofrido assalto enquanto caminhava dentro da reserva, como informou Raimundo de Alencar,

um dos herdeiros, em ofício encaminhado a Chefe da Secretaria da 2ª Vara da Comarca do Crato, no dia 11 de julho de 2008. Dizia ele:

A família do espólio Jefferson da Franca Alencar da reserva ecológica do Sítio Fundão, ora desapropriada pelo Governo do Estado do Ceará e em processo de quitação nesta Vara, pedimos a V. Sa o empenho e gentileza de uma palavra de apresentação do referido processo as autoridades por estarmos correndo risco de morte ou sequestro. Já ocorreu assalto a um dos herdeiros dentro da reserva, nos primeiros movimentos da desapropriação e agora mais evidente estes riscos após a divulgação pela imprensa da desapropriação e depósito de quitação do bem a família ao mesmo tempo em que reside na área uma herdeira com mais de 74 anos e por estar dentro de uma área urbana (SECULT, 2007, p. 83, não publicado).

Assim, foi emitido aos herdeiros do Espólio do senhor Jefferson Alencar, notificação da decisão judicial por meio do Mandado de Imissão de Posse, emitido pelo Juiz de Direito, Francisco Marcelo Alves Nobre, onde ele determinava que:

MANDA ao oficial de Justiça deste juízo, a quem for este apresentado, devidamente assinado e expedido nos autos de AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO promovida pelo Estado do Ceará, contra o espólio de Jefferson da Franca Alencar - que em seu cumprimento proceda o Sr. Oficial de Justiça á Imissão de Posse, do autor supracitado, por seu representante legal, O Dr. GERMANO VIEIRA DA SILVA, no imóvel, cuja área total é de 93,52 há, NO Sítio Fundão, localizado neste município do Crato –Ce. Referido imóvel, encontra-se descrito às fls. 02 e 03 dos autos cujas cópias seguem anexas. Tendo sido reavaliado o imóvel em R\$2.127.500 (dois milhões cento e vinte e sete mil e quinhentos reais), conforme fls. 17 dos autos. CUMpra-SE. Dado e passado nesta cidade de Crato, Ceará, aos 14 de janeiro de 2009 (SECULT, 2007, p. 32, não publicado).

Muito embora, foi informado a Oficiala de Justiça Avaliadora, Fabyola Sassa Rodrigues de Carvalho, em AUTO DE IMISSÃO DE POSSE, que sua ida ao Sítio Fundão não teria sido bem-sucedida, por não haver encontrado nenhum dos herdeiros do espólio do senhor Jefferson. Como nos revela texto desse documento:

Aos catorze do mês de janeiro de dois mil e nove, às quinze horas, nesta cidade e Comarca de Crato (CE), em cumprimento ao mandado do MM. Juiz de Direito da 2ª Vara, e extraído dos autos da Ação de Desapropriação, processo nº 2008.0009.8001-0, movido pelo Estado do Ceará contra Espólio de Jefferson da Franca Alencar, eu, Oficiala de Justiça abaixo ASSINADA, compareci ao Sítio Fundão, imóvel objeto desta ação, com área de 93,52 Há, cujas dimensões e limites estão descritos na inicial e fls. 02/05. Lá chegando, constatei que o referido estava desocupado, não havendo sinais de ocupação, seja por parte dos réus, seja por parte de terceiros e que o mesmo estava sob os cuidados da SEMACE, Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Ceará, órgão encarregado provisoriamente de sua conservação e manutenção. Ato

contínuo, IMITI, na posse do citado imóvel, o autor, representado neste ato pelo Procurador do Estado, Dr. Germano Vieira da Silva –OAB/CE 20.95, que acompanhou a diligência, a qual se deu sem que houvesse oposição ou resistência por parte de quem quer que seja, aderindo o promovente ao ato de imissão em todos os seus termos, ficando o Estado do Ceará, a partir de então, com a posse plena, definitiva e irrestrita dentro dos limites, anteriormente mencionados. E para constar, lavrei o presente auto, que devidamente lido e achado conforme, vai assinado por mim, Oficial de Justiça Avaliadora e pelo imitado. Certifico ainda que deixei de intimar os réus porque os mesmos não se encontravam no local [...] (SECULT, 2007, p. 33, não publicado).

Esta medida foi seguida também com a apresentação do Mandado de Transcrição da Sentença<sup>114</sup>. Esse documento oficializa, portanto, a Ação de Desapropriação provida pelo estado do Ceará contra o espólio de Jefferson da Franca Alencar.

Meses após o Sítio Fundão ter se tornado uma Unidade de Conservação, uma série de crimes eram cometidos no seu interior, os mais variados possíveis. Como atesta matéria escrita para Blog do Crato, um dos sites de notícia mais visitados na região. Segue texto:

O patrimônio histórico e cultural pertencente ao Parque Estadual do Sítio Fundão começa a ser destruído por falta de vigilância permanente. Com o abandono das instalações edificadas no sítio Fundão, os vândalos estão tomando conta da reserva ecológica. [...] Na manhã de domingo, 28 de dezembro, uma equipe formada pelo professor Eldinho Pereira, o articulador do SEBRAE Fábio Bezerra e o radialista Ed Alencar, realizou uma caminhada até o Sítio Fundão e, para a surpresa de todos, o cenário foi revoltante. Ao longo da estrada que dá acesso ao sítio e em volta da casa de taipa de primeiro andar, havia sacolas de lixo e pneu com água parada, deixados por uma ação de limpeza realizada por uma ONG local há aproximadamente um mês. Além disso, a casa de taipa estava arrombada. Na parte superior, havia marcas de pés nas paredes, o que caracterizava arrombamento e invasão. A instalação elétrica foi danificada e parte das telhas da casa quebradas. Um móvel rústico deixado pela família Alencar estava quebrado e largado fora da casa, o banheiro estava saqueado e a bacia sanitária quebrada. [...] É lamentável lembrar que, por várias vezes, denúncias e solicitações, encaminhadas até mesmo para o Governador Cid Gomes, pediam maior atenção ao Sítio Fundão. E não faz tanto tempo que o superintendente da SEMACE Dr. Herbert, reuniu a imprensa e segmentos sociais do Crato para apresentar, com belas palavras e imagens, o novo projeto de reforma e de preservação para o Fundão. Que pelo visto já foi esquecido. [...] Não adianta mais tampar o sol com a peneira. Se as invasões já aconteciam, com derrubada de árvores e outras ações, agora a coisa atingiu os bens edificadas. É de se perguntar ao governo do Estado, se com todo o seu poder de policiamento e de órgãos fiscalizadores, porque não se implanta uma vigilância provisória e permanente, com pelo menos um segurança se revezando no local. Moradores vizinhos ao parque estadual são testemunhas da ausência radial (sic) no que diz respeito às visitas antes realizadas por

<sup>114</sup> Cópia desse documento pode ser encontrada no Processo de Tombamento do Sítio Fundão, p. 33-34.

policiais e pela SEMACE na área. [...] A sociedade cratense e os defensores desse patrimônio público, não podem ficar de braços cruzados. Vamos cobrar das autoridades responsáveis o cumprimento da verdadeira finalidade da desapropriação, que era preservação permanente da área. Não basta construir uma cerca nos limites e passar um cadeado como forma de solução para uma área de 97 hectares de mata nativa. Não por acaso, a família do ecologista e criador da reserva, Jefferson da Franca Alencar, vem ao público protestar o abandono em que se encontra o sítio (SILVA, 2008, não paginado).

Muitas das práticas delituosas continuavam a ser praticadas no interior do Parque Estadual Sítio Fundão, envolvendo a participação de vândalos, onde estas passaram a serem mostradas e denunciadas por ambientalistas e pessoas comprometidas com a preservação daquele lugar, conforme se apurou em alguns jornais, onde muitas dessas denúncias foram feitas. A exemplo da informação que circulou no Jornal Diário do Nordeste, datado de 16 de outubro de 2008, dando conta de algumas dessas atividades criminosas praticadas e que continuavam sendo praticadas no interior do Sítio Fundão, além de mencionar o descaso de autoridades em relação aquele lugar, após ter passado a direção do Estado.

De acordo com Zanirato (2009, p. 148), muito embora:

A Lei que instituiu o SNUC estabelecendo diretrizes que “assegurem a participação das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação”. (art 5º inciso III). A participação é prevista nas Consultas Públicas, nos Planos de Manejo e nos Conselhos Gestores.

Deve-se levar em consideração, de acordo com essa pesquisadora:

A ampliação do conceito de patrimônio a partir da incorporação de novos campos e da possibilidade de exercício de uma política pública num forma to descentralizado está a requerer meios de se tomarem efetivos os usos sociais do patrimônio. A educação sem dúvida é um instrumento valioso e para isso deve visar mudanças de mentalidades a respeito da importância da manutenção de símbolos do passado que expressam as memórias e as histórias vividas e da necessidade de salvar a natureza e seus recursos, pois são infinitos e essenciais à sobrevivência do homem no planeta. A educação converte-se no meio capaz de capacitar os sujeitos para participarem das discussões e decisões sobre a questão patrimonial e ambiental, num cenário marcado por conflitos (ZANIRATO, 2009, p. 149-150).

**Figura 23 - Ambientalistas temem fim do Sítio Fundão**



Fonte: Vicelmo (2008).

“Apesar de toda a mobilização sócio-ambiental e popular verificada no transcorrer de 2007, e também, do Decreto Estadual nº 29.179 de 8 de fevereiro deste ano, o Parque Estadual Sítio Fundão continua sob ameaça de devastação” (ENTRESSEIO, 2008, não paginado). Alertava o professor e ambientalista Eldinho Pereira. Este mesmo ambientalista e historiador lembrava, também, que nos últimos oito meses, as atenções que se voltaram para a compra do exuberante Sítio Fundão pelo Governo Estadual e para a formação de uma equipe gestora, ainda não eram conhecidas pela população. Isso, segundo ele, teria levado Ambientalistas do Crato a assinarem um documento que deveria ser entregue ao Governo do Estado, onde se advertia para o fato de que, se não fosse montada uma estrutura de fiscalização, o Parque Ecológico do Fundão, recentemente comprado pelo Governo, seria destruído.

**Figura 24 - Destruição no Sítio Fundão**



Fonte: Coletivo Camaradas (2008).

**Figura 25 - Destruição no Sítio Fundão**



Fonte: Coletivo Camaradas (2008).

A todo tempo, novas denúncias de abandono ao Sítio Fundão eram apresentadas nos Jornais e em outros meios de comunicação, isso, claro, pelos amantes da causa do Fundão, como o ambientalista Eldinho Pereira:

Em virtude da lentidão na implantação do Parque Estadual Sítio Fundão, no final de 2008, a ameaça de destruição voltou-se para o patrimônio edificado no sítio. O efeito disso, foi o arrombamento com depredação do sobradinho de taipa e a urgente necessidade de melhoria na vigilância do lugar. O fato desagradou a uma equipe de ambientalistas, que logo reagiu por meio de uma nota à imprensa, divulgada em blogs, rádios e jornais (BLOG DO TARSO, 2009, não paginado).

Constatam nas fontes de pesquisas consultadas para este estudo que foi realizada a contratação de um escritório de arquitetura para a revitalização das construções do Sítio Fundão, denominado Architectus e que logo se encarregou de enviar dois pesquisadores, Manuelina Duarte e Naudiney Gonçalves, para que pudessem ajudar no planejamento dos trabalhos, de maneira que fossem agilizadas a viabilização, bem como a implantação do espaço museológico naquele espaço, Sítio Fundão. O que teria acontecido com certa tranquilidade, inclusive, porque “Ao chegar a Crato, a dupla Manuelina Duarte e Naudiney Gonçalves obteve o apoio dos ativistas locais, que forneceram sugestões, depoimentos, imagens e objetos para o memorial”, durante o período de três meses, ou seja, o tempo em que essa museógrafa e esse historiador estiveram realizando os seus trabalhos.



Atento aos acontecimentos em torno das novas propostas que foram pensadas em relação ao Parque Estadual Sítio Fundão, o ambientalista Eldinho continuou usando alguns canais de notícias, como Blogs e jornais, para deixar os cratenses e amantes da causa do Sítio Fundão inteirados dos rumos que tomavam o Sítio Fundão, após esse ter sido Tombado pelo Governo do Estado do Ceará. Num desses momentos, ele informava que o projeto arquitetônico teria sido finalizado por Gerson Lima, no qual foi incluído uma construção na entrada do Sítio Fundão, com auditório e função educativa. Além disso, dizia ele, que teria sido prevista a restauração das casas, no caso, as ruínas da antiga casa onde morou dona Angelita, quando criança. E, ainda, a casa de taipa de primeiro andar; o Engenho de Pau.

De acordo com o que estava previsto no referido projeto, o escritório da CEMACE seria transferido para dentro do Parque que receberia, inclusive, uma unidade policial. Ainda de acordo com tal projeto, seria instalado na casa-sede o memorial do sítio, onde existiria uma sequência de salas com maquetes, objetos, imagens e som. Todo esse acervo teria, conforme esclarecimentos de Eldinho, o papel de informar sobre o Geossítio Batateiras, o rio Batateiras; a paisagem do sítio Fundão; o ex-proprietário Jeferson da Franca Alencar e o movimento socioambiental que revalorizou àquela área.

De acordo com Ordem de Serviço do Governo do Estado, que determinava sobre o início dos trabalhos de implantação do almejado Parque Estadual Sítio Fundão, estimava-se que a obra desse Equipamento seria executada no período de 180 dias, tendo ela sido orçada no valor de R\$ 1.135.417,66.

Conforme escreveu o historiador e ambientalista, Eldinho Pereira, em seus comentários ao Blog do Tarso:

A obra reduzirá, dentre outras coisas, a preocupação dos ativistas de Crato, porque as chuvas constantes cortaram a estrada de acesso e comprometem a rústica estrutura da casa-sede. Sem um escoamento eficiente para a água, aumenta a visível vulnerabilidade do sobrado, da estrada e das trilhas (BLOG DO TARSO, 2009, não paginado).

Outros tipos de delitos continuaram a serem flagrados dentro e nos arredores do Parque Estadual do Sítio Fundão quase sempre relacionados à retirada de madeira que, na maioria das vezes, se destinam a servir de combustível para abastecerem os fogões a lenha. Práticas estas, denunciadas tanto pelos jornais locais como também pelos gestores do Sítio Fundão, que procuram, com isso, evitar a recorrência desses crimes,

evitando a matança de pequenas aves, quase sempre com destino certo: servir de alimento a população mais pobre que mora nos arredores daquele lugar. Além de favorecer as comunidades que vivem no entorno do Sítio Fundão com práticas educativas, que visam, principalmente, esclarecer essas populações locais para que entendam a importância de zelar e preservar o patrimônio que existe naquele lugar.

Muito embora, ainda sejam registradas as investidas de vândalos que adentram o interior do Sítio Fundão, de forma desmedida e criminosa destruindo as cercas de proteção, e realizando, inclusive, pequenos roubos no interior do Parque. Motivando as frequentes abordagens realizadas pela vigilância do Parque Estadual Sítio Fundão, muitas vezes, registrando a ação dos infratores, onde medidas preventivas desenvolvidas pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado, têm sido tomadas, procurando, dessa forma, evitar a recorrência constante desses pequenos atos infratores e delituosos, especialmente, no sentido de conter a destruição do que resta do patrimônio natural e histórico, ainda registrado naquele espaço.

## 2.4 SÍTIO FUNDÃO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Certamente, tratar com temas ambientais na contemporaneidade tem se tornado um exercício frequente entre os debates acadêmicos, especialmente, a partir da pluralidade de artigos com as mais variadas e possíveis temáticas que envolvem questões ligadas ao homem/natureza/sociedade, cujas análises passaram a circular após a criação da revista *Environmental Review* cujo idealizador, segundo nos informa José Augusto Drummond, essa revista teria sido idealizada, primeiramente, por Jonh Opie, “historiador da tecnologia”. De igual modo, essa Revista foi celebrizada, atualmente, entre os historiadores ambientais, especialmente, pelos norte-americanos que a fundaram em 1976, rebatizando-a como *Environmental History Review*, cujo mote principal dessa revista é, ainda, segundo Drummond (1991, p. 185), procurar “[...] entender a experiência humana no meio ambiente”. E, evidentemente, procurar através do tema ambiental sistematizar reflexões que envolvam debates acerca da existência e da permanência da vida no planeta Terra. Conforme bem escreveu Woster (1991, p. 201) quando teria afirmado que “quando ultrapassamos o mundo auto refletido da humanidade e chegamos à esfera não humana, a história ambiental encontra o seu principal tema de estudo”.

Em palestra cujo tema era Sociedade, Cultura e Meio Ambiente, o pensador francês, Sanchs (1995), conhecido por estabelecer um novo patamar para o debate, buscando uma via intermediária entre ecologismo radical e o economicismo arrogante, em texto extraído da fala desse pesquisador mediante Duarte (2013, p. 28), o mesmo afirma que:

A problemática ambiental recém chegou ao âmbito internacional. Praticamente começou a preocupar os políticos há uns 25 anos. A primeira grande manifestação internacional foi a Conferência de Estocolmo em 1972, e sua entrada nas ciências sociais coincide mais ou menos com a época em que tive o privilégio de participar, em março de 1970 de uma conferência internacional realizada no Japão sobre o “meio ambiente como desafio às ciências sociais”. Creio que esta foi uma das primeiras, se não a primeira manifestação do interesse interdisciplinar dentro das ciências sociais com respeito à problemática ambiental.

Desde então, a história ambiental tem entrado como pauta de discussão na agenda política e econômica de vários países, a exemplo do Chile que, após retornar a vida política democrática na última metade do século XX, adota um modelo econômico de livre mercado baseado, sobretudo, na proteção do meio ambiente, conforme nos esclarece artigo intitulado *Antecedentes sobre La protección al medio ambiente em el pensamiento de libre mercado em Chile (década de los noventa del siglo XX)*, onde o autor Saavedra (2007, p. 35-37) escreveu que esse tem sido:

Un tema ampliamente aceptado hoy en día es la creciente relevancia política que ha adquirido toda la discusión relativa a la protección del medio ambiente, tanto en la agenda pública mundial, así como en las diversas agendas políticas regionales y locales. Basta recordar los esfuerzos desplegados para implementar las dos cumbres mundiales sobre el Medio Ambiente e Desarrollo que hasta el momento se han efectuado, a lo que podríamos agregar como un hecho más reciente, la importante cobertura mediática que está consiguiendo el tema referido al “calentamiento global”. Igualmente, es altamente consensual considerar que se proyecta como uno de los tópicos políticos ineludibles para el presente siglo XXI, transformándose así en un aspecto relevante dentro del estudio y análisis del pensamiento político contemporáneo. [...] Este es un fenómeno interesante si tomamos en consideración que su discusión política se ha estructurado sobre la Idea de crisis ambiental, que es de origen relativamente reciente en el campo de la Idea. Por cierto, lo anterior no significa que las discrepancias y polémica respecto de cómo entender y enfrentar la crisis ambiental y /o proteger el medio ambiente hayan desaparecido, entre otras razones, porque se alude a un “fenómeno socialmente provocado”.

O historiador, Enrique Leff, escrevendo sobre a História Ambiental também acrescentou que:

A história ambiental é, pois, a história de histórias não ditas; e não porque a natureza não fala dos pobres, os colonizadores, os dominados e os vencidos foram calados, mas porque a submissão da natureza foi um processo silencioso, invisível e impensável pelos paradigmas civilizatórios que justificasse a exploração da natureza em nome do progresso e do poder (LEFF, 2009, p. 18).

No campo da história ambiental, entendo que nenhum setor da vida social pode ser compreendido isoladamente dos demais (FUNES, 2013). Ainda conforme o autor, no processo de apropriação da natureza pelos homens, estes constroem e reconstróem permanentemente espaços, ao mesmo tempo em que os fatores naturais interferem na própria formação das estruturas econômicas e sociais. Para Vanderlinde (2011, p. 40), a história ambiental está lavrando, também:

[...] o terreno para a reconstituição de identidades e a formação de atores políticos no marco da globalização econômica-ecológica dos tempos da sustentabilidade. Estes movimentos sociais vão incorporando na cultura dos povos e arraigando em seus territórios novas formas de ser que, além de expressar a condição existencial do ser humano, constroem novos direitos, reconfiguram novas identidades, abrindo os horizontes da história.

Um marco que apontou, nesse sentido, fazendo com que o debate em torno de temáticas ambientais viesse a ser realçado, levando a reconstituição de identidades, assim como a formação de atores políticos no marco da globalização econômica-ecológica nos tempos da sustentabilidade (FUNES, 2013), se deu especialmente quando:

Em 1946, a política ambiental é retomada, sob o patrocínio da UNESCO, na Suíça e do governo francês. Em 1948, é criada a União Internacional para a Proteção da Natureza-UIPN. Na década 50, emerge um ambientalismo científico via UIPN. Em 1956, a UIPN passou a ser denominada como União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais-UICN (GALVÃO, 2006, p. 29-30).

As preocupações com a Educação Ambiental, “[...] no movimento ambientalista, aumentaram com o decorrer do tempo. Foi na primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, na Suécia em 1972, que foi legalmente convencionado o termo EA” (GALVÃO, 2006, p. 31). Ainda conforme a autora, nos anos seguintes, a EA foi inserida nas agendas nacionais e internacionais,

para contribuir com a formação humana de maneira mais equilibrada para o meio ambiente e a sustentabilidade do planeta (DIAS, 1998).

Na Conferência de Estocolmo, como já foi dito acima em suas resoluções importantes, cria-se o termo Educação Ambiental, mostrando que se deve educar o cidadão para a solução dos problemas ambientais. A partir disso, o termo EA é falado na educação de um mofo geral sem ser uma disciplina específica (GALVÃO, 2006, p. 32).

Para a criação de órgãos responsáveis pela legislação referente ao Meio Ambiente no Brasil, o mesmo foi pressionado pela comunidade internacional para proteger seu patrimônio. Mediante isso, emerge uma legislação moderna e inovadora de proteção ambiental – Lei 6.938/1981 - que criou o Sistema Nacional de Meio Ambiente, tendo como órgão consultivo e deliberativo o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), legislação precursora da proteção ambiental nas demais unidades da Federação.

Tratando sobre espaços territoriais protegidos e orientado pelo que determina a Constituição Federal (CF) de 1988, em seu artigo 225, especialmente no que tange àqueles espaços, cuja tutela passa a fazer poder público: União, Estados, Distrito Federal e Municípios, define que:

[...] em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção (BRASIL, 2017, p. 131).

Em conformidade com essas determinações, são reconhecidos como espaços territoriais protegidos: Unidades de conservação (UC), Áreas de Preservação Permanente (APP), Áreas tombadas e Áreas de reserva legal florestal.

Embora o Sítio Fundão seja reconhecido por suas próprias particularidades que lhes são reservadas, algumas delas apresentadas no decreto de criação nº 29307, de 05 de junho de 2008, em seu Art. 1º, no qual reconhece a flora, fauna, belezas naturais, sítios históricos nele existentes, além do valor científico e cultural, como qualidades que poderiam abrigá-lo dentro de todas essas categorias comuns a um espaço territorial protegido. Porém, o Sítio Fundão se abriga na modalidade de Unidade de Conservação, instituto que teve acolhida na Constituição Federal de 88; Lei 4.771, de 1965 - que

institui o Código Florestal com áreas de reserva legal, áreas de preservação permanente, entre outras, e, mais recentemente, a Lei 9.985 de 2000 - que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Não esqueçamos que esse também é reconhecido como Geossítio.

Segundo Silva (1982, p. 212), “[...] são áreas geográficas públicas ou privadas (porção do território nacional) dotadas de atributos ambientais que requeiram sua sujeição, pela lei, a um regime jurídico de interesse público que implique sua relativa imodificabilidade e sua utilização sustentada, tendo em vista a preservação e a proteção da integridade de amostras de toda a diversidade de ecossistemas, a proteção ao processo evolutivo das espécies, a preservação e a proteção dos recursos naturais”. Para Santos (2004, não paginado), “Espaços territoriais protegidos são áreas de interesse ecológico que devem ser protegidos da devastação”. Os espaços protegidos se subdividem em unidades de conservação e áreas sob regime especial de administração pública e privada. Com base em Melo, Bandeira e Queiroz (2012, p. 9, não publicado), os quais discorreram sobre os territórios protegidos, destacamos trecho que informa:

Dentre estes, destacam-se nas regiões de geossítio as unidades de conservação e as áreas de preservação permanente. Distinguem-se estas duas modalidades de espaços territoriais protegidos no fato que nas APP's as principais áreas já estão definidas no código florestal, sem a necessidade do Poder Público se manifestar sobre sua criação. Exceto nos casos em que as unidades da federação queiram – conforme sua competência legislativa – instituir outras APP's. De outro modo, as Unidades de Conservação dependem de ato normativo declaratório com a finalidade de organizar as atividades nelas desenvolvidas, fornecer condições para sua proteção, uso direto ou indireto e vigilância, além de definir sua área e forma de gestão.

Estes argumentos também serviram de fundamentos para instruir o pedido de Tombamento do Sítio Fundão no ano de 2008, quando toda área correspondente foi desapropriada pelo governo do Estado do Ceará, conforme já foi mostrado, visto que em seu espaço, Sítio Fundão, se têm reunidas todas essas condições, inclusive, àquelas que estão direcionadas às demandas voltadas ao atendimento da Educação Ambiental, tendo isto, sido um dos pré-requisitos levados em consideração e, portanto, que fez com que este espaço viesse a ser reconhecido como um Geossítio integrado ao Território Geopark Araripe. Onde se verificam, nesse espaço, frequentes atividades voltadas para a Educação Ambiental, de modo a considerar o que ficou previsto em seu Decreto de Criação, acerca da maneira como se compreende a EA, ou seja, que:

A Educação Ambiental é uma práxis educativa e social que tem por finalidade a construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes que possibilitem o entendimento da realidade de vida e a atuação lúcida e responsável de atores sociais individuais e coletivos no ambiente. Nesse sentido, contribui para a tentativa de implementação de um padrão civilizacional e societário distinto do vigente, pautado numa nova ética da relação sociedade-natureza. Dessa forma, para a real transformação do quadro de crise estrutural e conjuntural em que vivemos, a Educação Ambiental, por definição, é elemento estratégico na formação de ampla consciência crítica das relações sociais e de produção que situa a inserção humana na natureza (LOREIRO, 2008, p. 69).

Estando, atualmente, sob a Gestão da Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Ceará (SEMA), em 2018, comemoraram-se os dez anos da criação do Parque Estadual Sítio Fundão, onde foi apresentado por este órgão gestor um projeto contemplando 10 ações que aconteceram entre os meses de janeiro a junho, “[...] enfatizando as potencialidades da UC e sensibilizando a sociedade para o uso da área de forma sustentável, resultando em sua conservação” (SECRETÁRIA DO MEIO AMBIENTE, 2018, não paginado).

Para o desenvolvimento destas ações, contou-se com a participação de alguns pares do Sítio Fundão, tais como: URCA, Geopark Araripe, ICMBIO, UFCA, IFCE, Prefeitura Municipal do Crato, Aquasis - Projeto Soldadinho do Araripe, Agturc, Eco Bikers, SESC, Grendene e tantas outras.

Dentre essas dez ações, se tinham as implantações da “trilha dos sentidos”, entendidas como outro marco permanente para o parque, uma vez que esse projeto funcionará como um atrativo na visitação por meio da Educação Ambiental e está voltado para atender todos os tipos de visitantes (não deficientes e deficientes físicos, visuais ou auditivos).

Incluído entre essas dez ações, foi apresentado pela gestão do Parque Estadual Sítio Fundão, o aplicativo ECOMAPSS que passou a garantir acessibilidade ao visitante do parque, além de permitir maior integração e autonomia do visitante na atividade, como ocorre em áreas turísticas na Europa, por exemplo. Outras atividades também foram desenvolvidas, a exemplo da Festa Anual das Árvores, 2018, comemorada com ações e atividades ecológicas no Parque Estadual Sítio Fundão. Durante o período de férias escolares, é grande o número de escolas que procuram o espaço do Sítio Fundão para realizarem suas colônias de férias. Como nos mostra texto:

O Parque Estadual Sítio Fundão/Geossítio Batateiras recebeu, no último dia 25, a XIII Colônia de Férias promovida pelo Centro de Interpretação e Educação Ambiental do Geopark Araripe. As crianças participaram de uma trilha ecológica guiada e conheceram um pouco da fauna, flora e bens históricos da unidade de conservação localizada no município de Crato, na Região do Cariri. Durante o passeio, foram transmitidos importantes conhecimentos de educação ambiental para que os pequenos se tornem verdadeiros defensores do meio ambiente desde cedo (SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, 2018, não paginado).

**Figura 26** - Colônia de férias em comemoração aos 10 anos da criação do Parque Estadual Sítio Fundão



Fonte: Secretaria Estadual do Meio Ambiente (2018).

Nessa trilha foi preparado instalações diferenciadas como por exemplo paletes de madeira, uma réplica do Rio Batateiras, percurso com cordas para cegos e plaquinhas do *Ecomapss* em braile. Dessa forma, notou-se a preocupação em trabalhar a inclusão dessas pessoas em ambientes naturais.



**Figura 27** - Colônia de férias em comemoração aos 10 anos da criação do Parque Estadual Sítio Fundão



Fonte: Secretaria Estadual do Meio Ambiente (2018).

O espaço do Sítio Fundão ainda é utilizado para aulas de campo, especialmente aquelas cujos objetivos exploram os temas ambientais. Conforme o documento que institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências, em seu primeiro capítulo ‘Da Educação Ambiental’, o poder público em geral e a sociedade como um todo têm a responsabilidade de promover a Educação Ambiental (BRASIL, 1999, não paginado), permeando suas ações, seus projetos e a Educação Ambiental dentro de um enfoque holístico, por meio de uma prática democrática, participativa e inclusiva, abordando a concepção de meio ambiente em sua totalidade, ressaltando a interdependência entre o meio natural e os processos socioeconômicos, políticos e culturais (BRASIL, 1999, não paginado).

As imagens que seguem ilustram muito bem como o espaço do Geossítio Fundão tem procurado atuar através de seus programas junto à Educação Ambiental.

**Figura 28** - Aula de campo realizada com alunos do 6º Ano do Ensino Fundamental do Colégio Tia Joana no Parque do Sítio Fundão



Fonte: arquivo pessoal(2018).

**Figura 29** - Aula de campo realizada com alunos do 6º Ano do Ensino Fundamental do Colégio Tia Joana no Parque do Sítio Fundão



Fonte: arquivo pessoal(2018).

A este ambiente natural, também se integram grandiosos projetos que são desenvolvidos dentro do Parque, a exemplo de trilhas realizadas por pessoas da terceira idade, como mostra a Figura 30.

**Figura 30** - Visita guiada a Unidade de Conservação do Parque Estadual do Sítio Fundão



Fonte: arquivo pessoal(2018).

**Figura 31** - Expedição Científica no Parque Estadual do Sítio Fundão



Fonte: Secretaria Estadual do Meio Ambiente (2018).

Essa atividade, a II Expedição Científica no Pares Sítio Fundão, ocorreu na própria Unidade de Conservação (UC), Parque Estadual Sítio Fundão. Na ocasião, alunos do Curso de Ciências Biológicas da URCA e membros do ICMBio participaram

da ação no Centro de Visitantes Jeferson da Franca Alencar. A ação contou com a orientação da bióloga Lucineide dos Santos Lima e de uma mestranda do Curso de Mestrado em Bioprospecção Molecular, na linha de pesquisa em Biodiversidade, que realizaram uma apresentação de uma espécie de caranguejo *Kingsleya attenboroughi*, onde os alunos envolvidos nessa expedição tinham como objetivo identificar áreas de ocorrência dessa espécie dentro do Parque, visto se tratar de uma espécie rara e ameaçada de extinção e por ser importante estabelecer o papel do animal dentro do ecossistema, conforme disseram as pesquisadoras que orientaram os participantes a entrarem no Rio Batateiras em busca de exemplares dessa espécie de caranguejo *Kingsleya attenboroughi*.

**Figura 32** - I Gincana Corrida de Orientação realizada no Parque Estadual do Sítio Fundão



Fonte: Secretaria Estadual do Meio Ambiente (2018).

**Figura 33** - I Gincana Corrida de Orientação realizada no Parque Estadual do Sítio Fundão



Fonte: Secretaria Estadual do Meio Ambiente (2018).

**Figura 34** - I Gincana Corrida de Orientação realizada no Parque Estadual do Sítio Fundão



Fonte: Secretaria Estadual do Meio Ambiente (2018).

Essa ação contou com a participação de 60 alunos do IFCE - Campus Crato, sob a supervisão do professor Luciano Carvalho, da disciplina Esportes de Natureza. Dividiram-se em grupos de três componentes, totalizando, assim, uma bateria de 20 grupos. Todas as equipes receberam um mapa e um cartão de corrida, além de instruções sobre os PC's (Posto de Controle) e os pontos de apoio.

Foram premiadas as três equipes que conseguiram percorrer os 15 PC's e responderam corretamente, em menor tempo, os enigmas neles distribuídos. O Batalhão da Polícia Militar Ambiental (BPMA) fez a segurança dos participantes durante toda a atividade. Quanto à finalidade da ação:

I Gincana Corrida de Orientação surgiu da vontade de valorizar e mostrar que o potencial do Parque é bastante diversificado, e que, é sim possível, a prática de atividades distintas em ambientes naturais sem impactar o meio e proporcionando, além de diversão, uma melhor qualidade de vida. O evento foi a VI grande ação em comemoração aos 10 anos de criação do Parque Estadual Sítio Fundão (SECRETÁRIA DO MEIO AMBIENTE, 2018, não paginado).

**Figura 35** - Projeto Trilha dos Sentidos: acessibilidade e interação realizado no Parque Estadual do Sítio Fundão



Fonte: Secretaria Estadual do Meio Ambiente (2018).

Esse projeto a “Trilha dos Sentidos: acessibilidade e interação” foi apresentado inicialmente aos alunos de escolas públicas do entorno do Sítio Fundão, onde os mesmos puderam conhecer também a trilha que permite a inclusão social de pessoas com deficiência física, visual, auditiva e mobilidade reduzida.

Na ocasião, o assessor técnico da SEMA, Jorge Macedo informava aos alunos da necessidade de adaptação do Pares Sítio Fundão a todo o público. Dizia ele aos estudantes: “Como recebemos uma diversidade de visitantes, dentre eles, estão pessoas com algumas limitações ou necessidades especiais como cadeirantes, criamos a trilha dos sentidos, que é adaptada a esse público” (RODRIGUES, 2018, não paginado). Além disso:

[A] Trilha dos Sentidos, [havia sido pensada] [...] para os visitantes com deficiências físicas e mobilidade reduzida, um caminho com passagem ampla e inclinação do solo que permita a caminhada, inclusive com cadeira de rodas. Além disso, foi construída uma réplica do Rio Batateiras, que corta a unidade de conservação, e desenvolvido uma função de acessibilidade dentro do aplicativo Ecomapss, que informa sobre a flora do Parque. Agora, deficientes visuais podem escanear os QR's codes distribuídos ao longo do parque e gerar informações em áudio sobre a flora do local. Junto disso, foram anexados às placas onde estão impressos os QR codes para leitura no aplicativo, informações em braille para leitura tátil (PARQUE..., 2018, não paginado, não publicado)<sup>115</sup>.

Esse projeto foi agraciado com a doação de uma cadeira de rodas, cadeira de número 0016, Cadeira Julietti da ONG Montanha para Todos, basicamente com apenas uma roda, alças frontais e traseiras que permitem e pedem a ajuda de dois “amigos” para locomoção.

Os idealizadores dessa ONG, Montanha para Todos, Guilherme Simões Cordeiro e Juliana Tozzi, em visita ao Sítio Fundão deixaram um exemplar da cadeira Julietti que permite pessoas com mobilidade reduzida e deficiências físicas e/ou motoras percorrer trilhas.

---

<sup>115</sup> Parque Estadual Sítio Fundão inaugura trilha visando à inclusão social. Crato, 2018. Não publicado.

**Figura 36** - Projeto Trilha dos Sentidos: acessibilidade e interação realizado no Parque Estadual do Sítio Fundão



Fonte: Secretaria Estadual do Meio Ambiente (2018).

**Figura 37** - Projeto ECOMAPSS realizado no Parque Estadual do Sítio Fundão



Fonte: Secretaria Estadual do Meio Ambiente (2018).

Esse aplicativo Ecomaps, disponível para download gratuito em aparelhos que operam com o sistema operacional Android, foi desenvolvido por alunos e professores do IFCE para mapeamento das áreas da Unidade de Conservação Parque Estadual Sítio



Fundão. Lançado em janeiro de 2018, essa ferramenta permite obter informações sobre a flora do Parque através da leitura de QR codes impressas em placas distribuídas pela Unidade de Conservação. Feitas em Pedra Cariri<sup>116</sup>, são impressos QR Codes que podem ser escaneados com a câmera do celular, dando acesso a informações sobre as espécies, como nome, história e origem.

Entre as dez ações previstas para se comemorar os dez anos do Parque Estadual Sítio Fundão estava o “I Seminário Científico do Parque Estadual Sítio Fundão: Conheça a fundo o que é seu”, com palestras e apresentação de trabalhos científicos com temas sobre a conscientização e preservação do meio ambiente, além de homenagens.

---

<sup>116</sup> “Calcário disposto em finas camadas de sedimentos pertencentes ao membro Crato (Formação Santana), depositado há aproximadamente 112 milhões de anos (Período Cretáceo)”. Encontrada em grande quantidade, nela são preservadas fósseis de crustáceos, insetos, aracnídeo, caranguejos e escorpiões”. Disponível em: <http://mail-attachment.googleusercontent.com.att>. Acesso em: 5 nov. 2019.

### **3 PATRINÔNIO NATURAL E OS USOS SOCIAIS NO GEOSÍTIO BATATEIRA: UMA INTERPRETAÇÃO DA NATUREZA, DA PAISAGEM E DO ESPAÇO**

#### **3.1 PONTOS DE (RE)VISÃO SOBRE PATRIMÔNIO NATURAL**

O Processo de Tombamento do Sítio Fundão e, conseqüentemente a transformação desse lugar em Unidade de Conservação, podem ser lidos como produtos de políticas públicas, voltadas principalmente para o âmbito da cultura e da preservação do patrimônio existente naquele espaço. Felipe Vieira de Oliveira, no artigo intitulado ‘Usos sociais do patrimônio cultural (natural) e participação democrática em áreas protegidas’, afirma:

A criação de uma área protegida, que em nosso entendimento se assemelha a instituição de um patrimônio pressupõe a possibilidade de perda de um bem considerado importante para a sociedade ou para determinados grupos sociais onde se adverte uma percepção de risco, seja na dimensão cultural ou ambiental e que se tem a premissa da necessidade de elaboração de políticas públicas para a efetividade da salvaguarda do patrimônio, representado tanto por espaços protegidos quanto pelo patrimônio cultural referente à interação do homem com a natureza. (OLIVEIRA, 2017, p. 98)

Durante a Convenção para o Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da UNESCO, órgão executivo da Organização das Nações Unidas (ONU) para a Educação, Ciência e Cultura (ONU) que aconteceu na cidade de Paris em 16/11/1972, a preocupação dessa agência, naquele momento, foi celebrada no âmbito da cultura. Foi nessa Convenção de 1972, que o termo Patrimônio passou a circular intensamente, sendo, também, o momento em que coube à UNESCO a responsabilidade e a observância dessa agência a vir adotar novas estratégias de preservação dos patrimônios culturais e naturais da humanidade. Isto porque, ao mesmo tempo em que, as nações presentes no referido Encontro Internacional, em sua maioria representada por países europeus, cogitavam um possível desaparecimento dos seus patrimônios culturais e naturais, em consequência do cenário de guerras em que estiveram envolvidas, essas nações adotaram medidas de uso e salvaguarda de seus bens, de modo que, ao fazer isto, também assumiram o compromisso de zelar e preservar o patrimônio mundial junto à comunidade internacional.

Ainda nessa mesma Convenção, passou-se a discutir intensamente a “patrimonialização da natureza”. Ocasão, também, em que a natureza passou a ser enquadrada na perspectiva de monumento histórico. Resultado dos debates que envolveram os conceitos de monumento histórico material ou natural, ou antes, como estes deveriam, a partir de então, ler e interpretar um tipo de monumento histórico, cujas medidas políticas culturais de patrimônio, viabilizadas por cada país ali representado, deveriam ser orientadas e respaldadas pelo viés cultural.

Assim, este conceito, monumento histórico, passou a ser lido sobre uma nova nomenclatura, ou seja, a de Patrimônio Histórico. Ficando decidido, também, na Convenção Internacional da UNESCO de 1972 que, todo o patrimônio correspondente aos interesses da humanidade passaria a ser orientado por duas categorias: o Patrimônio Cultural e o Patrimônio Natural. Preceituado dessa forma, e assim classificado, estas duas categorias de patrimônio passariam, conforme as orientações da UNESCO, ‘a revelar todo o valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência que estivessem diretamente relacionados com estes tipos de classificações de patrimônio’. Foi definindo, ainda, que sobre Patrimônio Natural se entenderia:

[...] os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por conjuntos de formações de valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico; - as formações geológicas e fisiográficas, e as zonas estritamente delimitadas que constituam *habitat* de espécies animais e vegetais ameaçadas de valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico; - os sítios naturais ou as áreas naturais estritamente delimitadas detentoras de valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, da conservação ou da beleza natural (UNESCO, 1972, p. 3).

Essa definição, por sinal, culminou em críticas dirigidas a UNESCO, haja vista estas duas categorias de patrimônio terem sido acomodadas por aquela agência, dentro de uma perspectiva eurocêntrica, ou seja, pautada numa visão romântica, idílica e principalmente, universalista de perceber a natureza. Tal característica maior seria a manutenção e a “garantia de um espaço intocado e, principalmente, livre da ação humana”.

Ainda no tocante às decisões que foram tomadas durante a realização da Convenção de 1972, consta, também, o fato de esta vir a considerar a estreita relação da natureza enquanto monumento histórico. Noção que, por sinal, já havia sido ampliada com a Carta de Veneza, de 1964, em relação ao que havia sido determinado com a

primeira Carta de Atenas, em 1931<sup>117</sup>, como assinalou Hartog (2013, p. 235) ao citar, em seu texto, a Carta de Atenas, afirmando ele que essa “[...] centrava-se apenas nos grandes monumentos e ignorava o resto”. Ao passo que trinta anos mais tarde, a Carta de Veneza ampliava consideravelmente os objetivos, já que pretendia levar em conta a “Conservação e Restauração dos Monumentos e dos Sítios”, onde foi estabelecido no seu artigo 1º, “uma definição mais extensa sobre a noção de monumento histórico”, afirmando ainda, que:

A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetural isolada tanto quanto o sítio urbano ou rural que testemunha uma civilização particular, uma revolução ou um evento histórico. Ela se estende não somente às grandes criações, mas também às obras modestas que adquiriram com o tempo uma significação cultural (HARTOG, 2013, p. 235).

Concatenado as questões discutidas durante a Convenção de 1972, especialmente, relacionadas ao debate que circulou em torno da patrimonialização da natureza, Hartog (2013, p. 196) destacou em seu texto que “Na tradição europeia, o patrimônio é um misto e um produto de uma longa história”. E, por isso mesmo, deve-se levar em consideração que:

Essa evidência, recentemente assumida e muito concreta, do patrimônio não poderia todos os tempos ocultar, no entanto, que a noção tem uma história: ela não ocorreu em todos os lugares, nem em todos os tempos, nem da mesma maneira. Assim sendo, que destino teve essa noção fora da Europa e, mais recentemente, nos países colonizados? Situando-se numa perspectiva comparatista, tal investigação deveria se dedicar a determinar as condições de sua emergência, antes de seguir os caminhos de sua difusão e as modalidades de sua recepção (HARTOG, 2013, p. 196).

Outras medidas também foram somadas aos resultados dessa Convenção para o Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da UNESCO. Foi o caso do movimento de salvaguarda de todo o patrimônio mundial que, aos poucos, foi sendo consolidado, de maneira que isto permitiu como assinalou Hartog (2013, p. 235) surgir “[...] uma série de cartas internacionais, para aprovar, coordenar e dar forma a esse movimento”. E, ainda, conforme o autor, fazer com que “Os patrimônios multiplicassem envolvendo o repertório em torno do tema Patrimônio”, fazendo avançar, inclusive, as reflexões sobre

<sup>117</sup> “Esta carta foi apresentada pela Sociedade das Nações e formalizada pelo Escritório Internacional de Museus. Essa Carta trata do restauro estilístico dos monumentos e, sob o ponto de vista paisagístico, refere muito claramente a necessidade de proteção das áreas envolventes dos monumentos históricos” (MONGELLI, 2011, p. 64).

Patrimônio Natural, que numa primeira interpretação é associado à noção de monumento natural, associado, também e até principalmente, a algo grandioso, monumental, de beleza indelével, e, essencialmente, distante da ação do homem, conforme havia sido pensado no Encontro de 1972. Ou seja, a partir do momento em que ficou decidido na Convenção Internacional de 1972, “[...] pensar a natureza apartada do homem, isto significou, sobretudo, ignorar o fato de que o próprio homem é parte integrante da natureza”. Como nos permite concluir esta citação:

[...] aplicar a categoria de patrimônio à natureza, representou de início “forçá-la: com efeito, por designar” o arquétipo do bem apropriado [...], o patrimônio se opõe semanticamente ao natural, ao selvagem, ao inapropriado. Os seres da natureza formam a classe de objetos mais distante das características esperadas para entrar na lógica patrimonial (HARTOG, 2013, p. 196).

Outro estudioso, Danilo Celso Pereira, no seu artigo intitulado: Patrimônio Natural: atualizando o debate sobre identificação e reconhecimento no âmbito do IPHAN, traz a seguinte observação:

[...] o patrimônio natural passa a ser interpretado como um testemunho dos processos naturais e das relações criadas entre os seus elementos, que, além de fazer parte da memória humana, já que assume um significado e sentido para diferentes grupos sociais, tornando-se uma referência histórica, é introduzido na memória social (PEREIRA, 2018, p. 42).

Esse assunto também foi discutido por Cezar Karpinski, no texto: ‘Informação, Memória e Patrimônio Natural’, onde esse autor procura analisar em que medida as discussões sobre Patrimônio histórico e cultural influenciam/ram os estudos sobre o patrimônio natural. Essas reflexões permitem esse pesquisador afirmar que “A História, por sua vez, tem mostrado a historicidade das relações humanas com a natureza, privilegiando o papel da cultura na construção das representações sociais sobre o mundo natural” (KARPINSKI, 2017, p. 5). Esta reflexão lhe permitiu não somente apontar, como ainda reconhecer, dois pontos críticos ao entendimento que tivera a UNESCO sobre Patrimônio Histórico e Patrimônio Natural durante a Convenção de 1972. Isso porque para ele:

Do ponto de vista teórico, essa separação entre “Cultura” e “Natureza” é problemática, pois demonstra que a UNESCO estava apoiada numa perspectiva moderna que tem pelo menos dois pontos críticos. O primeiro é a utilização do ideário racionalista europeu, pelo qual o “Homem” é apartado da “Natureza” por ser o sujeito da “Razão” e, por isso, com a permissão de dominar e transformar o mundo natural – inclusive em patrimônio. Nesta perspectiva, pode-se dizer que, para ser considerado patrimônio natural, importa que o espaço tenha as características de “intocado”, “virgem” e que represente a romântica ideia de uma natureza idílica e edênica. Um local livre da presença humana e que represente a memória de um passado natural perdido. Dessa forma, a preservação destes espaços, a partir das políticas de patrimônio, poderia garantir a característica de “intocável” e minimizar os efeitos que a sociedade moderna causou – e ainda causa – ao mundo natural. Já o segundo ponto crítico é o de considerar uma essência à natureza que, por si mesma, construiria lugares de “valor universal excepcional” na estética, na fauna, na flora, etc. Esta concepção desconsidera que a própria noção de natureza é cultural e, portanto, histórica e determinada pelo conhecimento e pelos modos de fazer (arte, leis, crenças, moral, costumes), sentir e imaginar dos seres humanos. Desde o Século XX, com destaque para suas últimas décadas, os estudos de algumas áreas das Ciências Humanas e Sociais têm evidenciado como o aspecto cultural, em tempos diversos, definiu as mudanças ou continuidades na relação do homem com a natureza (KARPINSKI, 2016, p. 4).

À esta assertiva de Cezar Karpinski, ou seja, de que não se pode pensar o homem e natureza em separado, isso ilustra bem a noção de Cultura, tal como pensou Eagleton (2011, p. 9-10) quando procurou definir em sua obra, ‘A ideia de Cultura’, tendo este autor buscando, principalmente, “superar as definições antropológica e estética do conceito de cultura”. Mostrando no seu texto que:

“Cultura” é considerada uma das duas ou três palavras mais complexas de nossa língua, e ao termo que é por vezes considerada seu oposto – “natureza” – é comumente conferida a honra de ser o mais complexo de todos. No entanto, embora esteja atualmente em moda considerar a natureza como o um derivado da cultura, o conceito de cultura, etimologicamente falando, é um conceito derivado de cultura [...] A raiz da latina da palavra “cultura” é colere, o que pode significar qualquer coisa, desde cultivar e habitar a adorar e proteger [...] (EAGLETON, 2011, p. 9).

Esta dicotomia entre natureza e cultura pode ser lida também na análise que Karpinski (2016) realizou. Para ele, o debate envolvendo estes dois termos teria ganhado fôlego com a Antropologia, principalmente, quando “[...] esta disciplina optou pelo social como seu campo de estudo. [...] E, de forma mais considerável, quando “os antropólogos modernos consolidaram o fator cultural como o determinante na constituição humana e social” (p. 4-5), afirmou o referido pesquisador.

Por outro lado, Karpinski (2016, p. 5) ainda chama a atenção, dizendo que:

[...] a posição atual da Antropologia tende a não sobrepor mais o conceito de cultura sobre o de natureza. Essa é a proposta de Latour (1994) e Descola (2015) que demonstraram os limites dos dois conceitos e os problemas sociais advindos da construção desta dicotomia. Nesta mesma perspectiva, a obra organizada por Ingold & Pálsson (2013) propõe uma Antropologia cuja dicotomia criticada há décadas seja superada e construa seus conhecimentos para além dos conceitos de cultura e natureza.

A dicotomia envolvendo os termos Natureza e Cultura, como explica Karpinski (2016), por muito tempo fomentou os debates entre os Antropólogos, havendo sido impactada pelos questionamentos apresentados pela Arqueologia, uma vez que esta ciência teria apresentado a “Paisagem”, como um ponto de intersecção entre os dois conceitos tratados de forma dicotômica” (p. 5). Posicionamento este, que leva esse pesquisador a afirmar que:

Não é possível determinar neste ritual a dicotomia cultura/natureza que tem materializado o espaço natural por meio de parques, reservas e paisagens apartadas do ser humano. Este pode ser o início de uma nova forma de interpretação e representação do espaço em que fazem parte, no mesmo grau de importância, todos os seres vivos e recursos disponíveis no planeta. Formas de conhecimento e uso da natureza e do universo, distintos do modelo ocidental, tomam-se patrimônio imaterial, sem distinção se cultural ou natural, e isto pode levar a uma mudança de compreensão da própria noção de patrimônio (KARPINSKI, 2016, p. 10-11).

Analisando ainda esta relação natureza e cultura, Cezar Karpinski reporta-se ao pensamento de Schama (1996) quando esse autor procura mostrar o quão cultural é a definição de Natureza, pois ela “não demarca a si mesma, não se nomeia” e não “venera a si mesma”. “É claro que a Natureza não faz isso. Nós fazemos”, afirma ele. Ou seja, de acordo com esse autor “[...] se a cultura é o que determina a ideia de natureza, é também cultural o sentimento humano ligado às paisagens” (SHAMA, 1996, p. 17-18). Nesse sentido, essa noção de natureza se perpetua através da constituição de paisagens que se renovam constantemente pela memória. Isto porque, diz ele: “Antes de ser um repouso para os sentidos, a paisagem é obra da mente. Compõe-se tanto de camadas de lembranças, quanto de estratos de rocha” (SCHAMA, 1945 *apud* KARPINSKI, 2016, p. 5).

Ao procurar mostrar “[...] a historicidade das relações humanas com a natureza, privilegiando o papel da cultura na construção das representações sociais sobre o mundo natural” (KARPINSKI, 2018, p. 315) e, ainda, tratando com o conceito de Patrimônio

Natural, esse pesquisador se amparou nas premissas conceituais que orientam a História Ambiental, especialmente, nas possibilidades que essa metodologia permite.

O conjunto dessas reflexões, ainda se fortalece com a análise de Freitag (2010, p. 64) quando esse autor afirmou que “[...] uma condição identitária só é construída em um processo longo, onde as construções discursivas exercem um papel fundamental para a fabricação de identidades”. Isso implica lembrar a importância que é conferida, neste estudo, sobretudo, às narrativas e as representações sociais que se desenrolam a partir do tripé: o homem, a natureza e a sociedade, no espaço estudado, Geossítio Batateira, lugar onde se localizam alguns desses elementos que constituem o Patrimônio Histórico e o Patrimônio Natural identificado.

Reforçando que foi na Constituição Federal de 1988 que se qualificou no seu Artigo 216 do Texto Constitucional, o que seria reconhecido como patrimônio cultural. Ficando dito que constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, “[...] portadores de referências à identidade, à ação, à memória dos grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais” (BRASIL, 2017, p. 126) se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 2017, 126).

Assim, nessa última Carta Constitucional o Patrimônio Natural aparece como “sítios de valor paisagístico, paleontológico e ecológico”, indicando, de um lado, a valorização de aspectos estéticos e científicos, herança da noção de monumento natural do Decreto-lei e de patrimônio natural da UNESCO. Muito embora:

Em 2000, quando se promulgou a Lei nº 9.985, que regulamentou o artigo 225 da Constituição Federal e instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), o patrimônio natural não foi reconhecido no âmbito da legislação ambiental como um tipo de unidade de conservação. A confusão acerca das competências quanto ao patrimônio natural no Brasil, em grande parte, se deve ao fato de o governo brasileiro ter definido como interlocutor da Unesco para o tema do patrimônio natural no âmbito da Convenção do Patrimônio Mundial o Ministério do Meio Ambiente (MMA), contudo, essa questão precisa ser entendida no âmbito das condições para o reconhecimento dos bens, que demanda uma declaração de integridade. Desse modo, um



patrimônio natural guardaria condições de integridade se houvesse a preservação não somente do atributo em si, mas de todas as condições para a sua formação (PEREIRA, 2018, p. 41).

Ao tempo em que a Constituição de 1988 ampliou consideravelmente a noção de patrimônio, viabilizando e efetivando medidas políticas voltadas para a preservação e manutenção do patrimônio, ela também “[...] inova ao incorporar novos aspectos até então não invocados, como a possibilidade de a natureza ser reconhecida como bem portador de referências à identidade, à ação e à memória dos grupos formadores da sociedade brasileira” (KARPINSKI, 2016, p. 9-13). Isso possibilitou, de certo modo, ressignificar a compreensão que se tinha sobre Patrimônio Natural no Brasil, ou seja, conforme Karpinski o Texto Constitucional de 1988 permitiu ao pesquisador nas suas análises que envolvem homem, natureza em interface com o patrimônio “[...] enveredar pelo campo da memória, dos sentimentos, dos mitos, dos rituais que presentificam valores ancestrais ainda desconhecidos” (KARPINSKI, 2018, p. 317).

Em vista disso, deve considerar a enorme importância que teve o Sítio Fundão, atualmente, Parque Estadual Sítio Fundão, no contexto de reconhecimento do Território Geopark Araripe junto à UNESCO, em 2006. Afinal, foi nas margens do Rio Batateiras, numa de suas partes que cortam o Sítio Fundão, onde se fez alguns dos primeiros achados que ajudaram na elaboração do Projeto Geopark Araripe, à exemplo dos registros de:

[...] intercalação de arenitos com rocha argilosa de cor escura, folhelho, ambos da formação do Rio Batateiras. Sequência de rochas sedimentares que registram o momento em que a região era caracterizada por ambiente fluvial/lacustre, onde os rios corriam formando eventuais ocorrências de planícies de inundação (níveis argilosos) sob um clima quente e semiárido há aproximadamente 115 milhões de anos (período cretáceo). Nesta formação destacam-se os fósseis de conchas de microcrustáceos (ostracodes), fragmentos de vegetais e pequenos peixes (CEARÁ, 2012, p. 107).

Contrariando, em parte, o que foi pensado sobre patrimônio natural durante a Convenção da UNESCO de 1972, destaca-se o estudo da Geógrafa Scifoni (2008, p. 14) no qual, ao refletir sobre essa mesma questão, argumentou que “[...] devemos compreender a natureza como parte da vida humana, uma natureza social”. Portanto, envolvendo um amplo uso e apropriação social: “Um patrimônio natural que, antes de tudo, faz parte da vida humana e não que a ela se opõe” (SCIFONI, 2006, p. 58). Ou, seja para essa pesquisadora:

O patrimônio natural não representa apenas os testemunhos de uma vegetação nativa, intocada, ou ecossistemas pouco transformados pela sociedade. Na medida em que faz parte da memória social, ele incorpora, sobretudo, paisagens que são objeto de uma ação cultural pela qual a vida humana se produz e reproduz (SCIFONI, 2008, p. 16).

A partir deste entendimento observa-se a experiência do Parque Estadual Sítio Fundão, enquadrado na categoria de Unidade de Conservação e, portanto, protegido de acordo com a legislação brasileira (questão que tratarei de discutir, com certa acuidade, no item seguinte desta redação). E, principalmente, ao perceber que as ações desenvolvidas nesse lugar estão voltadas para que a relação entre homem e natureza se estreite cada vez mais<sup>118</sup>. Relação esta que implica diretamente na relação e no tratamento que é dispensado ao patrimônio natural e histórico identificados naquele lugar, resultando, por fim, numa relação de preservação e sustentabilidade dos mesmos.

Assumindo que o patrimônio natural é considerado uma área especialmente protegida, “[...] porém, não tem o status de uma unidade de conservação [...] um instrumento de proteção ambiental *sui generis*, gestado no âmbito das políticas culturais e fora da esfera do controle ambiental” (SCIFONI, 2008, p. 9).

Em conformidade com o pensamento dessa autora, entende-se que o Tombamento do Sítio Fundão pelo Governo do Estado do Ceará e a transformação desse espaço numa Unidade de Conservação, constituiu-se como uma forma de manter a integridade e preservação do patrimônio natural e histórico identificado naquele espaço. Evidentemente, que se deve levar em consideração que o Tombamento do Sítio Fundão e, conseqüentemente, a transformação desse em Unidade de Conservação foi sem dúvida resultado do esforço e do engajamento de vários segmentos sociais, políticos e, mesmo de natureza afetiva, reunidos num mesmo movimento em defesa da preservação e conservação do patrimônio existente naquele lugar, Sítio Fundão. Essa afirmação, de certa maneira, permite entrar de acordo com a análise de Meneses (2012) ao considerar o novo posicionamento do Estado através do Texto Constitucional de 1988 em relação aos bens tombados onde, segundo ele, “[...] a nova Constituição Federal reconheceu aquilo que é posição corrente, há muito tempo, nas ciências sociais:

---

<sup>118</sup> Para este momento, cabe lembrar as atividades relacionadas a EA, também, apresentadas no Plano de Manejo do PESF, 2019, p. 113-118.

os valores culturais (os valores, em geral) não são criados pelo poder público, mas pela sociedade. O patrimônio é, antes de mais nada, um fato social” (MENESES, 2012, p. 33).

### **3.1.1 Tombamento do Sítio Fundão - Um instrumento à serviço da preservação do patrimônio natural e histórico e na produção espacial do Geossítio Batateira**

Ilma. Sr<sup>a</sup> Olga Gomes de Paiva

Dirigimo-nos a Vossa Senhoria para expor o que se segue:

Considerando que vivemos em um município caririense, cuja base econômica é a agropecuária extensiva associada ao comércio citadino, e movidos pela necessidade de melhoria das condições de vida em nossa região, vimos por meio desta, solicitar o tombamento da Mata do Fundão, situada a 4km do centro da cidade do Crato.

Para efetivarmos tal pedido, tomamos como base a Constituição Federal promulgada em 1988, que em seu Art. 23 afirma ser competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais e os sítios arqueológicos;

IV - Impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;

V - Proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;

Como se isso não bastasse, tomamos como base ainda o Decreto - Lei Nº 25/37, sancionado por Vargas, que em Art. 4º instituiu o Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; o Livro de Tombo Histórico; o Livro de Tombo Das Belas Artes e o Livro de Tombo das Artes Aplicadas.

Em decorrência da diversidade natural, da importância dos monumentos citados em anexo, e da harmonia verificada entre cultura e natureza, a Mata do Fundão possui valor paisagístico e histórico. Contudo, a partir desses adicionaremos ainda os valores: arquitetônico, estético, científico e turístico.

Uma vez protegida pelo IPHAN, essa exuberante área verde contribuirá para melhoria da qualidade de vida de toda uma coletividade e fomentará estudos sobre possíveis alternativas ao atual modelo de desenvolvimento. Já que suas trilhas atrairão populares e pesquisadores com interesse na beleza ou compreensão de sua fauna e flora. Assim sendo, acreditamos que sua relevância seja de âmbito estadual.

Sem mais para o momento, aguardamos providências e aproveitamos para estender nossos votos de estima e consideração.

Crato-Ceará, 28 de dezembro de 2005.

Eldinho Pereira Silva

Miralva Ferreira Guedes Pereira

(Pedido de Tombamento da Mata do Fundão ao IPHAN)<sup>119</sup>.

O texto acima é parte constituinte de uma das peças que instruiu o Processo de Tombamento do Sítio Fundão. Conforme se comprova, os argumentos que estruturam a

<sup>119</sup> Trecho de documento não publicado: Processo de Tombamento do Sítio Fundão. Fl. 06

redação desse documento são fundamentados em três eixos principais: O que foi determinado pela Constituição de 1988, sobre patrimônio; Os livros de Tombos, instituídos com a Constituição de 1937 e a importância de se preservar os tipos de patrimônios existentes naquele lugar, já que os mesmos apresentam enorme valor natural, histórico e cultural para a cultura e para ciência.

Chama, ainda, a atenção os argumentos apresentados pelos solicitantes, especialmente, porque entram em acordo com a análise que Simone Scifoni (2008) realizou acerca dos primeiros registros de tombamento, onde essa pesquisadora procura mostrar como natureza e história aparecem indissociáveis nos primeiros registros de tombamento, isto porque, conforme ela mesma explica em seu texto, para a efetivação dos primeiros registros de tombamentos no Brasil, teria sido levada em consideração a valorização e o predomínio do cênico-paisagístico, seguido pelo valor histórico. Obedecendo, portanto, as determinações do Decreto-lei nº 25 de 1937, que elevou os monumentos naturais à categoria de patrimônio histórico e artístico nacional. Muito embora:

[...] o patrimônio edificado e arquitetônico, tenha se sobressaído no Texto Constitucional, passando a ser chamado de patrimônio “pedra e cal”, estando à frente o SPHAN, órgão criado nesse momento, cuja prática objetivava passar a ideia de uma memória mítica, de um passado homogêneo e uma História sem conflitos e contradições sociais”, esse órgão tinha ainda a missão de “Construir um passado unívoco, forjar uma memória nacional única para o país, excluindo as diferenças e a riqueza de nossa pluralidade cultural, evidenciada através de outras matrizes étnicas que contribuíram na formação do nacional” (ORÍ, 2013, p. 32).

Assim, dispunha o Decreto-Lei nº 25:

Artigo 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da História do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico [...].

§ 2º Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana (BRASIL, 1937, não paginado).

“O termo Patrimônio Natural, nascia no Brasil atrelado à ideia de monumentos históricos, artísticos e naturais” (SCIFONI, 2008, p. 57). Tendo sido, ainda, nessa

Constituição de 1937, no seu Art. 134 que se deu considerável importância à cultura, e onde se observou, primeiramente, o termo monumento natural. Tendo sido também, nesta mesma Carta Magna de 1937, onde ficou definido que a partir de então, era dever do Estado manter a preservação dos bens “[...] históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou locais particulares dotados pela natureza”, e que “[...] os atentados contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional” (BRASIL, 1937, não paginado).

No caso do Parque Estadual Sítio Fundão, devemos considerar que a preocupação com o Patrimônio Natural e Histórico encontrado naquele lugar surge, também, como resultado e desdobramento da apropriação social que se fez desses bens patrimoniais, envolvendo o homem e natureza naquele espaço, também, formador do Território Geopark Araripe, e que compreende, portanto, o Geossítio Batateira. Efetivando-se, em mais uma narrativa social que envolve o discurso de preservação dos patrimônios que lá se encontram. Justificativa que se ampara muito bem, no pensamento de Scifoni (2008, p. 17) quando essa autora escreveu que “outros valores, outras naturezas são identificadas, apropriadas socialmente e vividas, haja vista que a natureza é considerada parte da memória coletiva, das histórias vividas e das práticas socioespaciais”.

Ainda de acordo com essa pesquisadora:

Essa nova concepção manifesta-se, de um lado como influência e contribuição do debate acadêmico que possibilitou a compreensão de um patrimônio natural indissociável da vida humana. Por outro lado, é produto, igualmente, de uma nova demanda social que se criou principalmente a partir das novas condições políticas do país nos anos 1980. A abertura política possibilitou a atuação dos movimentos sociais e, dentre estes, consolidaram-se novas esferas como a luta pelo patrimônio e pelo meio ambiente. Uma evidência desse processo foi a ampliação dos pedidos de tombamento encaminhados pela sociedade civil junto aos diversos órgãos de preservação (SCIFONI, 2006, p.73).

Conforme já foi mostrado neste texto, nos anos de 1970 surgiu um grupo de jovens intelectuais cratenses que iniciou um movimento em defesa do Sítio Fundão. Contudo, foi na década seguinte, nos anos de 1980, devido às dificuldades econômicas, como também, relacionadas à sua saúde, que o senhor Jefferson Alencar<sup>120</sup> passou a

<sup>120</sup> Em Artigo intitulado: Seu Jefresson, O Bastião da Ecologia do Cariri (Folha de PIQUI, MARÇO/ABRIL DE 1984, p. 4), Carlos Rafael Dias, registrou trecho, onde o senhor Jefferson lamentando em não poder continuar administrando o Sítio Fundão, dadas as limitações, físicas e

demonstrar interesse em tornar aquele lugar uma reserva ecológica, de modo que podemos afirmar com base no que foi apurado para este estudo que o Tombamento do Sítio Fundão foi gestado, já nos anos de 1980, graças às primeiras mobilizações de alguns cratenses que se organizaram num movimento em defesa do Sítio Fundão, como, também, pelo desejo do seu antigo proprietário de ver todo aquele patrimônio preservado para as gerações seguintes. Vale observar que essas mobilizações em defesa do patrimônio identificado no PESF foram influenciadas mediante três questões que devem ser consideradas: - o desejo do seu antigo proprietário em tornar aquele lugar num espaço dedicado à pesquisa; - resultado do processo de imaterialidade da identidade do caririense em relação à natureza e o “[...] fervor contemporâneo ao culto da patrimonialização”, que tomava conta do mundo inteiro na época, conforme definiu o francês (JEUDY, 2005 *apud* SCIFONI, 2008, p. 62).

Sobre o contexto dos anos de 1980 que marcou os debates em torno das discussões envolvendo o tombamento de patrimônios, carece destacar que:

[...] esse momento marca a crise da avaliação puramente estética dos bens culturais, em favor de uma abordagem mais ampla. Conforme Scifoni (2008) foi também na década de 1980 que o debate sobre a natureza como patrimônio cultural ganhou espaço dentro do órgão, fomentado tanto pela ampliação da demanda social como por conta de um acontecimento que teve grande repercussão pública, o tombamento da Serra do Mar pelo governo paulista, em 1985, além do debate promovido pela *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* com a publicação de vários artigos sobre a temática nessa década. Foi desse período também a criação da Coordenação de Patrimônio Natural do Iphan (1985), unidade que foi responsável por organizar e sistematizar um conjunto de discussões sobre essa tipologia de bens. Ribeiro (2007) destaca que foram no âmbito dessa coordenação que se elaboraram as primeiras diretrizes para a preservação da natureza do ponto de vista cultural, como as “Diretrizes para a Análise e a Classificação do Patrimônio Natural”. Neste se solicitou que: As mesmas ameaças que afetam o meio ambiente e, conseqüentemente, o patrimônio cultural do país, exigem que o SPHAN /Pró-memória assuma sua parcela de responsabilidade legal sobre o patrimônio natural, que ele, menos por negligência, do que por falta de condições, oportunidade e pressão da sociedade – vem desconsiderando, em privilégio de aspectos artísticos, históricos, arquitetônicos, urbanísticos, arqueológicos e documentais do patrimônio (RIBEIRO, 2007 *apud* PEREIRA, 2018, p. 48-49).

Importa dizer que foi também nesta mesma década, mais precisamente no ano de 1985, que foi constituída pelo Iphan:

---

econômicas. Disse: “Daqui pra frente gostaria de ver o sítio mais conservado ainda, que agora, não vendendo, não deixando que destruam, não fazer corte de madeira, como ainda não fiz; se meus filhos quissem continuariam conservando, mas sei que não farão”.

[...] a primeira coordenação para o tratamento de temas como: patrimônio natural, jardins históricos, patrimônio arqueológico e patrimônio paleontológico. A Coordenação de Patrimônio Natural e Arqueológico funcionou até 1990, quando o Iphan foi extinto e substituído pelo Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural (IBPC). Mesmo com a recriação do Iphan em 1995, o patrimônio natural só voltou a compor a estrutura regimental da instituição entre 2009 e 2013 com a Coordenação-Geral de Patrimônio Natural (CGPN), quando foi novamente extinta na reestruturação do Depam (MONGELLI, 2011, p. 116).

Considerando o contexto apresentado por Mongelli (2011), e em conformidade com Scifoni (2008, p. 21), podemos afirmar que os primeiros movimentos que concorreram para que houvesse o Tombamento do Sítio Fundão, também, foram “[...] produtos de uma nova demanda social que se criou principalmente a partir das novas condições políticas do país nos anos 1980. A abertura política possibilitou a atuação dos movimentos sociais e, dentre estes, consolidaram-se novas esferas como a luta pelo patrimônio e pelo meio ambiente”. De acordo com Scifoni:

Nos anos 1980, a demanda pelo tombamento de áreas naturais mais que duplicou: foram 59 pedidos, crescimento que faz parte de um fenômeno que juntou, de um lado, a ampliação de atuação de entidades ambientalistas, pois, segundo Urban (2001), só nessa década foram criadas cerca de 83 novas organizações; de outro lado, os anos 1980 testemunham um movimento maior, no país e no mundo, de busca de proteção do patrimônio cultural, conforme já apontado. Na década, há uma diversidade de situações encontradas nos pedidos, que vai de árvores isoladas as serras e outras estruturas geológico-geomorfológicas, áreas verdes urbanas, praias, mananciais (SCFONI, 2008, p. 79).

Ou seja, de acordo com Scifoni (2008, p. 27-28), a partir do instante em que “outras naturezas são identificadas, apropriadas socialmente e vividas”, o patrimônio natural é tido como uma conquista da sociedade, que resulta das práticas sociais e da memória coletiva. O que justifica perfeitamente, segundo essa pesquisadora, a ideia de que “[...] A concepção de patrimônio natural baseada nesses princípios coloca em primeiro plano outros valores” (SCIFONI, 2008, p. 27-28), como a experiência individual e coletiva, caracterizando o patrimônio como a representação da diversidade cultural presente em uma nação.

Lembrando que foi somente com a Constituição Federal de 1988, em dois de seus capítulos que se definiu de “[...] forma ampla e pormenorizada, o interesse pelo patrimônio natural e cultural do Brasil” (MONGELLI, 2011, p. 93) especialmente, no

âmbito do direito ao meio ambiente e, de modo particular, em seu artigo 225. Onde é possível ler:

O Capítulo sobre o Meio Ambiente trata da conservação da natureza sob um ponto de vista biológico. A resposta legal e administrativa pelo meio ambiente ecologicamente equilibrado, pela preservação e restauração de processos ecológicos essenciais, pela biodiversidade e pela integridade do patrimônio genético, bem por unidades de conservação como parques nacionais e reservas ecológicas é conferida a órgãos ambientais. O Capítulo da Cultura declara como o patrimônio cultural brasileiro alguns conjuntos urbanos e sítios naturais, sendo a gestão atribuída a órgãos culturais (IPHAN, [20--], p. 2).

Sobre o Patrimônio Natural, considerando as determinações Constitucionais e a identificação dos valores sociais e afetivos:

Portanto, um patrimônio natural que antes de tudo faz parte da vida humana e não se opõe a ela. Neste caso, a sua legitimidade passa pela discussão do valor social e afetivo que determinados grupos lhe conferem. A identificação dos valores do bem a preservar remete, assim, a um outro tipo de abordagem que leva em conta a relação dos grupos com o lugar, as práticas socioespaciais e não simplesmente o discurso técnico advindo da ciência ecológica (SCIFONI, 2008, p. 28).

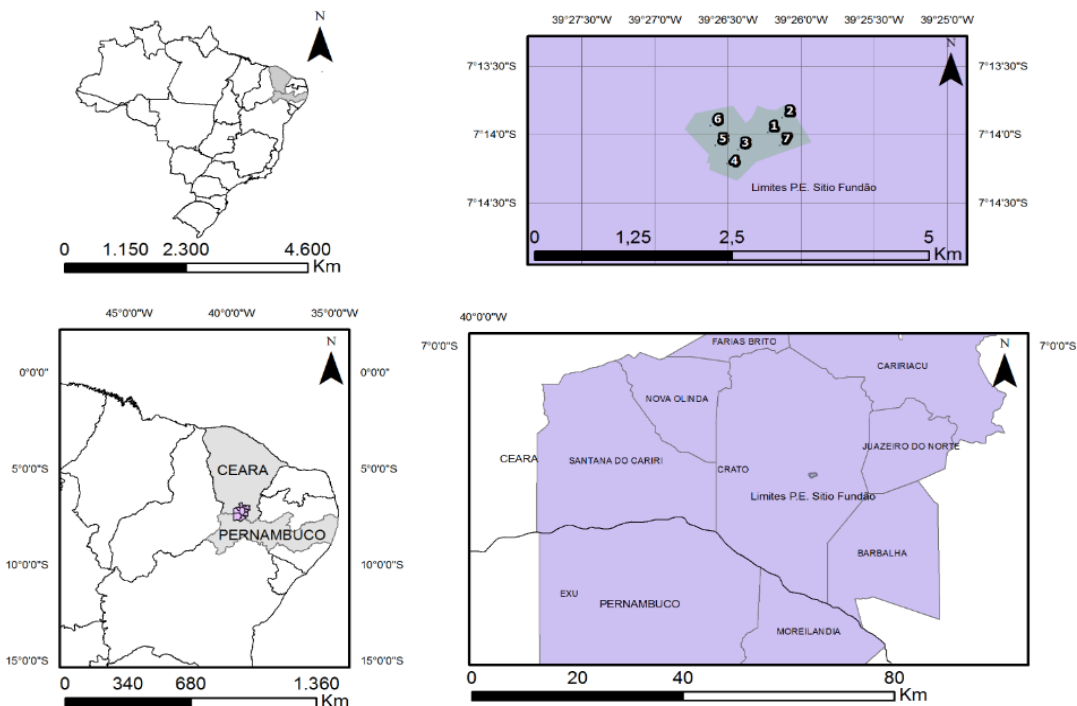
Scifoni (2008) faz referência às áreas naturais legalmente protegidas pela legislação brasileira, à exemplo dos Parques Estaduais e demais áreas de proteção, o que se deveria, segundo essa pesquisadora, se estender aos demais tipos de patrimônio natural, o que não ocorre, unicamente porque não são incluídos no Sistema de Unidades de Conservação (SNUC). Como, ela, Scifoni (2008) explica:

[...] o monumento natural apareceu como o antecessor e fundador da ideia de patrimônio natural, com o advento da convenção ele não caiu no desuso, ao contrário, evoluiu e fortaleceu-se como uma categoria específica de área protegida. Em 1978, a UICN propôs e, em 1994, revisou e atualizou um sistema normativo de áreas protegidas, considerado um parâmetro para essa questão no mundo. Nesse documento o monumento natural recebeu uma conceituação que lhe garantiu um caráter mais circunscrito que o anterior, pois foi definido como uma “área que contém uma ou mais características naturais/culturais específicas de valor relevante ou excepcional por sua raridade implícita, suas qualidades representativas ou estéticas ou sua importância cultural” (SCIFONI, 2008, p. 22-36).



### 3.1.2 PLANO DE MANEJO DO PESF - Uma “nova condição” na defesa do Patrimônio Natural, histórico e Cultural

Figura 38 - Mapa de localização do PESF



Fonte: (CEARÁ, 2019, p. 13).

O Parque Estadual Sítio Fundão (PESF), “[...] está inserido na Unidade Geológica Bacia Sedimentar do Araripe, a mais completa e maior das bacias interiores do nordeste do Brasil” (CEARÁ, 2019, p. 23). Pelo fato de acomodar em seu espaço um dos mais significativos Geossítio, o Geossítio Batateira, o PESF, também faz parte do território do Geopark Araripe, membro do Programa Geoparques Mundiais da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), desde 2006.

Neste texto, o PESF foi criado por meio do Decreto Estadual nº 29.307, de 05 de julho de 2008, incluído na categoria de Unidade de Conservação, (SNUC). Instituído por meio da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, o termo Unidade de Conservação (UC) é definido como “[...] espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de

administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção” (CEARÁ, 2019, p. 12) que, por sua vez, visa à proteção de áreas especialmente destinadas à conservação da natureza e ao uso sustentável dos recursos naturais. Ele é composto por Unidades de Proteção Integral: Estação Ecológica Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural, Refúgio da Vida Silvestre e Unidades de Uso Sustentável: Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Usos sociais do patrimônio cultural e natural Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável; Reserva Particular do Patrimônio Natural; Zona de Amortecimento e Corredores Ecológicos.

De acordo com as especificações Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) que dividiu as UCs em dois grupos, as quais poderão apresentar características específicas, podendo ser de Proteção Integral (PI) ou de Uso Sustentável (US), reconheceu o PESF na categoria de Proteção Integral (PI), ou seja, os parques admitidos nessa categoria visam preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais. Destacam-se entre as finalidades que viabilizaram o tombamento da área correspondente ao PESF, “[...] assegurar integral proteção à flora, à fauna, às belezas naturais e aos sítios históricos nele existentes, e, ainda, garantir sua utilização com objetivos educacionais, recreativos e científicos” (CEARÁ, 2019, p. 12). Deve-se destacar que a Unidade se situa integralmente no município de Crato, inserido em uma região de grande relevância ambiental, a Chapada do Araripe e o Vale do Cariri.

O Plano de Manejo<sup>121</sup> do PESF trata-se de um instrumento que surgiu de acordo com os critérios que foram estabelecidos pela Lei Estadual nº 14.950, de 27 de junho de 2011, que instituiu o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC) do estado do Ceará (CE). Nessa lei Estadual foi determinado que toda UC deveria dispor de um Plano de Manejo (PM) no qual venha a constar uma regulamentação onde sejam definidas medidas que apontem para que na área em questão sejam promovidas diretrizes que permitam promover uma boa gestão do espaço, implicando, por sua vez,

---

<sup>121</sup> “O Plano de Manejo é um documento técnico, orientado pelos objetivos de criação da UC, no qual se estabelece o zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive, a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da Unidade” (PESF, 2019, p. 2).

na conservação e preservação da natureza, bem como do patrimônio existente dentro e no entorno do espaço onde se localiza a UC, acompanhando, assim, as determinações da SNUC que especificam:

A proteção pública aplica-se aos Parques Nacionais, às Reservas Biológicas, Estação Ecológica, Refúgio da Vida Silvestre, Reserva Ecológica, Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional e Reserva Extrativista. A proteção privada às Reservas Particular do Patrimônio Natural”. Vale ressaltar, ainda, que essas medidas estão em acordo com as determinações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) que, nas suas atribuições, procura “garantir a perpetuação da megadiversidade por meio do patrimônio natural e áreas de elevada significância cultural, paisagística, científica e recreacionista, instituídas nas UCs” (ZANIRATO, 2009, p. 147).

## 3.2 ELEMENTOS PARA A CRIAÇÃO DO PLANO DE MANEJO DO PESF

### 3.2.1 Naturais, históricos, ambientais e culturais

Utilizados para justificar a importância em se ter elaborado um Plano de Manejo para o PESF, esse conjunto de requisitos permitiu traçar uma narrativa histórica operada por uma rede de tramas que resulta desse conjunto de elementos: naturais, históricos, ambientais e culturais que se relacionam diretamente com a história desse lugar, PESF, implicando, com isso, no reconhecimento da relação que existe entre natureza e cultura, principalmente, em se tratando da criação das UCs. Não ignorando, também, a relação que existe entre a criação desse instrumento de preservação e conservação do PESF ao Texto Constitucional de 1988, onde esse documento em seu Art. 226, inciso V, “[...] vai reconhecer um novo aspecto até então não invocado: o ecológico, ou seja, a importância dos fatores, das relações e dos processos estabelecidos na dinâmica da natureza [...]”, fazendo ainda, referência ao “[...] conjunto urbano e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico” (BRASIL, 1988, não paginado).

Nesse sentido, observa-se que os argumentos que estruturaram e fundamentam a proposta que justifica a criação desse documento, o PM, foram embasados a partir “[...] daquilo que há de mais representativo e relevante nessa UC, ou seja, aquilo que a faz única, que a justifica como uma área protegida”, ajustando-se, portanto, às determinações da legislação brasileira que, de acordo Morsello (2001, p. 15) “[...] são

áreas que se aplicam medidas restritivas de uso do solo, com a função de proteger certa feição natural ou histórica presente no local”, independentes de essas áreas serem públicas ou privadas.

Alguns desses argumentos são apresentados em item nomeado de ‘Declaração de Significância’. Tratando-se de um relatório onde é apresentado um diagnóstico detalhando as questões que mais se sobressaem em relação aquele lugar.

Estas questões também são indicadas e trabalhadas em outro Documento chamado ‘Proposta Técnica de elaboração do Plano de Manejo do Parque Estadual Sítio Fundão. Trata-se de um documento onde são apresentados os “produtos” como resultado das etapas de trabalho desenvolvido ao longo da construção do documento principal, o Plano de Manejo de PESF. Esse tipo de documento segue, também, as orientações do SNUC, que “A participação é prevista nas Consultas Públicas, nos Planos de Manejo e nos Conselhos Gestores”<sup>122</sup> (ZANIRATO, 2009, p. 148).

Nele, consta, portanto, o levantamento dos principais aspectos que foram considerados relevantes à proposta de criação do Plano de Manejo, entre eles estão:

[...] os aspectos relacionados à importância ecológica; a existência de endemismos e de espécies raras; os atributos cênicos e atrativos turísticos relevantes; as exclusividades culturais, históricas, arquitetônicas e/ou arqueológicas; os aspectos da geologia, da geomorfologia, da paleontologia e da espeleologia, entre outros. (CEARÁ, 2019, p. 14).

Estou apresentando um documento recém-criado, uma questão socialmente viva no debate público do Cariri cearense, e que mobiliza uma “percepção do presente, do passado e do futuro” (Muller, 2007, p. 20). Trata-se dos sentidos da história do tempo presente que, conforme Lagrou (2001, p. 3): o “tempo presente” senão por um continuum entre o período estudado e o momento da escrita?... a particularidade do historiador do tempo presente consistiria no que se poderia chamar de unidade temporal do sujeito e do objeto, daquele que estuda e aquilo que estuda. O historiador é contemporâneo dos acontecimentos que estuda em um outro sentido que aquele de uma coabitação física com as testemunhas (*apud* MULLER, 2007, p. 20).

---

<sup>122</sup> “Os conselhos gestores, segundo o SNUC, podem ter natureza consultiva ou deliberativa. Conforme o artigo 29 da referida lei, as Unidades de Conservação de proteção integral têm natureza consultiva. A função do Conselho Consultivo é servir de fórum máximo de discussão e direcionamento da atuação das secretarias estaduais de meio ambiente, enquanto órgão gestor das Unidades de Conservação, apresentar demandas, propor alternativas e funcionar como um elo entre a comunidade e a secretaria. Compete a os Conselhos acompanhar a elaboração, implementação e revisão do Plano de Manejo da unidade de conservação, compatibilizar os diferentes interesses relacionados com a unidade, propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar a relação com a população do entorno ou do interior da unidade” (ZANIRATO, 2009 p. 12).

Assumindo uma pesquisa participativa, a partir das dimensões da História Pública<sup>123</sup>, participei ativamente do processo de construção do referido documento ao integrar as Oficina de Planejamento Participativo (OPP)<sup>124</sup>. O que me leva a entender, a partir da análise de Almeida e Rovai (2011), os debates públicos referentes aos usos do passado e trabalho de memória. A partir dos suportes múltiplos pertinentes à reflexão sobre as leituras públicas, essas pesquisadoras irão pensar a História Pública como um movimento, uma plataforma de ação e observação que nos leva a exercitar interfaces de pensamento, formas de apreensão, atribuições de significado e de valores à construção histórica (ALMEIDA; MENESES, 2018, p. 8).

<sup>123</sup> A história pública busca a produção e a difusão compartilhada do conhecimento – são construídas pontes entre a universidade e as comunidades de sentido. No Brasil, os debates sobre história pública se relacionam com discussões sobre os públicos da história, formas narrativas e processos de construção/difusão do conhecimento – em projetos que envolvem, necessariamente, os públicos aos quais se destinam. Cabe indicar a importância dos diversos dossiês, em revistas acadêmicas brasileiras, sobre o tema a partir do ano de 2012; bem como as seguintes obras organizadas a partir dos encontros internacionais da Rede Brasileira de História Pública: Almeida & Rovai, 2011; Mauad; Almeida & Santhiago, 2016; Almeida & Meneses, 2018; Mauad; Santhiago & Borges, 2018. Destaco o trabalho pioneiro de José Carlos Sebe Bom Meihy (1991), desenvolvido com a nação indígena Kaiowá, que promoveu um frutífero encontro entre a história oral e a história pública no Brasil.

<sup>124</sup> Para a elaboração desse Documento, Plano de Manejo, foram realizadas várias oficinas “Objetivando a avaliação estratégica da situação interna e externa do PESF, a principal fonte da estruturação é por meio de uma das consultas externas realizadas para construção do presente PM, a chamada Oficina de Planejamento Participativo (OPP). Além do PESF, a análise estratégica na OPP abrangeu o seu entorno, propiciando uma avaliação dos fatores que impulsionam ou dificultam a UC de cumprir com os objetivos de sua criação. Tal avaliação estratégica completa da Unidade de Conservação (UC) ocorreu por meio da metodologia denominada SWOT (sigla em inglês, traduzida livremente como FOFA, em português), Forças e Oportunidades compondo os Pontos Fortes e as Fraquezas e Ameaças compondo os Pontos Fracos. A plataforma SWOT busca, para a situação interna do PESF que se pretende avaliar, os *Pontos Fracos* (condições que comprometem ou dificultam o alcance de seus objetivos) e os *Pontos Fortes* (condições que contribuem ou favorecem o alcance de seus objetivos). De forma similar, foi feita a análise do cenário externo à UC, que considerou a abrangência local, regional e nacional, identificando as *Ameaças* e *Oportunidades* que poderiam comprometer ou favorecer o cumprimento dos seus objetivos. Os pontos fortes e as oportunidades constituem as forças impulsoras e os pontos fracos e as ameaças são as forças restritivas, identificadas para a UC e sua região, e sobre as quais foram traçadas, como ferramentas de planejamento estratégico, as premissas ofensivas ou de avanço e as premissas defensivas ou de recuperação. Isso é feito para orientar as grandes linhas de ação do planejamento. Portanto, é com base nas premissas que as linhas de ação são definidas estrategicamente para a UC, neste PM. A OPP que subsidiou a avaliação estratégica do PESF, contou com a participação de representantes das comunidades locais, servidores de instituições federais, estaduais e municipais, bem como representantes da sociedade civil organizada, cuja inter-relação com a UC permitiu as contribuições que subsidiaram a análise. Essa oficina foi realizada no dia 14 de março de 2019 no Instituto Cultural do Cariri, na cidade do Crato, estado do CE. Para a avaliação estratégica do PESF, além dos dados da OPP, foram usados, de maneira complementar, os resultados da Reunião Aberta à População (RAP). “Os resultados das duas consultas permitiram aprofundar a análise dos fatores que compõem a avaliação estratégica da UC e a traçar as premissas que serviram de base para o seu planejamento” (CEARÁ, 2019, p. 113).

Embora nesse documento, sejam apresentados todos esses elementos sobre os tipos de patrimônios existentes naquele lugar, comprovando e justificando a premente necessidade e importância de sua criação como um instrumento que se destina à preservação e conservação desses bens patrimoniais, deve-se levar em consideração que, “[...] o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) constituído legalmente tenha excluído os patrimônios naturais tombados” (PEREIRA, 2018, p. 41). Isso só foi possível porque os tipos de patrimônio identificados naquele espaço, PESF, de modo particular, o patrimônio natural, encontram respaldo tanto pela Constituição Federal de 1988, como pelas decisões que já havia sido tomadas na Convenção de 1972, envolvendo esse tipo de patrimônio e, claro, pelas determinações que foram instituídas pelo SNUC. No caso da Convenção Internacional de 1972, isto ocorre porque foi nessa Convenção onde se “[...] reafirmou uma noção ligada às questões da estética da paisagem, de valor cênico, portanto, enfatizando os aspectos formais” envolvendo, também, o Patrimônio Natural. Inclusive, porque, conforme nos explica Scifoni (2006, p. 64), muito embora, essa questão já tivesse sido motivo de preocupação pela UNESCO, nos anos de 1960, ocasião em que a organização elaborou, a partir de uma reunião geral em 1962, o documento intitulado ‘Recomendação relativa à salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e sítios’, documento que, por sinal, foi apontado por ela, Scifoni (2006) como sendo o precursor dessa questão, “[...] apesar de não utilizar explicitamente o termo patrimônio natural”, mesmo assim, ele “[...] ressaltou a proteção de paisagens e sítios como de interesse cultural e enfatizou a relação existente entre a degradação dessas áreas e empobrecimento do patrimônio cultural”. E, ainda, de acordo com Scifoni (2006, p. 24), esse documento produzido em 1962:

[...] preconizou medidas de garantia para as paisagens, entre elas a inclusão no planejamento urbano e regional, a criação de parques e reservas naturais, a proteção legal por zonas ou por sítios isolados, iniciando uma discussão que, dez anos mais tarde, se consolidou na Convenção do Patrimônio Mundial.

Reforçando que foi na Convenção Internacional de 1972 que o ‘critério ecológico’ foi introduzido como um elemento novo para além da valorização desse critério estético. Ainda de acordo com seus esclarecimentos:

[...] as primeiras definições contidas na Convenção do Patrimônio Mundial, eram ainda muito genéricas no que dizia respeito ao valor universal que os bens deveriam expressar. Somente a partir em 1977 elas foram detalhadas por meio do documento intitulado *Diretrizes Operacionais para Implementação do Patrimônio Mundial*, o que permitiu a realização das primeiras inscrições de bens na Lista do Patrimônio Mundial (UNESCO, 2005). No caso do patrimônio natural, reforçaram-se os três critérios norteadores do reconhecimento do valor universal: o estético, o ecológico e o científico. O **valor estético** foi expresso nas paisagens notáveis e de extraordinária beleza natural ou em condição de exceção. Como exemplos de bens reconhecidos sob esta justificativa podem ser citados o Parque Nacional de Iguazu, no Brasil, e Parque Nacional de Los Glaciares, na Argentina. O **valor ecológico**, atualmente vinculado à conservação da biodiversidade, correspondia à importância dos sítios como habitat de espécies em risco de extinção ou como detentoras de processos ecológicos e biológicos importantes, como é o caso de remanescentes da Mata Atlântica na Costa do Descobrimento, situados em território brasileiro, nos estados da Bahia e do Espírito Santo. Já o **valor científico** manifestava-se em áreas que continham formações ou fenômenos naturais relevantes para o conhecimento científico da história natural do planeta, como por exemplo, as Montanhas Rochosas nos EUA e Canadá. A garantia de integridade, para o *critério científico*, pediria que a área contivesse a totalidade ou maior parte de elementos interdependentes em suas relações naturais (SCIFONI, 2006, p. 24-25).

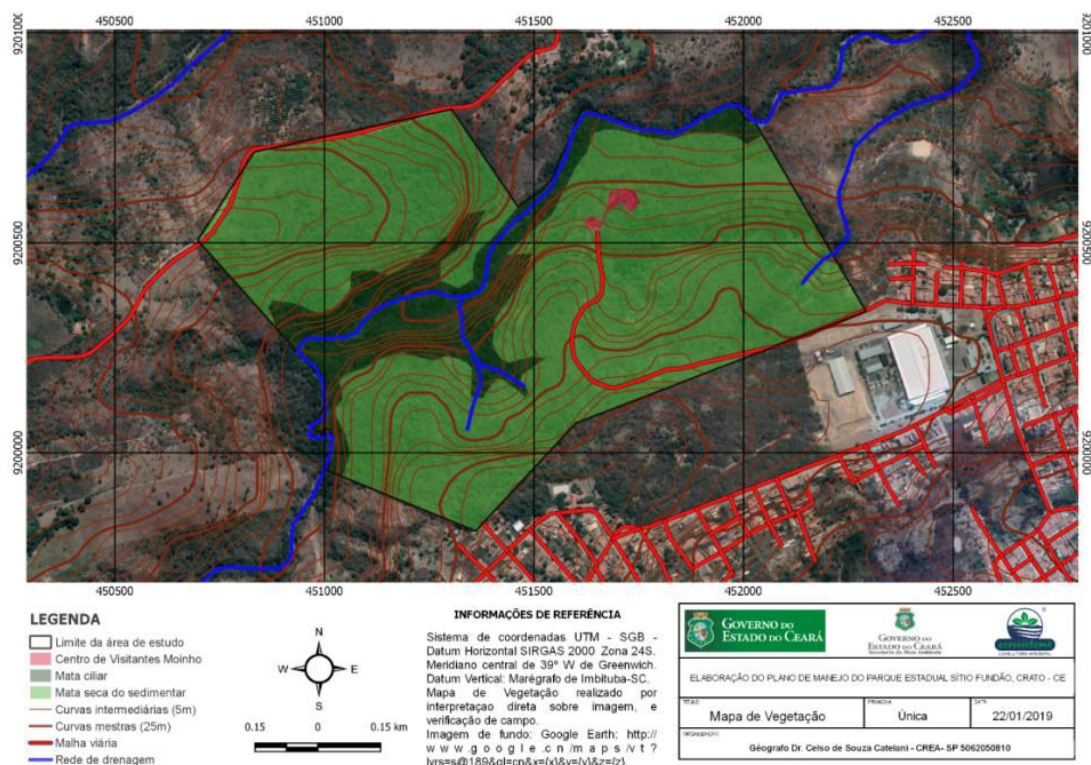
No que se referem ao PESF, todas essas questões tornaram-se também relevantes para que ganhasse o *status* de UC, especialmente, porque se trata de um lugar que reúne um expressivo acervo de bens patrimoniais, representando ainda, um elemento em potencial no que tange à “[...] pesquisa, continuada e de interligação com outras áreas de importância para conservação da região” (PESF, 2019, p. 53). Critérios estes que foram também considerados cruciais para que a UNESCO integrasse esse lugar ao espaço Geossítio Batateira, e, portanto, ao Geopark Araripe.

Estando localizado numa área de tensão ecológica, ou seja, entre a Savana (Cerrado) e a Savana Estépica (Caatinga). “Esta UC protege algumas manchas de Mata Úmida do Sedimentar, fitofisionomia bastante alterada no estado do CE, pouco protegida, sendo no PESF a única UC do Estado a proteger este tipo de formação” (CEARÁ, 2019, p. 52), conforme o mapa da Figura 39 e que apresenta essa característica como única e, portanto, extremamente peculiar de forma a denotar sua importância para a conservação.

Outro importante requisito apresentado e que permitiu justificar a importância do PM para o PESF é o fato de que, nesse lugar, encontram-se importantes formações geológicas bastante conservadas da porção da seção-tipo da Formação rio da Batateira que aflora nas margens desse rio, Batateira. Isto porque:

O PESF está situado à jusante das escarpas erosivas em faixa de transição e se caracteriza pelo talvegue em segmentos de vale em "V" e ausência de planície fluvial contínua nas áreas de formas tabulares de jusante. Quanto a o aprofundamento da incisão no relevo do parque é de baixa a média (65 a 105 m), e é evidenciada uma dissecação diferencial na assimetria do vale em "V", e em subníveis topográficos no segmento. O rio da Batateira que atravessa e também margeia a UC, bem como nas rupturas de gradiente ao longo do talvegue principal, apresentam um gradiente médio de 2,5%. Na margem esquerda do rio da Batateira, as vertentes mais curtas variam de 150 a 330 m de extensão e tem divisores escalonados em dois patamares aplanados mais rebaixados na ordem aproximada de 25 m, sendo que o patamar mais elevado com esta margem se caracteriza por não apresentar afluentes. O setor ocupado pelo rio da Batateira, por se tratar de um exutório da cabeceira de drenagem encravada nas escarpas da Serra do Araripe, apresenta-se naturalmente como de alta instabilidade e em recorrente risco de ser varrido por corrida de detritos, em períodos de chuva, e que tende a ser agravado se não existir controle de ações antrópicas na ocupação de montante. O PESF é constituído predominantemente pela Formação rio da Batateira (PONTE; APPI, 1990). Também denominada de Formação Barbalha por Assine (1992), ocorre em quase toda a extensão da Chapada do Araripe e, descontinuamente, ao longo do Vale do Cariri (CEARÁ, 2019, p. 33).

**Figura 39** - Mapa de vegetação do Parque Estadual Sítio Fundão, Município de Crato, Estado do Ceará



Fonte: (CEARÁ, 2019, p. 36).

Conforme é explicado no PM, “[...] essa classificação foi proposta pelo (IBGE, 2004), embora seja generalista, reflete a vegetação encontrada no PESF, típica de



formações do Cerrado e da Caatinga e de mata ciliar, que por sua vez, abriga uma composição florística distinta, tais como: *Anadenanthera colubrina* var. *cebil* (Griseb.) Reis, *Ceiba glaziovii* (Kuntze) K. Schum., *Hymenaea courbaril* L., *Machaerium acutifolium* Vogel e *Spondias mombin* L” (CEARÁ, 2019, p. 35).

Coube a uma equipe formada por Biólogos a responsabilidade de realizar o levantamento da Avifauna do PESF. Estudo feito por esses profissionais que adotaram a observação como método utilizado no trabalho de campo que permitiu revelar o tipo de vegetação encontrada no interior desse Geossítio, e, que por sua vez, influencia diretamente na riqueza e composição das espécies de aves encontradas naquele espaço. Tendo sido diagnosticado por esses estudiosos que:

Durante os trabalhos de campo foram registradas 73 espécies de aves. O levantamento de dados secundários, (plataforma *SpeciesLink*) apontou 18 espécies que não foram constatadas em campo. Desta forma obteve-se um total de 91 espécies de aves para o PESF. Os trabalhos em campo não detectaram espécies de aves ameaçadas de extinção. Quanto às espécies endêmicas da Caatinga, constatou-se a presença da choca-barrada-do-nordeste *Thamnophilus capistratus*, do joão-de-cabeça-cinza *Cranioleuca semicinerea*, o cardeal-do-nordeste *Paroaria dominicana*. Com relação à presença de espécies exóticas, foram registradas apenas duas, sendo o bico-de-lacre *Estrilda astrild* registrado em um bando de 15, e o pardal *Passer domesticus*. Um total de 33 espécies de aves registradas no PESF apresenta algum tipo de uso antrópico segundo Teixeira (2013). Dentre as espécies cinegéticas registradas, algumas são consideradas como potencial para consumo, dentre as quais se destacam jacupemba *Penelope superciliaris*, juriti-pupu *Leptotila rufaxila* e gralha-cancã *Cyanocorax cyanopogon*. Outras espécies demonstram potencial para criação em cativeiro, como tuim-de-a-sa-azul *Forpus xanthopterygius*, tico-tico-rei-cinza *Lanio pileatus*, sanhaço *Tangara sayaca*, sanhaço-do-coqueiro *Tangara palmarum* e azulão *Cyanoloxia brissonii*. Do total de espécies registradas em campo e mencionadas em dados secundários (90 espécies ou 13% das espécies) são consideradas como sinantrópicas e mais de 60% são tidas como generalistas, o que denota o estado de conservação da área estudada. Muitas das espécies registradas são consideradas de alta plasticidade e apresentam a capacidade de ocupação de diversos ambientes. Dentre as espécies sinantrópicas podem ser citadas a rolinha *Columbina talpacoti*, corruíra *Troglodytes musculus* e o amassa-barro *Furnarius leucopus*, entre outras. Dentre as espécies generalistas são muito comuns no PESF o anu-branco *Guira guira*, o bacurau *Hydropsalis albicollis*, o bem-te-vi *Pitangus sulphuratus*, o sabiá-poca *Turdus amaurochalinus*, o sanhaço *Tangara sayaca* e o tiziu *Volatinia jacarina* (CEARÁ, 2019, p. 39).

Essa vegetação, além de propiciar um “[...] mosaico de paisagens que torna a UC mais atrativa do ponto de vista cênico, que varia de acordo com a época do ano, enriquecendo a diversidade de paisagens encontradas no local”, o PESF possibilita, ainda, o desenvolvimento de diferentes atividades recreativas e educacionais comuns no

interior do PESF e que ajudam a estreitar ainda mais a relação do homem com a natureza e o patrimônio que se encontra naquele espaço. Atividades estas que são permitidas no seu interior, já que se trata de uma UC que foi enquadrada na categoria parque.

Também serviram de subsídios à elaboração e criação desse importante documento, Plano de Manejo do PESF, dados apresentando alguns dos problemas que envolvem diretamente o PESF, alguns deles são bastante conhecidos e que continuam refletindo de modo mais direto nas questões sociais e ambientais que dizem respeito diretamente com aquele lugar, mesmo após essa reserva ecológica do Sítio Fundão ter sido tombada pelo Governo do Estado do Ceará, em 2008, e transformada em Unidade de Conservação.

Uma dessas problemáticas está relacionada diretamente a localização do PESF. Embora a área total do PESF seja rural<sup>125</sup>, o seu espaço “está situado a noroeste e na vertente ambiental da área urbana do Crato”, (CEARÁ, 2019, p. 49) constituindo, assim, um desses problemas. Isso porque, no seu entorno, estão o bairro Lameiro, Seminário, o Bairro Gisélia Pinheiro, popularmente conhecido como Batateira, além do Bairro do Sertãozinho que, de acordo com relatório técnico do apresentado pela Empresa Ecossistema Consultoria Ambiental responsável em fazer este documento, Plano de Manejo PAESF, aponta o Bairro Sertãozinho como o mais preocupante dentre os que circundam a UC, uma vez que:

O limite do Sertãozinho vai desde as margens do riacho Piabas até os fundos da Grendene. Trata-se de uma ocupação irregular em área industrial. É constituído por pessoas originárias de diferentes regiões do CE e por essa razão, o associativismo em torno de algum projeto é dificultoso. O bairro é servido pela prefeitura na coleta de lixo, mas como as ruas não oferecem condições de tráfego aos caminhões, então os moradores levam seus dejetos em dias específicos a um ponto de coleta, onde é comum ver cães e gatos espalhando o lixo acumulado, ou o vento carregando o lixo para a UC. Seus moradores usam o PESF como depósito de lixo e “banheiro”, já que não há infraestrutura de esgotamento sanitário nesta ocupação. Grande parte da área é de declive e veem-se as águas servidas escorrendo em sulcos no solo para as regiões mais baixas. Mesmo com a apresentação de um Projeto

---

<sup>125</sup> Para fundamentar essa questão no PM foi levado em consideração um quesito: o Georreferenciamento, no qual diz que “O levantamento do polígono demarcado em campo do PESF foi realizado no formato de uma propriedade rural, ou seja, em acordo com a Lei Federal nº 10.267/01, Decretos Federais nº 4.449/02 e nº 5.570/05 e a 3ª Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais - NTGIR editada pelo INCRA em 2013”.

desenvolvido pelos funcionários da UC Sítio Fundão com parcerias como escolas e a Grendene, junto à população com palestras e rodas conversas, Sertãozinho continua sendo a área mais crítica do entorno do Parque (CEARÁ, 2019, p. 47-48).

Esses dados são apresentados como “Atividades potencialmente poluidoras e degradadoras do meio ambiente” (CEARÁ, 2019, p. 49) que levam, segundo esse documento, à:

[...] se observar modificações ambientais provocadas por intervenções humanas, como desmatamentos e queimadas, poluição hídrica, do solo e ocupações irregulares que geram pressão demográfica e a expansão de loteamentos. A falta de saneamento ambiental, em especial de esgotamento sanitário, é preocupante e se agrava nas estações de secas (CEARÁ, 2019, p. 49).

Ou seja, esse quadro, também considerado de “Atividades Conflitantes”, procura justificar a quão urgente e necessária se fazia a criação do Plano de Manejo do PESF. Muito embora, essa proximidade do PESF com a área urbana do Crato, seja identificada como um conflito constante que se tem buscado conviver, por outro lado, esse fator tem sido aproveitado positivamente no desenvolvimento e aplicabilidade de vários projetos direcionados às comunidades que habitam no seu entorno de maneira à atender o que é determinado pela lei que instituiu o SNUC em seu Art. 5º, inciso III, que estabelece diretrizes que “[...] assegurem a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação”. Esses objetivos se explicam pela intenção de que esses projetos, uma vez executados, consigam despertar nos moradores o sentimento de pertença em relação aquele lugar. E, claro, que sirvam enquanto instrumentos para conscientizar e se sensibilizar esses sujeitos sociais, frente ao patrimônio existente. Uma vez que se deve partir do pressuposto que:

A área natural protegida é assim, tanto testemunho da evolução de processos ecológicos e do meio físico, como resultado do processo histórico da apropriação social da natureza. Apropriação esta que se dá de forma diferenciada, em maior ou menor intensidade e que fornece um conteúdo social às *áreas naturais*. O patrimônio natural inscreve-se, assim, na memória dos diversos grupos que compõe a sociedade e leva em conta o vínculo destes com uma natureza transformada em objeto de ação cultural, em objeto de apropriação social... Entretanto, nesses contextos têm um significado social e, portanto, são merecedoras de medidas de proteção e do reconhecimento do seu valor. Essa nova concepção manifesta-se, de um lado como influência e contribuição do debate acadêmico que possibilitou a compreensão de um patrimônio natural indissociável da vida humana (SCIFONI, 2008, p. 32).

Se analiso por esse aspecto, ao tempo em que devo considerar que o Tombamento do PESF serviu para justificar a narrativa que se tem elaborado e que envolve o discurso em defesa do patrimônio natural, histórico e cultural observado naquele espaço, ele também, pode ser visto como um instrumento regulador no que diz respeito à produção do território- lugar, uma vez que o tombamento de uma determinada área implica, sobretudo, em regras que limitam e interferem diretamente no uso e na questão da dinâmica da espacialidade, no caso em questão, dessa UC (PESF) que se ajusta a Lei Federal n.º 9.985/2000, de 18 de julho de 2000 e que regulamenta o Sistema Nacional de Unidades de Conservação que reconhece:

Um espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com o objetivo de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (CEARÁ, 2019, p. 12).

Com base nessas especificações, observo certo esforço por parte de gestores do PESF, juntamente com a Secretaria do Meio Ambiente, em adotar estratégias que vêm permitindo alcançar os problemas causados devido à proximidade que marca o espaço habitado por algumas comunidades com a UC do Geossítio Batateira.

Tendo procurado esse mesmo tipo de problemática, o pesquisador Filipe Vieira de Oliveira, no artigo ‘Usos sociais do patrimônio cultural (natural) e participação democrática em áreas protegidas’, nos ajuda com as considerações que teceu sobre a questão:

Esta definição ressalta o aspecto ambiental na instituição das áreas protegidas e seu objetivo de conservação de espaços com relevantes atributos naturais. Não obstante as definições, notamos que no caso das UCs é conferido certo destaque aos seus aspectos ecológicos e de conservação/preservação da biodiversidade, não as considerando como um patrimônio cultural que ao longo dos anos, no Brasil resultaram em casos na proibição ou regulação de atividades básicas e de subsistência como a pesca, o extrativismo e a caça de populações que já habitavam as áreas protegidas. [...] Ainda que na esfera do patrimônio o meio ambiente tenha certo destaque, principalmente pelas considerações tomadas após a convenção da UNESCO (1972). A CF brasileira reverbera que a competência da gestão do patrimônio cultural e natural são de responsabilidade dos órgãos da cultura. Mas a mesma constituição no capítulo sobre o meio ambiente dá a responsabilidade da instituição de áreas protegidas aos órgãos ambientais a fim de garantir um meio ambiente ecologicamente equilibrado e também a responsabilidade de gestão das Unidades de Conservação (CF, 1988; IPHAN, 2004). [...] Este fato oferece uma dificuldade de compreensão sobre a responsabilidade pela proteção do patrimônio cultural (natural) representado pelas Unidades de

Conservação. Pois nota-se que os órgãos da cultura não atuam em conjunto com os organismos ambientais, e os órgãos ambientais nem sempre entendem as Unidades de Conservação como um patrimônio cultural brasileiro, dando a estes espaços uma conotação apenas preservacionista pelos seus aspectos ecológicos desconsiderando suas relações com a cultura, principalmente com as comunidades que habitam estes espaços. A presença de populações em áreas protegidas é uma regra e não uma exceção no contexto brasileiro e mundial. Nesse sentido, a relação entre populações e a criação de áreas protegidas foi sempre muito conflituosa. Normalmente há uma imposição das Unidades de Conservação para dar respostas às políticas ambientais de conservação da biodiversidade sem considerar que existem habitantes (tradicionais ou não) há muito tempo residindo e desenvolvendo sua vida social nestes espaços. Pois não há, ou há pouca participação na tomada de decisão, assim como na gestão e na pós-implantação das áreas protegidas, aonde os planos de manejo também se apresentam pouco participativos (OLIVEIRA, 2017, p. 103).

Isto, de certo modo, serve para explicar a relação território-lugar como uma questão bastante importante:

Pois é uma das formas para compreender e explicar as relações de poder, as identidades, os pertencimentos, as diferenças etc. O território-lugar constitui-se numa relação espaço-tempo em que o povo vive, sente, percebe, aspira, sofre, interage (social, espiritual e naturalmente), coopera, disputa, luta, resiste, degrada, preserva, é extorquido, explorado e subordinado... O território é compreendido como lugar de relações sociais e relações sociedade-natureza, de conexões e redes. De vida, além da produção econômica, portanto, como natureza-sociedade, apropriação, mudanças, mobilidade, identidade e patrimônio cultural (SAQUET, 2014, p. 27).

Além de pontuar os problemas que continuam causando enormes preocupações aos gestores do PESF, no Plano de Manejo, também são apresentadas ações e estratégias possíveis para que algumas dessas problemáticas que, de certa forma, projetam possíveis ameaças à preservação do patrimônio existente naquele espaço, PESF.

Atualmente, o “uso e ocupação do solo” no entorno do PESF que resulta em ocupações irregulares e desordenadas, constitui-se como um desses problemas. Este é o caso de outro bairro mencionado, o bairro Cacimbas, que está no entorno do PESF, como mostra documento:

O bairro Cacimbas inicia a partir da Grendene e se prolonga em direção a leste. É um assentamento desordenado em terreno íngreme e definido pelos urbanistas como subnormal (favela). Não há plano de loteamento, demarcação de lotes, calçamento ou esgotamento sanitário para essa área por parte da prefeitura. A região é íngreme descendo até o rio Batateiras onde o abastecimento de água é feito por bombeamento pela Superintendência de Água e Esgoto de Catanduva (SAEC) (CEARÁ, 2019, p. 48).

Evidentemente, que alguns dos problemas apontados identificados no PM já existiam quando o Sítio Fundão era administrado pelo senhor Jefferson Alencar, antigo proprietário, conforme foi mostrado neste texto. Problemas estes, que se tornavam pequenos diante das estratégias usadas pelo senhor Jefferson Alencar<sup>126</sup>, dada a sua capacidade em buscar, sempre que possível, as soluções mais simples. Cortar árvores, praticar a caça, eram tentativas rotineiras no sítio, porém, quase sempre frustradas pelas incansáveis abordagens que fazia quando vistoriava o interior e o entorno do sítio, já que caminhar diariamente e observar os pássaros, era, talvez, uma de suas atividades preferidas, como revelou sua filha, Angelita Alencar, para este estudo.

Cabe mensurar o grau dos problemas que são apresentados atualmente, como os desafios que o senhor Jefferson Alencar teve que enfrentar para conseguir manter todo o patrimônio ali existente, assumindo em sua narrativa o papel de defensor desses bens patrimoniais. Porém, há de se considerar que alguns dos problemas que são apontados hoje se devem, principalmente, em função do crescimento da cidade do Crato, que fez surgir uma demanda maior por moradias, refletindo diretamente no crescimento de bairros periféricos, principalmente, no entorno da antiga reserva ecológica do senhor Jefferson Alencar, acarretando, portanto, em problemas de ordem social e ambiental.

No caso dos bairros que surgiram no entorno da área do PESF, em sua maioria, cresceram principalmente a partir da instalação da Empresa Grendene, construída na década de 1990, numa área que antes pertencia ao Sítio Fundão, mediante “[...] um protocolo de instalação imposto pela prefeitura do Crato, impondo aos dirigentes o compromisso de preservar área verde comprada” (CEARÁ, 2019, p. 49). De modo que a oferta de emprego dessa Empresa atraiu gente de toda a região do Cariri para a cidade do Crato.

Outra ameaça é revelada através da especulação imobiliária no espaço que se encontra o PESF, também identificada no Plano de Manejo, especialmente, em função de sua proximidade com a Chapada do Araripe, onde se percebe uma explosão de casas de luxo, construídas por famílias ricas, cuja finalidade, quase sempre é servir de acomodações para o lazer de fim de semana dessas famílias<sup>127</sup>.

---

<sup>126</sup> Dizia-me em entrevista, dona Angelita Alencar, quando procurou relatar o cotidiano do Sr. Jefferson Alencar durante sua jornada diária.

<sup>127</sup> Maria da Penha Sousa Lima, em sua Dissertação de Mestrado (2016, p. 31-39) ao fazer um estudo sobre a história socioambiental do Rio Grangeiro, localizado na cidade do Crato, mostra como o

Essa questão nos remete aos debates públicos sobre especulação imobiliária, tanto na produção do espaço como também nas discussões sobre tombamento e questões ambientais:

[...] ao discutir de que forma a proteção da natureza aparece incorporada à produção do espaço, quer pelo mercado imobiliário no sentido de conceber novas formas de produção da segunda residência, quer pelo poder público local, que assimilou as regras do tombamento em suas políticas territoriais locais, busca-se refletir sobre o conteúdo e significado desse processo. Entende-se que a natureza aparece recriada como necessidade no litoral, não mais como matéria dada, a transformar e dominar, mas como nova condição para que se dê a reprodução da zona de veraneio do litoral norte (SCIFONI, 2008, p. 15).

Ou seja:

No processo de produção espacial a natureza aparece como algo que é dado e que o homem modifica em função de suas necessidades. Ao fazê-lo, está produzindo sua própria existência, sua história e sua humanidade. A historicidade desse processo relaciona-se com o estágio das forças produtivas e das relações sociais de produção. Assim, as condições para a produção do espaço são histórica e socialmente determinadas no curso do processo civilizatório em que novas necessidades sociais são criadas. Se, num primeiro momento, a natureza aparece como uma matéria dada, a ser dominada e transformada, no curso da história da produção do espaço geográfico essa condição se modifica, pois a natureza é recriada como uma nova necessidade social: a necessidade de sua proteção aparece como uma nova condição (SCIFONI, 2008, p. 14).

Tais reflexões estimulam a busca do pensamento de Bookchin<sup>128</sup> (2010), na obra ‘A ecologia social’, onde, de acordo com esse anarquista (influyente no movimento

---

avanço imobiliário no entorno da Chapada do Araripe tem contribuído para a degradação ambiental do referido rio e de áreas de importância ambiental.

<sup>128</sup> Murray Bookchin nasceu a 14 de janeiro de 1921, em Crotona Park, no bairro do Bronx, cidade de Nova Iorque, era filho dos imigrantes russos Nathan Bookchin e Rose (Kaluskaya) Bookchin. Em 1930, aderiu aos Young Pioneers, uma organização da juventude comunista, de orientação stalinista, e, depois, à Young Communist League, mas, no final da década, foi expulso por causa de sua ligação com os trotskistas, com os quais simpatizava. Meados da década de 1940, desiludido com o autoritarismo e o estatismo, rompeu totalmente com o marxismo-leninismo e aproximou-se do socialismo libertário, tornando-se anarquista, em meados dos anos de 1950. Em 1950, estudou engenharia eletrônica no RCA Institute. Nos anos de 1960, participou dos movimentos pelos direitos civis e contra a intervenção norte-americana no Vietnã, bem como das lutas de maio de 1968 em Paris. Nessa época, também lecionou na Alternative University, em Nova Iorque (uma universidade aberta, ligada ao movimento da contracultura) e na City University of New York em Staten Island. Nessa época, ficou conhecido por fazer críticas devastadoras ao marxismo usando linguagem marxista convencional, como melhor exemplificado por seu famoso ensaio de 1969, “Listen, Marxist!”. O interesse de Bookchin pela questão ambiental teve início ainda nos anos de 1950, quando publicou (sob pseudônimos) seus primeiros trabalhos sobre o assunto. Em 1962, usando o pseudônimo de Lewis Herber, publicou seu primeiro livro dedicado à questão ecológica, *Our Synthetic Environment*, tratando do problema da contaminação dos alimentos por agrotóxicos e a poluição radioativa. (*In*:

antiglobalização), essa é fundamental assumir a relação entre o homem e a natureza, sem apartá-los um do outro: um pensamento ecológico, portanto, só pode ser social e vice-versa.

Eliane Knorr (2011), analisando a obra de Murray Bookchin (2010), mostrou que ao mesmo tempo em que Bookchin aproximou-se de uma militância ecológica, ele adota uma perspectiva crítica ao denunciar, a partir da análise do processo histórico, que o homem sempre insistiu em uma posição de dominação em relação à natureza.

O contrário do que era pensado pela corrente do Ambientalismo, já que:

O ambientalismo partiria de uma visão mecanicista que não questiona a relação de dominação do homem sobre a natureza, já a perspectiva ecológica deslocaria o homem de sua confortável posição de dominador colocando-o, não à parte, mas no interior de uma natureza da qual ele se desenvolveu por meio de um modo de organização diferenciado, mas que, no entanto, dela não está apartado. Bookchin não quer o retorno a um tempo primitivo em que a natureza tomaria conta dos homens e de todas as coisas. Para ele, isso seria uma inversão dentro da lógica de dominação. O homem, como ser da natureza, tem uma relação dentro dela, não é dominado e nem a domina (KNORR, 2011, p. 203).

Muito embora, deve-se chamar atenção para o fato de que Murray Bookchin tenha formulado suas teorias, pelo menos, duas décadas antes da Convenção Internacional de 1972, suas ideias alinham-se com pensamento de autores como:

Edgard Morin, Enrique Leff e Leonardo Boff, por exemplo, em suas diversas obras buscam mostrar os danos que a perspectiva moderna de natureza causou ao espaço que circunda o homem. Estes autores, entre outros, mostram que todo indivíduo é parte integrante e responsável pelo meio em que vive, seja ele urbano, rural ou florestal. Neste sentido, o conceito de meio ambiente é bem distinto do de natureza, pois todo o espaço terrestre passa a ser “patrimônio da humanidade”, cuja obrigação de preservação é dever tanto do Estado quanto de seus cidadãos (KARPINSKI, 2006, p. 5-6).

O pensamento desses estudiosos pode ser interpretado como reflexo dos sucessivos debates envolvendo o meio ambiente e que aconteceram marcadamente nas três últimas décadas do séc. XX, debates estes, que transcendem as decisões da UNESCO durante a realização da Convenção de 1972 que buscou, através da “universalização do pensamento europeu de que alguns espaços naturais se



comparariam aos monumentos históricos e, por isso, poderiam representar um tipo de patrimônio, o natural”.

O que segundo Karpinski (2006, p. 9, grifo nosso):

Este padrão não pode ser considerado universal pelo simples fato de que não abrange as formas distintas de vivência, de compreensão e construção da natureza e de suas paisagens. Além disso, o documento reafirma a visão romântica de um tipo específico de mundo natural, o de “valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico”. Esta perspectiva acaba por esconder que **a definição de um ‘bem’ como patrimônio é o resultado de uma escolha feita, muitas vezes, em meio a conflitos, disputas sociais e a contextos políticos e econômicos específicos.**

Dito dessa forma, o pensamento desses autores pode ser lido como um divisor de águas na desconstrução do ponto de vista da UNESCO em relação às determinações dessa agência durante a realização da Convenção Internacional de 1972, quando a mesma procurou enquadrar a natureza nos moldes eurocêntricos, onde apenas os espaços definidos como “intocados” mereciam ser “preservados”. Esses autores rompem com esse tipo de representação social, movidos pelas frequentes discussões envolvendo a natureza:

Como consequência, apresentam-se outras possibilidades de compreender o “patrimônio natural”, não apenas áreas desabitadas ou expropriadas, mas também aquelas que incluem o ser humano como seu partícipe, valorizando seus conhecimentos e sua experiência naquele território. Com esta perspectiva inclusiva, as práticas culturais das populações nativas, que não se enquadram nos padrões eurocêntricos de patrimônio e natureza, passam a ser reconhecidos e valorizados. Seus conhecimentos, tradições, costumes e manejos tradicionais, que a sociedade ocidental moderna um dia definiu como arcaicos e atrasados, são agora reconhecidos como possíveis formas de se utilizar da natureza sem destruí-la em larga escala (KARPINSKI, 2006, p. 7).

Vale ressaltar a relação deste movimento de retorno à noção de Patrimônio Natural combatida desde a Convenção de 1972 da UNESCO:

Nesse combate de mais de vinte anos, o termo perdeu seu protagonismo devido à visão romântica e eurocêntrica de natureza que foi simplesmente adaptada ao conceito de patrimônio. Partindo desta crítica, os pesquisadores das áreas das Ciências Humanas e Sociais preferiram adotar novos conceitos para substituir o de “natureza” ou “mundo natural”. Nesse sentido, são protagonistas as categorias de “meio-ambiente” e “ecologia”, bem como seus referentes derivados: História ambiental, Patrimônio Ambiental, Conservação ecológica, Desenvolvimento Sustentável, Sustentabilidade, etc. [...] No entanto, esses novos conceitos, assim como o de natureza, também são

constituídos historicamente e, conseqüentemente, da mesma forma são forjados em relações de poder que envolvem interesses políticos e econômicos. Se, por um lado, a desconstrução do modelo de natureza constituído durante a modernidade europeia contribuiu para a inclusão de outras concepções do mundo natural, por outro, pode-se correr o risco de desconsiderar os benefícios que o tombamento trouxe a espaços que poderiam hoje estar desaparecidos (KARPINNSKI, 2006, p. 12).

Assim, podem ser concebidos Parques Nacionais ou Áreas de Preservação com a presença do homem. Uma natureza tocada e habitada. Ao interpretar a problemática envolvendo a especulação imobiliária na Serra do Mar em São Paulo, Scifoni (2008), informa bastante à esta investigação, especialmente, pela possibilidade de se projetar uma leitura sobre a criação do PESF pela perspectiva de uma “nova condição”, cuja relevância está voltada principalmente para a manutenção e preservação dos patrimônios registrados naquele espaço. Inclusive, porque como essa mesma autora escreveu:

[...] a produção do espaço é também um processo de reprodução, pois implica na ideia de ampliação e de desenvolvimento de relações, portanto também na ideia de continuidade. Corresponde, segundo a autora, a um conjunto contraditório de significados, pois não diz respeito somente ao mundo do trabalho, à produção material, à realização da acumulação de capital, mas também ao desenvolvimento da vida humana, portanto, envolve outras esferas, como o habitar e o lazer (SCIFONI, 2006, p. 14).

Ou seja, ainda, segundo essa pesquisadora patrimônio é sempre um campo de lutas, de conflitos e de tensões políticas:

A luta pelo patrimônio por meio dos vários sujeitos sociais evidencia ser antes de tudo uma luta pelo espaço geográfico, quer na forma de um espaço residual ou na medida em que o que se questiona é a forma como ele é produzido. Mostra que nem sempre os grupos sociais aceitam essa lógica de priorização do valor de troca em detrimento da apropriação social, lógica essa que destrói não só os referenciais da memória coletiva, como também elimina referenciais da natureza existentes dentro da cidade e que contribuem não somente com a qualidade ambiental, mas têm uma função no imaginário social – a de proximidade com a natureza da cidade que pouco a pouco foi eliminada (SCIFONI, 2008, p. 81).

No que se refere ao PAESF, esse campo de lutas, de conflitos e de tensões políticas que envolve diretamente as comunidades do entorno da UC e sua relação com a preservação e conservação do patrimônio existente, em conformidade com o que sugere a autora da citação acima, pode ser, também, entendida, nesse estudo, como um

“produto urbano”. Ou seja, em se tratando dessa análise, tanto o tombamento do Sítio Fundão, como o Plano de Manejo são instrumentos que surgem em defesa do patrimônio identificado naquele lugar o que, em tese, significa dizer que também podemos associá-los como um “produto do urbano”, conforme pensamento da autora dessa citação. E, por conseguinte, o caráter de imposições que estes instrumentos, Tombamento e Plano de Manejo, imprimem a partir da sua existência às comunidades do entorno PESF. Questão que se torna ainda mais evidente, quando se examinam as especificações propostas no item onde são definidas as Áreas de Zoneamento<sup>129</sup>.

De acordo com essas especificações apresentadas “[...] cada zona apresenta mais de um polígono, com características de uso, ocupação e/ou manejo similares, o que indica pertencer à mesma zona” (CEARÁ, 2019, p. 82). Em cada uma dessas zonas são identificados diferentes graus de intervenção e a vocação de cada área, de modo que são observados os impactos, os quais são analisados de acordo com os critérios: alto, médio e baixo ou inexistente.

Em cada uma dessas zonas, são observadas as seguintes questões: Grau de conservação e vegetação; variabilidade ambiental; representatividade; riqueza e/ou diversidade; áreas de transição; suscetibilidade ambiental; Presença de sítios históricos, arqueológicos e/ou paleontológicos; potencial de visitação; presença de infraestrutura; uso conflitante.

Muito embora, em todas as zonas sejam destacadas as suas particularidades, é na Zona de Amortecimento (ZA) onde se evidenciam mais claramente as imposições que

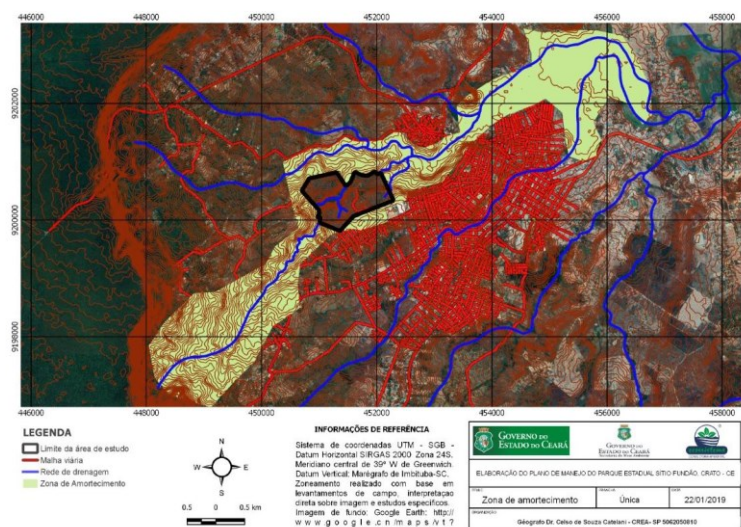
---

<sup>129</sup> “Organização do Zoneamento: As diferentes zonas de manejo têm objetivos próprios e preveem a demanda por graus distintos de proteção e intervenção. No caso do PESF, ao analisar e aplicar tais critérios, foram definidas quatro zonas de manejo: a) Zona Primitiva (ZOP): A ZOP agrupa áreas naturais bem conservadas, com pequena ou mínima intervenção humana, contendo espécies da flora e da fauna ou fenômenos naturais de grande valor científico e alto valor ligado à biodiversidade. No PESF, constituem-se nas áreas melhores conservadas. A ZOP do PESF abrange 49,0516 ha (51,19%) na porção leste da UC; b) Zona de Uso Extensivo (ZUE): A ZUE é aquela constituída, em sua maior parte, por áreas naturais, podendo apresentar algumas alterações humanas. Caracteriza-se como uma zona de transição entre a ZOP e a ZUI. Zona de Uso Extensivo (ZUE) é aquela constituída, em sua maior parte, por áreas naturais, podendo apresentar algumas alterações humanas. Caracteriza-se como uma zona de transição entre a ZOP e a ZUI. A ZUE do PESF engloba uma grande porção das unidades a leste, com 45,2406 ha (47,22%); c) Zona de Uso Intensivo (ZUI): Zona de Uso Intensivo (ZUI) é aquela constituída por áreas naturais ou alteradas pelo homem. O ambiente é mantido o mais próximo possível do natural, podendo conter: centro de visitantes, trilhas e outras facilidades e serviços. A ZUI do PESF, trata-se da área composta pelo centro de recepção e administração, abrangendo 0,4407 ha (0,46%) da UC; d) Zona Histórico-Cultural (ZHC): é aquela onde são encontradas evidências do patrimônio cultural, histórico, arqueológico ou paleontológica. A ZHC do PESF abrange 1,0878 ha (1,13%) e contempla a casa de taipa e as ruínas do Moinho” (CEARÁ, 2019, p. 82).

passam a servir de normas gerais para a UC, uma vez que estas normas seguem as orientações da:

Lei Federal nº 9.985/2000, que instituiu o SNUC, a ZA é o entorno de uma UC, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos que o meio externo possa exercer sobre a UC. A mesma Lei, no Art. 49, afirma que: a área de uma unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral é considerada zona rural, para os efeitos legais. Parágrafo único. A zona de amortecimento das unidades de conservação de que trata este artigo, uma vez definida formalmente, não pode ser transformada em zona urbana. Dessa forma, a ZA deve situar-se em área cujas características de ocupação poderão, mediante controle, fiscalização e monitoramento, resultar em benefícios à UC. Os parâmetros orientadores para a delimitação da ZA preveem, conforme Galante et al. (2002), a inclusão de áreas naturais preservadas, com potencial de conectividade com a UC, como as Áreas de Preservação Permanente (APP), as Reservas Legal (RL), as UC contíguas ou próximas; os locais de ocorrência de acidentes geográficos notáveis ou os aspectos cênicos e as áreas sujeitas a processos de dinâmica superficial que possam vir a afetar a integridade da UC. Por outro lado, conjecturam a exclusão de áreas de expansão urbana ou com potencial de expansão; presença de áreas industriais e projetos de infraestrutura consolidados. Sua demarcação objetiva minimizar os impactos nos limites da UC, garantindo, assim, sua integridade. No Quadro 10, encontram-se os critérios de inclusão da ZA. Para definição da ZA do PESF foi utilizado, ainda, a Lei nº 2.279/05, que dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do município do Crato e dá outras providências. A delimitação da ZA é, portanto, feita em um PM, sob critérios de viabilidade e eficácia, dispostas sobre áreas cujas características de ocupação poderão, mediante controle, fiscalização e monitoramento, resultar em benefícios de preservação e recuperação da área da UC. Assim sendo a definição da ZA do PESF obedece à legislação pertinente, aos critérios formais e conceituais e aos elementos apontados nos momentos de participação da população (reuniões abertas à população e OZ), resultando na ZA (CEARÁ, 2019, p. 91).

**Figura 40 - Zona Amortecimento do Parque Estadual Sítio Fundão, Estado do Ceará**



Fonte: (CEARÁ, 2019, p. 93).

Assim, de acordo as especificações que constam nesse documento, PM, ficaram estabelecidas como normas gerais para a ZA a serem adotadas:

As atividades, empreendimentos e obras na ZA do PESF não poderão colocar em risco os atributos naturais protegidos pela UC e devem contribuir para conter os efeitos de borda, contando com programas específicos.

- Todos os licenciamentos e autorizações ambientais para atividades, empreendimentos e obras na ZA deverão ser previamente autorizados pelo órgão responsável pelo PESF, a SEMA.

- Todas as atividades, empreendimentos e obras situados na ZA deverão contribuir para o bom funcionamento do PESF, através de medidas compensatórias permanentes previstas no licenciamento ambiental e outras formas de contribuição com a UC, decididas pelo seu Conselho Gestor.

- Serão priorizados atividades, obras e empreendimentos de baixo impacto ambiental ou impacto ambiental negativo dentro da ZA. Todas as atividades devem prever medidas mitigadoras dos impactos ambientais e sociais negativos.

- As atividades turísticas na ZA deverão ser sustentáveis e ecologicamente adequadas, garantindo a preservação dos ecossistemas e desenvolvendo nos visitantes o senso de respeito e proteção da natureza.

- Núcleos habitacionais porventura existentes na ZA deverão contar com alternativas não poluentes e ambientalmente adequadas de disposição de resíduos sólidos e de saneamento ambiental (água, esgoto, resíduos e drenagem pluvial).

- É proibido fazer despejo de resíduos a céu aberto ou queima de lixo, devendo o poder público e a comunidade providenciar sua adequada destinação.

- Atividades agropastoris na ZA não poderão utilizar agrotóxicos ou venenos, estimulando-se a agroecologia, a agricultura orgânica e outros usos amigáveis da terra, como a fruticultura, além de medidas de controle biológico de pragas. Não devem ser usados Organismos Geneticamente Modificados (OGM).

- Atividades agrícolas ou agropecuárias não podem usar queimadas, pulverizações aéreas e práticas que causem degradação e perda acentuada do solo.

- Não devem ser plantadas espécies florestais ou forrageiras exóticas ou que possam causar contaminação biológica.

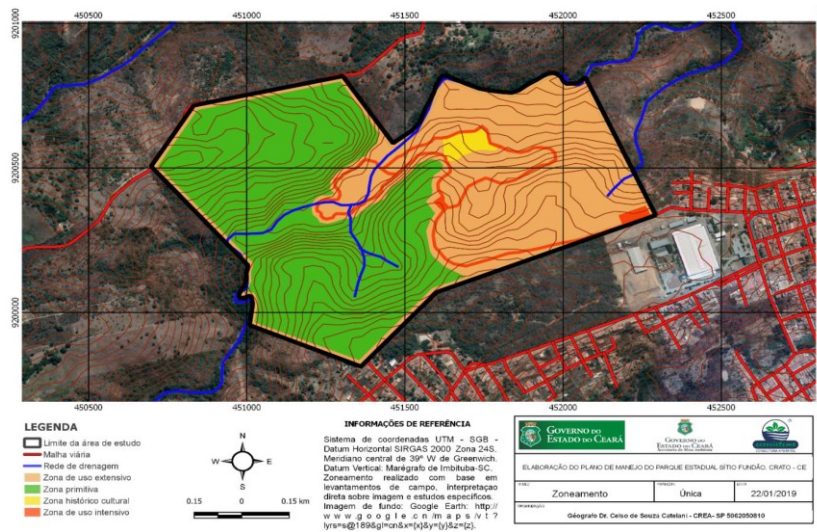
- As áreas degradadas ou com usos incompatíveis deverão ser devidamente recuperadas ou restauradas, priorizando a formação de Corredores Ecológicos e a constituição de Mosaicos de Biodiversidade.

- Animais domésticos deverão permanecer confinados, assegurando-se que não adentrem no PESF.

- Não poderá ser utilizado fogo para renovação de pastagens.

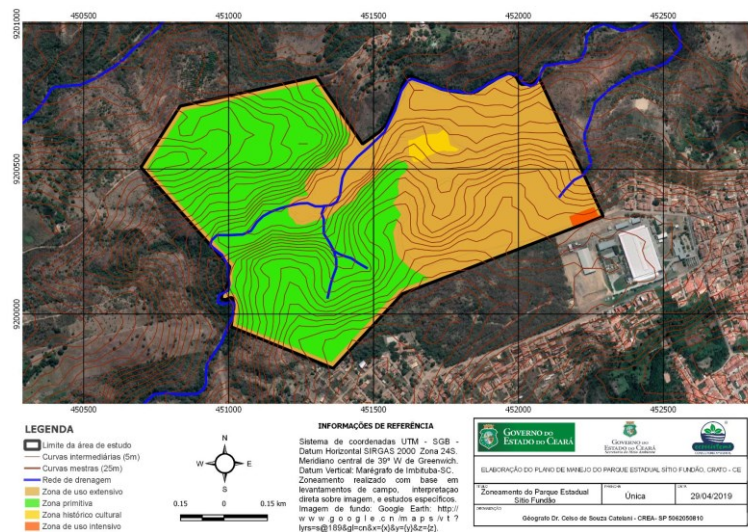
- Não é permitida a criação, introdução ou soltura de animais da fauna exótica nos limites da ZA (CEARÁ, 2019, p. 93).

**Figura 41** - Zoneamento proposto pela Ecosystema Consultoria Ambiental do Parque Estadual Sítio Fundão, Estado do Ceará



Fonte: (CEARÁ, 2019, p. 86).

**Figura 42** - Zoneamento final proposto e aprovado pela Comissão Técnica do Plano de Manejo Parque Estadual Sítio Fundão, Estado do Ceará



Fonte: (CEARÁ, 2019, p. 87).

À esse “conjunto contraditório de significados”, poderia chamar a reflexão para este estudo, a questão da especulação imobiliária bastante visível na área do entorno do PESF e, de modo mais acentuado, nos Bairros Lameiro e Zacarias Gonçalves, muito próximos do PESF, importando dizer também que a área desses bairros está totalmente dentro do espaço que compõe o Geossítio Batateira. Visto por um determinado ângulo, o avanço imobiliário na área do entorno do Geossítio Batateira e proximidades do

PESF, constitui-se como uma enorme preocupação. Por outro lado, pode corresponder a uma “nova condição” no que se refere à preservação das áreas verdes que compõem esses espaços, uma vez que os recursos naturais existentes nessas áreas vêm servindo como atrativo na divulgação desse tipo de empreendimento que busca atingir uma população cada vez mais desejosa em conviver mais de perto com o meio natural. E, como consequência, a natureza e tudo que ela oferece passa a servir como âncora na propaganda de vendas do ramo imobiliário. Com isso, essas empresas não vendem apenas o imóvel, mas também colaboram no sentido de despertar certa consciência valorativa acerca do meio ambiente e, como consequência, o senso e responsabilidade no que concerne à preservação e conservação dos tipos de patrimônios encontrados nessas áreas que são definidas como ‘espaços residuais’. Ou seja, de acordo com Scifoni (2008, p. 81):

Os discursos dos sujeitos da preservação mostram outra dimensão. Mostram que terrenos arborizados situados nos bairros passam a fazer parte da vida cotidiana de seus moradores porque são vivenciados e apropriados simbolicamente. O canto dos pássaros que ali se encontram, a umidade do ar, o cheiro da vegetação, a fruição visual, a agradável beleza das árvores em floração são alguns exemplos dessa forma de vivenciar essas áreas no cotidiano, o que as tornam parte da memória dos moradores mais próximos. Elas são, assim, espaços residuais.

No caso da área do entorno do PESF, embora a realidade das moradias seja completamente diferente, conforme já foi apresentado noutro momento deste estudo, ou seja, em sua maioria, acomodam pessoas de menor poder aquisitivo, particularidade logo percebida e, portanto, aproveitada por gestores do PESF, que passaram a usar essa questão como a oportunidade para colocar em prática os projetos, inclusive, aqueles que ajudaram a formatar uma justificativa na elaboração tanto do documento de Pedido de Tombamento do Sítio Fundão, como do próprio Plano de Manejo. Como posso comprovar em trecho extraído desse segundo documento, o Plano de Manejo, no item que trata das ‘Atividades e Normas do Programa de Educação Ambiental’, onde é previsto: Elaborar Programa de sensibilização e mobilização ambiental voltado às comunidades da região, priorizando as seguintes localidades: Sertãozinho, Cacimbas, Lameiro, Batateiras, São Gonçalo, Bebida Nova e bairro Seminário; Implantar projeto específico de Educação Ambiental.

A discussão em torno desse tema, EA<sup>130</sup>, ainda encontra lugar nesse documento, Plano de Manejo, ocupando um extenso espaço no qual se dedica a tratar da importância desse para a preservação e conservação do patrimônio natural e histórico daquele lugar. Neste item, intitulado de ‘Programa de Educação Ambiental do Parque Estadual Sítio Fundão. Abordagem de Educação Ambiental no Parque Estadual Sítio Fundão’, todo conteúdo trata exclusivamente sobre a EA, cujo texto tem como base a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9795/1999, Art. 1º de 27 de abril de 1999). Vejamos um trecho desse documento:

Educação Ambiental (EA) são todos os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltados à conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. A educação ambiental direcionada aos grupos sociais que convivem diretamente com a realidade das unidades de conservação, sejam os vizinhos, moradores, usuários ou beneficiários desses territórios protegidos, é uma estratégia essencial para o engajamento da sociedade na desafiadora tarefa de conservar as diversidades natural, cultural e histórica desses territórios. De um modo geral, as ações de educação ambiental nesses espaços têm por objetivo a mudança de atitude dos indivíduos em relação ao espaço protegido, contribuindo para a construção de novos conhecimentos e valores necessários à conservação da biodiversidade e ao desenvolvimento socioambiental. A EA propicia o (re)encantamento de pessoas e comunidades, trazendo novas reflexões sobre a problemática ambiental, social e ética. Ela ocorre na relação dialógica, na diversidade dos atores, na subjetividade, construindo caminhos possíveis que viabilizem as transformações na sociedade na medida em que as comunidades locais se tornem mais fortes e adquiram maior poder de decisão sobre a sua vida em seus territórios. A EA, enquanto campo de conhecimento, tem sido um componente importante para se repensar, no âmbito de metodologias e práticas, ações educativas tradicionais voltadas para a relação existente entre sociedade e natureza, sejam nos contextos formais ou nos não formais. A EA é um processo de educação responsável por formar indivíduos preocupados com os problemas ambientais e que busquem a conservação e preservação dos recursos naturais e a sustentabilidade, considerando os aspectos econômicos, sociais, políticos, ecológicos e éticos. A EA tenta despertar a consciência de que o ser humano é parte do meio ambiente, esperando superar a visão antropocêntrica que fez com que o homem se sentisse sempre

---

<sup>130</sup> De acordo com as especificações que indicam os principais objetivos da EA no PESF que constam no Plano de Manejo, diz que: “A EA é um dos principais pilares de atuação do PESF. Ela tem por objetivo desenvolver um conjunto de ações didáticas, visando a sensibilização a respeito da conservação e sustentabilidade socioambiental. Vivenciando experiências em meio à natureza, tendo como enfoque o conhecimento sobre a vegetação e suas espécies, o visitante é levado a refletir sobre a importância de sua preservação. O Programa de Educação Ambiental objetiva ainda avaliar a situação da EA no PESF de modo a aprimorar as estratégias e para alcançar os diferentes públicos-alvo presentes no Parque. Objetiva também, garantir que sejam usadas ferramentas adequadas para a interpretação ambiental propiciando a través de atividades lúdicas, painéis e exposições interativas a construção do conhecimento sobre a UC e sua importância. A EA e a interpretação ambiental serão utilizadas de forma a despertar e desenvolver a consciência dos valores ali protegidos, utilizando-se de processos educativos ligados à valorização do espaço e da natureza” (CEARÁ, 2019, p. 115).



o centro de tudo, esquecendo-se da importância da natureza da qual é parte integrante. Vasconcellos (2004) observa que a procura por áreas naturais tem aumentado por parte da população, que busca mais contato com a natureza. Há áreas que contêm recursos raros ou únicos, geralmente frágeis e suscetíveis de perdas irreparáveis e por estes motivos devem ser manejadas e protegidas. As áreas naturais constituem-se em locais ideais para se implantarem Programas de Educação Ambiental porque representam verdadeiros laboratórios naturais, usados de maneira que facilitam a compreensão do lugar do homem no mundo. É difícil resgatar a percepção de que o ser humano pertence ao mundo natural, porque hoje se vive em uma sociedade em que prevalece tudo o que é contrário ao sentido restaurado do indivíduo e da natureza. Por se estar imerso à vida urbana, mecanizada e individual, perde-se a comunicação com a natureza. Visitar uma área natural e observar a imensa diversidade que a compõe, reparar nas suas formas, cores, individualidades; pensar e sentir de que maneira as pessoas fazem ou não parte dela, pode ser a oportunidade de resgatar valores e sentidos adormecidos (MENDONÇA, 2000). Os programas de educação e interpretação ambiental devem satisfazer às necessidades dos usuários, sem comprometer a conservação da área visitada; devem servir como elos entre a área protegida e a população, conciliando a demanda e a satisfação do visitante (CEARÁ, 2019, p. 113-114).

A Educação Ambiental<sup>131</sup> foi um dos requisitos considerados pela comissão responsável por inventariar os espaços que passariam a integrar o Território Geopark Araripe. Baseado nos princípios da UNESCO, considerou-se que:

A Educação Ambiental (EA) permite encontrar caminhos para o equilíbrio ambiental, social e econômico, configurando-se como instrumento de sensibilização e mobilização, que visa à construção de um espaço menos degradado. O seu enfoque é a busca de uma perspectiva de ação que promova o desenvolvimento sustentável, relacionando o homem, a natureza e o universo, para novas práticas ambientais. De acordo com Galvão (2007), a educação ambiental abre um estimulante e variado espaço para repensar práticas sociais, permitindo a base adequada de compreensão do ambiente, da interdependência dos problemas e soluções, e da importância da responsabilidade de cada um em construir uma sociedade mais justa e ambientalmente sustentável. Como reitera Reigota (2002), a EA é uma

---

<sup>131</sup> “Em 2010, foi criado o Centro de Interpretação e Educação Ambiental do Geopark Araripe (CIEA Geopark Araripe). Neste centro, são realizadas atividades pedagógicas com escolas públicas e privadas, instituições de nível superior e a comunidade em geral. O objetivo é divulgar o conceito de Geoparque e de práticas de Educação Ambiental de forma interativa, proporcionando uma leitura integrada dos aspectos histórico, cultural, socioambiental, paleontológico e paisagístico dos Geossítio. O Geopark Araripe tem como instrumento desafiador, através da EA, unir forças e alavancar o desenvolvimento regional, considerando os limites dos recursos naturais e as interações da cadeia da vida como condições básicas de equilíbrio para a própria sobrevivência no território, considerando e respeitando especificamente as condições ambientais, culturais, sociais, econômicas, históricas, geológicas e paleontológicas” (CEARÁ, 2012, p. 63).

proposta que altera profundamente a educação como a conhecemos; não é a transmissão de conhecimentos sobre ecologia e, tampouco, só a utilização dos recursos racionalmente, mas, basicamente, a participação das pessoas nas discussões e decisões sobre a questão ambiental. A EA é uma proposta que altera profundamente a educação como a conhecemos; não é a transmissão de conhecimentos sobre ecologia e, tampouco, só a utilização dos recursos racionalmente, mas, basicamente, a participação das pessoas nas discussões e decisões sobre a questão ambiental. O Geopark Araripe concebe a EA como uma educação política, que visa atitudes e valores para construir novos hábitos e conhecimentos (CEARÁ, 2012, p. 63).

Dessa maneira, esse critério tem se caracterizado como exigência em três momentos da história do Sítio Fundão: (1) quando esse passou a integrar o território Geopark Araripe; (2) quando se deu o Tombamento, ao ser transformado em UC e (3) quando é transformado em PESF.

No que tange às DIRETRIZES da EA no PESF, essas assumem o compromisso por meio das atividades propostas de servirem enquanto “[...] um indutor de transformação social, aliando a sensibilização para a necessidade da proteção ambiental e valoração do parque na sociedade cratense, na busca de um ambiente saudável e ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações” (CEARÁ, 2019, p. 115).

Uma esfera a ser considerada diz respeito principalmente à uma política voltada para a preservação e conservação do patrimônio, muito embora, em se tratando das Unidades de Conservação, nesse caso, o PESF, essa sua nova condição de UC não tem sido suficiente para lhe resguardar das constantes ameaças que colocam em risco o patrimônio natural e histórico que ainda se encontram naquele lugar. Para isso, basta que recordar o incêndio que destruiu as ruínas do Antigo Engenho de Pau, isto porque, de acordo com Danilo Celso Pereira (2017, p. 99):

No caso do patrimônio natural, no entendimento de cada instituição quanto às características do que considera-se essencial para a proteção dos lugares de grande valor, que, tanto para o IPHAN quanto para o ICMBIO é o conteúdo preservacionista que se dá ao ambiente natural, seja por suas características estéticas, físicas, biológicas, científicas, mas que, notadamente, as experiências de conservação não se mostram suficientes para garantir a salvaguarda do ambiente natural e corroboram com conflitos socioambientais por não garantirem usos que possam suprir as necessidades de proteção da natureza e de desenvolvimento econômico e social, muito menos a participação democrática na tomada de decisões sobre a instituição desses patrimônios. Esta confusão emerge desde a convenção da Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (UNESCO) para o a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural de 1972. A convenção estabeleceu a inscrição de bens em duas categorias diferentes, o patrimônio

naturele o patrimônio cultural. De acordo com Santilli (2010, s.p.), “havia no texto da convenção, um antagonismo entre as categorias cultural e natural, reflexo da origem bipartite da preocupação com o patrimônio mundial, oriunda de dois movimentos separados: um que se preocupava com os sítios culturais e outro que lutava pela conservação da natureza os aspectos gerais das Unidades de Conservação da Natureza instituídas pelo poder público que visam cumprir diversas funções de caráter ambiental e de desenvolvimento sustentável (SNUC, 2000), mas que falham ao não se aprofundar sobre os conflitos socioambientais existentes quando da proteção integral das UCs.

Posso aqui relacionar a questão da EA com o turismo enquanto elementos constituintes de uma *nova condição* que resulta da reprodução do espaço, nesse caso, refiro-me ao PESF, ou, como ainda é reconhecido, Geossítio Fundão.

### **3.2.2 Turismo: Uma “nova condição” na construção da cartografia social do Geossítio Batateira**

Usualmente, o turismo se apresenta como uma prática social que pode contribuir para a conservação, salvaguarda e uso mais adequado do patrimônio cultural e natural, desde que atenda às necessidades e anseios da comunidade local, que valorize a identidade e a memória, bem como o meio ambiente e que possa contribuir positivamente para a salvaguarda do patrimônio, já que se utiliza do próprio bem para valorizar a história e a cultura para a conservação de determinado local. Mas ressaltamos também, que o patrimônio é apropriado pelo turismo e promove a transformação dos territórios e as formas de uso desse patrimônio (PEREIRA, 2017, p. 104).

No que se refere à integração do espaço PESF ao Território Geopark Araripe e, conseqüentemente como vem sendo mostrado, o reconhecimento desse como um Geossítio, corresponde exatamente ao que pensou Canclini (1999 *apud* PEREIRA, 2017, p. 104-15), como é demonstrado na citação abaixo:

[...] o turismo pode ser um uso social para a salvaguarda do patrimônio, desde que algumas questões devem ser levantadas para pensar os usos sociais do patrimônio, tais como: o patrimônio e a desigualdade social; os usos deste patrimônio; os propósitos da preservação e o patrimônio na era da indústria cultural, em que todas as formas de usos devem considerar, antes de tudo a participação social, algumas questões devem ser levantadas para pensar os usos sociais do patrimônio, tais como: o patrimônio e a desigualdade social; os usos deste patrimônio; os propósitos da preservação e o patrimônio na era da indústria cultural, em que todas as formas de usos devem considerar, antes de tudo a participação social.

Ou seja, na perspectiva da UNESCO, no que diz respeito aos espaços que foram conferidos por essa agência na categoria de Geossítios, sendo o PESF um deles, o

turismo é uma questão tratada de forma muito particular, isto porque, de acordo com o documento ‘Declaração do Araripe’, escrito durante a realização da 1ª Conferência Latino-Americana e Caribenha de Geoparques (LAC) que aconteceu entre os dias 17 a 19 de setembro de 2010, na sede do Geopark Araripe e que contou com o apoio da UNESCO, tendo estado presentes 250 delegados representantes de países de diversos continentes, sobre a pauta do turismo, ficou determinado que:

Desenvolvimento sustentável em um Geoparque não significa necessariamente uma aposta turística nem a abertura de territórios naturais sensíveis a um turismo de massa. Representa, sim, um turismo consciente, responsável e independente. Um Geoparque deve ser um verdadeiro território de ideias e de projetos, e a sua estratégia de desenvolvimento sustentável deve ser inovadora, ponderada, integrada, respeitadora das tradições e vontades locais, além de proporcionar igualdade entre a sua população. Além disso, a criação de uma marca para os produtos do território do Geoparque, baseada num conjunto de especificações de qualidade, deverá constituir um elemento importante do seu desenvolvimento econômico (CEARÁ, 2012, p. 4).

Conforme se percebe, o turismo assume um papel de destaque no que se refere aos espaços reconhecidos como Geossítios, uma vez que, o enfoque é direcionado para o geoturismo aliado ao desenvolvimento regional. É visto como um novo produto do setor turístico que é direcionado às pessoas interessadas em atividades que envolvam aprendizado, exploração, descoberta e imaginação. Essa necessidade de conhecimento faz da interpretação um meio eficaz de prover informação que, se transmitida em linguagem acessível, terá papel importante na geoconservação e na promoção e divulgação da educação ambiental necessária à conservação, isto de acordo com a proposta de um Geopark.

Considero que o turismo na proposta das UCs assume outra característica que se volta para a prática do ecoturismo, vista como uma importante ferramenta que, além de estreitar, ela facilita a compreensão do lugar do homem no mundo. De maneira tal que esse contato com a natureza se torna uma forma estimulante de fazer as pessoas entenderem o seu próprio papel na natureza. Ou seja, faz com que percebam um mundo, antes ignorado do seu campo de visão, de modo que suas atitudes perante o meio natural induzam à uma nova prática ambiental, onde a natureza passa a ser interpretada através de outra forma, ou seja, pelo:

Entendimento do ambiente pela experiência prática direta. A interpretação caracteriza-se pela informalidade e encantamento, pela provocação de estímulo, curiosidade e reflexão e pelo uso de interações, comparações e analogias com experiências reais, abordando temas relevantes em seus aspectos normalmente despercebidos e, ou aparentemente insignificantes. [...] Devem servir como elos entre a área protegida e a população, conciliando a demanda e a satisfação do visitante, sempre visando a conservação do local; devem conectar os visitantes ao lugar, criando maior consciência, compreensão e apreciação dos recursos naturais e culturais protegidos; servem para provocar mudanças de comportamento; criam impressão positiva sobre a área e sobre a instituição responsável pelo local conservado; servem para se obter informações sobre padrões de visitação e perfil dos visitantes; e possíveis parcerias e fontes de colabora o (CEARÁ, 2019, p. 118).

Nessa perspectiva, onde o turismo e o ecoturismo são reconhecidos como usos sociais que visam contribuir para a conserva o e salvaguarda dos tipos de patrimônios identificados no espaço Geossítio Batateira, isto de certa forma entra em acordo com o entendimento de Choay (2011 *apud* SCIFONI, 2008, p. 23), quando essa pesquisadora diz que:

[...] os patrimônios adquiriram na contemporaneidade uma outra fun o que aquela de propiciar saber e prazer: eles se transformaram em produtos culturais, inseridos no mercado para serem consumidos, processo que ela denominou de “ ndustria patrimonial” e que desempenha um importante papel econômico, uma parte crescente do orçamento e renda de estados, regiões e municípios.

No Brasil, conforme Karpinski (2018, p. 3), “[...] a maioria das obras encontradas se refere ao patrimônio cultural e natural, mas, em geral, acaba por discutir somente o primeiro”, o que denota segundo sua análise, “uma escassez de produ o bibliográfica específica sobre patrimônio natural nas áreas das Ciências Humanas e Sociais”.

  esta perspectiva, o estudo realizado por José  talo José Bezerra, em sua Tese de Doutorado, cuja análise lhe permitiu:

[...] observar as intera es e tensões entre políticas de fomento ao turismo e de prote o do patrimônio cultural, e demonstrar como diversos sujeitos investiram na promo o da distin o sociocultural entre as cidades de Barbalha, Crato e Juazeiro do Norte com o intuito de tornar cada uma delas a mais representativa de um legado cultural que, se supunha, demonstrativo da marca singular da identidade regional (VIANA, 2017, p. 15).

Ao procurar discutir a patrimonializa o da natureza como um bem simbólico, no sentido de buscar explicar a sua rela o com o turismo na região, esse pesquisador

considerou que, embora essa temática, a natureza no Cariri Cearense, tenha sido amplamente divulgada pelos intelectuais do ICC, na década de 1950, ocupando as páginas dos jornais, livros ou revistas que circulavam na região foi:

Somente a partir dos anos 1970 que essa temática passou a ocupar lugar de destaque no discurso intelectual caririense, cujas propostas estavam estreitamente ligadas ao desenvolvimento da visitação turística. Pretendia-se, pois, preservar a natureza pela elevação do turismo a promissora fonte de desenvolvimento econômico daquela região. Dentre as possibilidades aventadas para o incremento da atividade turística, aquelas que deveriam ser desenvolvidas na extensão da Serra do Araripe foram sobejamente destacadas. (...) Embora essas representações tenham variado ao longo dos anos, considerando que as convenções estéticas dependem de uma apropriação visual e de um observador historicamente situado, elas permaneceram atribuindo à natureza um caráter *sui generis*, a partir da crença de que a paisagem natural do Cariri possuiria uma aura encantada, alimentada por uma suposta relação genuína com o passado de glórias. Este, por sua vez, daria forma, conteúdo e função aos projetos de construção de identidades e de memórias que visavam dotar os espaços naturais de sentidos vinculados a um caráter monumental (VIANA, 2017, p. 181).

Assim, o texto de Viana (2017) reitera o que disse Karpinski (2018, p. 3) quando afirmou que “[...] a maioria das obras encontradas se refere ao patrimônio cultural e natural, mas, em geral, acaba por discutir somente o primeiro”. O que denota, segundo sua análise, “[...] uma escassez de produção bibliográfica específica sobre patrimônio natural nas áreas das Ciências Humanas e Sociais” (p. 3), especialmente, quando se trata das produções no Brasil.

Essa questão se confirma no estudo de Viana (2017, p. 28), quando esse pesquisador busca refletir sobre ‘O Geopark Araripe e a patrimonialização da natureza’. Onde, segundo ele:

O direcionamento dos interesses para o turismo cultural, principalmente na vertente voltada para a compreensão do patrimônio como indutor de demanda turística e fonte de formação de produtos singulares, estimulou a formação do “destino turístico Cariri”, com trabalho de estruturação da oferta (atrativos, infraestrutura, serviços e produtos) para atendimento das demandas específicas dos turistas. Dessa forma, as instituições observadas no presente capítulo atuaram como agentes de turismo, no sentido de agirem com empenho no fornecimento dos serviços adequados aos anseios de consolidação do Cariri como um destino turístico notável, tais como serviços de hospedagem, alimentação e receptivo de boa qualidade. O objetivo do capítulo, portanto, é demonstrar como por meio de trabalhos diversos, tais agentes criavam uma simbiose que propunha o turismo enquanto alternativa econômica de função precípua para a preservação do patrimônio cultural. Essa classificação dá legitimidade material e simbólica aos projetos de patrimonialização da natureza engendrados pelo Geopark Araripe, que tornam não apenas a natureza disponível aos visitantes, mas o saber sobre ela

e sobre o tempo dela, seus processos e ciclos. Conjuntamente, os aspectos da preservação e proteção deste “patrimônio geológico e paleontológico” (CEARÁ, 2012, p. 60) agem em nome da estruturação de um plano de desenvolvimento regional integrado, cujo turismo seria o eixo principal. Assim, a proposição da configuração de um segmento da atividade turística que utiliza a natureza como atrativo imprime nela o caráter de recurso econômico, promovendo, a um só tempo, a conscientização para a preservação ambiental e a exploração de seu consumo (VIANA, 2017, p. 190-193).

A reflexão que o autor realiza nessa citação, de certo modo, emite com clareza algumas das propostas que levam a UNESCO a reconhecer o espaço como sendo o território Geopark. Uma delas, de acordo com o Geólogo francês Guy Martini<sup>132</sup>, diz respeito a ideia de compreender o Geopark como um “[...] território que promove novos valores e oferece uma nova identidade a este espaço, trazendo aos seus habitantes uma nova proposta de desenvolvimento econômico construído sobre bases duradouras e sustentáveis”. Ou seja, um território ‘vivo’, resultado do encontro entre o Homem, a Natureza e o Tempo.

Ao tempo em que “[...] a proposição da configuração de um segmento da atividade turística que utiliza a natureza como atrativo imprime nela o caráter de recurso econômico, promovendo, a um só tempo, a conscientização para a preservação ambiental e a exploração de seu consumo”, conforme Viana (2017, p. 190-193), resultando na apreensão, identificação e, sobretudo, construindo novas relações sociais e ambientais entre homem e natureza que são estimuladas tanto pela sensibilização como pela ideia preservacionista e conservacionista do tipo de patrimônio. Por outro lado, informam também, novas atitudes no modo como esses espaços passam a ser interpretados. Ou seja, como Meneses (2006, p. 56) analisou a interpretação do patrimônio, através de uma experiência preservacionista, mostrando como ocorre o processo de identificação, apreensão, interpretação e informação do patrimônio, ele comentou que “[...] deve ser um processo identitário que, partindo da realidade social de suas peculiaridades [...] tenha aderência ao devir das pessoas que compõe o espaço histórico a ser trabalhado”. Compreensão também da UNESCO ao referenciar os espaços nomeados de Geossítios no processo que formalizou a criação do Geopark Araripe e institucionalizou o patrimônio natural e histórico do Cariri cearense na “Memória da Terra”.

---

<sup>132</sup> Membro do Comitê UNESCO-Geoparks, Perito da UNESCO-Geoparks. *In*: CEARÁ (2012, p. 10).

## CONCLUSÕES

[...] Aprendemos que é o presente que interroga o passado e o conecta com a nossa vida, com as suas problemáticas; o passado como a História, é uma invenção do presente, embora ancorada nos signos deixados pelo passado... Cabe ao historiador, profissional do presente e não do passado, como dizia Bloch, construir em suas narrativas a mediação entre os tempos e diferenciar, como queria Kant, o que é atual, o que é próprio do nosso tempo, do que é apenas contemporâneo, o que está do nosso lado, mas vem de outros tempos, e talvez intuir, abrir possibilidades de horizontes outros para o futuro. Este trabalho de mediação, de tradução, exercido pelo historiador, tem como principal instrumento a narrativa, a linguagem, que é recurso fundamental de mediação, de mistura, de relação do homem com o mundo. Não existe evento humano e humanizado que não passe pelo conceito, pelo significado, pela significação (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 33).

A citação em destaque permite que se faça um retorno a epígrafe do primeiro capítulo deste estudo, uma vez que os argumentos do autor alinham-se a motivação inicial: convidar o leitor desta tese para as questões socialmente vivas referentes aos usos das narrativas históricas e memorialísticas. Apresento na epígrafe uma “ação territorializada” apreendida e externada pelo olhar e pelo encantamento de um pequeno cariense diante da exuberância da paisagem da Chapada do Araripe, caracterizada pela interiorização e afetividade resultante de discursos elaborados por narrativas históricas sobre as tramas sociais, ambientais e históricas que explicam a relação que envolve homem, natureza e patrimônio no Cariri cearense.

Considerei os registros e as impressões de cronistas e viajantes dos séculos XVII e XVIII sobre a natureza nessa região, por meio das quais procurei fazer uma releitura de narrativas contemporâneas que aportaram suas investigações nessas fontes. Observei as narrativas historiográficas recentes que dialogaram com os discursos de viajantes e naturalistas dos oitocentos - sobre a natureza e a sociedade no sul do Ceará; indicando a centralidade dos temas regionais, justificados pelo produto imagético-discursivo que promoveu interpretações referentes ao Cariri cearense como uma “região” diferente das demais do seu entorno. A historiadora Antonia Otonite de Oliveira Cortez (2000), por sua vez, afirma no seu estudo, que foram os intelectuais do ICC os primeiros a se valerem desses argumentos para sustentar a ideia de um recorte regional, sobretudo, para amparar o desejo de “criar uma identidade” própria para essa região<sup>133</sup>. Fazendo

---

<sup>133</sup> Devo lembrar que o conceito de região, neste estudo, é pensado enquanto “categoria da prática”, no qual procurei seguir como referencial teórico as definições do Geógrafo Rogério Haesbaert (2014, p. 40-41), onde ele mostra que o conceito de região pode ser pensado nas próprias práticas sociais,



referência ao conceito de “tradição inventada”, proposto no livro ‘A Invenção das tradições’, essa pesquisadora procurou refletir, no seu texto, a partir dos esforços realizados pelos intelectuais durante a década de 1950, sobre construir uma tradição de “adiantamento” político, econômico e cultural para o Crato, onde fizeram certo investimento na tradição inventada em narrativas historiográficas para legitimar projetos de presente e de futuro.

Essa mesma natureza que ofertou os melhores exemplares de plantas novas e raras ao naturalista George Gardner<sup>134</sup>, levando-o a definir a Serra do Araripe como “o melhor campo de pesquisa” e foi sublinhada por ele na produção dos engenhos na região, ou ainda, como uma natureza que o fez constatar ser uma região “pouco melhor que o deserto”. Além disso, produziu sentidos para esse viajante que deixou sua impressão registrada, quando escreveu:

[...] a beleza da noite, a doçura revigorante da atmosfera, a riqueza da paisagem, tão diferente de quanto, havia a pouco, houvera visto, tudo tendia a gerar uma exultação de espírito, que só experimenta o amante da natureza, e que em vão eu desejava fosse duradoura, porque me sentia não só em harmonia comigo mesmo, mas em paz com tudo em torno (GARDNER, 1976, p. 92).

Ela, a natureza, também passou a ser lida e interpretada por estudiosos cujos temas estão inseridos nesse espaço em que é detentora desses predicativos detalhados por Gardner nos seus registros, onde procura explicar suas questões dando outro sentido, outra função a natureza. Os predicativos de uma natureza prodigiosa que ajudou a construir um discurso imagético definido pelo traçado fronteiro de uma paisagem natural marcada pelo verde constante de sua vegetação, que destoa do tipo de vegetação que caracteriza as demais regiões do semiárido e do sertão do Nordeste brasileiro. Serviu, assim, para apresentar essa região como a “terra prometida”, ou mesmo para legitimar a ideia de região nos debates públicos. Em tal campo, a natureza passa a ser lida como agenciadora de novas práticas sociais, cujos atributos promoveram outros sentidos sociais que provocaram, inclusive, mudanças nas relações sociais e econômicas, justificadas tanto pelo “[...] domínio do espaço regional, que ocorre através

---

“políticas de região” que acionem a região em nome de ações concretas como ocorre claramente no caso da construção de regionalismos políticos e das identidades regionais. Explicando, assim, porque considera o conceito de região como “artefato”.

<sup>134</sup> Os textos que tratam sobre a historiografia da região informam que este naturalista escocês teria permanecido no Crato durante cinco meses, entre setembro de 1838 a janeiro de 1839.

da apropriação dos recursos naturais, como pelo controle da terra” (REIS JUNIOR, 2015, p. 34-35)<sup>135</sup>.

Orientada por essa mesma perspectiva, li os textos que compõem o elenco de obras historiográficas sobre o Cariri cearense. Especialmente, por se tratar de referências que se apresentam num quadro de narrativas que suscitam importantes questões elaboradas no tempo presente, muitas das quais, atuais nos debates públicos.

À exemplo dessa proposta, onde a História Ambiental também se apresenta como eixo temático na condução da leitura de temas e fontes que cercam a problemática dessa análise, coordenadas no mesmo espaço de interpretações dessas narrativas históricas que contemplam o homem, a sociedade, a natureza e os tipos de patrimônios que permitiram a equipe de técnicos da UNESCO, junto a coordenadores e pesquisadores do Geopark Araripe, caracterizar cada Geossítio que compõe o Território Geopark Araripe. De modo mais particular, o Geossítio Batateira, espaço por onde circulam conhecimentos sobre o passado ressignificados no presente, um deles, presente nos textos clássicos e nas novas produções acadêmicas, refere-se à evocação dos Índios Kariri e da sua relação com a história dessa região, referenciada como Território Cariri ou Kariri, nomenclaturas que marcam a toponímia da grafia que designava as etnias do grupo de índios que praticavam a mesma língua<sup>136</sup>.

Devo frisar que, nesse estudo, a referência aos Índios Kariri se processou em função das problemáticas que as narrativas históricas constroem acerca da importância da presença e da relação desses índios com o espaço estudado. Nesse sentido, importa dizer que, o elenco de títulos chamados à essa análise sobre os índios Kariri, justificam a reflexão em torno de duas importantes questões envolvendo a presença destes no espaço estudado. Ora relacionando-os a terra e ao território Kariri, ora a Lenda da Pedra da Batateira. Entre estas, as narrativas que apresentam o contexto em que os Índios Kariri foram expulsos de suas terras, resultando, assim, na chegada deles no espaço atualmente referenciado de Geossítio Batateira.

Algumas dessas abordagens revelaram outros sentidos as questões que apresentei, ressignificando, assim, a construção das narrativas históricas. Como

---

<sup>135</sup> Esta reflexão foi realizada pelo historiador Darlan Reis Júnior, na sua tese de doutorado, onde procurou tratar sobre “as questões que envolvem o mundo do trabalho: as contradições resultantes da desigualdade social, as práticas de controle estabelecidas pelos senhores, bem como os conflitos e as diferentes formas de resistência dos trabalhadores”, no Cariri cearense.

<sup>136</sup> O recente estudo de Antonio José de Oliveira (2017) faz uma excelente abordagem sobre essa questão.

exemplo a Lenda da Pedra da Batateira, que além de ser relacionada a um evento mítico, também, é apresentada como uma forma de resistência desses índios contra a empreitada dos colonizadores brancos, incluindo, assim, o índio Kariri na condição de sujeito social - uma vez, que esse tipo de interpretação segue as orientações sugeridas pelo estudo de Maria Regina Celestino de Almeida (2003), quando procurou destacar a resistência indígena e as práticas políticas dos índios contra a opressão do colonizador como uma “ação política”.

Esse tipo de interpretação, de certo modo, rompe com a tradição historiográfica, apresentada geralmente nos estudos clássicos que “[...] visualizava o indígena como o bom selvagem, sem história, sem memória e sem formas de organização política” (APOLINÁRIO, 2016, p. 35). Todavia, esse tipo de leitura não corresponde ao modo como os índios Kariri são descritos em algumas fontes. É o caso do registro do naturalista George Gardner, quando, se reportando à população da vila do Crato, escreveu: “[...] os habitantes desta parte da província são geralmente conhecidos pelo cognome de cariris [...] famigerados no país por sua rebeldia às leis” (GARDNER, 1976, p. 93).

João Brígido (1888, p. 76), por sua vez, mostra no seu texto, a condição de submissão em que viviam os índios aldeados da Missão do Miranda. Comentando que: “Aí os índios, homens e mulheres, trabalhavam por tarefa, debaixo do comando de um feitor índio e de um diretor branco. Ora fiavam para se vestir, ora manipulavam a mandioca para se sustentar”. Essa posição é diferente da proposta apresentada no texto de Antonio José de Oliveira (2017), quando analisou os Índios Kariri, destacando algumas práticas de resistência e atuação desses índios. Entretanto, mesmo colaborando com a interpretação que reconhece a Lenda da Pedra da Batateira, como uma manifestação de resistência dos Índios Cariri, a compreensão desse evento mítico, ocorrido no espaço recortado para este estudo, Geossítio Batateira, é lida como uma “ação territorializada” que marca a história desses índios que explicam o Território Cariri. Tal lenda se apresenta como uma narrativa recorrente nas entrevistas de história oral discutidas na presente tese.

Ao procurar discutir as tramas sociais e ambientais a partir das narrativas memorialísticas e historiográficas, passei a tratar o Processo de Tombamento do Sítio Fundão como produto das motivações sociais e ambientais que havia sido ensaiada desde os anos de 1970, por jovens intelectuais cratenses engajados na construção de

argumentos para preservação do patrimônio local. Há de lembrar, que as iniciativas desse grupo de jovens estavam em interface com os temas mais palpitantes dos debates públicos daqueles anos (1970-1980), quando países do mundo inteiro voltaram os seus olhares para os debates sobre a natureza e sobre o patrimônio mundial, conforme a pauta da UNESCO para a Conferência Internacional de 1972, em Paris: a defesa do Patrimônio Natural e Histórico. Ou seja, de acordo com Carlos Frederico Loureiro (2008, p. 71), “Nos anos setenta e oitenta, foi recorrente medidas voltadas para a conservação dos recursos naturais e a mudanças comportamentais”. Deve-se assinalar, ainda, que esses mesmos anos (1970-1980) foram marcados por uma onda de movimentos sociais e ambientalistas que foram provocados a darem uma resposta a chamada crise ambiental amplamente debatida nesses anos, de tal maneira que pode ter influenciado a atuação desse grupo de jovens.

De todo modo, o certo é que essas primeiras movimentações em torno da defesa do patrimônio existente no Sítio Fundão serviram para fomentar novos debates e envolver outros atores sociais nos encaminhamentos dados ao pedido que inaugurava O Processo de Tombamento do Sítio Fundão, cujos pontos principais que deram fundamentação para referenciá-lo, em síntese, têm suas as questões sintonizadas às demandas dos debates atuais tais como: Educação ambiental, preservação e conservação. Ou seja, a relação do homem com a natureza e o patrimônio, nesse espaço, ainda continuará sendo contada.

O envolvimento efetivado por minha participação nos momentos de discussões que antecederam a criação do Plano de Manejo fez considerar a possibilidade de estar construindo uma narrativa amparada em questões do Tempo Presente. Condição explicada pelo historiador alemão Koselleck (2006), ao referir-se à condição de ator-testemunha quando o assunto se estabelece numa relação entre o historiador e o tempo presente no entrelaçamento das questões que são suscitadas pela contemporaneidade e que envolvem as dimensões sincrônicas e diacrônicas no exercício de fazer uma História do Tempo Presente.

O Plano de Manejo do Parque Estadual Sítio Fundão (PESF) representa o desdobramento de ações socialmente produzidas num contexto de institucionalização de muitos temas discutidos nos espaços públicos. Demonstrados através dos argumentos que ampararam e justificaram a sua criação, à começar pelo próprio Texto Constitucional de 1988, além do retorno às questões essenciais ao seu reconhecimento e

credenciamento como espaço que está inserido no Território Geopark Araripe, reafirmando, assim, a sua importância social, histórica e natural nessa relação que envolve a defesa do seu patrimônio, demonstrada continuamente nos debates que envolvem: homem/natureza/sociedade.

Colaborando na condução dessa proposta, me permiti seguir os rastros de memórias orais caracterizadas, principalmente, em função da aproximação dos entrevistados com a temática deste estudo. Importa dizer que, nesses tipos de narrativas, as tramas sociais e ambientais são apresentadas de acordo com o tipo de relação mantida pelos entrevistados com o tema e o espaço deste estudo. Explico: No caso dos registros orais de Angelita da Franca Alencar, foram levados em consideração os registros da memória e experiências vividas no Sítio Fundão que permitiam, principalmente, relacioná-las a seu pai, o Sr. Jefferson da Franca Alencar, especialmente, dando conta das práticas ambientais e sociais deste que seria de acordo com a definição do historiador e pesquisador, Carlos Rafael Dias, “o bastião da ecologia no Crato”.

Como procurei mostrar, várias narrativas circularam nesse texto, fosse declarando ou qualificando o objeto desta investigação, garantindo, enfim, a sua importância e o seu espaço na escrita de novas narrativas sobre o homem, a natureza e o patrimônio natural e histórico registrado cariri cearense. Entendo que as novas narrativas historiográficas emergem da reelaboração de um conjunto de novas práticas sociais e ambientais mediatizadas por meio da nova condição traçada pela materialidade do espaço produzido, Geossítio Batateira. Nesse caso, explicado tanto pelo Tombamento do Sítio Fundão, como pelo Plano de Manejo, que interpreto como sendo essa “nova condição” onde a Educação Ambiental e o Geoturismo figuram como novos usos sociais, que “[...] correspondem aos modos socialmente construídos para a participação do caririense na identificação, conservação, estudo e difusão dos bens que figuram sua identidade”<sup>137</sup> (ZANIRATO, 2009, p. 139).

Por que busquei como referência o Tombamento do Sítio Fundão e o Plano de Manejo? Porque tanto um como outro, resultaram de uma rede de tramas sociais e ambientais envolvendo os pilares dessa análise: homem/natureza/ sociedade e patrimônio. No caso do Tombamento do Sítio Fundão, muito embora, tenha partido da iniciativa de vários segmentos sociais ligados á causa do Fundão, preocupados com o

---

<sup>137</sup> Sobre essa questão, ler o texto ‘Usos sociais do patrimônio cultural e natural’ de Zanirato (2009).

destino que seria dado a natureza e os tipos de patrimônios encontrados, foi possível observar os laços afetivos que ligavam alguns desses sujeitos tanto a memória do lugar como ao seu antigo proprietário, Jefferson da Franca Alencar, sujeito histórico central nos debates públicos contemporâneos que envolveram o valor ecológico, cênico e histórico do parque. Aspectos, que, por sinal, despertou para o reconhecimento desse lugar como um espaço dentro do Território Geopark Araripe, o que compreendo como prática social da UNESCO ao transformar espaços em Geoparques.

No caso do Plano de Manejo, interpreto esse documento, como sendo uma ferramenta que institucionaliza a natureza e todo o patrimônio que se registra no PESF, colaborando para construir novas narrativas históricas, sociais e ambientais do homem com a natureza, tendo o Geossítio Batateira como espaço de representação e interpretação.

## BIBLIOGRAFIAS E REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. **História oral e movimento social**: Narrativas Públicas. Coleção História Oral e dimensões do Público. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. **História Pública no Brasil**: sentidos e itinerários. São Paulo: Ed. Letra e Voz, 2016.

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. MENESES, Sônia (org.). **História Pública em debate**: Patrimônio educação e mediações do passado. São Paulo: Letras e Vozes, 2018.

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de.; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (org.). **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

AGRA, João Tertuliano Nepomuceno; AGRA, José Otávio (org.). **Água, solo & educação ambiental**. Campina Grande: Universidade Federal de Campina Grande, 2008.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Nos destinos de fronteira**: história, espaço e identidade regional. Recife: Bagaço, 2008.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História**: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2007.

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão**. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metmorfozes indígenas e culturais nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

ALVES, Joaquim. **O vale do Cariri**. Fortaleza: Revista do Instituto do Ceará, 1945.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Modernização e pobreza**: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1994.

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte; SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa (org.). **Diálogos Interdisciplinares entre Fontes Documentais e Pesquisa Histórica**. Campina Grande: EDUEPB, 2011.

ARAÚJO, Antonio Gomes de. **A cidade de Frei Carlos**. Crato: Faculdade de Filosofia do Crato, 1971. v. 5 (Coleção Estudos e Pesquisas).

ARAÚJO, Antonio Gomes de. [Meu Ceará]. **A Província**, Crato, jul., 2010.

- ARAÚJO, Antonio Gomes de. **Povoamento do Cariri**. Crato: Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará, 1973. v. 3 (Coleção Estudos e Pesquisas).
- BEZERRA, Antonio. **Algumas origens do Ceará**. Fortaleza - CE: Fundação Waldemar Alcântara, 2009.
- BEZERRA, Cícera Patrícia Alcântara. “**Siriris, milindôs e reisados**”: história do folclore caririense (1950-1970). 2017. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade, lembranças de velhos**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução: Fernando Thomaz (português de Portugal). 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- BRASIL, Thomás Pompeo de Sousa. **Ensaio estatístico da província do Ceará**. [Fortaleza - CE]: Veritas, 1964.
- BRITO, Maria do Socorro. **Mudanças na organização do espaço: o novo e o velho no Cariri canavieiro**. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1985.
- BURKE, Peter. **O mundo como teatro: estudos de Antropologia Histórica**. Lisboa: Difel, 1992.
- BURITI, Iranilson; RICARTE, Juciene Apolinário; NASCIMENTO, Regina Coelli (org.) Modos de ver, formas de escrever (anotações em torno da história da educação e do ensino de História. Fortaleza: RDS Editora, 2013.
- CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2014.
- CARVALHO, Gilmar de. **Madeira matriz cultura e memória**. São Paulo: Annablume, 1998.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. **Um historiador fala de Teoria e Metodologia: Ensaio**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2005.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história: ensaios de teoria, metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CEARÁ. Governo do Estado do Ceará. **Geopark Araripe: história da terra, do meio ambiente da cultura**. Fortaleza, CE: Governo do Estado do Ceará, 2012.
- CHARTIER, Roger. A História Cultural: entre práticas e representações. *In.*: GALHARDO, Maria Manuela. **Memória e Sociedade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do Patrimônio**. Tradução: MACHADO, Luciano Vieira. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.
- COSTA, Rogério Haesbaert. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2016



COSTA, Rogério Haesbaert. **Regional-global**: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

COSTA, Rogério Haesbaert. **Viver no limite**: território e multitransterritorialidade em tempos de insegurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2014.

CUNHA, Maria Isabel da (org.). **Trajatórias e lugares de formação da docência universitária**: da perspectiva individual ao espaço institucional. Araraquara, SP: Junqueira Marin; Brasília, DF: CAPES, CNPq, 2010.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História Oral**: memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DIAS, G. F. **Educação ambiental**: princípios e práticas. 5. ed. São Paulo: Global, 1998.

DUARTE, Regina Horta. **História & Natureza**. Belo Horizonte: Autêntica 2005. 112 p.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. Tradução: Sandra Castelo Branco. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2011.

ELIADE, Mircea. **Mito e realidade**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

EULALIO, Maria do Carmo. A história oral: vetor do tempo para pessoas idosas. *In*: WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta; VELÓSO, Thelma Maria Grisi (org.). **Oralidade e subjetividade**: os meandros infinitos da memória. Campina Grande: EDUEP, 2005.

FERREIRA, Maria Lúcia de Fátima Guerra. **Raízes da indústria das secas**: o caso da Paraíba. João Pessoa: UFPB, 1993.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

FIGUEIREDO, José Nilton de. **A consagração da vida**: formação das Comunidades de Pequenos Agricultores da Chapada do Araripe. Crato - CE: Província, 2002.

FIGUEIREDO FILHO, J. de. **História do Cariri**. Fortaleza: UFC, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins, 2008.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

FUNES, Eurípedes. História Ambiental: possibilidades de novos olhares. *In*: NODARI, Eunice Sueli; CORREA, Silvio Marcus de Souza (org.). **Migrações e Natureza**. São Leopoldo: Oikos, 2013. p. 203-218.

GARCÍA CANCLINI, Nestor. **Culturas Híbridas**: estratégias para Entrar e Sair da Modernidade. 4. ed. Tradução: Heloísa Pezza Centrão, Ana Regina Lessa. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

GARDNER, George. **Viagem ao interior do Brasil, principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841**. Tradução: Milton Amado. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1976.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. **Geopark Araripe**: histórias da terra do meio ambiente e da cultura. Secretaria das Cidades (Projeto Cidades do Ceará-Cariri Central. Crato, Ceará, 2012.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Rio de Janeiro: Vértice, 1990.

HARTOG, François. **Regimes de Historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

HARTOG, François. A arte da narrativa histórica *apud* BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique. **Passados recompostos**: campos e canteiros da História. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV, [s.d].

HOBSBAWM, E; RANGER, Terence. A Invenção das Tradições. Tradução: Celina Cardim Cavalcante. *In*: HOBSBAWM, E. **A Produção em Massa de Tradições**: Europa, 1870 a 1914. 6 ed. Paz e Terra, 2008.

HUNSMANN, Moritz; KAPP, Sébastien (org.). **Devenir chercheur**: écrire une thèse en sciences sociales. Tradução: Renán Silva. Paris: Éditions de EHESS, 2013.

JEUDY, H.P. **Espelho das cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **A oralidade dos velhos na polifonia urbana**. 2. ed. Fortaleza: Premium, 2011.

KOSELLECK, ReinhArt. **Futuro do passado**: contribuição semântica dos tempos históricos. Tradução: Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LAGROU, Pieter. Sobre a atualidade da História do Tempo Presente. *In*. PORTO JR, Gilson (org.). **História do Tempo Presente**. Bauru, SP: Edusc, 2007, p. 31-45

LE GOFF, Jacques. História e Memória. Tradução: Bernardo Leitão. 5. ed. Campinas: São Paulo: Editora da Unicamp, 2003. LUCA, Tânia Regina. A história dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005

LOPES, J. J. Reminiscências na paisagem: “vozes, discursos e materialidades na configuração das escolas na produção do espaço brasileiro”. *In*: J. J. LOPES; S. M. CLARETO (org.). **Espaço e educação**: travessias e atravessamentos. Araraquara: JM Editores, 2007.

LOUREIRO, Carlos F. Bernardo. Educação Ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e planetária. *In*: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (org.). **Educação ambiental**: repensando o espaço da cidadania. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 69-98.

MACÊDO, Heitor Feitosa. **Sertões do Nordeste**: Inhamuns e Cariris Novos. Crato – CE: A Província, 2015.

MACEDO, Joaryvar. **Autores caririenses**. Crato, CE: Gráfica Muscote. 1981.

MARTINS, Marcos Lobato. **História e Meio Ambiente**. São Paulo: Annablume, 2007.

MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (org.). MARTINEZ, Paulo Henrique. **História Ambiental no Brasil**: pesquisa e ensino. São Paulo: Cortez, 20016.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **A Colônia Brazilianista**. São Paulo, Nova Stella, 1990.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Canto de morte Kaiowá**: história oral de vida. São Paulo. Editora Loyola, 1991.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Desafios da História Oral Latino-Americana: o caso do Brasil. *In*: FERREIRA, M. M.; FERNANDES, T. M.; ALBERTI, V. (org.). **História Oral**: desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Editora Fio Cruz, Casa de Oswaldo Cruz/CPDOC-FGV, 2000.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. 4.ed. São Paulo: Loyola, 2002.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Reintroduzindo a história oral no Brasil**. São Paulo. Editora Xamã, 1996.

MELO, José Patrício Pereira; BANDEIRA, João Adolfo Ribeiro; QUEIROZ, Zósimo Matos (org.). **Levantamento de dados e estudos técnico científicos dos geotopes do Geopark Araripe**: relatório fase I: levantamento de dados: caracterização fundiária/situação cadastral. Crato- CE: Geopark Araripe, 2012.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A paisagem como fonte cultural. *In*: YAZIGI, Eduardo (org.). **Turismo e Paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História, metodologia, memória**. São Paulo: Contexto, 2010.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 3.ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2001.

MULLER, Helena Isabel. História do tempo presente algumas reflexões. *In*: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **História do Tempo Presente**. Bauru, SP: 2007, p.17-29.

MONT'ALVERNE, A. A Frota *et. al.* **Exutórios Naturais do Sistema Exu/ Arajara na Bacia do Araripe**. 1994. Não publicado.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História, metodologia, memória**. São Paulo: Contexto, 2010.

NOBRE, Edianne dos Santos. **O teatro de Deus**: as beatas do Padre Cícero e o espaço sagrado de Juazeiro. Fortaleza: IMEPH, 2011.

NETO, Regina Beatriz Guimarães. História e escrita do tempo: Questões e problemas para a pesquisa histórica. *In*: DELGADO, Lucília de Almeida/ FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **História do tempo presente**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2104, p. 35-64.

OLIVEIRA, Antonio José de. **Cariris novos no século XVIII**: natureza, sociedade e paisagem. *In*: I Seminário Nacional de História e Contemporaneidades, 2013, Crato.

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição**: pensamento político e crítica ambiental escravista no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

PAIVA, Melquíades Pinto. **Os naturalistas e o Ceará**. Fortaleza: Instituto do Ceará, 2002.

PERELMUTTER, Daisy; ANTONACCI; Maria Antonieta (org.). **Ética e oralidade**. Projeto História, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História, PUC-SP, 1997.

PIERRE, João Teófilo. **Notas de um secretário**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2013.

PINHEIRO, Irineu. **Efemérides do Cariri**. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

PINHEIRO, Irineu. **O Cariri**: seu descobrimento, povoamento, costumes. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

PINSKY, Carla Bassanezy (org.). **Fontes Históricas**, 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

POMIER, Philippe; CASTRO, Ronaldo Souza de (org.) **Educação ambiental**: repensando o espaço da cidadania. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 73 – 103.

PONTING, Clive. **Uma história verde do mundo**. Tradução: Ana Zelma Campos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

POLLAK, Michel. **Memória, esquecimento, silêncio.** *In:* Estudos Históricos. Rio de Janeiro. v. 2, n. 3, 1989, p. 3-5.

PORTELLI, Alessandro. **Tentando aprender um pouquinho.** Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. *In:* Projeto História. v.15, São Paulo: PUC, SP,1997.

PORTELLI, Alessandro. A lógica das narrativas e aprendizagem da diferença na pesquisa de campo. *In:* WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta; VELÓSO, Thelma Maria Grisi (org.). **Oralidade e subjetividade:** os meandros infinitos da memória. Campina Grande: EDUEP, 2005.

PORTELLI, Alessandro. O massacre do Civitello Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. *In:* FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral.** 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa.** v. 3, Campinas: Papyrus, 1994.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento.** Tradução: Alain François [*et al.*]. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.

PROJETO HISTÓRIA: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUC-SP** (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). São Paulo, SP – Brasil, 1981.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **O fato e a fábula.** O Ceará na escrita da História. Fortaleza, 2012.

RODRIGUES, André Figueiredo; AGUIAR, José Otávio; SILVA, Wilton Carlos Lima da. **Literaturas de viagem:** fauna, flora e etnografia brasileira. São Paulo: Humanitas, 2013.

ROUSSO, Henry. A História do Tempo Presente, vinte anos depois. Tradução: DOMINGOS, Norma. *In:* DELGADO, Lucília de Almeida/FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **História do tempo presente.** Bauru, SP: 2007, p. 277-296.

RORIZ, Wilson. **Em defesa do Cariri.** Ceará - CE: Tipografia Minerva, 1057.

SALES, Jean Rodrigues; FREITAS, Liliane; STANCZYK FILHO, Milton (org.). **Região, espaço e poder.** São Paulo: Alameda,2010

SANTIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Valéria Barbosa de (org.). **Depois da utopia:** a história oral em seu tempo. São Paulo: Letra e Voz, 2013.

SANTOS, Ivanna Pequeno dos. O retorno do território. *In:* SANTOS, M. *et al.* (org.) **Território:** Globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec e ANPUR, 1998.

SANTOS, Ivanna Pequeno dos. **Regime jurídico das águas doce**: o caso da Fonte da Batateira Cariri-CE. Recife: Imprima, 2016.

SANTOS, João Brígido dos. **Apontamento para a História do Cariri**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2007.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão, emoção. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma Geografia das Territorialidades e das Temporalidades**: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (org.). **Territórios e territorialidades**: teoria, processos e conflitos. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequências Editora, 2015.

SARDAN, Jean-Pierre Olivier de. El proyotos de tesis: um proceso interativo. In: NSMANN, Moritz; KAPP, Sébastien (orgs). **Devenir chercheur**: écrire une thèse en sciences sociales. Tradução: Renán Silva. Paris: Éditions de EHESS, 2013.

SCIFONI, Simone. **A Construção do Patrimônio Natural**. São Paulo: FFLCH, 2008, 199 p.

SCIFONI, Simone. **Os diferentes significados do Patrimônio Natural**. Diálogos, DHI/PPH/UEM, v. 10, n. 3, p. 55-78, 2006.

SHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**: introdução. São Paulo: Companhia da Letras, 1996. p. 13-30.

SILVA, J. A. **Aplicabilidade das normas constitucionais**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1982. 259 p.

SILVA, W. A. G.; RÊGO, P. S. **Conservação do soldadinho-do-araripe *Antilophya bokermanni* (Aves: pripridae)**: subsídios para a elaboração do plano de manejo. Recife: OAP/Fundação o Boticário de Proteção à Natureza, 2004.

SILVA FILHO, Antonio Luiz Macedo de. Nota Explicativa. In: ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão**: Fortaleza - Crato, 1859 – volume I. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006.

THÉBERGE, Pedro. **Esboço histórico sobre a província do Ceará**. 2. ed. Fortaleza: Editora Henrique Galeno, 1973.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500-1800. Tradução: João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: História Oral**. Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TUAN, YI-Fu. **Espaço e lugar**. Tradução: Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta; VELÓSO, Thelma Maria Grisi (org.). **Oralidade e subjetividade**: os meandros infinitos da memória. Campina Grande: EDUEP, 2005.

WOSTER, Donald. Estudos Históricos. **História e Natureza**, v. 8, 1991.

## DISSERTAÇÕES

BOAS, Mariana Pinheiro Vilas. **Património paleontológico do Geopark Araripe (Ceará, Brasil) Análise e Propostas de Conservação**. 2012. Dissertação (Mestrado em Património Geológico e Conservação) - Escola de Ciências da Universidade do Minho, Portugal, 2012.

BRITO, F. C. W. **O mercado de águas da fonte Batateira no Cariri e a nova política de águas do Ceará**: desafios da transição. 2001. Dissertação (Mestrado em Recursos Hídricos) - Pós-Graduação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2001.

CORTEZ, Antonia Otonite de Oliveira. **A construção da “cidade da cultura”**: Crato (1889-1960). Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

DIAS, Carlos Rafael. **Da flor da terra aos guerreiros cariris**: representações e identidades do Cariri cearense (1855–1980). 2014. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2014.

FREITAS, Idalécio de. **Etnologia no Geopark Araripe**. 2013. (Projeto de Doutorado em Geologia) - Programa de Pós-Graduação em Geologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

GONÇALVES, Naudiney de Castro. **“O fogo não está morto”**: engenhos de rapadura do Cariri cearense como uma referência cultural na perspectiva das políticas públicas do último quartel do século XX. 2011. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2011.

HISSA, Inah Abreu. **Análise da realidade da Fonte Batateira do Cariri-CE: aspectos econômicos e legais do mercado de água.** 2005. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

LIMA, Maria da Penha Sousa. **Rio Acima, Rio Abaixo: Uma História Socioambiental do Rio Grangeiro (1930-1980).** 2016. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável) - Pós-Graduação, Universidade Federal do Cariri. Juazeiro do Norte - CE, 2016.

MAGALHÃES, Alexandra de Oliveira. **Análise ambiental do alto curso da Bacia do Rio da Batateira no Município do Crato/CE: subsídios ao zoneamento ecológico-econômico.** 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

OLIVEIRA, Antônio José de. **Engenhos de rapadura do Cariri: trabalho e cotidiano (1790-1850).** 2003. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.

SABIÁ, Rodolfo José. **Gerenciamento das fontes no Cariri: uma perspectiva integrada e multidisciplinar.** 2010. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2000.

SILVA, Noeli Ferreira da. **Contribuição do saber local na identificação de plantas medicinais prioritárias para a conservação IN SITU na Floresta Nacional do Araripe, Nordeste do Brasil.** 2013. Dissertação (Mestrado em Botânica) - Programa de Pós-Graduação em Botânica, Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2013.

SOUZA FILHO, Antônio Ulisses Olinda de. **Mediação comunitária como política pública para intermediar conflitos relacionados à água na comunidade da vila alta em Crato/CE.** 2017. Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2017.

VIANA, José Ítalo Bezerra. **O Instituto Cultural do Cariri e centenário do Crato: memória escrita da história e representação da cidade.** 2011. Dissertação (Mestrado em História Social) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

## TESES

CUNHA, Maria Soares da. **Pontos de (re)visão e exploração historiográficas da abordagem regional: exercício a partir do Cariri cearense (séculos XIX e XX).** 2012. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.



GALVÃO, Maria Neuma Clemente. **Educação ambiental nos assentamentos rurais do MST**. 2006. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

LIMA VERDE, Rosiane. **Arqueologia Social Inclusiva: a Fundação Casa Grande e a Gestão do Patrimônio Cultural da Chapada do Araripe, Nova Olinda, Ceará, Brasil**. 2015. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Portugal, 2015.

MELO, José Patrício Pereira. **Índios Cariri, identidade e direitos no século XXI**. Tese (Doutorado em Direito Econômico e SocioAmbiental) -Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, 2017.

OLIVEIRA, Antonio José de. **Os Kariri-resistências à ocupação dos sertões dos cariris novos no século XVIII**. 2017. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

REIS JUNIOR, Darlan de Oliveira. **Senhores e trabalhadores no cariri cearense: terra, trabalho e conflitos na segunda metade do século XIX**. 2014. Tese (Doutorado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

VIANA, José Ítalo Bezerra. **As muitas artes do Cariri: relações entre turismo e patrimônio cultural no séc. XXI**. Tese (Doutorado em História Social) -Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, 2017.

#### REVISTAS/PERIÓDICOS

AB'SÁBER, Aziz *et al.* Patrimônio Natural. **IPHAN**, Rio de Janeiro, n. 22, 1987. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=reviphan&pagfis=7912>. Acesso em: 17 abr. 2019.

AGUIAR, Robério Botão de; CORDEIRO, Walber. Implantação do Sistema de Monitoramento/Gestão de uma área Piloto do Aquífero Missão Velha na Bacia Sedimentar do Cariri, no Estado do Ceará. **Revista Água Subterrâneas**, São Paulo, 2002. Disponível em: <https://aguassubterraneas.abas.org/asubterraneas/article/view/22737/14927>. Acesso em: 23 jan. 2019.

BARROS, José Costa D'Assunção. A escolha do tema nas ciências sociais e humanas. **Revista Sapiência: sociedade, saberes e práticas educacionais** - UEG/UnU Iporá, v. 1, n. 2., p. 43-57, jul./dez., 2012.

BONNEMAISON, Joël. Viagem em torno do Território. CORREA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. *In: Geografia cultural: uma antologia*. Rio de Janeiro: SciELO-EDUERJ, 2012.

BURITI, Catarina de Oliveira. Natureza e cultura nos domínios de Clio: as secas e outras representações das paisagens semiáridas na historiografia ambiental. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 10, n. 13, 1º sem. 2008.

CABRAL, Maria Sara E. Excursão à Casa Luz e Força e à Nascente do Rio Batateira. **O escolar**, Crato, ano I, n. 1, out., 1938.

CALHEIROS, Celso. Soldadinho do Araripe se transforma em ícone regional. **O ECO: jornal da Ilha Grande**, Rio de Janeiro, ano XII, n. 165, jan. 2013. Disponível em: [https://issuu.com/oecoilhagrande/docs/eco\\_janeiro\\_2013](https://issuu.com/oecoilhagrande/docs/eco_janeiro_2013). Acesso em 07 jun. 2018.

CASTRO, Mara Cristina; LINHARES, Lisiane. Geopark Araripe: a história do passado escrevendo o futuro. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, 2006. Disponível em: [https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/2006/06\\_NotaseTranscricoes/01-GeoparkAraripe.pdf](https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/2006/06_NotaseTranscricoes/01-GeoparkAraripe.pdf). Acesso em: 23 jan. 2019.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.*, Brasília, n.34, p147-165,2012Aa. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Numer%2034.pdf>>.

CORDEIRO, Patrícia Alves Beserra; BUSSON, Aline Freitas. Araripe e Cariri: construção da imagem do Ceará no vocabulário indígena de Paulino Nogueira (1887). **Revista Ameríndia**, v. 8, n. 1, maio, 2010. Disponível em: [http://www.amerindia.ufc.br/Anteriores/Vol08/vol08\\_02](http://www.amerindia.ufc.br/Anteriores/Vol08/vol08_02). Acesso em: 19 mar. 2016.

COSTA, Rogério Haesbaert. Limites no espaço-tempo: a retomada de um debate. **Revista Brasileira de Geografia**, 2016.

COSTA, Rogério Haesbaert. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, ano IX, n. 17, p. 19-46, 2007.

CUNHA, Maria Isabel da. Os conceitos de espaço, lugar e território nos processos analíticos da formação dos docentes universitários. **Revista Educação UNISINOS**, v. 12, n. 3, set.-dez., 2008.

DIAS, Carlos Rafael. Seu Jefferson: o bastião da Ecologia do Cariri. **Jornal folha de Piqui**, Crato, p. 4, mar./abr. 1984.

DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**, v. 4, n. 8, p. 177-197, 1991.

DUMOULIN, Anette. Padre Cícero e a Diocese de Crato. **Revista Comemorativa do Centenário da Diocese de Crato (1914-2014)**, Crato, [2014].

DELPHIN, Carlos Fernando de Moura. O Patrimônio Natural no Brasil. **IPHAN**, Rio de Janeiro, Disponível em: [portal.iphan.gov.br](http://portal.iphan.gov.br). Acesso em: 16 abr. 2019.

ELDEN, StuArt. Terra, terreno, território. **Revista Geografares**, Espírito Santo, n. 21, 2016.

GUIMARÃES, Ana Teresa; DUMOULIN, Annette. Romeiros/as e Romaria em Juazeiro do Norte Protagonismo de uma liturgia popular: uma visão antropológica. **Revista de Cultura Teológica**, São Paulo, v. 17, n. 67, abr./jun. 2009.

INSTITUTO CULTURAL DO CARIRI. Crato, 250 anos. **Revista Itaytera**, Crato - CE, n. 45, ano 2001/2015, 2014-2015.

KARPINSKI, Cezar. Patrimônio Natural, documentação e pesquisa. **Revista Trans Informação**, Campinas, v. 30, n. 3, p. 314-323, set./dez. 2018. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/ting](http://www.scielo.br/pdf/ting). Acesso em: 17 abr. 2019.

KNORR, Eliane. Ecologia agora. **Revista-Verve 19**, [s.l.], p. 200-205. Disponível em: [verve19parasite.pdf](http://verve19parasite.pdf). Acesso em: 13 de maio, 2019.

LEFF, Enrique. História ambiental: o nascimento da história ambiental na América Latina. In: LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis: Vozes, 2009.

LIMA, M. R de; PERINOTTO, J. A. J. Palinologia de sedimentos da parte superior da formação Missão Velha, Bacia Araripe. **Geociências**, São Paulo, v. 3, p. 67-76, 1984.

MCKEEVER, Patrick J.; ZOUROS, Nickolas. Geoparks: celebrating Earth heritage, sustaining local communities. **Episodes**, Bangalore, v. 28, n. 4, p. 274-278, dec. 2005.

MOCHIUTTI, Nair Fernanda *et. al.* Os Valores da Geodiversidade: geossítios do Geopark Araripe/CE. **Anuário do Instituto de Geociências**, Rio de Janeiro, v. 35-1, p. 173-189, 2012.

O POVO-CARIRI. Um Soldadinho em Batalha pela Vida. **Revista Estudios Avanzados, Chile**, n. 2, 2014.

OLIVEIRA FILHO, João César Abreu de; ABREU, R. C. Resgatando a história de uma cidade média: Crato capital da cultura. **Revista Historiar**, ano II, n. I, 2010.

OLIVEIRA, Filipe Vieira de. Usos Sociais do Patrimônio Cultural (Natural) e participação democrática em áreas protegidas. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, Macapá, v. 10, n. 1, p. 97-107, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/3270/filipev10n1.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2019.

PEREIRA, Danilo Celso. Patrimônio Natural: atualizando o debate sobre a identificação e reconhecimento no âmbito do IPHAN. **Revista CPC**, n. 25, p. 34-59, jan./set.2018. Disponível em: [www.revistas.usp.br/cpc/article/view/138007/147320](http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/138007/147320). Acesso em: 16 de abr. 2019.

POLLACK, Michael. Memória e Identidade. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5-10, 1992. p. 200-212.

RIOS-NETTO, Aristóteles de Moraes *et. al.* Palinoestratigrafia do intervalo Alagoas da Bacia do Araripe, Nordeste do Brasil. **Sociedade Brasileira de Geologia**, 2012.

Disponível em:

<http://www.ppegeo.igc.usp.br/index.php/rbg/article/viewFile/7893/7320>. Acesso em: 23 jun. 2018.

SAAVEDRA, Fernando Estenssoro. Antecedentes sobre La protección al medio ambiente em el pensamiento de libre mercado em Chile (década de los noventa del siglo XX). **Revista do Instituto de Estudios Avanzados, Universidad de Santiago de Chile**, v. 5, n. 8, p. 35-59, diciembre, 2007. Disponível em:

<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/Chile/idea-usach/20100713105007/estenssoro.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2019.

SANTOS, Adriana Maia. A reserva legal e sua importância na preservação das florestas. **Revista Jurídica**, 2004.

SILVA, Clarete Paranhos da.; LOPES, Maria Margaret. Uma leitura contextualizada da “Memória Sobre A Capitania Do Ceará (1814)” do naturalista João da Silva Feijó (1760-1824). **Instituto de Geociências/DGAE**, Universidade Estadual de Campinas- Unicamp, [2002].

SILVA, Edinho Pereira da. Em defesa do Sítio Fundão e do Rio Batateiras. **Boletim Raízes**, Crato - CE, n. 60, out./dez., 2007.

SOARES, Bruno Ferreira *et. al.* Território e espaço urbano: uma análise sobre o processo de formação/expansão do bairro seminário em Crato - CE. **Revista de Geografia**, Recife, v. 34, n. 3, 2017.

TÁVORA, Marechal Fernando. [Chapada do Araripe]. **Revista Itaytera**, Crato, 1963-1964, p. 31.

THOMPSON, P. “História oral e contemporaneidade”. **História Oral**, v. 5, p. 9-28, 2002.

VANDERLINDE, Tarcísio. Da natureza vencida à natureza reconstruída: o legado de Howard e a racionalidade ambiental do capá. **Espaço Plural**, n. 25. 2011. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/download/7264/5333>. Acesso em: 21 jan. 2019.

WOSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

ZANIRATO, Silvia Helena. Usos Sociais do Patrimônio Natural. **Revista-Patrimônio e Memória: UNESP-FCLAs-CEDAP**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 137-152. Out.2009. Disponível em: [portal.iphan.gov.br/uploads/](http://portal.iphan.gov.br/uploads/). Acesso em: 16 abr. 2019.

## ANAIS DE EVENTOS

- ALVES, Cícera Cecília Esmeraldo. Geopark Araripe: um estudo geoturístico e ambiental no Geotope Granitto, Ceará/Brasil. *In: SEMINÁRIO LATINO AMERICANO DE GEOGRAFIA FÍSICA*, 6., 2010, Portugal. **Anais eletrônicos** [...]. Disponível em: [http://www.uc.pt/fluc/cegot/VISLAGF/actas/tema5/cicera\\_geopark](http://www.uc.pt/fluc/cegot/VISLAGF/actas/tema5/cicera_geopark). Acesso em: 15 jun. 2018.
- BRASIL, J. G.; SOARES, R. C.; BANTIM, R. R. M. Base preliminar para mapeamento geoturístico do Geopark Araripe. *In: XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOMORFOLOGIA (SINAGEO)*, 2018, Crato. **Anais eletrônicos** [...]. Disponível em: <http://www.sinageo.org.br/2018/trabalhos/5/5-485-2007.html>. Acesso em: 23 jan. 2019
- COSTA, Rogério Haesbaert. Da desterritorialização à multiterritorialidade. *In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA*, 10., 2005, **Anais** [...] São Paulo: USP, 2005.
- FRISCHKORN, H.; SANTIAGO, M. M. F. & BRASIL, R. Aspectos hídricos do Cariri. *In: SIMPÓSIO SOBRE A BACIA DO ARARIPE E BACIAS INTERIORES DO NORDESTE*, 1, 1990, Crato. **Anais** [...] Crato: DNPM/SBP/SBG, 1990. p. 99-110
- LIMA JUNIOR, Francisco do O. de; ALVES, Demis Fernandes; FEITOSA, Douglas Rodrigues. Geopark Araripe e determinações territoriais na gestão do desenvolvimento urbano-regional no sul do estado do Ceará. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL*, 8., 2017, Santa Cruz do Sul, RS. **Anais eletrônicos** [...]. Santa Cruz: UNISC, 2017. Disponível em: <http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/view/16326/4353>. Acesso em: 12 jun. 2018.
- KARPINSKI, Cezar. Informação, memória e patrimônio Natural. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 17., 2016, Bahia. **Anais eletrônicos** [...]. Bahia: ENACIB, 2016. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2016/enancib2016/paper/viewFile/3658/2378>. Acesso em: 17 de abr. 2019.
- MARIANI, Milton Augusto Pasquotto; ARRUDA, Dyego de Oliveira. Território, territorialidade e desenvolvimento local: um estudo de caso dos Empreendimentos Econômicos Solidários de Corumbá/MS. *In: CONGRESSO SOBER - Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural*, 48., 2010, Campo Grande. **Anais eletrônicos** [...]. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/15/301.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2018.
- SEMEÃO, Jane. Revista “Itaytera”, natureza e Cariri cearense: a (re)invenção de uma identidade (1955-1980). *In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, 26., 2011, São Paulo. **Anais eletrônicos** [...]. Disponível em:

[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308143016\\_ARQUIVO\\_textocompletoanpuh2011-textomodificado.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308143016_ARQUIVO_textocompletoanpuh2011-textomodificado.pdf). Acesso em: 21 fev. 2017.

SILVA, Thiago Alves de. Estudo Comparativo de Hidromedição na Fonte Batateira, Município Do Crato/Ce. *In*: SIMPÓSIO DE RECURSOS HÍDRICOS DO NORDESTE, 9. 2008, Salvador. **Anais** [...].

SOUSA, Claire Anne Viana; COSTA, Maria Dasdores Gonçalo; GONÇALVES, Jose Yarley de Brito. Gestão participativa na fonte da Batateira no município do Crato, Ceará, Brasil. *In*: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE RECURSOS HÍDRICOS, 2013, 20., Rio Paraíba do Sul. **Anais eletrônicos** [...]. Disponível em: <http://anais.abrhidro.org.br/works/1529>. Acesso em: 21 mar. 2018.

## SITES

ARQUIVO NACIONAL. **Acervos**. Disponível em: <http://arquivonacional.gov.br/br/component/tags/tag/acervo.html>. Acesso em: 02 jan. 2018.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Jefferson de. **Chapada do Araripe**: foi assim, como será. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GGokWgOn6YA>. Acesso em: 21 ago. 2018.

BIBLIOTECA NACIONAL. **[Estado do Crato]**: 8 de dezembro de 1859 a 20 de janeiro de 1960. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/mss1449186/mss1449186.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1449186/mss1449186.pdf). Acesso em: 03 out. 2018.

BLOG CARIRI. **Crato (CE)**: Parque do Sítio Fundão será ampliado e terá engenho recuperado em julho. [2013]. Disponível em: <https://www.blogcariri.com.br/2013/06/crato-ce-parque-do-sitio-fundao-sera.html>. Acesso em: 18 jan. 2019.

BLOG DO CRATO. **O Parque do Fundão não é ideia de André Barreto - Carta do leitor José Sales**. Crato, 02 jun. 2009. Disponível em: <http://blogdoocrato.blogspot.com/2009/06/o-parque-do-fundao-nao-e-ideia-de-andre.html>. Acesso em: 19 jan. 2019.

BLOG DO TARSO. **O Parque do Fundão não é ideia de André Barreto**. 2009. Disponível em: <https://blogdoocrato.blogspot.com/2009/06/o-parque-do-fundao-nao-e-ideia-de-andre.html>. Acesso em: 11 jun. 2018.

BRITO, George Macário. Crato, 250 anos de história. **Blog O Democrata**. 25 mar. 2014. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:B6BV28K6BCIJ:blogodemocrato.blogspot.com/2014/03/crato-descaso-com-o-passado->. Acesso em: 11 jun. 2018.

COLETIVOS CAMARADAS. **Vandalismo no Sítio Fundão**. Crato, 30 dez. 2008. Disponível em: <https://camaradas.org/2008/12/vandalismo-no-sitio-fundao.html>. Acesso em: 11 jun. 2008.

COSTA, André. **Soldadinho do Araripe é tema de selo dos Correios**. 2017. Disponível em: <https://www.blogcariri.com.br/2017/06/soldadinho-do-araripe-e-tema-de-selo.html>. Acesso em: 21 jun. 2018.

COSTA, Rogério Haesbaert. **Dos múltiplos territórios á multiterritorialidade**. Porto Alegre, 2004. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2018.

DIÁRIO DO NORDESTE. **Abertos 50 anos da energia de Paulo Afonso**. 30 dez. 2010. Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/regional/abertos-50-anos-da-energia-de-paulo-afonso-1.747574>. Acesso em: 11 jun. 2018.

DIÁRIO DO NORDESTE. **Pedra da Batateira seria represa do mar do vale do Cariri**. 23 jan. 2019. Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/servicos/404?notfound=/editorias/regiao/pedra-da-batateira-seria-represa-do-mar-do-vale-do-cariri-%201.624803>. Acesso em: 23 jan. 2019.

ENTRESSEIO. **Ambientalistas temem o fim do Sítio Fundão**. 16 out. 2008. Disponível em: [http://entresseio.blogspot.com/2008/10/cultura-patrimnio-historico-e-cultural\\_17.html](http://entresseio.blogspot.com/2008/10/cultura-patrimnio-historico-e-cultural_17.html). Acesso em: 19 jan. 2019.

LOPES, Maria Margaret. SILVA, Clarete Paranho da. **Investigações em História Natural no Ceará**: estudos do naturalista João da Silva Feijó (1760-1824). Disponível em: <https://docplayer.com.br/70019510-Investigacoes-em-historia-natural-no-ceara-os-estudos-do-naturalista-joao-da-silva-feijo.html>. Acesso em: 23 jan. 2019.

LOS USOS SOCIALES DEL PATRIMONIO CULTURAL. **Migracion Cuaderno**. Disponível em: [www.iaph.es/export/sito/default/galerias/documentacion](http://www.iaph.es/export/sito/default/galerias/documentacion). Acesso em: 16 de abr. 2019.

MACÊDO, Heitor Feitosa. **A participação dos d'Ávila e da Casa da Torre na invasão a Capitania do Ceará**. 24 jun. 2018. Disponível em: <http://estoriasehistoria-heitor.blogspot.com/2018/06/a-participacao-dos-davilae-da-casa-da.html>. Acesso em: 20 ago. 2018.

NOGUEIRA, Paulino. Vocabulário indígena. **Revista Trimestral do Instituto do Ceará**, ano I, p. 210-432, 1887. Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1887/1887-VocabularioIndigenaemusonaProvinciaCeara.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2018.

RODRIGUES, Antonio. Parque Estadual Sítio Fundão inaugura uma trilha acessível. **Diário do Nordeste**. Crato, 26 maio 2018. Disponível em:

<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/regiao/parque-estadual-sitio-fundao-inaugura-uma-trilha-acessivel-1.1944409>. Acesso em: 22 jan. 2019.

SCHOBENHAUS, Carlos. SILVA, Cássio Roberto (org.). **Geoparques do Brasil: propostas**. Rio de Janeiro: CPRM, 2012. Disponível em: <http://rigeo.cprm.gov.br/xmlui/handle/doc/1209>. Acesso em: 23 nov. 2018.

SILVA, Edinho Pereira da. Incêndio em santuário ecológico no Crato. **Diário do Nordeste**. 15 set. 2007. Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/regiao/incendio-em-santuario-ecologico-no-crato-1.273195?page=8>. Acesso em: 13 jun. 2018.

SILVA, Edinho Pereira da. Nota: quem realmente criou o parque fundão. **Blog do Crato**. Crato, 29 mar. 2008. Disponível em: <https://blogdocrato.wordpress.com/2008/03/29/nota-quem-realmente-criou-o-parque-do-fundao/>. Acesso em: 19 jan. 2019.

SILVA, Edinho Pereira da. Vandalismo no Sítio Fundão. **Blog do Crato**. Crato, 29 dez. 2008. Disponível em: <http://blogdocrato.blogspot.com/2008/12/artigo-vandalismo-no-sitio-fundo-por-ed.html>. Acesso em: 19 jan. 2018.

VICELMO, Antônio. Preservação de patrimônio: ambientalistas temem o fim do sítio fundão. **Blog do Crato**. Crato, 16 out. 2008. Disponível em: <https://blogdocrato.wordpress.com/2008/10/16/preservacao-de-patrimonio-ambientalistas-temem-fim-do-sitio-fundao/>. Acesso em: 18 jan. 2018.

## ENTREVISTAS - HISTÓRIA ORAL

ALENCAR, Angelita Leão de. **Entrevista concedida pela professora aposentada e agricultora**. Crato - CE, 18 ago. 2018. Não publicado.

ALMEIDA, Nivaldo Soares de. **Entrevista concedida pelo coordenador executivo do Geopark Araripe**. Crato - CE, 26 mai. 2017. Não publicado.

FREITAS, Idalécio de. **Entrevista concedida pelo coordenador e colaborador do Geopark Araripe**. Crato - CE, 17 maio 2017. Não publicado.

MACÊDO, Heitor Feitosa. **Entrevista concedida pelo pesquisador e autor de vários livros, entre eles: Sertões do Nordeste I: Inhamuns e Cariris Novos**. Crato - CE, 26 maio 2017. Não publicado.

OLIVEIRA, Inácio José Tavares. **Entrevista concedida pelo agricultor, morador da Comunidade Sítio Luanda**. Crato, 20 abr. 2014. Não publicado.

RODRIGUES, Francisco Xavier. **Entrevista concedida pelo agricultor, morador do Sítio Lameiro**. Crato, 18 abr. 2017. Não publicado.



SOUZA, Edmundo da Franca Alencar. **Entrevista concedida pelo radialista e ambientalista**. Crato, 26 jul. 2018. Não publicado.

TAVARES, José Humberto Tavares. **Entrevista concedida pelo ex-diretor do ICC**. Crato, 05 abr. 2017. Não publicado.

## DOCUMENTOS JURÍDICOS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 99/2017 e pelo Decreto Legislativo nº 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del0025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0025.htm). Acesso em: 23 jun. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm). Acesso em: 21 jan. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o Art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/civil\\_03/LEIS/L9985.html](http://www.planalto.gov.br/civil_03/LEIS/L9985.html). Acesso em: 21 jan. 2019

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**: Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002; Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006. Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas: Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006. Brasília: MMA, 2011. 76 p. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/legislacao/areas-protegidas.html?download=1206:sistema-nacional-de-unidades-de-conserva%C3%A7%C3%A3o-snuc-e-pnap>. Acesso em: 23 jan. 2019.

CEARÁ. COMITÊ DA SUB-BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SALGADO (CSBH). **Comissão Gestora Fonte Batateiras**. [Crato]: COGERH, 2009. 11 slides, color.

CEARÁ. Governo do estado do Ceará. **Decreto nº 29.179, de 08 de fevereiro de 2008**. Dispõe sobre a desapropriação, por interesse social, da área do Sítio Fundão, no município de Crato - CE, e das outras providências. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/5281561/pg-4-caderno-1-diario-oficial-do-estado-do-ceara-doece-de-11-02-2008>. Acesso em: 19 jan. 2018.

CEARÁ. Governo do Estado do Ceará. Diário Oficial do Estado. **Decreto nº 29.307, de 05 de junho de 2008**. Cria o parque estadual Sítio Fundão e dá outras providências.

Publicado em 06/06/2008, série 2, ano XI, nº Educação Ambiental & Biogeografia ISBN: 978-85-68066-24-9 1596 105, p. 7, Fortaleza, CE, 2008. Disponível em: <https://sogi8.sogi.com.br/Arquivo/Modulo113.MRID109/Registro27598/documento%201.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2018.

CEARÁ. Governo do Estado do Ceará. Secretária do Meio Ambiente do Estado do Ceará. **Plano de Manejo**: Parque Estadual Sítio Fundão. [Fortaleza - CE]: SEMA-CE, Ecosistema Consultoria Ambiental, 2019.

CEARÁ. **Lei n.º 645 de 17 de janeiro de 1854**. [Dispõe sobre a deficiência na alocação e uso dos recursos hídricos].

CEARÁ. **Plano Estadual de Recursos Hídricos**. Fortaleza, CE: Secretaria de Recursos Hídricos, 1992.

COGERH. **Decreto Lei nº 27.271 de 28 de novembro de 2003**. Dispõe sobre a regulamentação do Art. 7º, da Lei 11.996 de 24 de julho de 1992, no tocante a Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos Superficiais e Subterrâneos e o Artigo 4º da citada lei, no que se refere à Outorga de Direito de Uso e dá outras providências.

COGERH. **Programa de ações continuadas da sub-bacia do Rio Salgado**. COGERH: Fortaleza, CE, 2002.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (DNPM). **Projeto avaliação hidrogeológica da Bacia Sedimentar do Araripe**. Recife: Ministério de Minas e Energia, 1996. Disponível em: <http://www.dnpm-pe.gov.br/Trabalhos/Araripe.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2018.

DIÁRIO DA UNIÃO OFICIAL. [**Portarias**]. 3 out. 2016. Disponível em: [http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/portarias/dcom\\_portaria\\_92\\_de\\_29\\_de\\_setembro\\_de\\_2016.pdf](http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/portarias/dcom_portaria_92_de_29_de_setembro_de_2016.pdf). Acesso em: 21 jun. 2018.

DIAS, Carlos Rafael. [**Tombamento do Sítio Fundão**]. [Mensagem direcionada via e-mail ao IPHAN]. 12 maio 1999. Não publicado.

PAIVA, Olga Gomes de. Relatório da visita técnica ao Sítio Fundão. *In*: SECRETARIA DA CULTURA DO ESTADO DO CEARÁ - SECULT. [**Tombamento do Sítio Fundão**]. Crato: [Universidade Regional do Cariri - URCA], 2007. Não publicado.

SECRETARIA DA CULTURA DO ESTADO DO CEARÁ (SECULT). [**Tombamento do Sítio Fundão**]. Crato: [Universidade Regional do Cariri - URCA], 2007. Não publicado.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE. **Arte e Cultura celebram 10 anos do Parque Estadual Sítio Fundão**. 23 mar. 2018. Disponível em: <https://www.sema.ce.gov.br/2018/03/23/arte-e-cultura-celebram-10-anos-do-parque-estadual-sitio-fundao/>. Acesso em: 21 jan. 2018.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE. **Parque Estadual Sítio Fundão realiza a I Gincana Corrida de Orientação**. Crato, 17 maio 2018. Disponível em: <https://www.sema.ce.gov.br/2018/05/17/parque-estadual-sitio-fundao-realiza-a-i-gincana-corrída-de-orientacao/>. Acesso em; 22 jan. 2019.

SENADO FEDERAL. **Atividade legislativa**. 06 jun. 2017. Disponível em: [http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988\\_14.12.2017/art\\_225\\_.asp](http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_14.12.2017/art_225_.asp). Acesso em: 23 jan. 2018.

TRIBUNA DO CEARÁ. **Ave do Cariri vira tema de selo dos Correios para chamar atenção ao risco de extinção**. 1 jul. 2017. Disponível em: <http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/ceara/ave-do-cariri-vira-tema-de-selo-dos-correios-para-chamar-atencao-ao-risco-de-extincao/>. Acesso em: 21 jun. 2018.

UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI (URCA). **Resolução nº 013/2005 - CONSUNI**. Cria o Geopark Araripe. Disponível em: <http://www.urca.br/textos/s1/AdmSup/deliberacaoSup/docPDF/RESOLUCAO%20-%20CONSUNI%20013-2005.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2018.

UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI (URCA); CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO (CEDOC) – CARIRI. **[Ação de manutenção de posse contra a Sra. D. Nair Ribeiro de Alencar]**. Não publicado.

#### MATERIAIS ESPECIAIS

ARQUIVO NACIONAL. **[Documento de Joaquim José Barbosa, diretor geral dos índios da província do Ceará]** [manuscrito]. Rio de Janeiro, 20 set. 1846. 1 carta. Não publicado.

ARQUIVO NACIONAL. **Planta – Rio Batateira** [mapa cartográfico]. Rio de Janeiro, 1983, 1 mapa. Escala 1: 25.000. Não publicada